



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A monetarização da vida social e a gramática econômica da
agricultura familiar: acumulação e sustentabilidade**

Eliziário Noé Boeira Toledo

Orientador: Fabiano Toni

Tese de Doutorado

Brasília, DF, junho/2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A monetarização da vida social e a gramática econômica da
agricultura familiar: acumulação e sustentabilidade**

Eliziário Noé Boeira Toledo

Orientador: Fabiano Toni

Tese de Doutorado

Brasília, DF, junho/2017

Toledo, Eliziário Noé Boeira.
TEL43m A monetarização da vida social e a gramática econômica da agricultura familiar: acumulação e sustentabilidade./ Eliziário Noé Boeira Toledo; orientador Fabiano Toni. – Brasília, 2017.
305 p.

Tese (Doutorado – Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Agricultura familiar. 2. desenvolvimento agrário e agrícola. 3. monetarização. 4. sociabilidade. 5. diferenciação social. I. Toni, Fabiano, orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias dessa tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A monetarização da vida social e a gramática econômica da
agricultura familiar: acumulação e sustentabilidade**

Eliziário Noé Boeira Toledo

Tese de doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração: Políticas Públicas, Cultura e Sustentabilidade; Território, Meio Ambiente e Sociedade.

Aprovada por:

Prof. Dr. Fabiano Toni - Orientador (CDS – UnB)

Prof. Dra. Ludivine Eloy Costa Pereira (CDS – UnB)

Prof. Dr. Mário Ávila (UnB – Campus Planaltina)

Prof. Dr. Zander Soares de Navarro (Embrapa Sede)

Brasília-DF, 20 junho de 2017.

Esse trabalho é dedicado aos homens e mulheres do campo, cuja faina diária é retirar da terra o sustento tão essencial de cada dia. Almejam a dignidade e respeito, igualmente essencial, e silenciosamente dizem que precisamos fazer muito mais, devemos fazer muito mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas e instituições que auxiliaram a viabilizar esse estudo.

Agradeço inicialmente aos agricultores familiares entrevistados, causa e propósito desse trabalho, que ao abrirem suas casas e corações, compartilharam as suas histórias, na árdua e prosaica faina de dia após dia na busca de reconhecimento, prosperidade e honra. Emprestaram, por assim dizer, suas falas e experiências para contar parte das suas vidas, por vezes, tão longe dos discursos elaborados e tão vazios da realidade. A virtude dessa dádiva compartilhada aumenta a responsabilidade, zelo e o cuidado de quem recebe.

Por vezes, suas histórias são tudo o que eles têm de mais precioso e sagrado.

Ao professor orientador, Fabiano Toni e aos demais professores, colegas e funcionários do CDS-UnB, pela oportunidade de conhecer outros mundos e outros saberes.

Ao professor Zander Navarro pelo exemplo profissional compromisso, seriedade, paciência e generosidade acadêmica, um lume a ser seguido, e em seu nome agradecer à Embrapa pelo apoio na execução dessa pesquisa, na formação e na disponibilização do banco de dados, e que foram vitais na execução desse trabalho.

Aos contribuintes que destinam cinco meses por ano de seu trabalho em pagamentos de impostos para financiar o Estado, e manter e viabilizar as universidades públicas. Essa “dádiva” compulsória exige respeito, e que é necessário fazer muito mais e fazer melhor.

A Contag por ter permitido conciliar trabalho e aprimoramento profissional.

Ao amigo Júnior César Dias do DIEESE, pela oferta prestimosa de seus conhecimentos dos programas SPSS e Excel vital para a formatação dos dados, e aos amigos Zaré Brum e ao Décio Sieb pela leitura, debates e recomendações de bibliografia.

Às componentes da Banca Examinadora, pelas críticas e sugestões visando melhorar o teor e qualidade do trabalho no difícil ofício do fazer científico.

À minha mulher e companheira Maria Emília, e consultora pessoal.

“We are drowning in information, while starving for wisdom.
The world henceforth will be run by synthesizers, people
able to put together the right information at the time, think
critically about it and make important choices wisely”.

Edward Osborne Wilson, entomologista,
(Prêmio Pulitzer, 1979, 1991).

RESUMO

O objetivo central desse trabalho é analisar as evidências empíricas e ampliar a compreensão e o conhecimento sobre os impactos na vida dos agricultores familiares, em face dos cenários de aumento da monetarização da vida social e do acirramento concorrencial intensificado a partir das necessidades de integração aos mercados a fim de gerar renda extraordinária. A tese discute as formas sociais e as estratégias que os agricultores familiares estão adotando para se adaptarem às influências do novo padrão agrário e agrícola brasileiro, as quais se tornaram mais expressivas a partir da década de 1990. São tendências que vêm ampliando os processos de monetarização da vida social nas regiões rurais, dilatadas e fortalecidas por meio de uma sociabilidade nitidamente capitalista. Apesar de existir produção acadêmica sobre os efeitos da modernização e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, o que se pretende enfatizar no presente estudo, são as evidências empíricas acerca da extensão e os efeitos do padrão de desenvolvimento agrário e agrícola. Foram testadas três hipóteses. A primeira mencionou que as condições estruturais, produtivas, e as necessidades de ingresso de renda monetária consolida o desenvolvimento agrário e agrícola bifronte expresso por meio da diferenciação social entre os agricultores familiares, e entre as regiões rurais, e consolida possibilidades de manutenção e sobrevivência para uma parcela reduzida de agricultores familiares mais bem estruturados e, que aproveitam melhor os ativos sociais e materiais disponíveis, apesar de também estarem dispostos aos inúmeros riscos impostos pelo processo seletivo dos mercados e das atividades agropecuárias. A segunda hipótese admitiu que o acirramento concorrencial expresso pela necessidade de ampliar a produção e a produtividade por meio do consumo intermediário e na aquisição de máquinas, visando gerar renda extraordinária monetariza a vida social dos agricultores familiares e geram mudanças, que repercutem na adoção das práticas produtivas e sustentável dos ativos, na medida em que, a prioridade é gerar renda que possa ser traduzida em bens de consumo e na acumulação material, considerados necessários ao bem estar da família e à reprodução material do estabelecimento rural. A terceira hipótese defendeu que a fragilização da renda regular em confronto com as mudanças socioeconômicas em curso nas regiões rurais induzem os agricultores familiares a buscar novas formas de trabalho, por meio de atividades não agrícolas, a fim de garantir o ingresso de renda que, por vezes, os levam a migração forçada, mesmo que parte expressiva dos pais ainda acredite nas possibilidades da agricultura, contudo essa visão não é compartilhada integralmente por seus filhos, que buscam em outras atividades melhores condições de renda e trabalho menos penoso. Utilizou-se a modalidade de estudo de caso, no qual foram usados os dados quantitativos gerados pela pesquisa realizada pela Embrapa intitulada: Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico (iniciada em 2013 e encerrada em dezembro de 2016). A pesquisa entrevistou 219 informantes por meio de questionários padronizados entre julho de 2014 e julho de 2015, nos municípios de Concórdia (SC), Cruz das Almas e Uauá (BA), Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste e Verê (PR), Petrolina (PE), e Tomé Açú, Viseu e Augusto Corrêa (PA). Em termos gerais os resultados de pesquisa confirmam as hipóteses iniciais. Primeiramente sanciona as condições que atestam a ampliação da diferencial social entre os agricultores familiares, e entre as regiões rurais, devido às condições diferenciadas de estrutura produtiva e de geração de renda dos estabelecimentos. Do mesmo modo, foi possível demonstrar que as transformações sociais e produtivas são heterogêneas, e os agricultores buscam gerar renda monetária e, acumular bens de consumo como expressão de acumulação econômica. Por outro lado, em termos gerais, existe escassa relação com a adoção de práticas de cuidado com os bens naturais (água e solo, especialmente), inclusive, entre agricultores familiares com bons níveis de renda. E, por último, a análise das estratégias de reprodução social e material buscadas pelos agricultores, por meio das atividades não-agrícolas é mais intensa nas regiões Norte e Nordeste, em que apesar da redução da população rural, ainda há uma relativa oferta de mão de obra disposta a migrar em busca de outras oportunidades de trabalho menos penoso e mais rentáveis.

Palavras-chave: Agricultura familiar, desenvolvimento agrário e agrícola, monetarização, sociabilidade, diferenciação social.

ABSTRACT

The main objective of this research was to analyze the existing empirical evidences and deepen our knowledge about the impacts on daily lives of rural families, faced with scenarios of increased monetization affecting their social life. These are due to intensified competition after integration into markets in order to generate extra income. The thesis discusses the social forms and strategies that family farmers are adopting to adapt themselves into the new Brazilian agrarian and agricultural pattern, which emerged from the mid-1990s onwards. These trends have enlarged monetization processes of social life in rural areas which are being expanded and strengthened by a clear capitalist sociability. Although there is a literature that discusses the effects of modernization and the development of capitalism in Brazilian agriculture, it is here emphasized evidences about the scope and effects of that pattern of agrarian and agricultural development. Three hypotheses were tested. The first argued that productive conditions and the income needs to cover costs consolidate the dual agricultural and agricultural development expressed through differentiation among farmers and regions. This pattern also determines chances of survival for a smaller number of better organized family farmers, who make improved use of their available social and material assets. They are also willing to confront various risks posed by the selective tendencies observed in markets and agricultural activities. The second hypothesis poses that the intensification expressed by the need to increase production and productivity through intermediary consumption and the acquisition of machines, aimed at generating greater surplus income eventually monetizes the lives of family farmers. It also develops changes that have repercussions on the adoption of productive and sustainable practices insofar as the priority is to produce income that can be materialized in additional consumer goods and accumulation considered necessary for the well-being of the family and for the material reproduction of the rural establishment. The third hypothesis proposes that the weakening of regular income in the face of these transformations induces family farmers to seek new ways of non-agricultural occupations in order to guarantee new levels of income. Sometimes, these new jobs stimulate rural-urban migration even if a significant part of rural parents still believe in the social and economic possibilities of agriculture. This view, however, is not entirely shared by their children, who seek in other activities better income conditions and less stressful work. This research relied on case studies, in which the quantitative data were organized by Embrapa's research project entitled "Smaller rural establishments under family management and Embrapa's institutional strategy: social diversity, productive dynamics and technological development" (2013 to December 2016). This project interviewed 219 farmers through standardized questionnaires between July 2014 and July 2015, in the municipalities of Concórdia (SC), Cruz das Almas and Uauá (BA), Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste and Verê (PR), Petrolina (PE), and Tomé Açú, Viseu and Augusto Corrêa (PA). In general terms the research results confirmed the initial hypotheses. First, it demonstrated the enlarged social differentiation processes now on course among family farmers and rural regions, due to the different conditions of productive structure and trends in income generation. Likewise, it was possible to demonstrate that the social and productive transformations are starkly heterogeneous and farmers seek to generate monetary income and accumulate consumer goods as an expression of economic accumulation. On the other hand, there is little relation with the adoption of environmental practices with natural assets (especially water and soil), including between family farmers with good income levels. Finally, the analysis of the strategies of social and material reproduction sought by farmers through non-agricultural activities is more intense in the North and Northeast, where despite the reduction of the rural population, there is still a relative supply of laborers willing to migrate in search of less difficult and/or more profitable working opportunities.

Keywords: Family agriculture, agricultural and agrarian development, monetarization, sociability, social differentiation.

RESUMÉ

L'objectif central de cette étude est d'analyser les évidences empiriques et élargir la compréhension et la connaissance des impacts que la croissance de la monétarisation des rapports sociaux et de l'intensification de la concurrence causent sur la vie des agriculteurs familiales puisque la nécessité d'intégrer les marchés produit le besoin de générer du revenu extra. Cette thèse discute les formes sociales et les stratégies adoptées par les agriculteurs familiales dans le but de s'adapter aux influences, devenues plus expressives à partir des années 1990, du nouveau standard agraire et agricole brésilien. Il s'agit des tendances qui intensifient le processus de monétarisation des rapports sociaux dans les régions rurales élargies et fortifiées par une sociabilité clairement capitaliste. Bien qu'il existe déjà des recherches académiques traitant des effets de la modernisation et du développement du capitalisme dans l'agriculture brésilienne, cette étude cherche à souligner les évidences empiriques concernant l'étendue et les effets du standard de développement agraire et agricole. Trois hypothèses ont été testées. La première a affirmé que les conditions structurelles, productives ainsi que le besoin de ressource monétaire consolident le développement agraire et agricole à double face, visible à travers la différenciation sociale entre les agriculteurs familiales et entre les régions rurales. Ils consolident également des possibilités d'entretien et de subsistance pour une part réduite d'agriculteurs familiales, ceux qui disposent d'une meilleure structure et qui profitent mieux des actifs sociaux et des matériels disponibles malgré les innombrables risques encourus par ceux-là au long du processus de sélection des marchés et des activités agricoles et d'élevage de bétail. La deuxième hypothèse a admis que l'intensification de la concurrence, exprimée par la nécessité d'accroître la production et la productivité à travers la consommation intermédiaire et l'acquisition de machines afin de créer un revenu extra, monétise les rapports sociaux des agriculteurs familiales et entraîne des changements qui répercutent sur l'adoption des pratiques productives et durables des actifs en ce qui considère priorité générer des revenus pouvant devenir des biens de consommation et accumulation des biens matériels considérés nécessaires au bien-être de la famille et à la reproduction matérielle de l'établissement rural. La troisième hypothèse a défendu que la fragilisation des revenus réguliers devant les changements socio-économiques qui ont lieu dans les régions rurales, pousse les agriculteurs familiales à chercher des nouvelles formes de travail, à travers des activités qui ne sont pas liées à l'agriculture, dans le but d'assurer que l'argent soit présent. Cela les conduit même, quelquefois, à une migration forcée, surtout pour les enfants d'agriculteurs qui, au contraire de leurs parents, ne croient pas toujours aux possibilités que le travail agraire peut offrir et finissent pour partir chercher d'autres activités qui leur offrent des meilleures conditions financières et un travail moins pénible. Ce travail s'est inséré dans la modalité d'étude de cas étant donné que cette thèse a utilisé les données quantitatives obtenues par la recherche réalisée par l'EMBRAPA (*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária* - Entreprise brésilienne de recherche dans le domaine de l'agriculture et de l'élevage de bétail) et intitulée "Les établissements ruraux de petite taille sous la gestion familiale et la stratégie institutionnelle de l'Embrapa : diversité sociale, dynamiques productives et développement technologique" (menée entre 2013 et 2016). Au total, 219 personnes ont répondu à des questionnaires standardisés entre juillet 2014 et juillet 2015 aux municipalités de Concórdia (SC), Cruz das Almas e Uauá (BA), Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste et Verê (PR), Petrolina (PE), e Tomé Açú, Viseu e Augusto Corrêa (PA). Globalement, les résultats de cette étude ont confirmé les hypothèses soulevées. Premièrement, elle corrobore les conditions attestant l'amplification de la différence sociale entre les agriculteurs familiales et, entre les régions rurales, en raison des conditions différenciées de structure productive et de production de revenu des établissements. Deuxièmement, la thèse montre que les transformations sociales et productives sont hétérogènes et que les agriculteurs cherchent à générer des revenus et à accumuler des biens de consommations comme une forme d'expression d'accumulation économique. Puis, l'analyse permet de constater que parmi les agriculteurs familiales, très peu adoptent des pratiques bénéfiques pour les biens naturels, surtout l'eau et le sol, e compris parmi ceux qui ont un meilleur niveau financier. Dernièrement, l'analyse des stratégies de reproduction sociale et matérielle visée par les agriculteurs à travers la pratique d'activités non-agricoles est plus intense dans les régions Norte et Nordeste, où, malgré la réduction de la population rurale, il e a encore un offre relativement généreux de main-d'oeuvre disponible pour migrer à la recherche d'autres opportunités de travail moins pénible et offrant plus de rentabilité.

Mots-clés: agriculture familiale, développement agricole et agraire, monétisation, sociabilité, différenciation sociale.

RESUMEN

El objetivo principal de este estudio es analizar las evidencias empíricas e ampliar la comprensión e el conocimiento sobre los impactos en la vida de los agricultores de cara a los escenarios de aumento de la monetización de la vida social e de la intensificación de la competencia a partir de las necesidades de integración de los mercados con el fin de generar ingresos extraordinarios. La tesis analiza las formas sociales e estrategias que los agricultores familiares están adoptando para adaptarse a las influencias del nuevo patrón agrario e agrícola brasileño, que se hicieron más significativos a partir de la década de 1990. Son tendencias que han extendido los procesos de monetización de la vida social en zonas rurales, ampliadas e fortalecidas a través de una sociabilidad netamente capitalista. Aunque existan investigaciones académicas sobre los efectos de la modernización e lo desarrollo del capitalismo en la agricultura brasileña, lo que se pretende en este estudio es analizar las evidencias empíricas sobre la magnitud e los efectos del patrón de desarrollo agrario e agrícola. Tres hipótesis fueron probadas. En la primera se menciona que las condiciones estructurales, de producción e las necesidades de los ingresos monetarios consolida el desarrollo agrícola e agrario de doble cara, que se expresa a través de la diferenciación social entre los agricultores familiares e entre las zonas rurales, e consolida las posibilidades de mantenimiento e supervivencia de pequeña proporción de agricultores familiares mejor estructurados, aunque también estén al margen de riesgos incontables. La segunda hipótesis admitió que la intensificación competitiva expresó la necesidad de aumentar la producción e la productividad a través del consumo intermedio e la adquisición de máquinas, destinado a generar ingresos extraordinarios monetiza la vida social de los agricultores familiares e genera cambios que afectan a la adopción de prácticas e el uso productivo e sostenible de los activos, en la medida en que la prioridad es generar ingresos que se pueda traducir en bienes de consumo e la acumulación material, considerado necesario para el bienestar de la familia e la reproducción material de la finca. La tercera hipótesis sostiene que el debilitamiento de la afluencia de ingresos e los cambios socioeconómicos que tienen lugar en las zonas rurales influyen sobre los agricultores llevándoles a buscar nuevas formas de trabajo para asegurar la entrada de ingresos regulares a través alternativas que a veces conllevan a la migración forzada, a pesar de una parte significativa todavía creer en las posibilidades de la agricultura. Sin embargo esta visión no es compartida por sus hijos, que ven en otras actividades mejores condiciones de trabajo e renta. Se utilizó el método estudio de caso, en el que se utilizó datos cuantitativos generados por una encuesta de Embrapa titulada: Las fincas más pequeñas bajo la gestión familiar e la estrategia institucional de la Embrapa: diversidad social, dinámicas productivas e desarrollo tecnológico, iniciada en el 2013 e finalizada en diciembre de 2016. La investigación entrevistó a 219 familias a través de cuestionarios estandarizados, entre julio de 2014 e julio de 2015, en las ciudades de Concórdia (SC), Cruz das Almas e Uauá (BA), Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste e Vere (PR), Petrolina (PE), e Tomé Açú, Viseu e Augusto Corrêa (PA). En términos generales, los resultados de la investigación confirman las hipótesis iniciales. En primer lugar confirma las condiciones que dan fe de la expansión de la brecha social entre los agricultores familiares, e entre las zonas rurales, debido a las diferentes condiciones de la estructura de producción e de la generación de ingresos de los establecimientos. Del mismo modo, fue posible demostrar que los cambios sociales e productivos son heterogéneos, e los agricultores buscan acumular bienes de consumo como una expresión de la acumulación económica. Por otro lado, hay poca relación con la adopción de prácticas de cuidado con los recursos naturales (agua e suelo, en especial), asimismo entre los agricultores con buenos niveles de renta. Por último, el análisis de estrategias de reproducción social e material solicitadas por los agricultores, a través de las actividades no agrícolas, más intensas en las regiones Norte e Nordeste, e a pesar de la reducción de la población rural, todavía hay oferta de trabajo en el campo. Hay una proporción significativa de los agricultores que creen que la agricultura sigue siendo un espacio en el que se puede generar el bienestar de las familias. Sin embargo, esta visión contrasta con las percepciones de sus hijos, que prefieren emigrar en busca de otras oportunidades de trabajo más rentable e menos dificultoso.

Palabras clave: agricultura familiar, desarrollo agrario e agrícola, monetización, sociabilidad, diferenciación social.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios selecionados para levantamento de dados.....	43
Tabela 2 – Estabelecimentos rurais, segundo a Lei Nº 11.326/2006.....	44
Tabela 3 – As áreas de pesquisa (aspectos físicos, demográficos e <i>renda per capita</i>).	45
Tabela 4 – Distribuição dos informantes por sexo (chefe do estabelecimento).....	47
Tabela 5. – Estratos de área dos estabelecimentos.	118
Tabela 6 – Produtividade Total dos Fatores (PTF) da agricultura. (CA 1996 e 2006).	121
Tabela 7 – Associação dos agricultores familiares a cooperativas (crédito, eletrificação, produção).....	123
Tabela 8 – Contratação de serviços de ATER. (Ano agrícola 2012-2013).	126
Tabela 9 – Instituições contratadas para os serviços de ATER. (Ano agrícola 2012-2013). ...	128
Tabela 10 – Grau de escolaridade dos chefes dos estabelecimentos.	134
Tabela 11 – Número de tratores de rodas por estabelecimento.	142
Tabela 12 – Acesso à financiamentos do crédito rural. (Ano agrícola 2012-2013).....	149
Tabela 13 – Modalidades dos financiamentos. (Ano agrícola 2012-2013).	150
Tabela 14 – Valor médio dos investimentos por UF. (Ano agrícola 2012-2013).....	151
Tabela 15 – Renda monetária líquida anual da agricultura familiar. (CA - 1996 e 2006).....	154
Tabela 16 – Investimentos em melhorias (construção e reforma).(Ano agrícola 2012-2013).	158
Tabela 17 – Razões de abandono dos estabelecimentos rurais.....	162
Tabela 18 – Valor Agregado Bruto (VAB) anual. (Ano agrícola 2012-2013).....	165
Tabela 19 – Soja produzida agricultura familiar e não familiar. (CA - 2006 e projeções). ...	174
Tabela 20 – Consumo Intermediário (CI) dos estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2013).	176
Tabela 21 – Número de motocicletas. (Ano agrícola 2012-2013).	185
Tabela 22 – Número de automóveis por estabelecimento. (Ano agrícola 2012-2013).	186
Tabela 23 – Aparelhos celulares por estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2013).	189
Tabela 24 – Número de computadores por estabelecimento. (Ano agrícola 2012-2013)....	190
Tabela 25 – Oferta de água nos estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2013).....	195

Tabela 26 – Adoção da técnica da rotação de culturas. (Ano agrícola 2012-2013).....	197
Tabela 27 – Adoção da técnica da consorciação de culturas (Ano agrícola 2012-2013). ...	198
Tabela 28 – Adoção adubação orgânica. (Ano agrícola 2012-2013).	199
Tabela 29 – Investimentos em reflorestamentos em áreas degradadas. (Ano agrícola 2012-2013).....	202
Tabela 30 – Uso de alternativas para o controle de pragas e doenças. (Ano agrícola 2012-2013).....	206
Tabela 31 – Ocorrência de erosão de solos nos estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2003).	207
Tabela 32 – Investimentos realizados na área ambiental. Ano agrícola 2012-2013).....	209
Tabela 33 – Rendas de atividades não agrícolas.	221
Tabela 34 – Dias trabalhados fora do estabelecimento. (Ano agrícola 2012-2013).	225
Tabela 35 – Motivos dos membros das famílias em optar pelas atividades não agrícolas..	227
Tabela 36 – Expectativa de migração para a cidade.	229
Tabela 37 – Expectativas dos pais em relação dos filhos seguir a profissão de agricultor..	230
Tabela 38 – Perspectiva na sucessão dos estabelecimento.....	233
Tabela 39 – Expectativas positivas em relação à agricultura e suas famílias.....	235
Tabela 40 – Valores pagos pelo Programa Bolsa Família - PBF. (2016).....	237
Tabela 41 – Domicílios rurais beneficiários ou não da previdência. Brasil. (1993, 2004 e 2014.).....	238
Tabela 42 – Beneficiários de transferências sociais (aposentadoria, pensões e outros benefícios - auxílio doença, Bolsa Família - BPC, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS) por UF.	241
Tabela 43 – Ingressos anuais de aposentadorias, pensões e outras transferências sociais.	242

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da pesquisa – Pará.	48
Figura 2 – Localização da pesquisa – Pernambuco.....	49
Figura 3 – Localização da pesquisa – Santa Catarina.	49
Figura 4 – Localização da pesquisa – Paraná.	50
Figura 5 – Localização da pesquisa – Bahia.....	50
Figura 6 – Idealização do homem rural.	57
Figura 7 – Modelo de metamorfose dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA).	79
Figura 8 – Mercado de trabalho agrícola, posição na ocupação. (Brasil 2004-2015). Mil pessoas.	145
Figura 9 – Representação do <i>squeeze</i> na agricultura.....	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação de empresas de capital aberto nas bolsas de valores brasileiras...	67
Gráfico 2 – Tratores nos estabelecimentos rurais. (Brasil - 1970-2050). (Milhares)	140
Gráfico 3 – Valor Bruto da Produção da agropecuária – Brasil. (2000-2017).....	172
Gráfico 4 – Consumo de macro nutrientes (N, P, K). (Brasil - 1950-2016). (1.000 t).....	178
Gráfico 5 – Percentual de domicílios com computador por área. (2008 – 2014).	191
Gráfico 6 – Emissões de gases de efeito estufa por setor – Brasil. (1990-2015).	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Agricultural Adjustment Act
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAF	Associação Brasileira dos Produtos de Florestas Plantadas
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AGCO	Allis-Gleaner Corporation
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Bahia
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CA	Censo Agropecuário
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CGIB	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CI	Consumo Intermediário
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP	Conference of the Parties
CSA	Ciclos Sistêmicos de Acumulação
DD	Dinheiro- Dinheiro
DDT	Dicloro-difenil-tricloroetano
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DISOC	Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
DM	Dinheiro-Mercadoria
DMD	Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DS	Desenvolvimento Sustentável
EF	Expansão Financeira
EM	Expansão Material
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETP	European Technology Platform on Food for Life
EWG	Environmental Working Group
FAO	Food and Agriculture Organization
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDC	Intended Nationally Determined Contribution
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPNI	International Plant Nutrition Institute
IPO	Initial Public Offering
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MAARA	Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCR	Manual de Crédito Rural
MD	Mercadoria-Dinheiro
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NE	Nordeste
NINSOC	Núcleo de Gestão de Informações Sociais
NO	Norte
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não governamental
PA	Pará

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PE	Pernambuco
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAVEG	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação da Mata Nativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSE	Producer Support Estimate
PTF	Produtividade Total dos Fatores
REACH	Registration, Evaluation and Authorization of Chemicals
SC	Santa Catarina
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissão de Gases de Efeito Estufa
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIATER	Sistema Informatizado de ATER
SIM	Secretaria de Inteligência e Macroestratégia
SM	Salário Mínimo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TCU	Tribunal de Contas da União
UFs	Unidades da Federação
UnB	Universidade de Brasília
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
UNIVATES	Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior
VAB	Valo Bruto Agregado
VBP	Valor Bruto da Produção
VSR	Valor Sujeito a Recolhimento
WRI	World Resources Institute

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUMÁRIO	19
INTRODUÇÃO	21
PROBLEMA DE PESQUISA	32
OBJETIVO GERAL	33
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	33
HIPÓTESES	33
JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA	34
ESTRUTURA DA TESE	37
1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS: A METODOLOGIA	39
1.1 O UNIVERSO E O LOCALIZADO	42
1.2 O PÚBLICO ALVO	44
1.3 ESCOLHA DOS LOCAIS DE PESQUISA	45
1.4 OS DADOS DA PESQUISA E OUTRAS INFORMAÇÕES	47
1.5 A ANÁLISE DOS DADOS E A BUSCA DE EVIDÊNCIAS	48
1.6 ASPECTOS PRODUTIVOS DA AGROPECUÁRIA NAS UFs	51
2 MARCOS CONCEITUAIS E ANALÍTICOS	52
2.1 O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRÍCOLA: TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE	52
2.2 AS METAMORFOSES DAS REGIÕES RURAIS “NADA MAIS É COMO ANTES”	54
2.3 A FASE DA ACUMULAÇÃO: O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRÍCOLA	62
2.4 A FINANCEIRIZAÇÃO, O INCOMUM MARCO DA ACUMULAÇÃO NA AGROPECUÁRIA	66
2.5 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO (CSA)	72
2.5.1 Flexibilizar, adaptar e expandir	76
2.6 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA, A MONETARIZAÇÃO E AS RAZÕES PRÁTICAS DA VIDA COTIDIANA	82
2.6.1 Racionalização e competição	82

2.6.2	Sociação e sociabilidade	85
2.7	DINHEIRO É PODER, SIMPLES ASSIM!	88
2.8	OS MÚLTIPLOS MERCADOS: A CASO DA AGRICULTURA	97
2.8.1	A construção social dos mercados	101
2.8.2	A mercantilização e a lógica de mercado	104
2.9	AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE: A BUSCA DO ELO PERDIDO	107
3.	AS CONDIÇÕES PRODUTIVAS E RENDA MONETÁRIA	114
3.1	ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS – INFRAESTRUTURA PRODUTIVA.....	114
3.1.1	A estrutura fundiária, limitações e potencialidades	114
3.1.2	Serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER).....	124
3.1.3	A educação: um obstáculo histórico nas regiões rurais	131
3.1.4	Inovação e determinismo tecnológico	136
3.1.5	A in/capacidade de investimentos	147
3.1.6	A composição da renda monetária dos estabelecimentos rurais	158
3.2	COMENTÁRIO SÍNTESE	167
4	A MONETARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL, BENS DE CONSUMO E SUSTENTABILIDADE.....	170
4.1	MONETARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL, O CAPITALISMO “PELOS POROS”!.....	170
4.2	BENS DE CONSUMO E ACUMULAÇÃO, A SÍNTESE DO TRABALHO	184
4.3	AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE, QUASE UM DELÍRIO!.....	192
4.4	COMENTÁRIO SÍNTESE	213
5	A BUSCA DA REPRODUÇÃO SOCIAL, UM DESEJO E UMA AVENTURA	216
5.1	RENDAS DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS.....	216
5.2	AS REGIÕES RURAIS ENTRE O HOJE E O PREÇO DO AMANHÃ!.....	226
5.3	AS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, COMPENSAÇÃO OU VIRTUDE?	236
5.4	COMENTÁRIO SÍNTESE	244
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
	REFERÊNCIAS	254
	APÊNDICE (S)	277
	Não se aplica	304

INTRODUÇÃO

O que temos é o tempo, o eterno envelhecedor de dias e de memórias. O futuro é quase sempre um exercício desesperado de adivinhações, o passado, por outro lado, é um adestramento melancólico de velhas lembranças. Ou, como prefere Losurdo (2015), diante da ausência de um mundo novo, o velho aparece idealizado e transfigurado, mas é apenas uma lânguida e frágil nostalgia, e nada mais do que isso. E o tempo presente observado, mas não refletido, mumifica o passado. O tempo, do mesmo modo, é tecido por velocidades dessincronizadas e afetam os mundos e os seres de formas singulares e diferenciadas. O tempo, para Gibran, é uma tentativa de ajustar o “[...] vosso comportamento e mesmo de reger o curso de vossas almas de acordo com as horas e as estações, contudo, [...] o que em vós escapa ao tempo sabe que a vida também escapa ao tempo” (GIBRAN, 1980, p. 59).

O tempo é do mesmo modo um tirano que se deleita em continuamente destruir memórias, e a lembrança do próprio tempo. É rápido para alguns, lento para outros. É retilíneo, sinuoso ou dessemelhante, mas jamais retorna. Alvin Toffler (2012) se refere à metáfora do “trem do tempo” percorrendo sobre a velocidade dessincronizada das instituições e da sociedade. Afirma que a cem quilômetros por hora está o rápido mundo dos negócios, a sociedade civil anda a noventa, a família move-se a sessenta; os sindicatos vão tropeçando a trinta quilômetros por hora; o governo a vinte e cinco; as escolas atônicas a dez; as agências nacionais ou os partidos políticos, quase parando a três quilômetros por hora e, por fim, as leis, a passo de tartaruga, movem-se a um quilômetro por hora.

Entretanto, não são muitos os que ocupam a posição de observadores perspicazes e atentos à velocidade e aos sinais dos tempos. Há de ser um indivíduo autoconsciente e pragmático, agente físico e intelectual que ao contar o tempo, elabora e faz as medidas, e anuncia ao mundo o saber desvelado. Quase sempre é o visionário incompreendido e isolado por seu povo. É aquele que melhor compreende e ilumina o que não está nas aparências. Bourdieu, Chamboredon e Passeron, (2004b) defendiam que a apreensão do fato inesperado pressupõe o exercício da atenção minuciosa e metódica, além da pertinência, substância e coerência das indagações.

Dessa forma, o ato singular da criatividade que conduz à solução de um problema ou de uma situação inusitada deve, sobretudo, romper com as relações comuns e aparentes da suposta realidade para fazer surgir um novo sistema de relações e de interpretações, que emergem à luz do novo quadro da realidade empírica de referências. O que Bourdieu e

tantos outros sociólogos sistematicamente insistem e exigem daqueles que buscam a revelação do conhecimento e do fazer científico é o estudo permanente, disciplinado, metódico, obstinado, e além de uma grande dose de audácia, arrojo e de elegância na investigação daquilo que pertence cotidianamente ao senso comum.

Koselleck (2006, p. 67) admite que muitos estudiosos, diante desse dilema, preferem se esconder por detrás do discurso redundante e inócuo na medida em que “A imitação dos antigos nasce com o temor dos homens em comprometer-se com a realidade [...]”. Ou então, como ironiza Taleb (2015, p. 37), quando a visão política dos atores sociais é negar a realidade “[...] somos apenas uma grande máquina de olhar para trás, e que os humanos são ótimos em se autoenganarem.” E quando entra em contato com a história, prossegue o argumento de Taleb, a mente humana padece do que ele chamou de “terceto da opacidade”. Primeiro, a ilusão da compreensão, ao imaginar que percebemos o que está acontecendo, como se as rupturas e descontinuidades possuíssem causas específicas e únicas. Segundo, é a distorção retrospectiva (a história não se arrasta, dá saltos), ao repousar na ideia de olhar o mundo pelo fato refletido pelo retrovisor do tempo. Terceiro, a supervalorização da informação factual e na ausência de conhecimentos aprofundados.

Dessa forma é adequada e pertinente a metáfora que trata sobre o tempo e sobre a velocidade, pois capta e traduz em grande medida as ocorrências cotidianas na agropecuária e nas regiões rurais brasileiras e, por extensão, na vida rotineira dos agricultores familiares, diante da necessidade em descortinar e compreender o rumo das mudanças. É preciso considerar o tempo e as velocidades dos indivíduos e das instituições na capacidade de capturar e traduzir a realidade, e algumas terão de fato que ser empurradas ou até mesmo ultrapassadas. Outras serão engolidas pelo tempo e pelas circunstâncias do devir dos homens e da sociedade, enquanto muitas outras perecerão, completando o ciclo natural das coisas e da vida: nascer, florescer e fenecer.

A história do desenvolvimento da agropecuária e da sociedade brasileira dos últimos cinquenta anos estão diretamente conectadas. Vem se consolidando a transformação entre um país eminentemente rural e agrícola para outro predominantemente urbano e industrial. Os dados dos censos demográficos demonstraram que entre os anos de 1950 e 1991, as regiões rurais perderam cerca de 37,2 milhões de habitantes, e mais 14 milhões entre 1991 a 2010. Em 1950, cerca de 63,84% da população residia nas regiões rurais, mas em 2010, foi de apenas 15,64% (IBGE, 2010). E evoluímos de um país importador de alimentos para um dos principais *players* do mercado agrícola mundial.

Apesar dessa façanha, não devemos esquecer dos expressivos e compulsórios custos sociais e ambientais trazidos pelas transformações, cujos reflexos ainda são sentidos e vividos na sociedade brasileira. A amplitude desses custos foi e continua a ser

exaustivamente explorada pelos estudos rurais, concordando e assimilando ser um fato forçoso: que a base técnica, econômica, sociocultural e demográfica de ser, fazer e permanecer na agricultura foi, e continua sendo radicalmente transformada.

Antônio Cândido (2003), ao estudar os caipiras de Bofete, no interior da São Paulo, ainda na década de 1950, foi um dos pioneiros em captar parte dessas transformações. Apresentou uma relevante e sofisticada percepção sociológica das mudanças sociais daquela região rural paulista. Apesar de parecer recente em termos empíricos, antecipou um campo promissor para os estudos rurais no Brasil, a caracterização e a transformação dos meios de vida do meio rural, ao observar as estratégias de reorganização social e estrutural da vida familiar, e para enfrentar as necessidades emergentes de um rudimentar e incipiente mercado na vida dos agricultores. Assim, percebeu a penetração ainda embrionária e irrefletida de uma nova racionalidade econômica e monetária na vida cotidiana dos caipiras. Segundo o seu clássico estudo “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida”, foi preciso ao afirmar que:

Surge daí uma situação inédita: a construção necessária dum orçamento, ainda que virtual, como base da economia doméstica. A uma fase em que o dinheiro é quase ausente desta, sucede outra, em que ele assume vulto cada vez mais poderoso pelo incremento da compra e da venda. O consumo de bens produzidos *in loco*; a troca de bens e serviço, todo o ritmo tradicional de vida, em suma, condicionavam um comportamento econômico por assim dizer *instintivo*, onde o cálculo, no sentido estrito, inexistia praticamente. A situação atual impõe um mínimo de racionalidade, manifestada pela previsão, a ordenação (por embrionária que seja) duma receita e duma despesa, pois a avaliação monetária se estende a setores cada vez mais numerosos. (CÂNDIDO, 2003, p. 211, grifos do autor).

A citação acima é reveladora do fato social espontâneo representado pelo comportamento econômico rudimentar, e põe em relevo a centralidade das estratégias e o âmago da questão: garantir minimamente a viabilização da subsistência do grupo familiar. E essa vai sendo transformada por rupturas impostas pelos liames da monetarização da vida social. Dessa forma, é razoável admitir que a satisfação dessa necessidade, ao se tornar cotidiana influenciou a produção da cultura. Para Williams (1969, p. 305) “[...] a ideia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou a nossa vida. [...]”. A ideia de cultura é a resposta global que demos à grande mudança geral que ocorreu nas condições de nossa vida comum.”

Aqui é oportuna a expressão e o conceito de rotinização interposto por Giddens (2003), ao introduzir o pressuposto da consciência prática como parte importante da continuidade e personalidade do agente em ação, ao percorrer os caminhos das atividades cotidianas dos

indivíduos e das instituições da sociedade, as quais só os são mediante a contínua e ininterrupta reprodução. Dessa forma, o exercício da consciência prática está relacionado à maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais que regem a sociedade, e que são apenas implicitamente apreendidas pelos atores.

Cândido (2003, p. 178), em outra passagem, anota que o movimento induzido pela economia monetária na vida tradicional e cotidiana dos agricultores acaba reduzindo a sua autarcia. Ao mesmo tempo se ampliam os riscos e as fragilidades expressas, uma vez que, “[...] o fim de regime de autossuficiência econômica não permite ao pequeno agricultor prover as próprias necessidades alimentares.”. Assenta, dessa forma, a mercantilização da sobrevivência imediata das famílias rurais (BERNSTEIN, 2011), como uma das expressões contundentes e práticas das transformações modernizantes nas atividades agropecuárias.

É oportuno o enunciado de Gazolla (2004), ao estudar as influências da “*sojicização*” dos agricultores familiares localizados na região missioneira do Rio Grande do Sul, cujos reflexos foram observados e expressos pela mercantilização do consumo alimentar, “[...] que se desenvolve com a compra direta dos alimentos pelos agricultores de feirantes, fruteiros e vendedores ambulantes de gêneros alimentícios que percorrem as comunidades [...]” (GAZOLLA, 2004, p. 131). Essa transformação em particular pode ser interpretada com uma das inúmeras variáveis trazidas pela modernização da agricultura, em que os agricultores foram capturados pela opção, indução ou compulsão de cultivos comerciais na busca de “produzir” dinheiro, em detrimento da produção de alimentos para a manutenção da família.

No Brasil, a trajetória da modernização da agricultura foi pensada e efetivada por meio de um longo processo histórico articulado e desempenhado entre vários atores (Estado, sistema financeiro, instituições de pesquisa, indústria de insumos e máquinas, agentes de assistência técnica e extensão rural e agricultores), os quais percorreram distintos movimentos, direções, velocidades, tempos e distinções regionais diferenciados, que ainda não foram completamente compreendidos em termos analíticos. Não obstante, têm sido inúmeras as tentativas de muitos estudiosos em buscar interpretar a extensão dos efeitos do fenômeno da modernização da agricultura e das regiões rurais. Do mesmo modo, foram dispensados esforços para demonstrar as mutações na ordem interna dos estabelecimentos dos agricultores familiares, e nas influências impostas na busca pelos diversos mercados.

Além disso, são numerosos os reflexos causados pelas inovações tecnológicas e pela adoção de novos processos administrativos e gerenciais, exigidos continuamente pelo mundo competitivo e concorrencial do modo de produção capitalista estendido ao mundo rural. Essas mutações produziram e colocaram em evidência analítica incontáveis contradições, conflitos e tensões sociais, econômicas e culturais. Em consequência, os imperativos econômicos parecem estar largamente subordinando os imperativos

agronômicos (além de outros), notadamente acentuados, sobretudo, em décadas recentes.

Entretanto, essa é uma hierarquização ainda pouco considerada e afeita a reações de ceticismo pelos pesquisadores do desenvolvimento do meio rural (NAVARRO, 2016). Outro autor especialista no tema, Graziano Neto (1985), admite, da mesma forma, que as transformações socioeconômicas e produtivas possam ter sido básicas para elevar a agropecuária ao nível dos “negócios da agricultura”. Essa perspectiva foi uma tentativa adotada pelos diferentes agricultores, a fim de acompanhar as tendências mais gerais de transformações da economia e da sociedade. O autor enfatiza que,

[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente. (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27).

E de fato, o regime econômico expandiu a dependência, a subordinação e a intensificação da agricultura por meio das trocas mercantis expressas pela aquisição de insumos produtivos e tecnológicos e de outros processos econômicos, como as mudanças no mercado de trabalho, oferta de mão de obra, crédito rural, assistência técnica e pela necessidade crescente da comercialização dos excedentes da produção. Dessa forma, se dilatou o processo de monetarização da vida social dos agricultores, potencializada pela transformação técnica e gerencial das estratégias e nas formas de produzir, administrar e de se reproduzir material e socialmente na agricultura. Significa igualmente dizer que a necessidade de inserção aos mercados, em contextos de crescente acirramento concorrencial, passou a exigir a necessidade de profissionalização dos agricultores familiares na operacionalização das atividades agropecuárias, movidos por uma sociabilidade especialmente capitalista, que busca primeiramente a geração de excedentes que possam ser convertidos em mercadorias passíveis de troca mercantil.

A sociabilidade capitalista a seu turno, não se trata de nenhum conceito inédito nas ciências sociais. O livro “A Miséria da Filosofia” de Marx, publicado em Paris em 1847, marca a primeira e embrionária formulação desse conceito e expressa, segundo o autor a propriedade daquilo que possa ser deliberado como propriedade passível ou adequada de alienação e comercialização por meio da troca e do intercâmbio mercantil. É “[...] qualquer coisa, moral ou física, que ao converter-se em valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada no seu mais justo valor” (MARX, 1974, p. 27).

São as mercadorias em geral, os produtos resultantes do esforço do trabalho ou da posse deles. Incluem os objetos tangíveis (coisas), e os não tangíveis (virtude,

conhecimento, consciência). Nesse aspecto, Gorz (2005) argumenta que a inclusão dos bens imateriais produzidos pela sociedade é a nova fronteira a ser incorporada como mercadoria com valor de troca e a derradeira etapa do desenvolvimento do capitalismo. Assim, a sociabilidade capitalista é a pulsão dos indivíduos que transforma os bens materiais e imateriais em itens comercializáveis por meio do sistema articulado de trocas mercantis ao serem facilitados e intermediados pela circulação do dinheiro.

Nos escritos dos *Grundrisse*, Marx (2011) amplia o alcance desta ideia, ao referir que os indivíduos se expõem e se manifestam como sujeitos aptos a fazer trocas, na condição de proprietários das mercadorias ou detentores de moeda equivalente. São os elementos que se cristalizam nas diversas etapas e quantidades de tempo e trabalho social. É com o avanço da sociabilidade, e por meio das ações vinculadas ao mundo do trabalho, que se configura a força modeladora e transformadora da natureza. Essa força influencia o homem, do mesmo modo, a agir da forma que age com vistas à preservação do auto interesse, traduzido sobre a forma da apropriação privada dos excedentes produzidos.

Desse modo, não surpreende que o objetivo das atividades agropecuárias seja transformado na busca do lucro extraordinário, influenciadas pelo padrão produtivo da modernização capitalista, em que as dinâmicas do desenvolvimento são marcadamente exógenas, retirando a autonomia dos agricultores, inclusive, no que diz respeito do que vai ser cultivado. Por outro lado, se configura o processo de seleção social, na medida em que um expressivo número de agricultores familiares, especialmente os mais fragilizados, ao não se adaptarem às novas reivindicações mercadológicas, culturais e concorrenciais impostas pela exigência competitiva, está sendo eliminado do processo produtivo vigente.

O resultado geral é que as atividades agropecuárias, ao serem comandadas pela necessidade de gerar rendas extraordinárias, exigem a adoção de um nível mínimo de racionalidade e de cálculo econômico. Significa dizer que os agricultores passam a operar sob o guarda-chuva da sociabilidade (capitalista), a qual influencia a transformação das mentalidades e dos comportamentos sociais. Ao mesmo tempo, esse processo reduz a viabilidade e a possibilidade socioeconômica dos sistemas tradicionais de produção, na medida em que os aspectos tecnológicos, administrativos, gerenciais e concorrenciais impostos pelo modelo se tornaram o carro-chefe das transformações produtivas.

Os agricultores familiares estudados nessa tese obedecem aos parâmetros normativos conforme e as diretrizes previstas na Lei 11.326/2006. Contudo, devemos considerar que as regiões rurais brasileiras são distintas, e particularmente, os agricultores notavelmente heterogêneos (os assentados da reforma agrária, quilombolas, comunidades tradicionais, etc., e que não foram o escopo de estudo dessa tese). Essa diversidade revela as inúmeras e diferenciadas estratégias dos agricultores de como os recursos materiais e humanos são

utilizados para garantir a reprodução social e material. Por vezes, grande parte dessa diversidade não pode ser contemplada no âmbito expresso nos ditames da lei. Mas, o processo geral revela um traço comum e transversal, a busca de excedentes comercializáveis traduzidos sob a forma de lucros econômicos, consolidada pela crescente monetarização da vida social e cotidiana da maioria dos agricultores.

Dessa forma, o imperativo econômico está submetendo, as demandas agronômicas, e inclusive, as demandas da sustentabilidade dos ativos ambientais e dos recursos produtivos utilizados, em que as consecutivas mudanças induz a atividade agropecuária a se transformar rapidamente em atividade econômica. Desse modo, cabe a reflexão de como o conceito de sustentabilidade pode ser estendido e incorporado aos sistemas produtivos da agropecuária, especialmente às parcelas mais empobrecidas.

A busca contínua da geração e da acumulação de dinheiro se tornam essenciais, e passam assim a ser interpretadas com a “unidade básica” resultante dos esforços e desejos dos indivíduos e símbolo totalizante da sociedade moderna (SIMMEL, 1999). Expressa do mesmo modo, a impessoalidade racional, calculista e concorrencial dos relacionamentos humanos, os quais se tornam relativamente fracos e individualizados. Isso ocorre na medida, em que os agricultores passam a ser governados e regidos pela competição na busca de melhor posição para a realização das trocas de suas mercadorias. Esse fator vem se intensificando e se tornando a base preponderante e seletiva de acumulação privada nas regiões rurais em décadas recentes, embora não possa ser considerado como exclusivo.

Além disso, devemos considerar que a contínua irrigação financeira por grandes grupos econômicos (*holdings, tradings*) está promovendo mutações estruturais na condução das atividades agropecuárias no cenário brasileiro. Esse processo está pressionando e excluindo da produção os pequenos (agricultores familiares) e do mesmo modo, os médios produtores, que diante da desigualdade de forças, não acumulam condições produtivas e organizativas capazes de competir. É um movimento completamente distinto das épocas anteriores, e defendido por Buainain *et al.* (2013c) e de Buainain *et al.* (2014c) e sugere a emergência de um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola traduzido entre outras características, pela financeirização das atividades agropecuárias (BALESTRO; LOURENÇO, 2014). Esse processo pode ser interpretado como uma das extensões dos ciclos econômicos de acumulação (CSA) (ARRIGHI, 2011) e se amplia nas regiões rurais de forma notável, mas pouco explorada pelos estudos do desenvolvimento rural.

A financeirização introduz o capital financeiro em quase todos os segmentos produtivos da agropecuária, desconectados da produção, tornando-os crescentes e determinantes ao se converter em mais um dos meios da ampliação da acumulação privada, que se estende às áreas de expansão da periférica fronteira da agropecuária brasileira e

que reúne condições de exploração. Dessa forma, os espaços e regiões periféricas podem ser integrados de forma sistemática aos fluxos globalizados que dilatam a extensão e a expansão geográfica e reprodutiva do capital (HARVEY, 2006). A análise realizada por Freitas Jr. (2013) é reveladora e pertinente nesse aspecto, ao refletir sobre o recente *boom* da exploração da soja na região do MATOPIBA¹, enfatizando que:

O que mais chama atenção em relação ao avanço da produção em uma das regiões mais pobres do país é o perfil desse crescimento. Trata-se de um fenômeno impulsionado pela chegada de grandes empresas de capital aberto, controladas por fundos estrangeiros ou por empresários nacionais ligados a outros ramos da economia. E que exploram um modelo de produção que combina altíssima escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais. (FREITAS JR., 2013, p. 1).

De forma que tomando por referência a trajetória da modernização da agropecuária brasileira, se reproduz em grande medida as possibilidades de “desastres anunciados” (ambientais, socioculturais, econômicos), agora dilatados sob a roupagem e efeitos da financeirização das atividades. O modelo em curso, em grande parte apoiado pelo Estado e aproveitado pelos agentes privados, potencializa os impactos ambientais e sociais, por meio da exclusão produtiva e, especialmente, consolida o desenraizamento e a migração forçada aos centros urbanos de famílias rurais, que diante de forças tão desiguais e sem apoio de políticas públicas têm poucas possibilidades de oferecer resistências.

Esse fator é interpretado como uma das manifestações de transformação das regiões rurais, e dos rumos que estão sendo trilhados pelo desenvolvimento agrário e agrícola brasileiro, em uma modalidade distinta do que fora observado no passado. A realidade das regiões rurais vem sendo visivelmente transformada no período recente, cujas ferramentas metodológicas e teóricas deveriam considerar a necessidade de aprimoramentos. Martins (2014, p. 180) sublinha que o “[...] Brasil que desconhecemos tornou-se maior do que o Brasil que conhecemos”. De forma que a imposição da realidade revela que “[...] vivemos uma dessas épocas em que se faz notória a insuficiência do quadro conceitual para apreender uma realidade em rápida transformação” (FURTADO, 1998, p. 21).

Entre as inúmeras possibilidades e perspectivas teóricas que abordaram as transformações e influências macrossociais, a literatura sobre o desenvolvimento rural buscou igualmente compreender a extensão dos domínios do capitalismo por meio da compreensão da análise dos ciclos econômicos de longa duração (BRAUDEL, 1996). O

¹ “MATOPIBA”: acrônimo criado com as letras iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia para designar a nova fronteira agrícola de expansão da soja. Compreende o oeste da Bahia, sudoeste e sul do Piauí, sul do Maranhão e nordeste de Tocantins.

autor buscava caracterizar o ritmo das mudanças no tempo e no espaço, capturadas e traduzidas na constância e inconstância, e nas repetições e retrocessos socioeconômicos.

Contudo, foi Arrighi (2013) quem conciliou e adaptou os conceitos de ciclos econômicos de longa duração defendidos por Braudel, o sistema-mundo elaborado por Wallerstein (1999, 1991) e a abordagem da “comparação incorporada” instituída por McMichael (1990), além de empreender esforços para construir a ideia conceitual dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA). Essa é uma ferramenta teórica considerada pertinente e oportuna para explorar e interpretar os processos que resultaram em avanços, descontinuidades e a expansão do capitalismo na agricultura brasileira, cujos efeitos emergiram, especialmente, nos meados da década de 1970.

Dessa forma, é pertinente anuir que os movimentos perpetrados pela agricultura brasileira perseguem uma lógica fundada no capitalismo histórico, na medida em que este se torna o *locus* concreto, integrado e delimitado no tempo e no espaço. As atividades produtivas e os objetivos econômicos aspiram a acumulação incessante do capital; e se transformam em “lei” (WALLERSTEIN, 2001). Outro aspecto a ser lembrado é que o processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu concomitantemente com a expansão material capitaneada pelo centro da economia mundial, sob a tutela do CSA do período norte-americano. A expressão da expansão financeira do final desse ciclo, possibilitou o deslocamento de capital para investimentos nas regiões periféricas. A irrigação de capital tem sido absorvida por um grupo seletivo de agricultores e por grandes empresas do agronegócio, que ao investir em tecnologia e infraestrutura alcançaram ocupar e ampliar os espaços nos mercados e se diferenciaram material e socialmente dos demais.

Entretanto, no universo microssocial, o traço mais revelador levantado pela pesquisa de campo dessa tese, foi o elemento da monetarização da vida social das famílias rurais, consequência em grande parte da irrigação financeira das regiões rurais. Esse é um fenômeno que têm sido observado e anotado com mais clareza em período mais recente, por alguns autores tais como Buainain *et al.* (2013c), Buainain *et al.* (2014c) e Navarro (2016). Ainda que possa ser uma abordagem embrionária, o fenômeno enfatiza novas formas de produção e de acumulação econômica, combinadas com a adoção de tecnologias e a crescente concorrência entre os agricultores. Esse processo é influenciado e conduzido pela emergência de uma nova “mentalidade-guia”, na medida em que socializa regido por um novo caráter, o qual Sennett (2015, p. 10) o definiu como “[...] o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com ou outros [...]” e transforma os comportamentos sociais. A expressão sintomática mais evidente desse processo é a contínua monetarização da vida social das famílias rurais, e ocorre por meio da externalização produtiva das atividades agropecuárias com vistas a atender às

necessidades de acesso aos múltiplos mercados concorrenciais, como estratégia para gerar excedentes econômicos visando à reprodução social e material e à acumulação privada.

Por outro lado, essa tendência significa aprofundar o encurralamento socioeconômico dos agricultores familiares e dos médios produtores em situação de fragilidade estrutural e produtiva. Esse processo está produzindo reflexos no plano empírico, caracterizado pela diferenciação social entre os agricultores familiares e entre as regiões rurais. Se enveredarmos pelas visões defendidas pelos autores marxistas, especialmente, a partir das contribuições clássicas de Marx, Lenin e Kautsky, verificaremos que esses agricultores seriam irremediavelmente eliminados. A expansão do capitalismo na agricultura, segundo estes autores, suprimiria as formas incipientes e não capitalistas, devido à incapacidade de concorrer com as grandes explorações. Kautsky distinguia a superioridade técnica do grande estabelecimento, pois “[...] quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (KAUTSKY, 1972, p. 87). O autor tcheco-austríaco defendia ainda que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura seria lento, gradual e subordinado à indústria. Os pequenos proprietários seriam apenas fornecedores de mão-de-obra para as unidades maiores, e as rendas acessórias (não agrícolas) seriam uma das estratégias possíveis de sobrevivência.

Modernamente, a realidade revelou que as pequenas explorações não apenas sobreviveram, mas uma parcela delas se modernizou incorporando tecnologia e aumentando a produção e a produtividade, tornando-se funcionais ao modo de produção capitalista, na medida em que produz matéria prima para o setor industrial e alimentos a baixo custo para as populações urbanas (ABRAMOVAY, 2012; DELGADO, 2001). E do mesmo modo consumindo produtos industrializados necessários à produção.

A tese revelou que os agricultores familiares posicionados nas Unidades da Federação (UFs) da região Sul (PR e SC) apresentaram as maiores possibilidades de reprodução social e material de seus estabelecimentos. Contudo, igualmente estão expostos e sujeitos aos riscos de exclusão das atividades agropecuárias, em comparação aos agricultores localizados na região Norte (PA) e na região Nordeste (PE e BA). Isso ocorre na medida em que o avanço da mercantilização reduz a margem de manobra e erros dos agricultores.

Diante do exposto, se torna central a análise desta tese, que é interpretar a expansão, a magnitude econômica e espacial da agricultura familiar em período recente, trazido pelo novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, revelada em dimensões totalmente distintas do que ocorreu no passado. Do mesmo modo, pretende considerar e analisar em termos empíricos a extensão e os impactos das relações tecnológicas, gerenciais, administrativas e monetárias entre os agricultores familiares que operam a “pequena

produção rural”, e presentes na literatura dos estudos rurais, sob o escopo da Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Esse grupo de agricultores é caracterizado pela grande diversidade e heterogeneidade de formas sociais e de organização e trabalho.

Esses agricultores foram nomeados sob a designação “[...] de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril” (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 9-10). Essas denominações foram fundamentais para a emergência política e da perspectiva denominada de “agricultura familiar”, expressão exaustivamente estudada por autores como Abramovay (2012), Veiga (2012), Lamarche (1993), Carneiro (1998), Schneider (2003), apenas para referendar alguns autores que trataram da temática.

Essa categoria social de agricultores é comumente aceita e utilizada amplamente na literatura do desenvolvimento rural, e serviu de base e argumento para a disputa de políticas públicas para o segmento. Por conseguinte, a agricultura familiar, apesar de ainda não se constituir um conceito sociológico criticamente elaborado em *stricto sensu*, contudo, possui a força e a expressão de um relevante ator político sobre o qual se forjou e se formou uma narrativa discursiva e identitária. Essa perspectiva é aceita por parte expressiva da sociedade brasileira. Entretanto, a literatura registra que há uma intensa polêmica sobre a necessidade de um conceito mais elaborado e que ofereça mais qualidade classificatória, todavia, essa perspectiva não representa o escopo de interesse de pesquisa da tese.

Para tanto, é necessário iluminar algumas referências conceituais que serão usadas nessa tese. O conceito de “desenvolvimento agrícola” adotado nesse trabalho é utilizado para descrever as condições de produção agropecuária, a partir, especialmente, de suas características estritamente materiais e produtivas em um dado período de tempo. Já a expressão “desenvolvimento agrário”, a seu turno, se caracteriza pelas interpretações concebidas acerca do mundo rural em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões. Inclui do mesmo modo, as socioculturais e aquelas de natureza política e institucional. É, portanto, indispensável à compreensão e o entendimento de ambos os conceitos para compreender os processos constitutivos e necessários para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

Por outro lado, há elementos tais como: a tecnologia e a inovação, a diferenciação social bifronte (duas frentes, faces ou rostos), o papel exercido pelo passado, a opção de saída do Estado e a ativação de relações socioeconômicas perversas que induzem a admitir que as regiões rurais brasileiras estejam sob o jugo de um conjunto intrincado, incessante e articulado de transformações socioeconômicas e culturais. Esse conjunto de mudanças está repercutindo sensivelmente na condução das atividades agropecuárias, e sugere que estamos sob a emergência de um novo padrão do desenvolvimento agrário e agrícola,

possivelmente vem sendo instituído e notado a partir da década de 1990.

Nesse aspecto em particular, Navarro (2016), com base no trabalho empírico realizado por Gasques *et al.* (2010), e que trata sobre a evolução da produtividade total de fatores (PTF) da agropecuária brasileira observou tendências históricas distintas desse indicador ao longo do tempo. Com base nessa referência afirma que talvez “[...] seja possível registrar que a *emergência do novo padrão agrícola e agrário [...] tem uma “certidão de nascimento” (1997), quando a PTF elevou-se para um nível expressivamente superior, demonstrativo de um patamar de intensificação produtiva*” (NAVARRO, 2016, p. 35, grifos do autor).

Esses elementos podem ser traduzidos e analisados no ambíguo processo de difusão e inovações tecnológicas na agropecuária, o qual vem se tornando o ingrediente essencial do “desenvolvimento agrário de dupla face”, como um dos elementos que aprofundam a diferenciação social e a seletividade econômica entre os agricultores familiares. De um lado, expõe a relação perversa e dos riscos de exclusão sistemática de uma parcela expressiva de agricultores familiares. Isso ocorre em face a necessidade continuada da profissionalização e especialização da atividade. Agregue-se ainda, a evasão dos filhos e a crescente escassez de mão de obra rural está impondo e potencializando a exclusão produtiva e social e conformando o avanço do deserto demográfico nas regiões rurais.

Do outro lado, advém a consagração de um seletivo grupo de agricultores familiares que consegue acessar recursos e converter em possibilidades de produção e de prosperidade materiais. Este fenômeno não representa nenhuma novidade nos estudos das regiões rurais brasileiras, contudo, o fator revelador é a exacerbação da importância dos aspectos tecnológicos, administrativos, gerenciais e dos tensionamentos concorrenciais e econômicos. Essas demandas se chocam com os entraves estruturais das regiões rurais (educação, formação técnica, acesso a terra, acesso ao capital e políticas públicas adequadas), exigidos pelas novas modalidades dos mercados agropecuários em cenários de quase ausência de políticas de desenvolvimento rural. Esse cenário está sendo acompanhado e regido pela crescente injeção de capital financeiro privado em investimentos produtivos e em especulação financeira das atividades agropecuárias.

PROBLEMA DE PESQUISA

Dessa forma, em face ao debate posto e buscando evidenciar a diversidade empírica dos agricultores familiares e, ao mesmo modo, das regiões rurais, é que emerge a problemática de pesquisa da tese, na medida em que considera os descompassos e a heterogeneidade dos distintos processos de desenvolvimento das regiões rurais brasileiras,

e que se aplicam aos diversos grupos de agricultores. E com base nessa lacuna aberta nos estudos rurais buscar-se-á responder à pergunta-chave que orienta essa pesquisa.

Quais os impactos causados pela monetarização da vida social dos agricultores familiares, diante das influências do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola ao combinar o acirramento concorrencial, inovações gerenciais e tecnológicas para elevar a produção e produtividade e gerar renda nas atividades agropecuárias?

OBJETIVO GERAL

Analisar os impactos na vida dos agricultores familiares em face ao novo padrão de desenvolvimentos agrário e agrícola frente aos cenários de acirramento concorrencial em que as inovações gerenciais, administrativas e tecnológicas são utilizadas para aumentar a produção e produtividade e gerar renda extraordinária nas atividades agropecuária por meio da inserção aos múltiplos mercados agropecuários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar e analisar as rendas monetárias dos agricultores familiares que expressam a diferenciação social entre eles e entre as regiões rurais.
- b) Avaliar os aspectos tecnológicos e as práticas produtivas dos agricultores familiares, as necessidades de geração de renda e consumo relacionando-os com as demandas impostas pela sustentabilidade.
- c) Elaborar indicadores relativos aos ingressos de renda de outras fontes, fora da agricultura e fora dos estabelecimentos rurais, e as perspectivas à respeito da agricultura e da continuidade das atividades dos estabelecimentos rurais.

HIPÓTESES

- a) As condições estruturais, produtivas e as necessidades de renda monetária, consolidam o desenvolvimento agrário e agrícola bifronte por meio da diferenciação social entre os agricultores familiares e entre as regiões rurais.

- b) A busca de renda, a acumulação material por meio do acirramento concorrencial monetarizam as relações da vida social dos agricultores familiares e gera mudanças nas práticas produtivas e no uso sustentável dos recursos materiais,
- c) A fragilização do ingresso de renda regular em face às mudanças socioeconômicas nas regiões rurais induz os agricultores familiares a buscar novas formas de trabalho por meio de atividades não agrícolas e garantir o ingresso de renda, inclusive pela migração.

JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA

Este trabalho se justifica na medida em que há uma retomada do debate acadêmico a respeito das possibilidades de sobrevivência socioeconômica de grande parte dos agricultores familiares (BUAINAIN *et al.* 2013c, 2014b; HELFAND; MOREIRA; JÚNIOR, 2014; NAVARRO, 2001; GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012). É um movimento regido em contexto de crescente monetarização da vida social das famílias rurais, e que está exacerbando a diferenciação social entre eles. Esse processo sugere que há indícios da emergência de um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola em curso.

Esses fatores têm transformado substancialmente os sistemas produtivos agropecuários em busca de excedentes e de acumulação privada. A consequência deletéria desse processo é que somente oferecem possibilidades de permanência na atividade aos mais preparados para uma economia de mercado, que se revela severamente seletiva. Se os agricultores familiares são habilidosos produtores de mercadorias, contudo, por vezes, são relutantes e rudimentares quando se trata de criar estratégias para comercializar seus produtos em mercados concorrenciais e competitivos. Por outro lado, é escasso o apoio de políticas de Estado para criar as condições estruturantes mínimas para o desenvolvimento rural. O desafio em termos de reflexão acadêmica é problematizar sobre a real capacidade dos agricultores familiares isolados e sem apoio institucional substantivo por parte do Estado em obter êxito na elaboração, construção e na concretização de mercados agropecuários cada vez mais competitivos e seletivos para seus produtos.

Outro aspecto relevante é que a busca de sustentabilidade dos meios de vida (*livelihood*) hodiernamente está diretamente conectada ao processo de monetarização da vida social dos agricultores familiares, mediante a necessidade contínua da circulação do dinheiro. Dessa forma, é pertinente refletir se a adoção de estratégias de diversificação

produtiva pode criar um portfólio ampliado de rendas, e que demonstraria a aptidão e a resiliência dos agricultores familiares para suportar choques e crises e permanecer na atividade. Do mesmo modo, visa analisar as possibilidades sociais e estruturais dos agricultores familiares em criar as condições adequadas às mudanças, para transformar as dificuldades em novas oportunidades de reprodução social e material. A dinâmica reativa e adaptativa dos agricultores familiares vem transformando o estudo dos meios de vida em um dos temas centrais do desenvolvimento rural, ao agrupar várias tendências e perspectivas multidisciplinares com o objetivo de ampliar o escopo das análises.

Além disso, há a necessidade de estabelecer limites menos agressivos no uso dos recursos naturais e ambientais e que são plenamente aceitáveis. E essa problemática afeta as atividades agrícolas de maneira geral. Dessa forma, é relevante o argumento defendido por Goldblatt (1996), sobre os reflexos ambientais da agricultura, que não estão restritas às atividades empresariais agropecuárias dirigidas ao mercado de exportações de *commodities*. O autor lembra igualmente que são expressivos os impactos ambientais causados pela agricultura de subsistência em todo o mundo e que, mesmo assim, estão abaixo de níveis mínimos de institucionalidade, e vivendo em situação de persistente pobreza. O panorama exige a elaboração de estratégias de inserção socioeconômica e a melhoria das condições gerais de vida dos agricultores familiares e perpassa, de modo incisivo, pela necessidade da sociedade refletir sobre qual é o lugar das regiões rurais e das famílias para o desenvolvimento geral do país, e que tipo de apoio institucional deveria ser implementado, inclusive para atender as demandas ambientais. A problemática do desenvolvimento e do fortalecimento das atividades agropecuárias deve ser assunto prioritário da alçada do Estado, e não somente uma atribuição regida e coordenada pelos mercados.

As opções buscadas pelos diferentes atores sociais pressionados pelo quadro de mercantilização da agricultura e da correspondente monetarização da vida social condicionam os arranjos político-institucionais, e se refletem nas estratégias de reprodução social e material dos agricultores familiares. Do mesmo modo, há um conjunto articulado de disposições institucionais que fomentam a racionalidade técnico-administrativa-gerencial, a qual, igualmente, repercute na vida dos agricultores na busca de geração e ampliação da renda, fator que deve ser melhor compreendido. Se busca retirar da terra a maior produção e produtividade possível através de produtos que possam ser capazes de gerar excedentes comercializáveis em um cenário de mercado concorrencial. Embora, se admita que existam outras possibilidades, mas o modelo hegemônico é o da mercantilização da agricultura.

Por outro lado, ainda é presente no debate brasileiro o argumento de que a agricultura deve ser moderna e competitiva, como condição básica suficiente para retirar as famílias rurais do atraso e da pobreza, e alcançar condições de autonomia e melhores condições de

vida (CONTERATO, 2008). Contudo, essa condição é reservada a uma parcela reduzida de agricultores, enquanto grande parte necessita de apoio institucional e de políticas estruturantes. Não obstante, no Brasil o panorama globalizante e neoliberal dos anos 90 reduziu sensivelmente o papel e a intervenção do Estado na economia. E, mesmo considerando as políticas e os programas de governo disponibilizadas a partir de 1996, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e de outras iniciativas posteriores, elas de fato vêm beneficiando cerca de 450.000 estabelecimentos da agricultura familiar, considerando os dados tabulados dos censos agropecuários de 1996 e 2006, realizado por Guanziroli, Buainain e Sabato (2012).

A crise e o desequilíbrio fiscal reduziram o orçamento da União destinado a financiar políticas estruturantes para as regiões rurais. Esse processo induz a refletir se apenas os instrumentos de mercado são adequados e suficientes para garantir o desenvolvimento rural. Assim, o quadro de aprofundamento da crise econômica contemporânea merece atenção analítica, e se faz necessário compreender as funções do Estado para a agropecuária no novo cenário de ajuste fiscal. É razoável admitir que o Estado tenha papel fundamental na elaboração e disponibilização de políticas públicas para apoiar as “funções rurais”. Contudo, cabe considerar se o atual cenário político e econômico permite possibilidades de arranjos institucionais para a expansão de sua função por meio da ampliação de recursos orçamentários para financiar políticas estruturantes, especialmente para os agricultores familiares em situação de fragilidade. Deve-se reconhecer, por outro lado, que o cenário brasileiro seja de ampliação e de expansão da produção agrícola em futuro próximo (OCDE-FAO, 2015), potencializando a agricultura comercial de larga escala.

Adicionalmente, uma justificativa de cunho pessoal, juntamente com as demais, me levou a essa tese. Sendo eu filho de agricultor com poucas posses, como tantos que vivem nessa condição. Cresci observando meu pai com suor no rosto, nenhum dinheiro no bolso, a labutar teimosamente, acreditando que no próximo ano, na próxima safra, a vida seria melhor. Fez isso por mais de cinquenta anos, consumindo vida e saúde, muitas vezes pela simples e prosaica razão de apreço e apego à sua terra, buscando nela sustento, prosperidade, identidade e honra ao defender que dez contos era muito dinheiro. Após muitos anos de luta, ele desistiu, com o sentimento de ter sido tudo em vão. Afinal, nenhum dos seus sete filhos permaneceu para guardar e manter os cinquenta e oito hectares de terra alvo das suas esperanças, os quais consumiram tanto de seus esforços.

Por fim, a tese se justifica pela extensão desse trabalho nas ações que compõem o projeto de pesquisa conduzido e realizado pelo sistema geral de projetos da Embrapa, denominado “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento

tecnológico”. O projeto visa, entre outros objetivos, buscar evidências empíricas acerca das relações monetárias do novo padrão de acumulação econômica nas regiões rurais brasileiras, que caracteriza a emergência do novo ciclo de desenvolvimento agrário e agrícola. Os detalhes adicionais relativos a essa pesquisa são especificados e detalhados no Capítulo 1 destinado aos aspectos metodológicos dessa tese.

ESTRUTURA DA TESE

Por fim, cabe apresentar a organização do trabalho. Além dessa Introdução, a tese é composta com mais quatro capítulos, um destinado aos procedimentos metodológicos e mais três dedicados à análise e discussão dos dados empíricos da pesquisa e, por último, as considerações finais. O primeiro capítulo discorre sobre a trajetória e os procedimentos metodológicos adotados e que orientaram a elaboração e a construção dessa tese. Elenca os critérios que foram seguidos para a demarcação do *locus* empírico em que foi realizado o trabalho de coleta de dados. Foram escolhidas as UFs do Pará (municípios de Tomé Açú, Viseu e Augusto Corrêa), Pernambuco (Petrolina), Bahia (Cruz das Almas e Uauá), Paraná (Itapejara d'Oeste, Francisco Beltrão e Verê) e Santa Catarina (o município de Concórdia). O capítulo trata ainda do tamanho da população que foi investigada, da base técnica da produção dos dados, das ferramentas utilizadas na formatação, a estrutura e os cruzamentos adotados na análise dos dados empíricos encontrados.

O segundo capítulo é eminentemente teórico. Apresenta as origens da nossa discussão e os fundamentos econômicos e sociológicos que orientaram a pesquisa. O capítulo analisa as expressões teóricas que evidenciam o novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola nas regiões rurais, a escassez de mão de obra rural e os processos de inovação tecnológica e gerencial. Debate sobre as novas modalidades de acumulação e de financeirização da agropecuária por meio do mercado de capitais e a relação desses fatores com os “ciclos sistêmicos de acumulação” (genovês, holandês, britânico e norte-americano), característica marcante da expansão e retração do capitalismo contemporâneo. Além disso, discorre sobre as expressões da sociabilidade capitalista reveladas por meio da monetarização da vida social dos agricultores familiares e das regiões rurais. A construção social dos mercados visto pelas lentes da sociologia econômica, a mercantilização e a constituição da lógica de mercado, a relação entre os domínios da agricultura e as dimensões explicitadas pela sustentabilidade ao tratar dos riscos e conflitos e crises ambientais inerentes às atividades desenvolvidas pela agropecuária.

O terceiro capítulo pondera sobre as condições estruturais e produtivas associadas às

necessidades de ingresso de renda monetária, como característica preponderante do desenvolvimento agrário e agrícola bifronte. Esse modelo exacerba a diferenciação social entre os agricultores familiares e entre as regiões rurais, e acena com possibilidades de manutenção e sobrevivência para uma parcela reduzida de agricultores familiares, os quais apresentam as melhores condições socioeconômicas de produção por meio de estratégias buscando aumentar a produtividade e a produção destinadas a ampliar a renda monetária. Trata das condições de oferta de assistência técnica e extensão rural, do nível de escolarização dos agricultores familiares, das influências do determinismo tecnológico, da capacidade de investimentos e da composição da renda monetária dos agricultores.

O quarto capítulo discute os processos de acirramento concorrencial, cuja característica central consolida a monetarização das relações da vida social dos agricultores familiares e o modo de como influenciam, em particular, a adoção de práticas produtivas que possam acenar com o uso racional e sustentável dos recursos materiais disponíveis. Esse fator é alvo de controvérsias, na medida em que a prioridade é a busca de renda monetária que possa ser convertida em bens de consumo e de acumulação material e indispensável ao bem-estar da família e à reprodução social do estabelecimento rural. Além disso, discorre sobre a produção agrícola e as demandas da sustentabilidade.

O quinto capítulo discorre sobre a fragilização da geração de renda dos estabelecimentos rurais oriundas somente das atividades agropecuárias de uma parte expressiva de estabelecimentos rurais, e das expectativas dos agricultores familiares em face às mudanças socioeconômicas que estão ocorrendo nas regiões rurais. Essas transformações pressionam os agricultores familiares a buscar novas formas de trabalho, e de garantir o ingresso de renda regular, inclusive, por meio de alternativas fora da agricultura e fora dos estabelecimentos rurais, que por vezes os levam à migração forçada.

Por fim, o último capítulo, foi destinado às considerações finais, ao apresentar os resultados do presente estudo, do mesmo modo, aponta algumas questões práticas, teóricas e analíticas que necessitam ser ampliadas em futuras investigações, identificando os possíveis avanços e limitações para os agricultores familiares, em face às consequências da consolidação do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola.

1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS: A METODOLOGIA

O objetivo desse capítulo é discorrer sobre a trajetória metodológica utilizada para a elaboração da tese. O primeiro tópico se destina à demarcação do espaço empírico e da população investigada; o segundo, se refere sobre as preferências na escolha dos municípios em foi realizada a pesquisa empírica e o terceiro trata da base técnica da produção dos dados e também, as ferramentas utilizadas na estrutura e análise dos dados.

Dessa forma, delimitada a problemática, o marco teórico referencial, em termos metodológicos optou-se pelo estudo de caso, devido a abrangência extremamente ampla da problemática em foco. Yin (2001) lembra que a modalidade do estudo de caso permite investigar fenômenos articulados com o contexto, em que um fenômeno interfere e com os demais transforma e somente pode ser compreendido conjuntamente.

Nesse caso, a mercantilização da agricultura e a monetarização da vida social presentes e base do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, juntamente com a expressão dos seus impactos se faz sentir nos estabelecimentos da agricultura familiar. São variáveis que estão diretamente conectadas aos contextos econômicos, sociais, culturais e ambientais das famílias rurais. Yin (2001) ressalta ainda que a escolha desse método condiciona a necessidade prévia de arranjos teóricos, por meio da formulação de hipóteses e de objetivos de orientar a busca e a coleta de dados apoiados pelo marco teórico referencial, observando as características do universo empírico em questão.

Contudo, deve-se atentar para o cuidado e a cautela ressaltadas por Gil (1994), pois apesar de estudos de caso serem muito usados em pesquisa social devido à sua simplicidade e ao baixo custo, entretanto, há restrições específicas quanto à generalização dos resultados encontrados. O autor enfatiza ainda que para superar essa limitação devem-se buscar os casos que sejam expressivos, quando comparados ao universo ampliado, que parecem ser a melhor representação do tipo ideal de uma dada categoria de análise, e que possam ser interpretados como uma tendência que pode se repetir.

A necessidade de utilizar a estratégia de pesquisa “estudo de caso” nasceu do desejo de entender um fenômeno social complexo, na medida em que se busca investigar um acontecimento contemporâneo dentro de seu contexto real, em que as fronteiras entre o fenômeno e a conjuntura não são claramente evidentes e nítidas. O estudo de caso, por outro lado, auxilia a busca da interpretação contextual das informações, e permite enfatizar com clareza os pontos conflitantes encontrados nos dados de pesquisa (MINAYO, 1994), com a centralização de propriedades, variações e relações específicas, recorrendo ao

auxílio de dados quantitativos (BRUYNE; SCHOUTHEETE, 1982).

A pesquisa adotou o recorte exploratório-explicativo por meio do uso de dados quantitativos, estudos históricos e comparados, buscando enfatizar os aspectos centrais na identificação da ocorrência de determinados fenômenos que indiquem expressões que possam testar e validar as hipóteses sugeridas na tese. No tocante à delimitação das unidades de análise, buscou-se compreender as interconexões existentes entre a família e os indivíduos situados no interior da unidade familiar, abordando as relações entre recursos e as racionalidades e estratégias individuais e familiares adotadas (ALMEIDA, 1986; WHATMORE, 1994; CARNEIRO, 2000; MATTEI, 2005). Buscou-se focar a unidade familiar e seus elementos constitutivos. Do mesmo modo, foram consideradas as rendas agrícolas e as não agrícolas geradas fora dos estabelecimentos rurais de forma complementar, e as rendas agrícolas oriundas das transações mercantis da produção.

As rendas foram utilizadas como unidades de análise, limitadas ao esclarecimento da relação dessas com os estabelecimentos rurais, como espaços de reprodução das relações sociais e das estratégias de famílias e indivíduos na esfera econômica por meio dos múltiplos recursos e estratégias que são utilizadas para acessar os mercados e outras formas de gerar excedentes econômicos e garantir a manutenção e reprodução social.

Os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa foram o estatístico, o quantitativo, o histórico e o comparativo. Para tal se buscou um conjunto de dados e variáveis socioeconômicas tais como área territorial e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A renda per capita, ocupação e trabalho, acesso a bens de consumo, as rendas agrícolas e não agrícolas, as transferências sociais, o valor bruto da produção, consumo intermediário, estrutura fundiária, força de trabalho, utilização das terras e principais produtos agropecuários. O método quantitativo, segundo Lakatos e Marconi (1991), busca fornecer uma cuidadosa descrição quantitativa da sociedade em medida em que:

Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples a constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalização sobre sua natureza, ocorrência ou significado. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 108).

O método histórico aprofunda a análise a partir do estudo dos conhecimentos, estratégias, processos e intuições de tempos passados, buscando extrair, identificar e logicamente explicar as origens contemporâneas. Dessa forma, os problemas podem ser

analisados e entendidos a partir de uma imersão na perspectiva histórica. E a partir dessa análise, evolução e comparação históricas pode-se entender o presente e traçar perspectivas. E Lakatos e Marconi seguem destacando que:

[...] as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar as raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois, as instituições alcançaram sua forma atual por meio de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 106).

O capitalismo como regime social histórico, foi estudado por Arrighi (2013) por esse método para compor os CSA, cujo instrumento teórico foi fundamental para compreender os ciclos temporais de acumulação do capital nos territórios, e penetra, inclusive, nas atividades agropecuárias. Esse processo ocorre por meio de mecanismos do deslocamento de investimentos físicos na produção de mercadorias, e fictícios baseados na especulação financeira ao transformar a mercadoria-dinheiro (M-D) em dinheiro-dinheiro (D-D'), discorrido no Capítulo 2 e que orienta essa tese. O método comparativo se foca na investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, buscando destacar as diferenças e similaridades entre eles. O objetivo principal é fundar leis e correlações entre os vários grupos e fenômenos sociais, mediante a comparação e visando estabelecer e ressaltar as semelhanças e/ou diferenças em menor ou maior grau de ocorrência. E ainda citando Lakatos e Marconi ao considerar que o estudo das semelhanças e diferenças:

[...] entre os diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar as divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais, ou diferentes estágios de desenvolvimento. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 107).

Dessa forma, o uso de métodos conjugados auxiliou a identificar a extensão dos fenômenos da mercantilização da agricultura, e da monetarização da vida social dos agricultores familiares condicionados sob as influências do capital nos diferentes municípios

estudados. Nessa pesquisa, com esse instrumental metodológico, e de posse dos dados empíricos foi possível quantificar e comparar os grupos dos distintos agricultores familiares nos aspectos relativos ao portfólio de rendas, à estrutura fundiária, o acesso ao crédito, o acesso à assistência técnica, escolaridade, disponibilidade de máquinas e equipamentos, ingresso aos bens de consumo e ao uso da mão de obra familiar e contratada.

1.1 O UNIVERSO E O LOCALIZADO

As informações quantitativas foram coletadas por meio dos questionários padronizados e fechados e que alimentaram o banco de dados a serem tabulados. O projeto de pesquisa foi coordenado pela Secretaria de Inteligência e Macroestratégia (SIM) da Embrapa Sede (Brasília, DF), intitulado: “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico”, e foi iniciado em maio de 2013 e encerrado em dezembro de 2016. O principal objetivo da pesquisa foi conhecer as peculiaridades dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico sob gestão familiar das distintas regiões rurais para gerar e adequar linhas de prospecção e agenda de pesquisa agropecuária e tecnológica adequada para atender esse segmento de agricultores.

A base empírica do levantamento de dados foi realizada por meio das entrevistas e aplicados, quando possível, em um terço do total dos agricultores familiares em duas comunidades escolhidas de cada município. As famílias foram numeradas e escolhidas aleatoriamente nas comunidades rurais. As comunidades em questão representam a unidade administrativa (distrito, bairro rural ou subárea do município, a unidade administrativa ou região consolidada), cujo número de total de famílias situa-se em torno de cinquenta a setenta. O trabalho de coleta de informações foi realizado e apoiado pelas várias equipes de pesquisadores das Unidades da Embrapa envolvidas no projeto tais como: a Embrapa Amazônia Oriental (Belém, PA), Embrapa Mandioca e Fruticultura em Cruz das Almas (BA), Embrapa Semiárido em Petrolina (PE), Embrapa Suínos e Aves em Concórdia (SC) e Embrapa Sede em Brasília (DF), a unidade responsável pelo projeto.

O amplo conhecimento das localidades pelos pesquisadores da Embrapa nas regiões facilitou a localização e o deslocamento em tempo hábil aos estabelecimentos rurais selecionados nas várias comunidades nos municípios. Ao considerar a escolha das localidades para a realização da busca de dados, buscamos dar representatividade às situações regionais dos estabelecimentos, das famílias e das regiões. Os casos selecionados para os estudos de caso, julgamos compreender largamente a maioria das

situações empíricas existentes ao considerar os biomas existentes, a maior ou menor dinamização econômica existente, os níveis de tecnologia adotados, a presença ou não de cadeias produtivas consolidadas e os mercados atuantes na região. Agrega-se ainda, o fato alternativo de serem regiões de ocupação antiga e de fronteiras novas, cujas características expressam gradientes de monetarização e sociabilidade capitalista distintos, bem como, a proximidade com os mercados e aspectos demográficos típicos das situações escolhidas.

Além disso, foram utilizados dados secundários de fontes estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e outras fontes. A pesquisa bibliográfica e documental (fontes históricas, geográficas, econômicas, estatísticas, sócio-demográficos e demais dados das comunidades foi realizada por meio da busca na literatura especializada sobre a temática a fim de melhor caracterizar as Unidades da Federação (UFs) e os municípios pesquisados.

Em termos da distribuição entre as UF, no Pará foram 50 questionários (22,8%), no Paraná, 50 (22,8%), Santa Catarina, 50 (22,8%), Bahia, 44 (20,1%) e em Pernambuco, 25 (11,4%). Na distribuição regional, 31,5% dos estabelecimentos da amostra estão na região Nordeste, 22,8% no Norte e 45,6% no Sul, conforme distribuição expressa na Tabela 1.

Tabela 1 – Municípios selecionados para levantamento de dados.

Municípios	Comunidades	UF	Nº de questionários	% da amostra
Augusto Corrêa	01	PA	02	0,9
Tomé-Açú	02	PA	25	11,4
Viseu	02	PA	23	10,5
Francisco Beltrão	01	PR	13	5,9
Itapejara D'Oeste	01	PR	12	5,5
Verê	02	PR	25	11,4
Concórdia	02	SC	50	22,8
Cruz das Almas	01	BA	19	8,7
Uauá	01	BA	25	11,4
Petrolina	01	PE	25	11,4
Total	14	-	219	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Foram realizadas duzentas e dezenove (219) entrevistas por meio de questionários

padrão, e que foram aplicados entre os meses de junho de 2014 a julho de 2015, nas comunidades rurais de cada um dos municípios constantes da Tabela 1. As informações colhidas dizem respeito ao ano agrícola compreendido entre 2012-2013.

1.2 O PÚBLICO ALVO

A Tabela 2, mostra o número de estabelecimentos na área de pesquisa segundo os critérios expressos na Lei nº 11.326/2006, (BRASIL, 2006). A lei caracteriza as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público para efeitos de acesso às políticas públicas. O proprietário/possuidor não deve deter a qualquer título, cuja área do estabelecimento rural não seja superior a quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente o uso de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas e produtivas do estabelecimento ou do empreendimento. Adicionalmente, que a renda familiar predominantemente tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento rural, que possua o percentual mínimo da renda familiar tenha sido originada em atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento rural, e que a gestão do estabelecimento ou empreendimento rural seja dirigido e gerido pela própria família.

Tabela 2 – Estabelecimentos rurais, segundo a Lei Nº 11.326/2006.

Municípios	UF	Total Estab.	Agricultura Familiar	%	Área %	T. Estab. Não Familiar	%	Área %
Tomé-Açu	PA	11.544	10.441	90,4	37,9	1.103	9,5	62,0
Viseu	PA	3.122	2.917	93,4	42,0	205	6,5	58,8
Augusto Corrêa	PA	1.977	1.848	93,4	44,2	129	6,5	55,7
Cruz das Almas	BA	1.425	1.322	92,7	56,5	103	7,2	43,4
Uauá	BA	2.944	2.697	91,6	61,5	247	8,3	38,3
Petrolina	PE	1.017	808	79,4	38,9	209	20,6	61,0
Concórdia	SC	12.196	11.058	90,6	78,3	1.138	9,3	21,6
Francisco Beltrão	PR	22.200	19.588	88,2	59,5	2.612	11,7	40,5
Itapejara d'Oeste	PR	999	885	88,5	65,1	114	11,4	34,8
Verê	PR	1.301	1.188	91,3	67,4	113	8,6	32,5

Fonte: IBGE (2006).

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, e representam 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, e uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha (IBGE, 2006). Na área investigada, os estabelecimentos rurais caracterizados como agricultura familiar representaram 89,99% dos estabelecimentos e ocupam cerca de 54,16% da área, enquanto os estabelecimentos fora desses critérios perfaziam 10,01% dos estabelecimento (44,75% da área total).

1.3 ESCOLHA DOS LOCAIS DE PESQUISA

Os municípios selecionados na Tabela 3 para este estudo visaram abarcar a maioria das situações empíricas existentes nas comunidades ao considerar os distintos biomas em que operam as famílias rurais e, ao mesmo tempo, atender as demandas metodológicas de um estudo de caso, e atender os objetivos propostos pela pesquisa.

Tabela 3 – As áreas de pesquisa (aspectos físicos, demográficos e *renda per capita*).

Municípios	UF	Área Km ²	IDHM	Pop. Total	Pop. Urb.	Pop. Rural%	Dens. Hab./km ²	R. per capita*
Tomé-Açu	PA	5.145,3	0,586	56.518	55,85	44,15	10,9	7.962,68
Viseu	PA	4.915,0	0,515	56.716	32,43	67,56	11,5	7.349,30
Augusto Corrêa	PA	1.091,5	0,520	40.497	45,04	54,95	37,0	5.932,35
Cruz das Almas	BA	145,7	0,699	58.606	85,11	17,48	402,1	12.190,91
Uauá	BA	3.035,2	0,605	24.294	44,29	55,70	8,0	5.512,36
Petrolina	PE	4.561,8	0,697	293.962	74,57	34,09	64,4	15.334,27
Concórdia	SC	799,4	0,800	68.621	79,95	25,07	86,0	32.937,44
Francisco Beltrão	PR	735,1	0,774	78.943	85,44	17,04	107,3	24.447,39
Itapejara d'Oeste	PR	254,0	0,731	10.531	66,32	33,65	41,4	25.847,85
Verê	PR	311,8	0,720	7.878	41,64	58,35	25,2	24.080,52
Média			0,664		61,06	39,1	79,4	16.159,50

Fontes: IBGE (2010).

*IBGE (2013).

A opção foi buscar áreas singulares de maior ou menor dinamização econômica existente, níveis de tecnologia adotados, presença ou não de cadeias produtivas consolidadas, bem como a expressão dos mercados atuantes na região. Agregou-se ainda o fato de as fronteiras das regiões terem sido ocupadas de forma diferenciadas, e apresentaram gradientes de monetarização e sociabilidade capitalistas distintas. O conceito de fronteira aqui nesse contexto aparece seguindo a concepção de Becker (2009, p. 20) ao afirmar que “[...] fronteira deve ser compreendida como [...] um espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas”.

Além disso, se considerou a presença e proximidade de mercados relacionados com os aspectos demográficos, sociais e ambientais típicos das situações escolhidas. Foram levantadas as informações sobre os municípios no tocante aos aspectos da área geográfica física, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), população rural e urbana, densidade demográfica e a renda per capita (Tabela 3). Tais informações serviram de base para delinear as principais características socioeconômicas, e focar nas expressões representativas sobre a disponibilidade e aptidão para uso dos territórios para o aproveitamento consolidado e os potenciais destinados às atividades agropecuárias.

Outra informação expressa na Tabela 3 são os patamares econômicos expressos em renda per capita anual dos municípios estudados. No Pará, a média dos três municípios foi de R\$ 7.081,44, na Bahia, de R\$ 8.851,63, em Pernambuco, R\$ 15.334,27. Nos estados sulinos (PR e SC) R\$ 24.791,92 e R\$ 32.937,44, respectivamente. O fator gerador de renda dos municípios pode estar diretamente relacionado ao processo histórico de ocupação do território. Esse fator resultou na elaboração de uma matriz econômica que se tornou predominante, na medida em que as fronteiras são potencialmente geradoras de realidades novas, cuja especificidade é um traço que reflete uma vocação histórica (BECKER, 2009).

No tocante à distribuição da população nos municípios investigados, o Norte tem em média 45% urbana e 55% rural (e densidade demográfica é de 19,84 habitantes por km²); no Nordeste é de 68% e 32% (densidade de 158,20 habitantes por km²) no Sul, 65% e 45% (26,84 habitantes por km²); respectivamente. Adicionalmente, o Índice de Gini revela igualmente fontes de inúmeras disparidades e fragilidades regionais no tocante à desigualdade de acesso a terra em 2006, no Pará (0,821), na Bahia (0,839), Pernambuco (0,825), Paraná (0,770) e Santa Catarina (0,680). A desigualdade da estrutura fundiária brasileira foi auferida pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006 medido pelo índice de Gini ficou em 0,874, sendo superior aos índices apurados nos Censos de 1985 (0,865) e 1995 (0,867) de acordo com os dados tabulados por Hoffmann e Ney (2010). Essas informações revelam e confirmam o quanto essas Unidades Federativas que compuseram o universo pesquisado são heterogêneas e evidenciam as peculiaridades regionais.

No tocante à expressão do sexo dos chefes dos estabelecimentos da população investigada, os dados da Tabela 4 demonstraram que a amostra apresentou ser majoritariamente masculina em 89,0%, e 11,0% pertencem ao sexo feminino.

Tabela 4 – Distribuição dos informantes por sexo (chefe do estabelecimento).

Sexo	Nº de informantes	% da amostra
Masculino	195	89,0
Feminino	24	11,0
Total	219	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

1.4 OS DADOS DA PESQUISA E OUTRAS INFORMAÇÕES

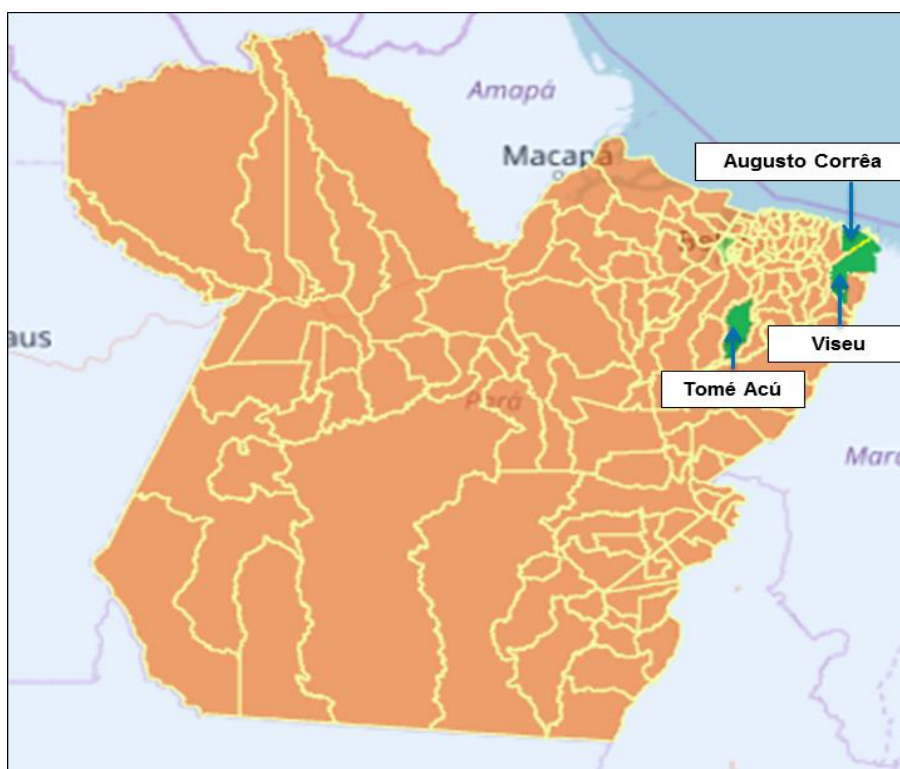
As informações geradas pelos questionários foram acrescidas de dados secundários de fontes estatísticas oficiais tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério de Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco Central do Brasil (BACEN), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Companhia Nacional de Abastecimentos (CONAB), entre outros. O objetivo foi de complementar os dados de campo, buscando levantar informações sobre safras agrícolas e valor de comercialização e aspectos da economia local e regional. Associado a esse fator fez-se uso de pesquisa bibliográfica e documental oriundas de fontes históricas, geográficas, econômicas, estatísticas, sociais e demográficas e demais dados relevantes para responder a problemática de pesquisa, e da mesma forma testar as hipóteses sugeridas.

Além disso, as informações acima elencadas foram aportadas à verificação de outros indicadores sociais complementares, tais como as condições de habitação, oferta de energia elétrica, acesso à água encanada, saneamento básico, educação, aporte de renda (agrícolas, não agrícolas, transferências sociais) e dos gastos com consumo intermediário das unidades produtivas. Essas informações tinham como objetivo aferir as condições de acesso e de infraestrutura social dos municípios em que vivem as famílias rurais.

1.5 A ANÁLISE DOS DADOS E A BUSCA DE EVIDÊNCIAS

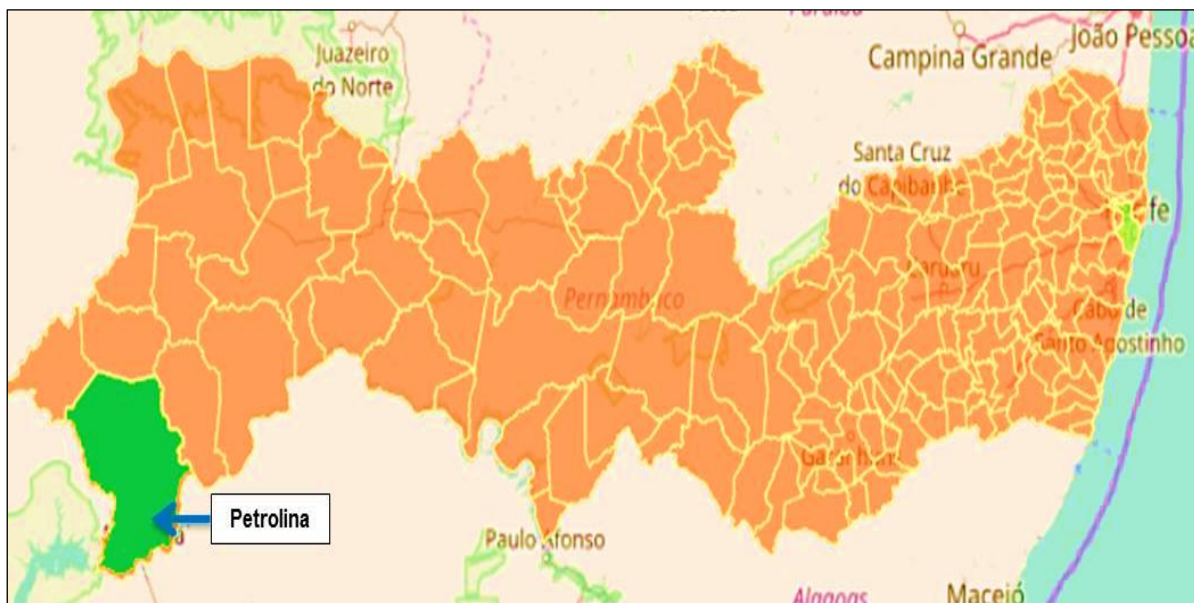
O tratamento dos dados quantitativos permitiu a realização de análises descritivas e de conhecer as características da distribuição de dados empíricos da pesquisa. Os dados quantitativos oriundos dos questionários padronizados foram tabulados e analisados por meio de planilhas eletrônicas empregando os *softwares Microsoft Excel* e do *Statistical Package for the Social Sciences 22 (SPSS)*. Para esta tarefa a Embrapa disponibilizou suporte técnico, financeiro e de pessoal para a realização do trabalho de elaboração e formatação do banco de dados. O conjunto de dados gerou 3.129 variáveis passíveis de análise, das quais foram escolhidas as que melhor se adequaram em responder ao problema de pesquisa a atender as hipóteses propostas. Os dados dos municípios investigados foram agrupados por UF (Figuras de 1 a 5), sendo no PR, três municípios (Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste e Verê), SC, um município (Concórdia), PA (Tomé-Açu, Augusto Corrêa e Viseu), PE, (Petrolina), BA (Uauá e Cruz das Almas). Essa opção visou tornar mais práticas para as análises comparativas entre as UFs, deixando claro que os dados apresentados se referem somente aos municípios pesquisados alvos do projeto.

Figura 1 – Localização da pesquisa – Pará.



Fonte: Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 15/09/2016.

Figura 2 – Localização da pesquisa – Pernambuco.



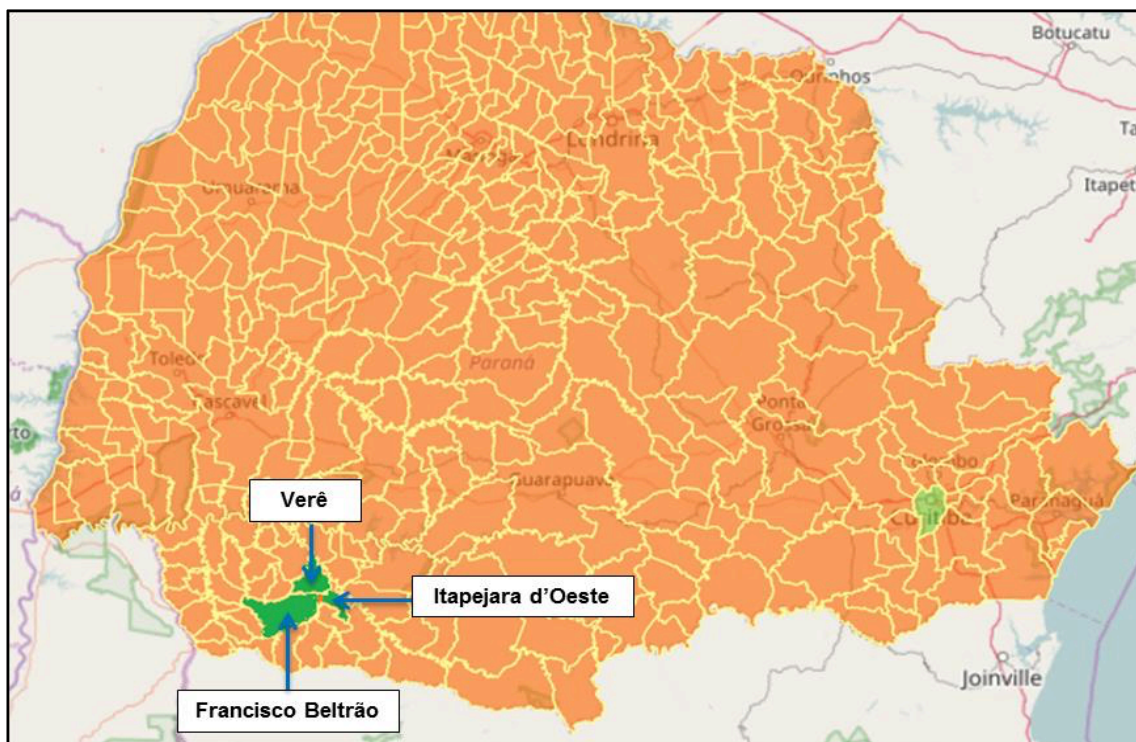
Fonte: Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> . Acesso em 15/09/2016.

Figura 3 – Localização da pesquisa – Santa Catarina.



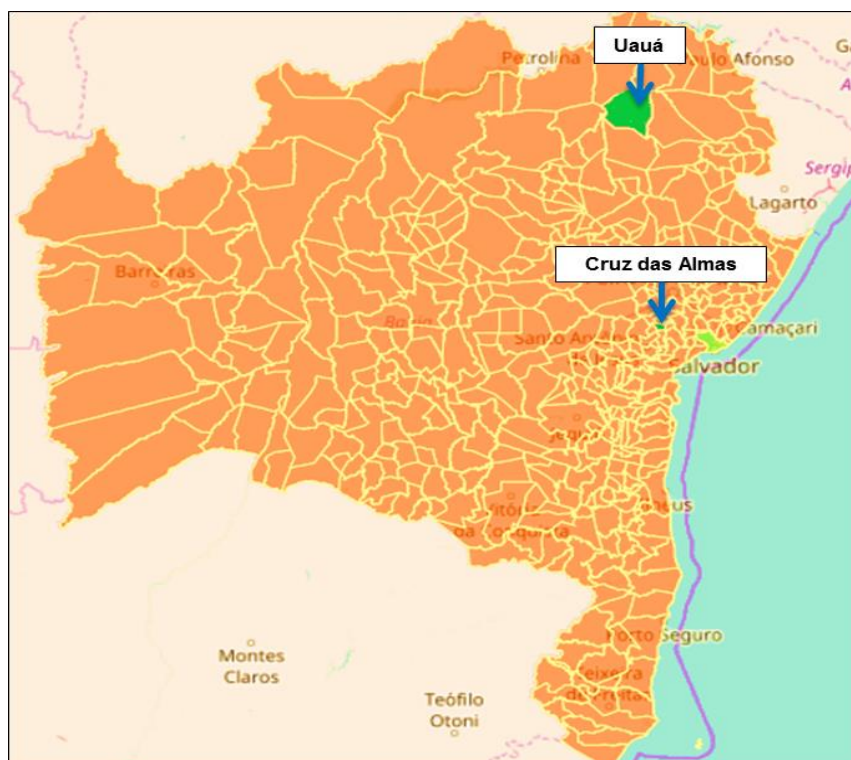
Fonte: Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> . Acesso em 15/09/2016.

Figura 4 – Localização da pesquisa – Paraná.



Fonte: Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 15/09/2016.

Figura 5 – Localização da pesquisa – Bahia



Fonte: Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 15/09/2016.

1.6 ASPECTOS PRODUTIVOS DA AGROPECUÁRIA NAS UFs

No que diz respeito à produção agropecuária, segue a linha de culturas introduzidas e adaptadas a cada região, respeitando as condições culturais e edafoclimáticas. No Nordeste é expressiva a produção de cacau, sisal, mamona, coco, cana de açúcar, soja (esta última, especialmente na região do município de Luís Eduardo Magalhães - BA), feijão e mandioca, sendo os dois últimos mais voltados para a agricultura de subsistência do que para a comercialização de excedentes. Nos últimos anos vem ampliando a pecuária bovina, caprina e a fruticultura desenvolvida irrigada de alta produtividade na região do Vale do Rio São Francisco, bem como, a expressão da indústria madeireira.

O município de Cruz das Almas (BA) é conhecido na agricultura, especialmente na produção e comercialização do tabaco, sendo o maior produtor da Bahia, além disso, produz amendoim, banana, laranja, maracujá, tangerina e batata doce. Os dados da UF da BA foram influenciados fortemente pela expressão do município de Uauá que possui baixos indicadores. No município de Uauá a produção agrícola é basicamente para a subsistência e a partir da cebola, cana, feijão de cor, feijão fradinho, feijão verde, mandioca, melancia, melão e milho. Na pecuária a principal é a criação de caprinos e ovinos.

Na Região Norte há um notável crescimento do cultivo, especialmente da soja. A região tradicionalmente produz guaraná, arroz, mandioca, cacau, maracujá, coco, cupuaçu, banana, pimenta do reino, juta, milho, abóbora, borracha, pecuária de corte, bubalinocultura, produção de polpas de frutas e extrativismo vegetal e animal. Nos municípios alvos da pesquisa no Pará (Tomé- Açu, Viseu e Augusto Corrêa) os principais produtos agrícolas são: algodão arbóreo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, açaí, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo, café, cacau, dendê, laranja, pimenta do reino e banana. Na produção pecuária se destaca a aquicultura, bubalinocultura, suínos e gado de leite.

Na Região Sul, o território é ocupado pela pecuária. Entretanto, a atividade econômica de maior rendimento e que emprega o maior número de trabalhadores é a agricultura. No Paraná (Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste e Verê) destaca-se a produção de milho, feijão, mandioca, batata, maçã, laranja, fumo, soja, trigo, arroz, algodão, cana-de-açúcar, soja, laranja, trigo, café erva-mate, milho, pêssego, uva. No município catarinense de Concórdia se produz amendoim, arroz, feijão, soja, trigo, banana, pêssego, alho, cebola, mandioca e tomate. Na pecuária é expressiva a produção de frangos, suínos, mel e leite.

2 MARCOS CONCEITUAIS E ANALÍTICOS

No capítulo anterior buscamos descrever a metodologia empregada na realização dessa tese, e conjuntamente caracterizar os municípios investigados nas UFs e contempladas no âmbito da pesquisa por meio do levantamento de informações gerais. Levantaram-se dados sobre os aspectos físicos, geográficos, IDHM, população rural e urbana, densidade demográfica, e níveis de renda per capita. Essas características socioeconômicas visaram compor a disponibilidade e aptidão dos agricultores familiares e dos territórios para o aproveitamento consolidado ou potencial destinados às atividades agropecuárias. Buscou-se enfatizar do mesmo modo, levantar as possibilidades de geração de excedentes produtivos e econômicos que acenem com possibilidades de viabilizar a reprodução social e material das famílias e, por extensão dos estabelecimentos rurais.

Já o presente capítulo apresenta o referencial analítico/teórico que fundamenta a discussão da tese à luz do debate sociológico. O que procuramos compreender é a extensão das influências do novo padrão de acumulação nas regiões rurais brasileiras, observadas pelas lentes das transformações socioeconômicas e culturais. Esse processo tem sido marcado por um quadro de crescente monetarização da vida social dos agricultores familiares. Este fator pode indicar a emergência de uma sociabilidade nitidamente capitalista, como um processo social de reprodução ampliado que regula os comportamentos sociais e, ao mesmo tempo, sendo flexível pode expressar a diversidade e a heterogeneidade dos agricultores e das regiões rurais brasileiras.

2.1 O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRÍCOLA: TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE

A diversidade empírica e teórica dos estudos rurais tem sido a marca dos controversos e conflitantes debates acerca do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo na agropecuária na tentativa de traduzir as profundas transformações das regiões rurais brasileiras. Talvez essa seja a única concordância que logremos obter quando se trata de abordar os reflexos desse fenômeno histórico e cultural. Dessa forma, para as ciências sociais, esses fenômenos são constantes desafios e, para as quais, não há respostas únicas quando se trata de analisar processos históricos e sociais. Contudo, a proliferação de enfoques e perspectivas expressa, grosso modo, o desejo de ver, ler, interpretar e entender

os mundos rurais que se apresentam cada vez mais complexos.

No Brasil, ainda que pesem os esforços acadêmicos para captar a realidade das regiões rurais, as dificuldades se revelam ao buscar definir qual o peso e a função das regiões rurais para o desenvolvimento do país, parece ainda não ter encontrado seu eixo. A ampliação de novas perspectivas teóricas e analíticas poderiam iluminar e contribuir para a compreensão da diversidade dos processos sociais rurais, oferecer a este espaço outra significação e formas de intervenção, tornando-o efetivamente em outra aposta de desenvolvimento. É forçoso reconhecer que as pesquisas das ciências sociais e agrárias, especialmente aquelas com perspectivas neoclássicas, apresentam muitas dificuldades em atribuir às regiões rurais outras funções, que objetivamente extrapolem a clássica função histórica de produzir alimentos e matérias primas a baixo custo para outros setores.

De forma que é razoável admitir que a modernização da agricultura ocasionou um processo intenso e contínuo de reorganização das unidades produtivas, atribuindo novas funções às famílias rurais, e um nova racionalidade econômica em face ao contexto de especialização produtivas, que foram aproveitadas por um grupo seletivo de agricultores. Desse modo, a monetarização da vida social se tornou uma realidade cotidiana das atividades agropecuárias, e passa desse modo, a ser decomposta em atividade econômica regida pela intensificação tecnológica, gerencial e concorrencial. Esses fatores mudaram as feições e as estruturas sociais e produtivas das regiões rurais brasileiras, mas as raízes históricas geradoras da desigualdade e dos conflitos ainda não foram radicalmente tocadas, quais sejam: a questão da terra, a oferta de infraestrutura social e a produtiva.

Graziano Neto (1985) resume que a desigualdade da modernização da agricultura se deu em três níveis distintos: entre as diversas regiões do país, entre as distintas atividades agropecuárias e entre as heterogêneas famílias rurais. As contradições têm sido fonte de debates, buscando compreender as formas históricas que caracterizam, mantêm e ampliam as disparidades. Ainda é constante o cenário de exclusão e descarte de parcela expressiva de agricultores familiares, que não conseguiram em tempo se adaptar às exigências estruturais impostas. E dessa forma, vive à própria sorte, o que torna duvidosa a sobrevivência e prosperidade da maioria em um futuro não tão distante.

A fim de compreender as contradições que dão origem e consolidam o novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, a primeira seção deste capítulo explicita a discussão sobre o contexto das regiões rurais brasileiras para delimitar as bases sociológicas e econômicas da pesquisa, estabelecendo os preceitos básicos da análise a partir dos reflexos do contexto ao apresentar o “novo padrão” do desenvolvimento agrário e agrícola das atividades agropecuárias. A segunda seção persegue especificamente a instrumentalização dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), concatenadas com as

origens do novo padrão, as categorias centrais e os limites. A terceira seção se destina a discorrer a respeito da sociabilidade capitalista, a quarta se refere ao fenômeno socioeconômico da monetarização da vida social e suas consequências. A quinta, versa sobre a monetarização da vida social e os múltiplos mercados e seus reflexos na agricultura, e as possibilidades de articulação com as dimensões da sustentabilidade. Finaliza os capítulos com uma seção apresentando comentários articuladores entre os temas arrolados.

2.2 AS METAMORFOSES DAS REGIÕES RURAIS “NADA MAIS É COMO ANTES”

O capitalismo e seus efeitos vêm por séculos transformando e modificando a sociedade, e mesmo nos recantos mais remotos. Por capitalismo, seguimos a definição defendida por Bernstein (2011, p. 5) “[...] um sistema de produção e reprodução baseado numa relação social fundamental entre capital e trabalho: o capital explora mão de obra em busca de lucro e acumulação, enquanto a mão de obra tem de trabalhar para o capital para obter os meios de subsistência”. Wood (2001) alude tratar-se de um sistema em que os bens e serviços e, inclusive, as necessidades elementares à reprodução da vida, são produzidas para fins de troca lucrativa. Santos e Silveira (2005) alegam tratar-se de um processo que compreende mediações multiescalares e multitemporais, em que as dinâmicas locais são capturadas pelos fluxos e movimentos do capitalismo global. Logo, as zonas produtivas periféricas, inclusive as rurais, são incorporadas aos fluxos globalizados. Esses avanços contribuem para a expansão geográfica e reprodutiva do capitalismo, que segundo Harvey (2006), contribui para a sua mundialização², e que foi potencializada, especialmente a partir da década de 80 (CHESNAIS, 1996).

No capitalismo, a geração e a expansão das riquezas são promovidas e realizadas por agentes privados, e quase sempre com o apoio dos agentes públicos, que buscam ampliar o alcance dos mercados e, por consequência, maximizar os lucros reservados a uma reduzida parcela da sociedade. Streeck (2014) adverte, entretanto, que a expansão nesses moldes está chegando a um patamar radicalmente crítico, devido à restrição energética, ao limite do trabalho humano e à crescente limitação na oferta de recursos naturais. De fato, como adverte Wood (2001, p. 129), o capitalismo “[...] penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais a nossos esforços de controlá-las”. Não obstante, há uma intensa ofensiva ideológica e política construída e legitimada pela supremacia do capital, compatível, dessa forma, com o surgimento e a consolidação de um novo padrão de imperialismo, expressão dessa fase do

² “Mundialização”, sinônimo de globalização, termo utilizado somente na França (FORRESTER, 2001).

capitalismo, marcada pela acumulação e o predomínio rentista (HARVEY, 2010).

Admite-se dessa forma o retorno da “[...] velha noção de sociedade capitalista: o capitalismo como uma ordem social e modo de vida que depende de maneira vital do progresso ininterrupto da acumulação de capital privado” (STREECK, 2014, p. 38). Se, de um lado, a economia capitalista privada foi em alguns momentos da história ameaçada por crises, todavia, segundo Forrester (1997), por outro, soube manter os instrumentos mantenedores das riquezas e das propriedades, ou seja, as finanças. O que esteve e ainda está em contínua disputa é a luta frenética sobre quem se apropria dos excedentes produzidos. E, de fato, o capitalismo é, sobretudo, uma ordem econômica, cuja gramática discursiva e sociocultural produz influências e transformações contínuas, em graus e formas diferenciadas na vida dos indivíduos, independente de onde quer que eles estejam.

Dessa forma, é razoável admitir que as regiões rurais brasileiras não estejam imunes a essas metamorfoses. Os conflitos e as contradições têm sido explorados pelas diversas disciplinas, buscando compreender as formas históricas que caracterizam, especialmente, a desigualdade socioeconômica e produtiva. Não é uma novidade no debate acadêmico brasileiro a coexistência conflituosa e permeada de tensões, de um lado, a “aristocracia rural” concretizada em séculos de latifúndio (GUIMARÃES, 1963), e do outro, a persistente degradação social e pobreza material da maioria da população rural, sobrevivendo ainda em níveis institucionais insatisfatórios (NAVARRO, 2001). Portanto, a perspectiva da desigualdade se expressa igualmente nos aspectos produtivos e, por vezes, os atores sociais atuam na manutenção e na ampliação dessa dicotomia.

A advertência de Piketty (2014) faz sentido nessa análise, ao argumentar que a desigualdade é moldada pelos próprios atores políticos, sociais e econômicos de acordo com a percepção e a compreensão daquilo que entendem que é justo e do que não é. Do mesmo modo, esse processo se reflete sobre as escolhas adotadas no jogo de forças sociais, das quais os atores sociais e econômicos estão envolvidos. Streeck (2014) lembra ainda que o crescimento da desigualdade pode ser causado e explicado pela própria redução do crescimento econômico, ao obstaculizar a melhora das condições de produtividade e da demanda, como elementos centrais no processo de geração de riquezas.

Nessa perspectiva, a prosperidade e o “moderno” estão restritos a um pequeno grupo de famílias rurais. Do outro, a pobreza material da maioria, que busca incessantemente a inserção socioeconômica e o reconhecimento social. Esse debate se revela na falsa antinomia estabelecida acerca das controvérsias entre “agricultura familiar” e “agronegócio” enfatizadas por Valente (2008), Sauer (2008), Caume (2009) e Gualda (2007). Os argumentos são instrumentalizados à ação e justificação política-ideológica, em que a sobrevivência de um segmento supõe o aniquilamento do outro. Um lado é apresentado

como expressão de vanguarda, e o outro como a expressão do atraso.

Isso se adéqua naquilo que Servolin (1985) denominou como o caráter voluntarista e normativo, em que os autores se refugiam na visão maniqueísta e conspiratória da realidade. Latour (1994) adverte, contudo, que a representação do sistema moderno de classificação do mundo não funciona de acordo com as separações instituídas, pois a sociedade se especializou na constituição de híbridos. As distinções funcionam razoavelmente bem apenas no campo das abstrações teóricas e ideológicas em confronto com a realidade. Taleb (2015) acrescenta ainda que as categorizações são importantes, entretanto, tornam-se patológicas quando as categorias são apresentadas como definitivas e bloqueiam a capacidade dos indivíduos em distinguir a vagueza separativa das fronteiras instituídas, que segundo Bourdieu (1989, p. 114) são “[...] produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade [...]”, sendo, portanto, expressão de diferenças culturais.

É sabido que o desenvolvimento capitalista é um processo naturalmente gerador de oportunidades, desigualdade e de exclusão. Entretanto, Forrester (1997) aponta que os “excluídos” representam, sobretudo, uma falácia do discurso dominante, pois o sistema que gera os raros afortunados, do mesmo modo é amparado e sustentado pelos milhões de supostos excluídos. Segundo a autora, eles estão lá “[...] riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de *excluídos*. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, *incluídos* até a medula” (FORRESTER, 1997, p. 15, grifos da autora).

A desigualdade é, portanto, o calcanhar-de-aquiles da moderna economia, e se ampliou ao longo do século XX, e quase sempre está ligada às condições permanentes de isolamento dos indivíduos (SENNETT, 2012). Talvez isso auxilie a explicar porque a maioria da pobreza brasileira é rural. Apesar das críticas, tensões e conflitos, Navarro (2010) enfatiza que para as famílias rurais, a busca da inserção social pela via da integração econômica tem sido um caminho quase sempre de mão única, na medida em que:

[...] a integração econômica e social produz novas mentalidades e uma sociabilidade distinta daquela predominante no passado. [...] Não há a menor possibilidade, portanto de recuar ao passado o formato tecnológico, as escolhas produtivas e, sobretudo, a racionalidade-guia dos produtores para tempos anteriores a este processo de modernização. (NAVARRO, 2010, p. 200).

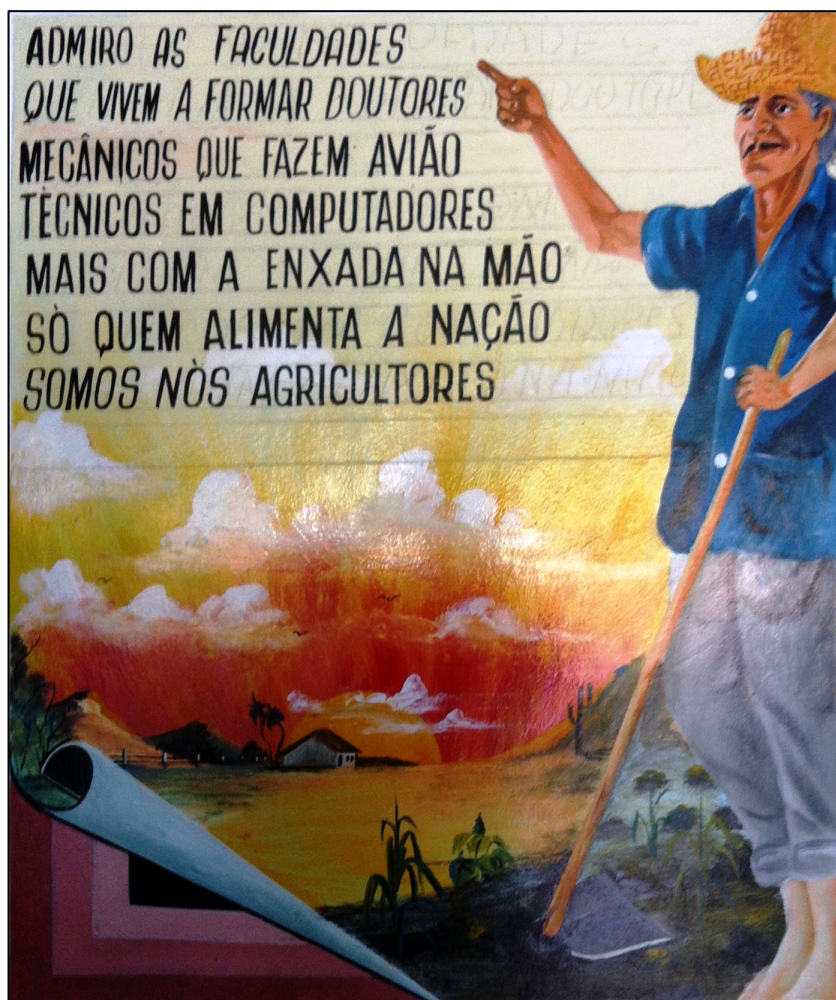
Dessa forma, para alguns, o desejo de permanecer ou regressar ao passado talvez repouse na busca pálida de alguma segurança, à qual Koselleck (2006, p. 67) reporta que “A imitação dos antigos nasce com o temor dos homens em comprometer-se com a realidade.” Significa o risco de mirar as transformações da realidade presente, com as lentes

do passado, e esse vai perdendo o teor e a capacidade elucidativa da nova realidade. Essa fragilidade foi captada por Forrester (1997) afirmando que a sociedade atual participa:

[...] de uma nova era sem poder observá-la. Sem admitir e nem sequer perceber que a era anterior desapareceu. Portanto, não podendo enterrá-la, passamos os dias a mumificá-la, a considerá-la atual e em atividade, respeitando os rituais de uma dinâmica ausente. (FORRESTER, 1997, p. 8).

Essa concepção ainda perdura no imaginário político e ideológico de parte expressiva de alguns setores de representação sindical e da sociedade e, repousa na idealização do homem simples, como expressão da pobreza apenas (Figura 6).

Figura 6 – Idealização do homem rural.



Mural - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campina Grande (PB). Foto do autor (2017).

Trata-se na verdade de uma débil tentativa de dissimular e esconder os conflitos e as tensões ao negar a realidade do presente ao se refugiar na compreensão naquilo o passado representou. É sabido que as sociedades tendem a mais permanecer como estão do que mudar, entretanto, ao considerar e respeitar as distintas peculiaridades regionais brasileiras, essa concepção não representa a cena e o conjunto ampliado de famílias rurais, em face às transformações da agricultura e das regiões rurais em décadas recentes.

Contudo, como antecipou Martins (2008, p. 10), “A modernidade, porém, não é feita do encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social.” Alguns autores ponderam sobre a urbanização completa da sociedade como um processo que inclui o campo, outros veem um “novo rural”, mas que esse necessita se modernizar para sobreviver. Há igualmente aqueles que apostam na recriação pretérita do campo por meio do camponês tradicional, que no caso brasileiro existe apenas na literatura de clivagem marxista como forma de resistência ao sistema capitalista.

O processo de busca de refúgio no passado foi denominado por Bauman (2016) de “interregno” e expressa a dificuldade em admitir que o velho não funciona mais, e o novo ainda não foi gerado e nem foi nascido. Losurdo (2015, p. 141) menciona que a dificuldade e a necessidade de enfrentar uma situação histórica quase sempre conflitiva e tempestuosa “[...] sempre é caracterizada por uma multiplicidade variegada de conflitos, e, por sua vez, cada conflito registra a presença de uma multiplicidade de sujeitos sociais, os quais expressam interesses e ideias diferentes e contrastantes.” Contrastes que por vezes, são repetidamente negados e demoram a ser percebidos, assimilados e enfrentados.

Desse modo, a modernização da agricultura possui uma perspectiva conflitiva, de um lado, ao introduzir a racionalização técnica e econômica nas atividades agropecuárias, e do outro se contrapõe à ideia do modo de vida tradicional. Dessa forma, a atividade agropecuária tende a se tornar em uma profissão, em uma forma de ganhar dinheiro como condição para a garantir a reprodução social e material.

Essa opção irá demandar contínuos investimentos financeiros, técnicos, administrativos e gerenciais complexos e apoiados, em especial, pela exigência de níveis mínimos de escolarização, cujas tendências induzem à especialização produtiva. Tende dessa forma a se converter em uma atividade econômica, a agropecuária exige novas habilidades e qualidades dos agricultores familiares. É plenamente admitido na literatura do desenvolvimento rural que “Níveis mais elevados de escolaridade estão correlacionados ao uso mais intenso de crédito e assistência técnica, fertilizantes, irrigação e especialização na produção” (HELFAND; MOREIRA; JÚNIOR, 2014, p. 304). Contudo, mesmo apresentando condições adequadas e favoráveis não são imune à riscos. Grisa, Schneider e Conterato

(2014) alertam que os agricultores familiares ao adotar a modalidade da:

[...] especialização produtiva e a vulnerabilidade não raro caminham juntas. Ao se especializar em um ou outro produto, as famílias ficam expostas aos humores dos mercados e às relações por eles estabelecidas, tendo seus meios de resguardo e proteção fragilizados. (GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2014, p. 169).

Buainain *et al.* (2014a) admitem, do mesmo modo, a existência dessas fragilidades e riscos, na medida em que o aumento da demanda por capital para investimentos, se apresenta como uma das faces mais visíveis das metamorfoses nas regiões rurais traduzidas sob a emergência de um novo padrão de desenvolvimento e de acumulação econômica na agricultura. Ao se observar e analisar o percurso da “[...] agricultura brasileira nos últimos cinquenta anos revela que os riscos vêm aumentando à medida que o setor moderniza-se, e que o padrão extensivo vai dando lugar a um novo padrão, baseado na intensificação do capital em suas várias dimensões.” (BUAINAIN *et al.* 2014c, p. 178).

Esses elementos se manifestam em graus diferenciados de instrumentalização dos recursos materiais, econômicos e ambientais. *A priori* ao ampliar a capacidade produtiva na mesma lógica do padrão agrícola produtivista dominante, expande a exclusão dos que não suportam a intensificação tecnológica e o acirramento concorrencial. Os excluídos se expressam nas diferentes formas de exploração e subordinação econômica e sociocultural na permanente questão da “população rural sobrando” (KAGEYAMA; REHDER, 1993), que ainda se mantém fora do mercado de trabalho e das políticas estruturantes.

Se a problemática da produção agropecuária na oferta de alimentos em termos quantitativos parece estar sendo equacionada por meio do aumento da produção e da produtividade, ainda permanece em busca de solução, o dilema da questão social da desigualdade de acesso e distribuição (BELIK, 2013, CASTRO, 1957). O diagnóstico sobre a oferta de alimentos e a insegurança alimentar superou a tese malthusiana da insuficiência da oferta para a insuficiência de renda (FAO, 2015). Além disso, devemos enfatizar é que o Brasil é um dos grandes exportadores mundiais de alimentos como grãos, carne de aves, bovina e suína, laticínios, café, sucos e frutas, (OCDE-FAO, 2015). E esses produtos devem atender a crescente demanda com a qualidade e da segurança, agregado à questão ambiental e atentar para os cuidados com a saúde dos trabalhadores.

A economia de mercado na maioria das vezes determina os caminhos da sociedade, pois de acordo com Polanyi (2000), todas as sociedades são limitadas ou moldadas de alguma forma por fatores econômicos. O que está posto, e muitas vezes negado, é que os

agricultores familiares foram capturados pelo mundo competitivo e concorrencial dos mercados, e esse fenômeno não é sabidamente nenhuma novidade. Chayanov (1974) havia notado e descrito com clareza de detalhes essas transformações na incipiente economia camponesa russa no início do século XX, ao observar os reflexos do ingresso dos camponeses na esfera das transações mercantis, pois,

[...] ao desenvolver-se a natureza produtora de mercadorias na unidade de exploração, a organização desta em um sistema monetário, totalmente estabelecido pelas necessidades de consumo da família, começa a receber cada vez mais a influência da situação do mercado no que diz respeito à composição da unidade, e as necessidades de consumo somente continuaram pressionando para determinar o volume total da atividade (CHAYANOV, 1974, p. 140-1). Tradução livre.

As necessidades de transformações econômicas na agricultura estavam no escopo de prioridades defendidas pelo emergente Estado russo. Dessa forma é emblemático o apelo de Bukharin (1969, p. 176, *apud* LOSURDO, 2015) aos camponeses: “[...] é preciso dizer: enriqueçam, acumulem, desenvolvam suas agriculturas. Somente idiotas podem dizer que deve haver pobreza entre nós [...]”. O fato é que o modelo da agricultura moderna aprofundou a necessidade de relações mercantis e expandiu a divisão social do trabalho no mundo agrícola ao ser sustentada pelo contínuo desenvolvimento e vulgarização técnica dos fenômenos do apropriação e substitucionismo (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990). Esses fenômenos auxiliaram a metamorfosear e industrializar a produção agropecuária por meio da intensificação do uso de recursos científicos e tecnológicos. Foi possível, desse modo, manipular e moldar os ciclos fixos e geográficos da natureza para torná-los adequados e funcionais às demandas da produção padronizada.

Mas é com a modernização compulsória da agricultura brasileira desde a década de 1960 e descrita como adaptações às necessidades de inserção produtiva e mercantil induzidas pelas influências genéricas da “revolução verde” que influenciaram o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Sob esse padrão, a agricultura transformou os sistemas de produção, principalmente visando o aumento da produtividade da terra e do trabalho, por meio da adoção de tecnologia e de estratégias de gestão. Essas demandas integraram-se à racionalidade produtiva e os mercados se transformaram em agentes indutores e reguladores da vida social das famílias rurais por meio da competição.

O Estado exerceu um papel importante por meio da oferta de um conjunto expressivo de políticas públicas fartamente subsidiadas (crédito rural, extensão rural e pesquisa agropecuária, políticas de comercialização). Entretanto, os custos ambientais e sociais da

“modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1982) não foram devidamente considerados. Não obstante as críticas a esse desenvolvimento agrário e agrícola, nos últimos cinquenta anos o Brasil passou de importador para um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas do mundo (OECD-FAO, 2015).

O conceito de desenvolvimento agrícola é descrito por Navarro (2001), e descreve:

[...] as condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução – por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos. (NAVARRO, 2001, p. 86).

O desenvolvimento agrário, por sua vez, se caracteriza pelas inúmeras “[...] interpretações acerca do mundo rural em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo” (NAVARRO, 2001, p. 86). Para o autor, não há fronteiras claramente distintas entre o desenvolvimento agrário e o agrícola, na medida em que a compreensão e o entendimento de ambos são fundamentais para refletir sobre os processos constitutivos e necessários para elaboração de políticas públicas estruturantes para o desenvolvimento rural, em que os aspectos econômicos no cenário atual tendem a ser predominantes.

A agricultura, de certo modo, esteve e está condicionada à lógica do capital, funcionando basicamente como correia de transmissão de riquezas aos outros setores. A amplitude das transformações seguiu a rota da divisão internacional do trabalho, levadas a efeito pelos países do capitalismo central. No caso brasileiro, a modernização foi potencializada pela estratégia que visava transformar a agropecuária, sem promover mudanças estruturais. E buscou internalizar o setor industrial capaz de produzir bens de capital e os insumos necessários (máquinas, equipamentos, fertilizantes, agroquímicos) e aliados à estratégia de adesão e transformação da base técnica dos agricultores nas formas de fazer e permanecer na agricultura. Esse movimento ampliou a dependência técnica e econômica por meio da externalização produtiva, consolidando-a como um apêndice do setor industrial, fornecendo matéria prima e igualmente consumindo insumos.

Entretanto, é a partir da década de 1990 que emerge as expressões de um novo padrão de acumulação na agricultura e nas regiões rurais, inaugurando uma fase distinta do desenvolvimento agrário e agrícola, tema que será ampliado na próxima seção.

2.3 A FASE DA ACUMULAÇÃO: O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRÍCOLA

As condições acima apontadas assentaram as bases econômicas e socioculturais que posteriormente possibilitaram sedimentar a emergência do padrão desenvolvimento de agrário e agrícola, inaugurando um novo estágio de produção e acumulação na agricultura nas regiões rurais brasileiras, especialmente a partir da década de 1990 (BUAINAIN *et al.* 2013c). Buainain *et al.* (2014c) ampliam essa análise, ao defenderem que o núcleo dessa interpretação é definido entre outros fatores, pelo contexto institucional manifesto por meio da multiplicação de regras e princípios de regulação do comércio e do mercado. Isso ocorreu pela introdução de modalidades mais exigentes dos novos consumidores, pelo aporte de tecnologias e estratégia de gestão, e pela adoção de políticas gerais e setoriais adotadas pelo Estado. Além disso, a intensificação tecnológica veio combinada como o acirramento concorrencial, influenciando a cultura, os comportamentos sociais e o funcionamento da economia e da sociedade e produziu outro tipo de agricultor, fatores que estão refletindo de forma hegemônica nas dinâmicas produtivas da agropecuária brasileira.

A partir dessa compreensão, Buainain *et al.* (2014c) apresentam um conjunto de fatores que explicitam a abrangência do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, sob as distintas estratégias que sedimentam um novo padrão de acumulação. Uma delas é a manifestação do caráter competitivo exigido na condução das atividades e dos mercados agropecuários. A intensificação tecnológica e a introdução da financeirização da agricultura, combinadas com o acirramento concorrencial entre as famílias rurais, se tornou uma realidade cotidiana. Em termos gerais, Oliveira A. (2014) ressalta que, dessa forma, o capitalismo monopolista mundial se organiza e se expressa no setor agropecuário por meio da tríade: produção de *commodities*, oferta de derivativos em bolsa de mercadoria e de futuro, e na ampliação e na consolidação de monopólios agroalimentares mundiais.

A geração de renda monetária das atividades agropecuárias depende majoritariamente do contínuo investimento em melhora na qualidade da terra, em máquinas, equipamentos, infraestrutura e na qualificação e preparo das famílias rurais ao serem compelidas pelo tensionamento concorrencial. Além disso, há a necessidade de melhoramento técnico e gerencial no aperfeiçoamento contínuo da capacidade produtiva da terra e no aumento da produtividade do trabalho (SOUZA *et al.* 2012), que nessa perspectiva, se torna em um meio de produção e necessita igualmente de contínuos investimentos. A esse respeito, Toledo (2009) encontrou evidências empíricas ao estudar os agricultores (familiares) em Salvador das Missões (RS). Conforme registrou o autor, em

entrevista como um agricultor familiar proprietário de estabelecimento rural.

Prá sobreviver no interior (meio rural) tem que ter também certa competência, e isso vale prá qualquer lugar, [...] nós defendemos que a terra não faz milagre, ela dá o retorno do que você investe nela, [...] e você tem que investir muito. [...] A propriedade tem que ser encarada como uma empresa, né, tem de funcionar, tem que ter tudo na ponta da caneta. Quem não faz isso está condenado a se quebrar. (TOLEDO, 2009, p. 112).

É a imposição da gramática da racionalização econômica e gerencial na atividade agropecuária que é restrita a poucos quando é aplicada a fria lei da competição intercapitalista. Essa minoria aguça a necessidade de reflexão para captar e desvelar quais os motivos e elementos geradores que os levam rumo à seletividade e da diferenciação social. É razoável ponderar que esses agricultores operam sob a égide de um comportamento e racionalidade diferenciada combinada com predisposição ao risco os permitem ajustar o conjunto de condições produtivas adequadas, com as habilidades e as capacidades intrínsecas que os levam a aproveitar com mais eficácia os recursos materiais e institucionais que os demais. Nessa perspectiva Toledo (2009) ressalta ainda que:

O que está posto é o processo de transformação do agricultor [...] em empreendedor e comerciante voltado para o lucro preconizado pela lógica do mercado como regra básica de sobrevivência e a integração mercantil vai exigir planejamento, profissionalização e a combinação entre eficiência técnica e eficiência econômica. (TOLEDO, 2009. p. 111).

Contudo, ressalvas se fazem necessárias. A regulação pelo mercado por si só não deve ser uma regra auto aplicada à agricultura, pois não há possibilidade da agricultura ser administrada rigidamente como um ramo do setor industrial (VEIGA, 2012). Os argumentos schumpeterianos e darwinistas da arena concorrencial aberta consolidam e ampliam a diferenciação social entre os agricultores por meio da formulação de estratégias e vantagens competitivas no mercado, e que buscam ao mesmo tempo, gerar rendas extraordinárias e monopólio sobre os concorrentes (VIEIRA FILHO; SILVEIRA, 2011). Bernstein (2011) acredita que nesses termos, as exigências impostas pelo mercado estão aprofundando a mercantilização e a especialização produtiva dos agricultores nos mercados agrícolas. Essas influências se estendem aos diversos e heterogêneos matizes de agricultores que operam em diferentes lugares e condições, e consolidam a diferenciação social e produtiva.

É reconhecido na literatura dos estudos rurais que os patamares de expansão da

agropecuária brasileira se tornaram possíveis graças a uma combinação entre conhecimento, tecnologia e crédito subsidiado, conjugados com a disposição dos agricultores familiares em absorver o conjunto disponível de transformações técnicas, mercadológicas, mecânicas e bioquímicas que modificaram os processos produtivos. Nesses moldes, Marx (2011) havia alertado que o conhecimento se tornara uma das forças produtivas por excelência. De forma que a adoção, especialmente, dos recursos tecnológicos, amplia o fosso da desigualdade entre as famílias rurais por meio da dinâmica produtiva e econômica diferenciada, entre elas e nas regiões rurais, na medida em que potencializa a competição entre os agricultores familiares (VIEIRA FILHO, 2014).

A importância da tecnologia foi destacada em relatório do Banco Mundial divulgado em 2010, ao considerar que 70% da expansão da produção agrícola mundial foi possível graças à incorporação e o uso de novas tecnologias na produção (DEININGER *et al.* 2011). Significa dizer que as apostas estão se concentrando em procedimentos poupadores de trabalho e no uso da terra, na medida em que a tecnologia repercute em quase todas as atividades humanas, como uma das expressões do determinismo tecnológico. Mészáros (2004) anota, contudo, que essa concepção é uma simplificação grosseira e ideológica da realidade, ao aceitar que a ciência possui um curso autônomo e imparcial, na medida em que as aplicações surgem e se impõe como um fato inexorável. Talvez a perspectiva cornucopiana decorra do frenético ritmo de desenvolvimento tecnológico dos países de capitalismo central, assim de algum modo reforçando a compreensão ideológica e otimista da tecnologia, que se torna desse modo, em pensamento predominante (DAGNINO, 2008).

Por outro lado, é sabido que o conjunto articulado de disposições institucionais fomenta a racionalidade técnico-administrativa, e conduz ou potencializa o acirramento concorrencial entre dos agricultores familiares na busca de renda monetária. Visa retirar da terra o maior volume de produção e de produtividade possível e gerar excedentes comercializáveis. Germer (2002) defende o que está por trás dessa demanda na verdade é,

[...] o que se vende não é o “excedente” que resta após satisfeitas as necessidades de consumo do próprio produtor, pois produz-se não o que se deseja consumir mas o que pode ser vendido mais vantajosamente, segundo as determinações do mercado e os meios de produção disponíveis [...]. (GERMER, 2002, p. 12).

Além disso, o incremento do processo produtivo exige igualmente um conjunto de inovações institucionais articuladas, que permita a captura de valor da renda gerada. Entretanto, via de regra, se perde entre os demais agentes das cadeias produtivas sem

beneficiar substantivamente os agricultores familiares (SALLES-FILHO; BIN, 2014). A monetarização da vida social ao ser potencializada pela via das trocas mercantis se transforma em regra predominante. Dessa forma, a natureza e a vida social das famílias rurais são premidas cada vez mais pela necessidade do consumo industrial, e mesmo de itens básicos para viabilizar a reprodução social e material da família e do estabelecimento.

Outro aspecto enfatizado por Buainain *et al.* (2014c) sobre essa nova fase de desenvolvimento diz respeito à busca de alimentos que ofereçam qualidade e segurança sanitária (ausência de contaminação de resíduos químicos e biológicos). Modernamente, esse é um fator que impõe, inclusive, restrições de mercado, apesar de ser ainda interesse circunscrito a um público específico que reúne condições econômicas e informativas distintas. Porém, nas relações comerciais entre os países, essas exigências estão sendo utilizadas como barreiras pela via das normas não tarifárias que facilitam ou dificultam as transações (SANTANA *et al.* 2014). Buainain *et al.* (2014c) lembram de ser um equívoco imaginar que a busca de qualidade se destina atender apenas um seletivo mercado. A oferta de produtos agropecuários de qualidade ao mercado se impõe como uma condição *sine qua non* e consolida as tendências básicas do novo padrão, e não como fator que possa agregar valor novo e diferenciado aos produtos agrícolas, pois se estende a todos os estabelecimentos rurais indistintamente e independentes do tamanho.

A título de exemplo, a União Europeia vem institucionalizando desde 200 o programa *European Technology Platform on Food for Life* (ETP) visando produzir alimentos com qualidade assegurada com o objetivo de “Melhorar a saúde, bem-estar e longevidade; construir a confiança dos consumidores na cadeia alimentar; apoio à produção ética e sustentável” (ETP, 2014, p. 3). Busca-se, dessa forma, incutir nos consumidores a crença na aquisição de produtos confiáveis e seguros, e que não representam riscos à saúde. Na mesma direção caminha o programa internacional *Registration, Evaluation and Authorization of Chemicals* (REACH) trata do registro, avaliação e a autorização de aditivos químicos nos alimentos que servem de barreiras técnicas às exportações (GUEDES; TORRES; CAMPOS, 2014). O programa recomenda a reestruturação geral dos marcos regulatórios, especialmente no tocante ao uso de substâncias e *blends* químicos no âmbito da União Europeia. Deseja, dessa forma, elevar os níveis de proteção e de segurança à saúde humana e ao meio ambiente. A partir desta regulamentação, não haverá possibilidade de comercialização de quaisquer produtos que não detenham o registro prévio no programa.

Outra perspectiva do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, como exigência de mercado, é a necessidade de informação dos atributos de fornecedores e fabricante dos produtos agropecuários comercializados por meio da rastreabilidade e da certificação (FILHO, 2014; ZYLBERSZTAJN, 2014). A demanda por alimentos seguros não

está limitada à agricultura comercial, mas é um fator que irá refletir igualmente, na produção dos agricultores familiares. Desse modo, essas exigências vão representar a obrigatoriedade de mudanças tecnológicas, organizacionais e que exigem investimentos na produção dos alimentos e da matéria-prima. Isso pode representar efeitos econômicos negativos às famílias rurais sem essas capacidades. Por outro lado, podem ser transformadas em oportunidades de inserção mercantil para outros, desde que devidamente amparados por políticas indutoras para potencializar condições produtivas, habilidades e modelos agrícolas diferenciados e que possam fornecer produtos com atributos distintos.

Entre as inúmeras transformações da agropecuária em décadas recentes, se destaca a crescente financeirização, tema a ser ampliado na próxima seção.

2.4 A FINANCEIRIZAÇÃO, O INCOMUM MARCO DA ACUMULAÇÃO NA AGROPECUÁRIA

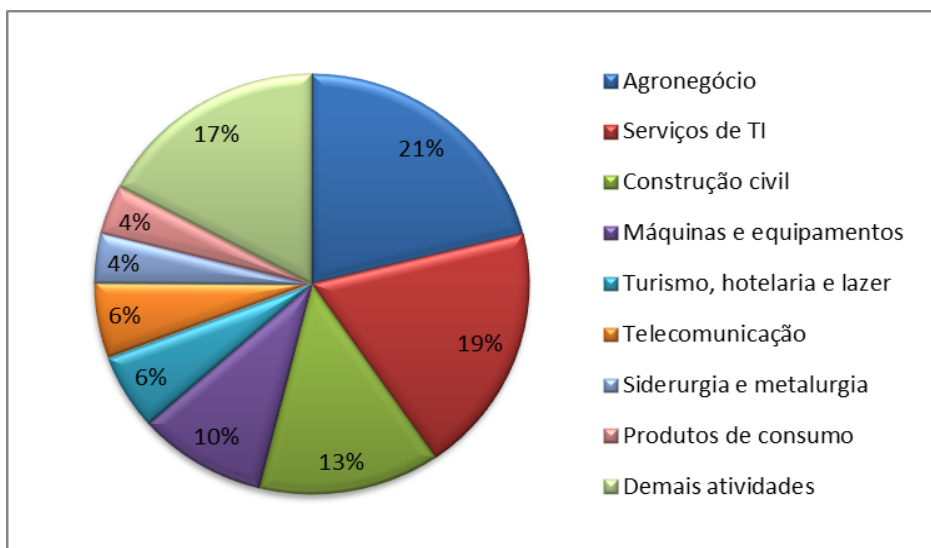
O novo padrão, na visão de Buainain *et al.* (2014c), está causando transformações na esfera econômico-financeira ao ampliar os riscos, para além dos altos e baixos das condições climáticas, tecnológicas e mercadológicas. É sabido que a busca de alternativas tecnológicas aspira reduzir as incertezas, especialmente as climáticas, do processo produtivo. No entanto, os contínuos investimentos elevam os custos e, por consequência, os riscos financeiros, ao ser regulado apenas pelos mecanismos de mercado. Além disso, estão ocorrendo distintas e múltiplas formas de financeirização das atividades agropecuárias. Balestro e Lourenço (2014), acerca dessa temática, enfatizam uma análise pouco explorada na literatura do desenvolvimento rural ao tratar dos aspectos teóricos e empíricos sobre a extensão e da influência dos atores financeiros (bancos, mercado de capitais, bolsas de mercadorias e futuros, *trading companies*). Isso ocorre por meio da oferta de ativos financeiros na modalidade denominada *Initial Public Offering* (IPO) por empresas de capital aberto ao alocar recursos para investimentos especulativos na agropecuária.

O estudo “Rumo à abertura de capital – As percepções das empresas emergentes sobre os entraves e benefícios”, realizado pela empresa de consultoria britânica Deloitte em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) mostra a extensão do movimento que está ocorrendo no mercado de capitais brasileiro. Os dados apresentados no Gráfico 1 são reveladores, ao demonstrar que as operações IPO voltadas para a área do “agronegócio” representam 21,2 % dos “investimentos” do total, 19,2% foram investidos em serviços de tecnologia da informação, 17% na construção civil, 10% em máquinas e equipamentos, 6% em turismo e telecomunicações, 4% em siderurgia e produtos de consumo e 17% em outras atividades (DELOITTE/IBRI (2014)).

A financeirização, na verdade é “[...] um processo de concentração de poder em torno do capital financeiro. A origem desse grande poder das finanças passa pelo progressivo deslocamento do um sistema de financiamento baseado em bancos para um sistema baseado em mercado de capitais.” (BALESTRO; LOURENÇO, 2014, p. 246). O objetivo principal desses investimentos é maximizar o lucro financeiro no curto prazo. Buscam evadir do cenário instável da desindustrialização, crises econômicas com baixa taxa de lucratividade dos outros setores, potencializados pela internacionalização da economia e da nova ordem na divisão do trabalho em âmbito global. Além disso, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, ampliou as possibilidades de inserção comercial entre os países membros, por meio da abertura comercial nos países periféricos mais industrializados como o Brasil, China, México e Argentina (GOLDFARB, 2015).

A financeirização se distancia da esfera da produção física da agropecuária por meio da oferta de papéis derivativos agropecuários comercializados em bolsas de valores ou de mercadorias. A financeirização no setor agrícola, do mesmo modo, estreita os laços entre os agricultores familiares, rede de armazéns, cooperativas e indústrias beneficiadoras com as instituições financeiras (SANTANA *et al.* 2014). O descolamento dos investimentos financeiros da produção física, na visão de Forrester (1997), é um rotundo embuste, na medida em que essa estratégia não cria riquezas, e ainda demandam cada vez menos trabalho humano produtivo ao utilizar estratégias dos mercados virtuais. A prioridade buscada é o lucro imediato. No limite é “[...] A especulação, disfarçada, mas alimentada pelos mercados [financeiros], leva a melhor e domina” (FORRESTER, 2001, p. 30).

Gráfico 1 – Participação de empresas de capital aberto nas bolsas de valores brasileiras.



Fonte: Deloitte/IBRI (2014, p. 6).

A esse respeito, Bennett (1997) descreve que as empresas japonesas, suecas e alemãs estão utilizando os sistemas bancários para financiar projetos de longo prazo, enquanto nos Estados Unidos os recursos financeiros estão sendo canalizados para realizar fusões e aquisições tecnicamente ou sinergicamente insustentáveis, juntamente com a especulação em terras, moedas e em mercados futuros em uma modalidade que o autor chamou de “capital impaciente.” De posse desse argumento Sennett, (2015, p. 22) anota que “[...] o desejo de rápido retorno; por exemplo, o período médio de tempo que os investidores seguram suas ações nas bolsas britânicas e americanas caiu 60 por cento nos últimos quinze anos.” O mercado acredita que o retorno rápido é via do curto prazo.

Os grandes investidores na agricultura passam a operar sob a escudo do capitalismo monopolista globalizado e se concentram na produção de *commodities*, operações em bolsas de mercadoria e de futuro transformados em especulação financeira e que fortalecem os monopólios mundiais (OLIVEIRA, 2014). A financeirização se expressa pela via da expansão financeira e pode ser problematizada pelo aporte teórico dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), de acordo com as contribuições de Arrighi (2013). Conceitualmente, os CSA trazem em seu conteúdo uma série de expansões estáveis e estabilizadas da economia capitalista globalizada ao alternar fases de expansão material, desenvolvimento e especulação financeira e turbulências competitivas capitaneadas por um Estado hegemônico. Essa abordagem será retomada e ampliada mais adiante.

A expansão do capital privado está diretamente conectada com a saída “à francesa” do Estado como agente financiador da agropecuária (BUAINAIN *et al.* 2013c). No Brasil, o panorama globalizante dos anos 1990 reduziu expressivamente o papel do Estado na economia. Entretanto, a partir de 2003, o setor de carnes (frangos, suínos e bovinos) foi alvo de uma nova modalidade de intervenção com o objetivo de internacionalizar as empresas frigoríficas com o aporte recursos públicos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), (ALMEIDA; OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2014).

Entretanto, se observa a redução expressiva do montante de recursos do orçamento da União destinados a financiar políticas estruturantes para as regiões rurais. Entre 1990 e 2009 a redução foi de cerca de R\$ 100 bilhões em gastos públicos com as “funções rurais” (agricultura e organização agrária), de 12% para 0,99% do orçamento (AUDITORIA CIDADÃO (2017). A FAO recomenda que o percentual de gastos com agricultura deveria ser equivalente a participação da agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB). Nesse caso, em 2013, os gastos em agricultura deveriam representar 5% do orçamento anual (GASQUES; BASTOS, 2014). O segmento rural tem sido lastreado majoritariamente, com recursos disponibilizados pelo sistema financeiro utilizando os recursos oriundos da Poupança Rural e dos Recursos Obrigatórios referentes ao Valor Sujeito a Recolhimento

(VSR), previstos no Manual de Crédito Rural (MCR. 6.2) estipulado em 34% sobre o montante dos depósitos bancários à vista (BACEN, 2016).

A participação de recursos públicos se destina a algumas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Fundos Constitucionais, e para o pagamento de equalização de juros e taxas de *spread* bancário dos planos agrícolas, e alguns programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Bolsa Verde, Garantia Safra. A escassez de recursos orçamentários inviabiliza o financiamento de políticas estruturantes de longo prazo (pagamento por serviços ambientais, assistência técnica, políticas de apoio à comercialização, infraestrutura, etc.). Essas despesas dificilmente serão custeadas com recursos de curto prazo captados no sistema financeiro. Assim, as “funções rurais” se transformaram, em um problema de regulação dos mercados apoiados basicamente por agentes financeiros privados. O Estado, portanto, se torna cada vez mais ausente em termos estruturais. Essa condição, entre outras, induz a agricultura, pelo bem ou pelo mal, a se tornar cada vez mais em atividade econômica e, que forçosamente reduz a margem de manobra e de erros na condução das atividades.

Para exemplificar o abandono do Estado em disponibilizar políticas públicas, tomemos a carência na construção de armazéns agrícolas nas propriedades rurais brasileiras que possui cerca de 13,6% (CONAB, 2006). Na Argentina, esse índice é de 40%, nos Estados Unidos atinge 85%, na Austrália e no Canadá, a participação dessas unidades é de 35% e 65%, respectivamente (OLIVEIRA, A., 2014). O Brasil desde os anos de 2000, tem a capacidade estática de armazenagem inferior ao volume das safras. Todavia, a disponibilidade de armazéns é condição estruturante indispensável para a realização de estoques reguladores e de políticas de sustentação de preços dos produtos agropecuários.

Outro aspecto recorrente dos CSA e é que as sobras disponíveis de capital estão se deslocando do setor financeiro para a compra de terras, especialmente após a crise de 2008. Um relatório do Banco Mundial (DEININGER, *et al.* 2011) elenca os possíveis demandantes na compra de terra como possibilidades de investimentos: os governos preocupados com a capacidade interna em produzir alimentos para a população; as empresas do setor financeiro, além das empresas do setor agroindustrial que aspiram elevar a participação no setor no mercado e no processamento de alimentos (BERNSTEIN, 2011). Aqui o capitalismo demonstra algumas de suas contradições, pois ao imobilizar capital comprova o enunciado defendido por Piketty (2014, p. 171) quando assegura que “[...] estamos assistindo à volta triunfal do capitalismo privado dos países ricos desde os anos de 1970, ou, mais do que isso, ao ressurgimento de um novo capitalismo patrimonial.”

A opção pelas compras de terras se destina ao desenvolvimento de *commodities* agrícolas, especialmente, milho, dendê, arroz, canola, soja, girassol, cana de açúcar e

cultivo de florestas (DEININGER *et al.* 2011). Os investimentos, nesse caso em particular, buscaram fundamentalmente o setor de agrocombustíveis, devido à oferta de expressivos subsídios governamentais para a expansão do segmento. A comprovação desse deslocamento de capitais aquiesce com o enunciado de Bernstein (2011), ao constatar que no capitalismo moderno a migração para “O setor agrícola pode incluir “capital agrário além do campo”, isto é, investimentos em terras e lavouras pelas empresas urbanas (inclusive por políticos, funcionários públicos, oficiais militares e profissionais liberais ricos), além do capital agroalimentar empresarial” (BERNSTEIN, 2011, p. 134-135).

A apressada dinâmica na rota dos investimentos “curtoprazistas” induz mudanças na divisão social do trabalho e na adoção dos recursos da tecnologia, além de responder às influências do mercado. O setor agrícola vem sendo progressivamente introduzido e incorporado ao capitalismo industrial, na medida em que os agricultores dependem cada vez mais do mercado para a geração de renda monetária, na compra de bens de consumo necessários à reprodução social, e para a realização do trabalho (BERNSTEIN, 2011). Como enfatizou acertadamente Wood (2001, p.78), “Praticamente tudo, numa sociedade capitalista é mercadoria produzida para o mercado”. Desse modo, mesmo as regiões periféricas podem ser integradas aos fluxos globalizados, cooperando com a expansão geográfica e reprodutiva do capital (HARVEY, 2006). Nesses moldes, entre as distintas formas de desenvolvimento do capital, a financeirização da agricultura, segundo Buainain *et al.* (2014c) se apresenta como mais uma das expressões da externalização dos processos produtivos na agropecuária do novo padrão de acumulação.

O curto período de estabilização econômica nas últimas décadas estimulou o debate acerca das possibilidades de desenvolvimento do país (SCHNEIDER, 2010), por meio da alocação de algumas políticas públicas para o meio rural concretizada de maneira especial, por meio da disponibilização de crédito rural aos estabelecimentos familiares. Contudo, ainda é tímida a presença do Estado em termos estruturais. A estratégia de inclusão dos agricultores familiares por meio do crédito rural é uma forma expressa de mercantilização, monetarização e bancarização das suas atividades. Essa opção reforça a diferenciação, uma parte, (os consolidados) empregam adequadamente os recursos. Outra parte, fragiliza ainda mais as condições socioeconômicas dos agricultores já debilitados economicamente. Isso ocorre na medida em que se exige deles a adoção de estratégias de racionalização na aplicação dos recursos para produzir excedentes como se a agricultura fosse uma empresa industrial, desconsiderando os riscos de um sistema de produção a céu aberto. E por vezes nem há mercados disponíveis e adequados para absorver o que foi produzido.

A capacidade de gerar excedentes é uma condição necessária e imprescindível para reembolsar os agentes financeiros, e gerar renda extraordinária para a manutenção e

viabilidade do estabelecimento, quase sempre restrita a poucos agricultores familiares que conseguem alocar adequadamente os recursos captados. Desse modo, o aspecto pernicioso do processo é a ampliação da dependência da esfera financeira dos agricultores familiares. A manobra representa, especialmente, mais uma forma de “[...] radicalização do processo de mercantilização da produção, submete os produtores, de forma mais intensa, às regras e ao funcionamento dos mercados, reduzindo a autonomia para fugir aos padrões tecnológicos e organizacionais dominantes” (BUAINAIN *et al.* 2014b, p. 227). Se observarmos a redução de recursos orçamentários da União (GASQUES; BASTOS, 2014), para financiar políticas estruturantes nas regiões rurais podemos aventar tratar-se de uma opção deliberada por julgar não ser mais pertinentes e necessários.

Assim, os agricultores familiares buscam outras fontes geradoras de emprego e renda, inclusive fora do âmbito das propriedades e das atividades propriamente agrícolas. Isso ocorre devido à “incapacidade” da unidade familiar em prover satisfatoriamente a viabilidade e a renda econômica unicamente por meio das atividades agropecuárias. Igualmente essas alternativas podem ser uma escolha deliberada dos agricultores para ampliar o orçamento. Além disso, se impõem como condição modificadora nas relações do trabalho interno do estabelecimento, e ocorrem na medida em que dos agricultores familiares se tornam pluriativos, em determinadas épocas do ano. Essa estratégia busca compor o apertado orçamento familiar e a possibilidade de ingresso de renda complementar. Essa temática tem sido objeto de pesquisas de um conjunto de autores tais como: Carneiro (1998), Campanhola e Graziano da Silva (2000) e Schneider (1999, 2003).

Por último, Buainain *et al.* (2014c) realçam o papel e a importância das estratégias de gestão nas atividades agrícolas. As análises sobre as transformações na agricultura centralizaram em demasia na importância do progresso técnico, concebidos a partir da revolução verde. Entretanto, são escassas as análises que tratam a respeito dos efeitos da tecnologia e da fragilidade ou virtudes dos sistemas de gestão na produção agropecuária quando essa que se tornou mais complexas. Sob tal perspectiva, as lições do passado ficam cada vez mais desconstruídas com a realidade, o que não impede que possam ser revisitadas e reinterpretadas à luz da modernidade. Martins (2014b, p. 29) menciona que a “[...] modernidade é uma conjugação de processos sociais de tempos desconstruídos”. Ou como prefere Rossi (2000, p. 15), “[...] na própria origem da modernidade esteve presente uma tensão esperanças de novidades extraordinárias e angústias de catástrofes iminentes”.

É um fato que há a necessidade de informação e de conhecimento técnico para amparar a tomada de decisões. Essa é uma demanda exigida a todos os agricultores para alocar adequadamente os recursos disponíveis, e essas habilidades vão muito além da capacidade de gerir unicamente a produção agropecuária na busca de resultados que

garantam a sobrevivência e reprodução social e material. Os cenários atuais são marcados por crescente tensionamento concorrencial e competitivo. Apesar de ser notória a engenhosidade da tecnologia na oferta de soluções, ainda é a intervenção humana que pode fazer a diferença para melhor ou para pior, em qualquer tempo e lugar, quando se trata de utilizar adequadamente as informações e recursos humanos e materiais disponíveis.

O novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola de produção e de acumulação sedimenta a desigualdade histórica em que uma reduzida parcela de famílias rurais, cujos recursos econômicos, técnicos e estruturais são adequados e se conjugam e, assim conseguem alocar o que há de mais moderno para a produção agropecuária. Contraditoriamente, a outra parcela (a mais expressiva) está cada vez mais distante de tais inovações e condenadas à privação nas mais variadas acepções. Desse modo, Helfand, Moreira e Júnior (2014) admitem ser razoável retomar o debate sobre a questão da sobrevivência desses agricultores. O desenvolvimento agrário e agrícola bifronte aponta para a exacerbação da diferenciação social entre os agricultores familiares, tese defendida por Buainain *et al.* (2013c), ao analisar os rumos da agricultura brasileira, quando admitem ser pertinente as possibilidades de exclusão para um expressivo número dessas explorações familiares e que estão sendo entregues à própria sorte e, que não conseguirão se adaptar sem aporte de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento rural.

O novo cenário das regiões rurais traz em si um antigo dilema: conciliar a agricultura tradicional, outrora traduzido como uma forma de viver, que ao ser pressionada pelo tempo e pelas circunstâncias do mercado deve se transformar em atividade econômica. Propomos refletir este quadro de mudanças e transformações buscando inspiração teórica e analítica nas concepções de Marx, Wallerstein, Braudel e Arrighi. Dessa forma, procuramos apresentar e problematizar o quadro e a influência dos pressupostos contextuais do “novo padrão de desenvolvimento” nas regiões rurais brasileiras sob a ótica dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), tema que será tratado na próxima seção.

2.5 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO (CSA)

O capitalismo não é apenas um modo de produção de mercadorias. É um regime social e cultural expansivo e civilizacional em que os processos de monetarização não se restringem apenas à área econômica, mas operam igualmente em transformações sociais e culturais (STREECK, 2012). Seus domínios se estendem a ramos para além das relações centradas nas trocas mercantis, do mundo impessoal e competitivo dos negócios.

É um processo marcado por avanços e descontinuidades históricas, de reorganização

e de adaptação ininterruptas. A busca de entendimento desse fenômeno explicita a necessidade de decodificar e interpretar o passado. Não na perspectiva do retorno, mas na busca de pistas que desvelem o comportamento presente e as possibilidades dos dias vindouros. É um percurso permeado de incertezas e sujeito a riscos e equívocos de todas as ordens. Tomando como mote as ferramentas e os processos de comportamentos sociais se admite que “A sociologia não é a ciência das certezas e das clarezas, ainda que possa ser a ciência das certezas equivocadas [...]” (MARTINS, 2014a, p. 128).

Um caminho possível é o uso da História que, ao ser decomposta, pode ser convertida em novos conceitos, afinal, a sociedade é dinâmica. Koselleck (2006) apropriadamente enfatiza que os conceitos podem ter origem nos fatores já existentes e podem ser empregados como identificadores sociais das mudanças em curso. Institui, desse modo, a “re-significação” dos termos e seus possíveis destinos, de forma que os conceitos emergentes trazem consigo a temporalidade histórica. Busca-se captar e interpretar a realidade social de “[...] um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social originados no passado” (KOSELLECK, 2006, p. 101).

A busca da verdade transitória é o entendimento dos tempos, ao situar as realidades humanas no contexto histórico de tempo e espaço. Dessa forma, a contribuição teórica e analítica de Braudel (1996) é simbólica, pois ao se debruçar sobre os ciclos históricos de longa duração, buscou identificar os padrões recorrentes no tempo e espaço que permitam aludir à ideia de movimentos cíclicos ao longo da História, verificando as singularidades, descontinuidades e os retrocessos do fenômeno. A decomposição histórica para compreender o capitalismo e sua “*longue durée*” é o primado das contribuições de Braudel ao intuir sobre a conveniência da análise do tempo histórico, no estudo da conjuntura econômica do capitalismo frente às oscilações cíclicas. Essas deveriam ser ampliadas para períodos históricos de longa duração, de preferência de duração secular, a fim de captar o ritmo das mudanças no tempo e no espaço, traduzidas na constância e inconstância das permanências, repetições e retrocessos. A reconstrução histórica é uma ferramenta analítica, segundo Braudel (1996), que se transforma em um “[...] aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e adaptação. Se há “[...] uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, e aí [...] que essa unidade deve ser observada” (BRAUDEL, 1996 p. 381).

Em muitos aspectos, Arrighi (2013) se aproxima e se inspira nos aportes de Braudel para explicar os estágios de desenvolvimento do capitalismo mundial. Um ponto de vista, em especial, se refere às propriedades que dizem respeito ao ecletismo, à flexibilidade e à capacidade de mudança e de adaptação. Essa habilidade se instala e se consolida em

inúmeras atividades econômicas em que se vislumbram as possibilidades de gerar lucro, acumulação e de reprodução. Todavia, por vezes, o capitalismo demonstra uma capacidade surpreendente de especialização e de concentração anárquica, e como camaleão se adapta às necessidades e às características do ambiente local como forma de sobreviver, reproduzir e se expandir em leitura consonante à realidade vigente.

Braudel (1982) concebeu o capitalismo composto de uma camada inferior, expressa por uma economia extremamente embrionária e autossuficiente, que compunha a vida material. Esta se refere comumente às atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo valor de uso. A camada da economia de mercado, caracterizada pelas comunicações horizontais entre os distintos mercados, regulados pela lei da oferta e a demanda que ajustam os mecanismos de preços. É a vida voltada para as atividades econômicas, das trocas rotineiras conectadas à produção destinadas para o mercado, em que o valor de troca é o indutor e regulador da vida social. Acima dessa camada está a zona do antimercado, o *locus* dos grandes capitalistas predadores, onde vigora a lei do estado natural. Nessa camada, segundo Braudel (1982), nas distintas etapas da Revolução Industrial é a verdadeira morada do capitalismo. É um espaço em que ocorre a circulação diferenciada na hierarquia das trocas desiguais e o processo concorrencial tem um reduzido espaço e lugar.

As contribuições de Wallerstein (1979), por sua vez, centram a análise na formação histórica do desenvolvimento do capitalismo europeu no século XVI. Isto se deu com a incorporação de novos territórios ao sistema, ao qual chamou de minissistema ou sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1991). Ao identificar os dois tipos de sistemas sociais conhecidos e caracterizados por sua estrutura (ciclos ou ritmos), isolou os fatores que influenciam e determinam os exemplos de transformação interna, e as tendências seculares. Os minissistemas foram traduzidos e utilizados pelas economias tribais, em que as relações de reciprocidade versam sobre um sistema único (divisão de trabalho, entidade política, cultura) e que foram incorporados pela expansão do atual sistema-mundo.

O sistema-mundo possui uma unidade espaço-temporal, em que o foco das análises é a divisão social do trabalho, e se torna a condição principal que permite a produção e reprodução material. O sistema-mundo é composto de forças interiores, os quais, com a contínua expansão, vai absorvendo áreas externas (as áreas periféricas) ao sistema, integrando-as ao conjunto principal. No que diz respeito à expansão territorial, a base econômica e material, agrupa um conjunto de entidades políticas e diversos sistemas culturais. O sistema-mundo capitalista se forma pela economia-mundo de Estados desenvolvidos, que ao impor sua supremacia a um conjunto de Estados nacionais periféricos (consolidação das relações centro e periferia) e forma um sistema interestatal

multicultural, e de economias diversificadas e de trocas desiguais (WALLERSTEIN, 1991).

Graças às contribuições de Braudel acerca dos ciclos seculares (os ciclos históricos de longa duração), do conceito de sistema-mundo instituído por Wallerstein (1999, 1991), e do método de “comparação incorporada” desenvolvido por McMichael (1990), é que Arrighi (2013) empreendeu esforços para conformar e construir a ideia dos CSA. Entretanto, faz uma ressalva, ao considerar a ideia de ciclos, fazendo uma distinção entre os “ciclos seculares de Braudel” e os “ciclos de Kondratiev”. Os ciclos de longa duração foram caracterizados por uma fase de 60 anos (expansão e depressão). Os primeiros 25 a 30 anos representam a fase de expansão e os outros 25 a 30 anos representam a fase de depressão (KONDRATIEV, 1992). Braudel admitia severas restrições a esse último, pois acreditava que suas elaborações não possuíam caráter científico, cuja base teórica era obscura e contraditória. A crítica enfatizava que a evolução dos preços praticados no longo prazo tornava duvidoso ser tomado como indicador consistente dos ciclos longos do capitalismo mundial. Esse fator, segundo Braudel, era insatisfatório, pois o lucro do capital pode apresentar oscilações conflitantes nos períodos estudados.

A abordagem dos CSA foi elaborada com a intenção de reunir informações analíticas e históricas para esclarecer e clarificar a ascensão e a expansão financeira do sistema capitalista mundial, e de maneira especial na década de 1970. Nesse período, a macroeconomia *keynesiana* e a teoria econômica do desenvolvimento dominaram o mundo acadêmico, dedicados a estudar o período do pós-guerra compreendendo os anos de 1949 e 1978, que ficou conhecido na literatura econômica como os “trinta anos gloriosos do capitalismo³” (BRESSER-PEREIRA, 2009). Os CSA buscam, dessa forma, “[...] descrever e elucidar a formação, consolidação e a desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico no fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade” (ARRIGHI, 2013, p. 10).

A ideia arrighiana de sistemas se refere a um conjunto de transformações dos processos econômicos, políticos e socioculturais que aglutinam os ciclos de longa duração. O adjetivo histórico é empregado para esclarecer os percursos não lineares, repletos de constâncias, descontinuidades e retrocessos, semelhante à reprodução da história humana, ao ser delimitado por espaços temporais e geográficos determinados. Desse modo, o foco das análises são as estruturas do sistema, a partir das concepções braudelianas, especialmente no tocante à expansão financeira, alusiva à última fase do desenvolvimento, a fase de maturação do sistema capitalista (ARRIGHI, 2013). A fim de construir o esquema conceitual do CSA, o autor, além dos elementos de inspiração braudeliana, agregou o apoio do arcabouço dinheiro-mercadoria-dinheiro (DMD) proposto por Marx (1983), para delinear e

³ A expressão “Trinta Anos Gloriosos do Capitalismo” se deve a Jean Fourastié (1979).

ênfatizar o caráter flexível do capital que possibilita a expansão financeira.

O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação. (ARRIGHI, 2013, p. 6).

Significa dizer que os CSA possuem a capacidade de conformar mudanças contínuas do esboço (DMD') que se fundam a partir de uma fase de grande expansão material (EM), correspondente ao DM de Marx (1983), e administrada pelo processo produtivo que possibilita a ampliação e reprodução do capital. Consolida-se aqui a hegemonia de uma determinada potência estatal, cuja capacidade política conduz e detém o incremento crescente do fluxo de mercadorias e da força de trabalho. Essa etapa é seguida por outra fase de expansão financeira (EF), o MD. Nessa situação, os agentes financeiros se especializam em estratégias da acumulação pela ampliação do comércio, ou pela via da especulação dos saldos de capital. Na verdade, "[...] a especulação consiste em acumular riqueza sem produzir a riqueza correspondente" (DOBOR, 2007, p. 29). Essa fase é marcada pelo surgimento de contradições concorrentes que disputam o comando da acumulação e da hegemonia, uma vez que as taxas de lucros dos investimentos nos setores geradores tradicionais (indústria e comércio) são decrescentes.

Dessa forma é necessário buscar compreender as formas de flexibilidade e adaptação visando à expansão do próximo ciclo, tema a ser abordado na próxima seção.

2.5.1 Flexibilizar, adaptar e expandir

Ao se aproveitar da flexibilidade do capital, torna-se possível que uma parte expressiva do lucro e da acumulação prescindam do processo genuinamente produtivo. Arrighi (2013, p. 9) afirma que as necessidades de expansões financeiras representam "[...] fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu seu limite e a economia capitalista mundial "se desloca", através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via". Dessa maneira, a reprodução do capital

(financeiro) se dá pela fórmula dinheiro-dinheiro (as mudanças descontínuas do tipo DD') que se propagam nos elementos voláteis da financeirização do sistema.

O que ocorre nessa fase é a “[...] explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, ligada à ascensão de sistemas muito sofisticados de coordenação financeira em escala global” (HARVEY, 1993, p. 181). Dessa forma, a abordagem analítica e teórica de Arrighi (2013) auxilia a compreender a crescente oferta de derivativos financeiros na agricultura brasileira. Essa modalidade tem caracterizado uma parte expressiva de operações de “investimentos” nas últimas décadas, devido à queda de lucratividade em outros setores e à disponibilidade abundante de capital financeiro por meio dos bancos, empresas fornecedoras de insumos e das *tradings companies*.

Sob tal aspecto, o que se deseja é a valorização dos ativos dos acionistas, derivada da Teoria da Agência, cujo objetivo principal é maximizar os lucros, delegando poderes a um gestor (agente) destinado a comandar o empreendimento (EISENHARDT, 1988). Essa modalidade de operação abre mão de investimentos de longo prazo destinados a promover melhorias na capacidade organizacional e tecnológicas do processo produtivo. Isso se torna possível, pois em cada um dos CSA, os períodos de financeirização foram precedidos por um longo período de expansão material da economia global. O capital fluiu predominantemente para o desenvolvimento do comércio e da produção. No final do ciclo, se especializou em especulação e a intermediação financeira, o que Arrighi (2013) chamou de “o longo século” ou, o CSA, ao destacar que as expansões financeiras são:

[...] sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto às negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. Nesta situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar na forma monetária e se acumular mais diretamente como na fórmula marxista abreviada (DD'). (ARRIGHI, 2013, p. 8).

Na medida em que a reprodução do capital se desvincula da produção de mercadorias, inaugura a ampliação da virtualização da economia potencializada pelas redes imateriais de comunicação. O motor de mudanças e estratégias é condicionado pela queda e arrocho nas taxas de lucros dos outros setores. O funcionamento e a lógica do espírito capitalista é a busca contínua de autopreservação, ao transformar os ativos fixos e materiais em forma líquida (dinheiro), e institui dessa forma, as ajustadas condições para a oferta ampliada de capital que viabiliza a expansão financeira do sistema. Consagra-se, desse modo, a relativização das concepções de tempo-espaço em que o capital busca a flexibilidade,

liberdade de escolha e de movimento para a manutenção e ampliação do lucro gerado do dinheiro e pelo dinheiro. É a consagração da histórica fórmula marxista (DD') do capital.

O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha. (ARRIGHI, 2013, p. 5)

É a busca e manutenção das taxas de lucro, por meio do capital fictício, entendido como um desdobramento do capital, e traz em seu bojo a lucratividade sob a forma de juros. É o divórcio entre o capital-propriedade e o capital-função, surge o que Marx escreveu no Livro III do Capital, a mercadoria-capital (MARX, 1983). Dessa forma, essa modalidade de capital será utilizada na compra dos meios de produção, contratar força de trabalho, e ao produzir as mercadorias, e produzirá igualmente a mais-valia em ciclos contínuos.

Ao se debruçar sobre essas questões, Harvey (2005) lança um olhar diferenciado ao incluir na análise a dimensão do espaço geográfico e suas implicações geopolíticas traduzidas sob a forma de transformação nas estruturas físicas e sociais necessárias aos processos produtivos e de consumo. Ainda segundo Harvey (2005, p. 129), o “[...] sistema de circulação de capital que tem o lucro como objetivo direto”. Esse processo, quase sempre é tensionado e conflituoso, uma vez que implica na substituição, ou mesmo, na metamorfose total nas concepções da organização do trabalho, e das infraestruturas produtivas existentes, os quais, diante das circunstâncias necessitam ser remodeladas e reestruturadas. O caso da modernização da agricultura é um exemplo emblemático desse artifício, efetivada por meio da aliança das empresas multinacionais com os Estados, pois,

[...] as empresas necessitam dos Estados “locais” (nacionais) para enfrentar a mundialização e para se mundializar, os Estados “locais” necessitam das empresas mundializadas para garantir a continuidade de sua legitimidade e seu futuro enquanto formação políticas e sociais “locais”. (PETRELLA *et al.* 1991, p. 398).

É esse movimento que está sendo percebido nas regiões rurais brasileiras, e criando as bases adequadas para a emergência e a sedimentação do novo e diferenciado padrão de acumulação influenciado pelo industrialismo tecnológico e gerencial e aplicados à agricultura. Esse processo está sendo conduzido pelo capital ao mobilizar as tecnologias, equipamentos

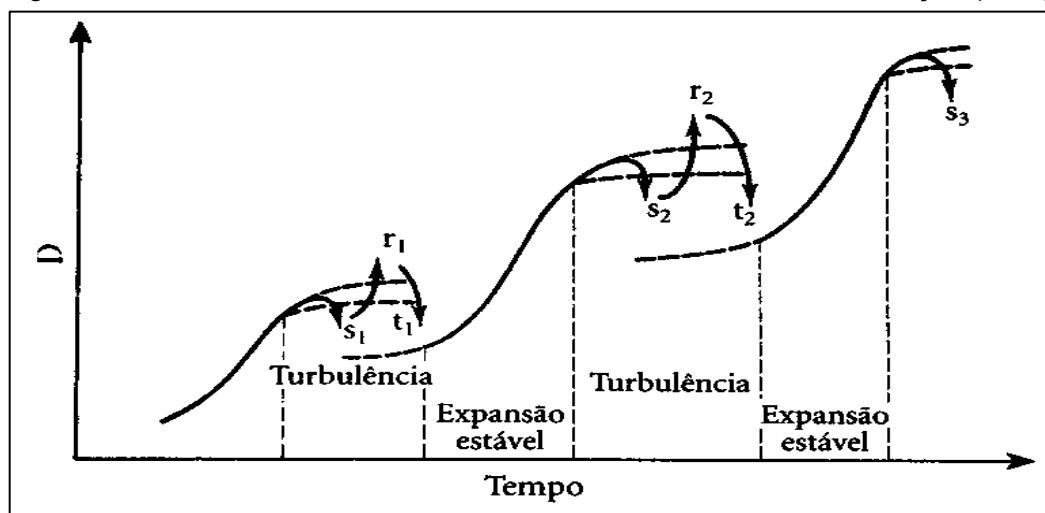
e especulação financeira (GOLDBLATT, 1996). Entretanto, para esse processo não existem apenas movimentos estáveis, mas estão sujeitos ao declínio e ressurgimento, tema que será ampliado adequadamente na próxima seção.

2.5.2 O declínio e o ressurgimento

Retomando os CSA, na concepção de Arrighi (2013), trazem em seu conteúdo a série episódica de expansões estáveis e estabilizadas da economia capitalista mundializada, ao alternar fases de turbulências, nas quais as condições que sustentavam o *status quo* do desenvolvimento estabelecido e vigente são derrocadas. Entretanto, ao mesmo tempo, criam-se as condições básicas para o nascimento de uma fase posterior amplamente monetarizada (Figura 7), precursora da crise terminal dessa fase do regime (T_1 , T_2 e T_3), e ao mesmo tempo, preparar o terreno para a emergência de um novo Estado protagonista e comandante do novo ciclo de produção e de acumulação.

A fase de reclusão desorganiza a economia e modela as condições que fazem surgir outra ordem conduzida pela emergência de novo portador da hegemonia política e econômica (Estado) em escala mundial. As crises (S_1 , S_2 e S_3) que anunciam a desordem e os limites do antigo regime são, igualmente, as precursoras do nascimento da outra ordem vindoura, cujo potencial suplanta a antiga ao emergir da crise na fase de expansão financeira. Os “momentos maravilhosos” e voláteis (R_1 , R_2 e R_3), na acepção de Arrighi (2013), não são suficientes, contudo, para gerar uma nova rodada de expansão material. Na verdade, representam a expressão do acirramento concorrencial da etapa.

Figura 7 – Modelo de metamorfose dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA).



Fonte: Arrighi (2013, p. 242).

Os CSA repetem as contradições históricas e surgem reorganizadas em outros arranjos buscando captar e se moldar às novas demandas e às especificidades econômicas, políticas e culturais requisitadas pela ocasião. Essas etapas revelam um traço comum: a aliança do capital privado com o Estado. Sob tal condição permite novas arrumações necessárias à sobrevivência, e depois, a expansão. Arienti e Filomeno (2007) destacam que esse processo se tornou possível nos estágios do capitalismo histórico em que o:

Estado hegemônico e os agentes capitalistas a ele relacionados (“complexos particulares de órgãos governamentais e empresariais” ou aliança capital e Estado) estão na liderança do “andar superior” da economia. O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, concentração do excedente em novas atividades centrais, constituição de novos centros e novas periferias e nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista. (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 20).

E, de fato, a “[...] a fusão entre o Estado e o capital foi o ingrediente vital da emergência de uma camada claramente capitalista por sobre a camada da economia de mercado, e em antítese a ela” (ARRIGHI, 2013, p. 20). O capitalismo tende a exclusivamente prevalecer quando põe em marcha o Estado a seu serviço. Desse modo, o crescente endividamento estatal por meio do financiamento sistemático da máquina pública retira parte expressiva da soberania estatal e a política, dessa maneira, vai se dissociando do poder. Esse fator se expressa por meio da crise fiscal do Estado que busca por meio de empréstimos privados a financiar os gastos públicos e os investimentos, cujo objetivo é ficticiamente equilibrar as contas públicas (KEUCHEYAN, 2014). Streeck (2013) alude ainda que os Estados, desse modo, apenas “compram o tempo” adiando o desfecho da crise, pois a Estado endividado substituiu o Estado fiscal e se transforma em Estado da consolidação (de dívidas) graças à crise financeira e orçamental. É dessa forma, que a burguesia financeira adquire e agrega a supremacia do poder político pela intercessão nos inúmeros mecanismos de transferência de recursos públicos, para a contínua acumulação privada (FORRESTER, 1997), por meio da financeirização do capital.

A relação entre Estado e a expansão capitalista na busca de hegemonia mundial na concepção de Arrighi (2013, p. 27) é “[...] especificamente a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. O autor

faz uma ressalva importante, ao enfatizar que a hegemonia desejada não se trata tão somente da busca de poder, e da ação estatal, mas de poder exercer a hegemonia com credibilidade e legitimidade perante os outros Estados e de seus cidadãos. O estudo dos CSA permite descortinar que a ideia de expansão financeira não apresenta ser uma novidade, vem ocorrendo desde o período das cidades-estados italianas do século XV. Assim como não há ineditismos presentes nessa fase contemporânea do desenvolvimento do capitalismo. Apenas significa a disposição natural do sistema e demonstra, ao longo da constituição do capitalismo, como ocorre a transição de um antigo regime para o novo.

O processo do CSA é marcado por permanências, repetições, descontinuidades que caracterizam e marcam o surgimento de novos detentores da hegemonia financeira e política em escala mundial. Ocorre em cenários de disputa concorrencial, representada pela emergência de um novo Estado nacional detentor da hegemonia e uso da força e violência legítimas (WEBER, 2000). É quando “[...] o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político” (ARRIGHI, 2013, p. 25). Aqui há o cruzamento da cíclica história do capitalismo, com o surgimento e consolidação do Estado nacional em sua concepção moderna. O autor enfatiza que o desenvolvimento do capitalismo, não adveio de forma involuntária. Foi uma tarefa articulada e tutelada entre distintos agentes governamentais e empresariais privados, que visavam conjuntamente ampliar poder e lucros.

O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, [...] não foi à concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo. (ARRIGHI, 2013, p. 13).

Os detentores de capital necessitam de um ator político, concreto e estável, expresso por meio de instituições de normas reguladoras e portadoras de segurança jurídica e de estabilidade política, capazes de estabelecer a distinção entre a propriedade privada (oferta de garantias) e o domínio público. Desse modo, converge uma relação siamesa e competitiva entre o Estado e as forças capitalistas emergentes. O primeiro busca obter, manter, ampliar e mesmo consolidar o poder político, e se possível acrescentar novos territórios. A segunda aspira expandir as possibilidades de lucros e de acumulação privada dos excedentes por meio da ampliação e abertura de novos mercados e na venda de ativos financeiros, inclusive para o Estado, subjugando-o pela via do endividamento público (STREECK, 2013). Isso se torna possível na medida em que “as potências econômicas mantêm o controle das dívidas de Estados que, que por essa razão, dependem delas e elas os mantêm sob seus domínios” (FORRESTER, 2001, p. 30).

Arrighi (2013), ao identificar os CSA, periodiza o desenvolvimento histórico do capitalismo em quatro ciclos: a) ciclo italiano (Gênova, Veneza, Florença e Milão) se estendeu do século XV ao início do século XVII (1450 a 1630); b) ciclo holandês, do início no século XVII até a maior parte do XVIII (1630 a 1780); c) ciclo britânico teve início na segunda metade do século XIX, até a entrada do século XX (1780 a 1930), cujos ambientes foram cenários da primeira Revolução Industrial (máquina a vapor, inovações mecânicas) e da segunda (eletricidade e petróleo), e d) ciclo norte-americano, palco da Terceira Revolução Industrial baseada na microeletrônica e automação, a primeira fase começa com a depressão dos anos 30 e se estende até a década de 70.

Entretanto, os distintos CSA não se confirmariam se não forem movidos e engendrados uma sociabilidade capitalista, tema que será ampliado na seção seguinte.

2.6 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA, A MONETARIZAÇÃO E AS RAZÕES PRÁTICAS DA VIDA COTIDIANA

2.6.1 Racionalização e competição

Gabriel Ash (2002) afirmou haver comparação possível entre o capitalismo global e o catolicismo do fim da Idade Média. Ambos, segundo o autor, são considerados fenômenos pretensamente portadores de verdades irrefutáveis. O Papa Bonifácio VIII afirmava não haver salvação possível fora da Igreja Católica. Ash assegura com ironia não haver salvação possível fora do âmbito do capitalismo moderno. Esse, como na Igreja, se tornou em artigo e profissão de fé. Dessa forma, uma das “virtudes” do modelo é a sua capacidade de produzir cultura, a partir da transformação das visões de mundo e na adoção da racionalização instrumental pelos indivíduos desejosos em acumular, condição essa que permitiu a expansão globalizada de seus movimentos e influências.

Max Weber (1864-1920) foi o autor que precocemente vislumbrou o alcance e a potência da racionalização da vida social (cultura, Estado, economia, ciência, etc.), ao focar sua análise na compreensão da ação social subjetiva dos indivíduos, e não nas análises dirigidas às instituições sociais ou dos grupos sociais. A ação social, para Weber, se configura em um sistema, que ao se tornar claro e objetivo para o indivíduo pela via do planejamento metódico, se transforma em um poderoso elemento para a mudança da sociedade. A ação social se expressa quando o indivíduo estabelece relações sociais com os outros para constituir a concordância ou não para a predisposição à mudança. A sociologia compreensiva de Weber foca sua atenção nas ações do indivíduo, pois o coletivo

não funda valor em si, ou carrega valores que dão significado a uma determinada conduta. A ideia do coletivo somente tem sentido quando pensado sociologicamente a partir das relações estabelecidas pelos comportamentos sociais individuais.

Para Weber, os fatos sociais não são tratados como “coisas”. São desvelados à luz do conhecimento científico, por meio da racionalização e da intelectualização do mundo. Weber (2001), com base no conceito do tipo ideal, se propôs a explicar os elementos basais do desenvolvimento que caracterizam a racionalidade e ação instrumental e simbólica da civilização ocidental moderna ao defender “[...] trata-se do racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental” (WEBER, 2001, p. 30). A ação instrumental é aquela orientada para o êxito visando atingir determinados fins. Para Habermas (1987), é esse tipo especial de ação que caracteriza, inclusive, as concepções do trabalho. Dito de outro modo, são aquelas ações dirigidas e coordenadas para a dominação e transformação da natureza, e devotadas para a organização da sociedade visando construir as condições materiais objetivas que permitam, inclusive, a reprodução material dos mundos da vida e da própria sociedade. Talvez aqui resida o grande desafio da sociedade contemporânea, encontrar e consolidar outras possibilidades filosóficas e sociológicas que permitam a emergência de uma nova racionalidade e que comporte romper com a tradição utilitarista e insustentável que fez do homem o centro da natureza, tese defendida à ferro e fogo pela civilização ocidental.

A manifestação individual racionalizada do *ethos* calculista é orientada para fins e valores (WEBER, 2000, 2001). A racionalização dirigida com relação aos fins expressa as perspectivas da conduta de outros homens ou objetos do mundo exterior, e se elas indicam possibilidade razoáveis de alcançar os fins racionalmente avaliados e perseguidos (WEBER, 2000). É uma opção estritamente racional, delimita-se um fim e é racionalmente buscado utilizando os meios adequados para alcançar o sucesso. Na racionalização com relação a valores, existe a crença orientada por um valor (ético, estético, religioso). Desse modo, não é o fim que orienta a condução da ação, mas o valor. Na racionalização afetiva, quando essa se relaciona a afetos e sentimentos (a conduta é movida por sentimentos, como orgulho, vingança, paixão, inveja, medo). E por fim, a racionalização tradicional, quando essa se manifesta e é fundamentada em uma tradição ou costume enraizado historicamente.

Além disso, a sociologia de Weber concebeu o poder como um aspecto diretamente ligado ao desenvolvimento das sociedades humanas. Sua concepção não está conectada à ideia central da autoridade. Estrutura-se especialmente nas formas e nas estratégias que alguns indivíduos usam para impor sua supremacia, na medida em que a historicidade transformadora do homem o faz buscar seus próprios meios para alcançá-la. É a racionalização das habilidades do “homem econômico” e instrumentalizadas por um pequeno grupo de indivíduos que se sobrepõe aos demais, e essas condições estão na

origem e formação do capitalismo. O “homem econômico”, nesses termos, invoca a ação racional com o objetivo de elevar ao máximo seus lucros, por meio de métodos capazes de enfrentar e superar os concorrentes. Ele é um hedonista, e seguidor da doutrina que considera o prazer individual no curto prazo como o único bem razoável e elevado, como princípio e fim da vida moral, determinado em grande medida pelo sucesso na vida econômica. Por certo há um exagerado determinismo disciplinador da gratificação retardada na proposta de Weber (2000). Entretanto, parece ser uma realidade aceita que o mercado capitalista exige ação social racional, calculista e orientada a fins previamente determinados.

A comunidade de mercado como tal constitui a relação vital prática mais impessoal que pode existir entre os homens. Não porque o mercado implica luta entre os interessados. [...] Mas porque ele é orientado de modo especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca e por nada mais. Quando o mercado é deixado à sua legalidade intrínseca, leva apenas em consideração às coisas, não a pessoa, inexistindo para ele deveres de fraternidade e devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades pessoais. (WEBER, 2000, p. 420).

Nessa referência, há uma clara concordância com os escritos de Polanyi (2000), na medida em que ele se refere aos reflexos da ação, pois a busca competitiva do lucro deixa marcas indeléveis nas estruturas sociais de pertencimento dos indivíduos, pois,

[...] a transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. [...] Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira renda de uma pessoa, ela deve ser vista como o resultante de uma venda. (POLANYI, 2000, p. 60).

O autor citado adverte, no entanto, que a generalização desse sentimento na sociedade capitalista acaba desintegrando as demais estruturas sociais (normas, convenções, redes, prestígio social) onde essas relações originalmente estavam inseridas. Isso ocorre na medida, em que instala o espírito competitivo e concorrencial entre os indivíduos. A crítica de Polanyi (2000) à sociedade de mercado não está baseada na economia, pois parece que quase toda a sociedade humana está fundamentada nela. O traço deletério é a prevalência egoísta do auto interesse. As perspectivas capitalistas, desse modo, permitem e induzem o engajamento pessoal à ideologia dominante, que é competitiva, concorrencial, e cotidianamente geram rupturas nas práticas e, por extensão, na cultura tradicional, a qual se torna, desse modo, supostamente anacrônica e deslocada.

O caminho da lógica concorrencial busca, no limite, contemplar os desejos da acumulação privada. Assim, a propriedade das coisas naturais e materiais representam sentido quando podem ser convertidas em objetos monetarizáveis. Esse fenômeno difunde as condições para a manifestação e o surgimento da sociabilidade predominantemente capitalista que, em grande medida, conduz da mesma forma os processos sociais rurais. É razoável admitir que a sociabilidade (capitalista) transforma a visão e a interpretação do mundo dos indivíduos e, conjuntamente com a essência e a substância do ser social e político por meio da exacerbação do individualismo. Os recursos materiais e imateriais existentes, geralmente utilizados para as possibilidades da autoprodução fundamental dos mundos da vida, são paulatinamente transformados em capital e na produção de mercadorias com valor de troca. E, por consequência, em valor de mercado e, por extensão, se torna em um elemento permanente de socialização e de sociabilidade.

Esses temas serão estendidos na seção seguinte.

2.6.2 Sociação e sociabilidade

Como já foi defendido na seção anterior, para a “reprodução social da reprodução do capitalismo”, é necessário o engajamento pessoal dos indivíduos. Dessa forma, é pertinente a essa perspectiva o conceito de sociabilidade defendida por Simmel (1983) compreendido como um processo interacional dos indivíduos com a estrutura social, ao ser partilhado em processos distintos. Isso ocorre na medida em que os sujeitos dividem ações e valores baseados no convívio, na interação que se concretizam nas condições similares nas quais se encontram. Boltanski e Chiapello (2009) acreditam que esses fatores consolidam o “espírito ao capitalismo” ao ampliar a voracidade à competição em busca do lucro, ao se transformar em fenômeno sociocultural desejado, compartilhado e socializado.

Contudo, cabe a advertência de Han (2015), em que os homens nessa modalidade se tornaram empresários de si mesmos, como sujeitos de desempenho e de produção exigido diuturnamente pela “sociedade da performance”. Boltanski e Chiapello sublinham ainda o caráter da profissão e de crença, pelas quais o capitalismo forja o espírito na criação de um conjunto articulado de justificações pacíficas que são adotadas por seus seguidores na busca do lucro, sejam eles dominadores ou dominados.

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em

termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista. Nesse caso, pode-se falar de ideologia dominante, contanto que se renuncie a ver nela apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir o consentimento dos dominados e que se reconheça que a maioria dos participantes no processo, tanto, os fortes como os fracos, apoiam-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Wood (2001) compreende que a competição pelo domínio do mercado não é oportunidade e nem escolha, mas é compulsão, pois há um lado em que o imperativo da reprodução do capitalismo é determinado pelo mercado, do outro, a maioria dos indivíduos, cujos meios de vida estejam monetarizados devem entrar nas relações do mercado para obter, inclusive, os meios imediatos de subsistência. A constância desse fenômeno vai paulatinamente transformando as mentalidades, a cultura, os modos de vida e os comportamentos sociais. Significa dizer que suas influências atuam além da fronteira estritamente produtiva e econômica ao se constituírem em uma força moral, e penetram na família, na religião e no Estado (SANTOS; MENESES, 2010).

A ideologia dominante do capitalismo influencia vários campos da vida cotidiana e faz emergir os desejos atomizadores das necessidades dos indivíduos. Ramose (2010) anota que a competição, nesses moldes, faz com que a dignidade humana esteja cada vez mais subordinada e comprometida aos impulsos influentes na busca de lucros ilimitados. Beckert (2012) acrescenta que a economia capitalista é uma ordem social que acena com recompensas da ação cotidiana baseadas na competição, criatividade, mercantilização e na disponibilização de crédito, que na moderna economia simula a antecipação dos desejos, mesmo que isso não represente a real capacidade de provimento.

A clássica contribuição sociológica de Simmel (2006) encontra espaço nessa perspectiva, ao tratar da constituição da individualidade e das condições de liberdade expressas no universo microssocial de temas que fazem sentido para a constituição da sociedade, e das motivações para que os indivíduos ajam e interajam entre si. Há razões explícitas para acreditar que os indivíduos exerçam muitas influências definitivas na constituição da sociedade. E é a partir do cruzamento dos valores macro e microssociológicos abstratos e concretos que se fundem e formam os elementos interacionais basais para a constituição da sociabilidade, e tornam a sociedade minimamente possível. Mesmo autônomos, os indivíduos apontam para alguma forma de engajamento, cujas interações são partilhadas pelos contínuos encontros sociais sintetizados por meio da noção da sociação.

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. (SIMMEL, 2006, p. 60).

Representam desse modo, as estratégias e as formas, que os indivíduos isolados encontram para se relacionar e agir conjuntamente, buscando um interesse comum de vida, e alguma forma de intercâmbio trivial que os identifiquem. A interação proporciona a manifestação do “[...] impulso de sociabilidade, em sua pura efetividade, se desvincilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor” (SIMMEL, 2006, p. 64). A sociabilidade, nesses termos, torna compreensível a relação estabelecida entre as esferas da vida cotidiana e do trabalho. Para Simmel (1983), a sociabilidade é abordada pela ótica do prazer proporcionado aos membros de uma mesma classe social, pois,

[...] através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. (SIMMEL, 1983, p. 168).

A constituição da sociabilidade é um processo lento e complexo, segundo as concepções de Simmel (1983, 2006). O agrupamento elaborado por Alves (2013) a partir das contribuições de Simmel se torna extremamente pedagógico, para delinear e explicitar a extensão de cada um deles, a começar pela: a) necessidade de autonomização interacional dos indivíduos, aqui compreendida como o ato de se liberar de determinados laços das realidades da vida cotidiana; b) os interesses, as necessidades individuais e os conteúdos podem fazer com que os indivíduos se unam por meio da sociação, mas para converter em sociabilidade, os indivíduos devem estar sociados por interesses específicos e conectados por sentimentos e satisfação mútua; c) a sociabilidade exige que os indivíduos simplesmente desejem estar sociados; d) a sociabilidade se desatreia da realidade da vida social e ao racionalismo, e ocupa uma posição figurada na vida dos indivíduos e poupam determinados conflitos; e) por meio da sociabilidade é possível chegar a uma solução de um conflito; f) a sociabilidade está sujeita às individualidades, entre os quais ela ocorre na busca do êxito da ocasião sociável no instante limitado às pessoas em sociação; g) o indivíduo deve desempenhar uma posição de auto-regulação; e) na sociabilidade os significados individuais fora do âmbito da sociação não adentram na sociabilidade; i) as motivações são

elaboradas alternadamente de acordo a realidade social cotidiana, e j) a sociabilidade em relação aos outros indivíduos deve ser discreta e reservada.

Dessa forma, muitos dos elementos acima elencados se constituem em influências toleradas pelos indivíduos na busca em atender as necessidades subjetivas, que conduz a via do lucro econômico atomizado e individualizado. É o traço comum da sociabilidade predominantemente capitalista, ao se tornar parâmetro norteador da sociedade contemporânea. As concepções simmelianas expressam em forma e conteúdo, no âmbito da sociação, e põe em relevo o conteúdo ontológico do indivíduo traduzido sob os impulsos, interesses, finalidades e tendências. Esses elementos auxiliam a influir ou mediatizar os efeitos sobre o outro, ou então, receber as implicações dos outros indivíduos (SIMMEL, 2006). Podemos aventar que diante das inúmeras expressões de sociabilidade do mundo do capital, desponta uma nova reconfiguração ontológica dos indivíduos expressa por meio de um conjunto de relações nascidas em decorrência do intercâmbio múltiplo. A modelagem de reprodução da sociabilidade capitalista se expõe nos processos sociais relativamente autônomos, conduzida pela primazia ontológica do mundo econômico.

O principal espírito-guia e articulador da sobrevivência imediata ocorre por meio das transações mercantis pela via dos excedentes comercializáveis. Nesse caso, da venda do trabalho ou das mercadorias dele oriundo dirigidos na busca de produzir dinheiro, como elemento de reprodução social, tema que vai ser abordado na seção a seguir.

2.7 DINHEIRO É PODER, SIMPLES ASSIM!

A necessidade ininterrupta e crescente de dinheiro culmina por solapar a autarcia anterior das famílias rurais, pois não comporta apenas os próprios produtos (mercadorias) necessários à subsistência. São produzidos, especialmente, para outros produtores de mercadorias, com os quais realizam sucessivas trocas mercantis, mediadas pela circulação do dinheiro. Esse se torna elemento central e necessário para adquirir outras mercadorias, indispensáveis à realização do trabalho e, inclusive, da obtenção dos meios elementares para à reprodução social e material dos indivíduos. Nesse aspecto é oportuna a interpretação de Santos (1999), sobre a importância do dinheiro.

O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta, e ao longo do tempo acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Desse modo, o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao

trabalho e aos seus resultados. (SANTOS, 1999, p. 3).

Dessa forma, o dinheiro se torna, por um lado, em elemento socializante dos indivíduos, e por outro, instrumento de exclusão. A visão de Marx (1966) enfatiza que a constituição da sociedade ocorre pela instauração da dissolução das conexões societárias que, desde os primórdios, permaneciam movidas pelos laços de solidariedade e de honra comunal, que talvez no modelo competitivo e concorrencial da atualidade tenham desaparecidos para sempre. A sociabilidade capitalista, desse modo, se expressa por meio de um conjunto de vínculos exteriores aos indivíduos, que são aceitos, internalizados e reproduzidos como instrumentos da realização de finalidades individuais e particulares, e adotadas pelos próprios indivíduos como expressão de sua in/dependência.

A sociabilidade, portanto, é resultante do uso dos meios disponíveis e utilizados na concretização da autoprodução dos indivíduos, transformados por meio do capital. O trabalho nessa modalidade será pensado e dirigido para a produção e reprodução de valor de troca das mercadorias (produtos), atuando como um elemento socializante. Bauman (2011) é emblemático nesse aspecto, ao discorrer sobre as condições de reprodução social do sistema, cuja análise é centrada nas ações dos indivíduos para fazer com que o sistema seja durável, permanente e “[...] bem sucedido em sua autorreprodução – é a reformulação de “pré-requisitos funcionais” em motivações comportamentais para os atores. [...] é fazer que os indivíduos *desejarem fazer* o que o sistema *precisa que eles façam* para ele possa se reproduzir. (BAUMAN, 2011, p. 153-154, grifos do autor).

A busca então não é tão somente a produção de bens materiais para a produção da subsistência imediata, mas a sociabilidade será governada por atividades que acenem com possibilidades que induzam a produção da riqueza monetária, a ser apropriada posteriormente pela acumulação privada. Esse fenômeno não é nenhuma novidade é à concepção materialista da história, que propõe que para criar as condições de reprodução da vida, os homens, ao mesmo tempo, geram produtos para muito além, da forma estritamente material. Esse processo produz igualmente, as ideologias políticas, as concepções religiosas, culturais, os códigos morais, os sistemas normativos legais, de educação e ensino, o conhecimento filosófico e científico e o conjunto das representações coletivas (QUINTANEIRO, BARBOSA; OLIVEIRA, 2002). Marx (2004) foi muito preciso e simbólico nessa questão particular, ao afirmar que:

[...] os homens reais, atuantes, e tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e das relações a

eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real. [...] Deste modo, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; mas homens, ao desenvolverem a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. (MARX, 2004, p. 52).

Significa assim, que a vida dos indivíduos ao acompanhar as transformações das sociedades é intercedida por meio da instituição de normativos jurídicos, políticos e culturais que regem a ideia de ordem e de reconhecimento público. E, de fato, os sujeitos "[...] precisam além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente às suas propriedades e capacidades concretas" (HONNETH, 2009, p. 198). Porém, mesmo garantindo a institucionalidade da igualdade jurídica, garante ao mesmo tempo a desigualdade econômica (MARTINS, 2014b). A formação da consciência encontra-se na base econômica e na base material da sociedade, na forma de como as famílias rurais organizam o processo produtivo, e se inserem nas estruturas e os arranjos hegemônicos e institucionais de poder e dominação. A economia está avançando para um modelo de ponta, entretanto, os ideais políticos continuam voltados para o passado. Nesse cenário, Sennet (2012) afirma que os desejos de transformação não passarão de queixas impotentes descoladas da realidade.

Desse modo, cabe a advertência de Celso Furtado (2002, p. 9), ao enfatizar a necessidade de mudanças no aparato de apreensão do mundo: " [...] A evolução das estruturas de poder do capitalismo avançado escapam aos esquemas teóricos que herdamos do passado ". Essa advertência remete a um desafio para os intelectuais, que sozinhos não podem modificar a direção dos eventos, mas, como defende Hobsbawn (2013), nenhuma mudança será possível sem a contribuição deles. Portanto, não há nenhum estranhamento em admitir que os agricultores familiares organizam e racionalizam suas vidas, tendo como ponto referência e partida o incremento das condições produtivas que é o seu *métier*, visando à acumulação econômica na busca de expansão material.

Favareto (2006), ao analisar as transformações no seio das famílias rurais, admite que a racionalização tenha um caráter importante de influências na conduta ético-cotidianas e moldam a feitura das instituições formais e informais. Ocorre dessa forma o duplo movimento, um com o viés econômico, e outro com o viés cultural, e ao identificar "[...] as bases sociais desses dois pilares foram solapadas com as mudanças introduzidas na vida rural nas últimas décadas, esvaziando o conteúdo explicativo" (FAVARETO, 2006, p. 23).

Esses fenômenos, segundo o autor, esgotaram a capacidade interpretativa e esclarecedora das teorias sociológicas tradicionais para compreender a profundidade das transformações nas regiões rurais, especialmente pela visão e os motivos expressos pelas próprias famílias rurais. O modelo explicativo necessita de uma nova crítica para romper com o padrão conceitual herdado e insuficiente para explicitar os fatos, o qual Furtado (1998, p. 21) insistiu, ao afirmar que “[...] vivemos um dessas épocas em que se faz notória a insuficiência do quadro conceitual para apreender uma realidade em rápida transformação”.

Favareto (2006) pondera ainda que parte da resposta elucidativa da teoria social deve buscar amparo e ancoradouro no entendimento do processo crescente de racionalização da vida rural. Essa mesma racionalização, contudo, pode pautar a construção de outra ruralidade em outras bases, em que os aspectos societários e os fundamentos da mercantilização da agricultura e da monetarização da vida social estejam moldando o caráter dos indivíduos, e as regiões rurais ganham outros contornos e sentidos. A origem dessa racionalização retoma a tradição sociológica weberiana, e opera a partir da instrumentalização lógica e da adequação entre os meios materiais e institucionais disponíveis, com os objetivos buscados que amparam a ação social.

Por muito tempo, o tema a respeito da interpretação dos sentidos e funções do dinheiro foi objeto de disputa entre diversas disciplinas. Essa temática é assunto presente em inúmeras disciplinas das ciências sociais, e logicamente abordado de formas diferenciadas, e até conflitivas. Os economistas buscaram fórmulas matemáticas para prever e controlar a sua circulação, os sociólogos, os antropólogos e os cientistas políticos utilizaram análises institucionais, e os estudos das redes que permitem a movimentação, usos sociais, dogmas, rituais e costumes nas distintas culturas (DODD, 1997; DALTON, 1971). O dinheiro pode ser interpretado como a maior representação semiótica da sociedade moderna monetarizada, e para aquilo que nos interessa, é a expressão simbólica no espaço social. Moscovici (1990), a respeito do sentido do dinheiro, menciona que sua ação se transforma em uma metáfora da sociedade moderna, na medida em que esclarece:

[...] através de imagens e signos que, a projeção das simples relações nos objetos particulares é uma realização do espírito; quando o espírito se encarna nos objetos, eles se tornam um veículo para o espírito e lhe atribuem uma atividade mais viva e mais ampla. A capacidade de construir tais objetos simplesmente alcança seu maior triunfo no dinheiro. O dinheiro representa a interação mais pura e sua forma mais pura; é uma coisa individual cujo significado essencial é ir além das individualidades. O dinheiro é então a expressão adequada da relação do homem com o mundo, que só podemos apreender em exemplos concretos e particulares, mas que só podemos realmente conceber quando o singular se torna encarnação do processo mútuo vivo que entrelaça todas as singularidades e, sob esta forma cria a realidade. (MOSCOVICI, 1990, p. 287).

É a “vitória” do dinheiro como instrumento social gerador e generalizador artificial dos “mundos da vida” obtidos na criação da realidade objetiva do mundo moderno. Ele atua na produção de significação e de sentidos para a vida cotidiana e mediador na instrumentalização prática da sociedade moderna. A livre circulação do dinheiro é o instrumento fundamental e chave a permitir a mercantilização e a monetarização da vida social moderna, em quase todas as suas dimensões, e em quase todos os distintos lugares, e esses fatores interferem na forma de como os indivíduos podem e devem viver. A sociedade moderna, de certa forma, foi reduzida ao território de uma vasta empresa, forçosamente administrada por um corpo de gerentes “responsáveis e competentes” (FORRESTER, 1997), em que o dinheiro aproxima e liga tudo e todos indistintamente.

A monetarização da vida social é uma ideia força oriunda das concepções de Marx (2001), ao mencionar que o homem na sociedade moderna constituiu e transformou o dinheiro em força de mobilização social e política. Significa dizer que a busca irrefletida do dinheiro constitui a energia que dá vida, serve de estímulo, denodo e pertença, ao vincular o indivíduo à competição brutalizada e justificada da sociedade moderna. Por outro lado, não há ineditismo nessa perspectiva, Maquiavel e Hobbes desde há muito tempo interpretaram a competição como uma força motriz e moral da sociedade. A competição pelo dinheiro faz do isolamento, a união, o conflito e o desejo dos homens pertencerem à sociedade. Mesmo para os despossuídos de virtudes elevadas, pode unir o indivíduo à natureza e ao próprio homem. Para Marx (2001), esses artifícios auxiliam na construção da narrativa e discurso da história natural do homem. Transformam-se, por assim dizer, na gênese do homem, pois,

[...] não é exclusivamente um ser natural; é um ser natural humano; ou melhor, um ser para si mesmo, por consequência, um ser genérico, e como tal tem de legitimar-se e expressar-se tanto no ser como no pensamento. Deste modo, nem os objetos humanos são objetos naturais, como eles se apresentam diretamente, nem o sentido humano, tal como é imediata e diretamente dado, constitui a sensibilidade humana, a objetividade humana, nem a natureza objetiva, nem a natureza subjetiva se apresentam prontamente ao ser humano numa forma adequada. E assim como tudo o que é natural deve ter a sua origem, também o homem tem o seu processo de Gênese, a história, que, no entanto, para ele constitui um processo consciente e que assim, como ato de origem com consciência, se transcende a si próprio. A história é a verdadeira história natural do homem [...]. (MARX, 2001, p. 183).

A negação da existência do ser plenamente natural faz o homem buscar legitimar sua própria existência e história. E o faz pela extensão das organizações sociais e políticas criadas, e parte delas se ampararam e se erigiram sobre o edifício do sistema econômico,

na competição individual e no fundamento da propriedade privada. Esses fatores conferem ao homem individualizado a confirmação e o voto de novos poderes, e uma nova forma de acumulação e justifica, inclusive, o provimento de bens e posses para muito além das necessidades elementares para a reprodução da vida. Gorz (2007) sublinha que a exacerbação do individualismo, combinados com a sedução do consumismo, criam necessidades de bens e serviços compensatórios aos indivíduos privados, que ao se proteger do universo coletivo, carecem de ser saciados *ad infinitum*, ao destacar que:

Os bens e serviços compensatórios não são, portanto, por definição, bens e serviços necessários ou simplesmente úteis. Apresentam-se sempre como contendo um elemento de luxo, de supérfluo, de sonho que, ao designar o comprador como um “feliz privilegiado”, protege-o contra as pressões do universo racionalizado e a obrigação de se conduzir de maneira funcional. Os bens compensatórios são, pois, almejados por sua inutilidade (ou até mesmo almejados por isso), mais que seu valor de uso; pois é elemento da inutilidade (“os badulaques” e os ornamentos supérfluos) que simboliza a evasão do comprador do universo coletivo ao ninho confortável da soberania privada. (GORZ, 2007, p. 52).

Logicamente, para cobrir a demanda das contínuas e crescentes “necessidades” os agricultores familiares transformam, inclusive, os sentidos do mundo do trabalho (ou os frutos dele), na medida em que se consolida o modelo capitalista e industrial. O trabalho, se torna tributário, funcional e monetarizado, e deve suprir as reais ou imaginárias necessidades para a reprodução da vida dos indivíduos. O dinheiro adquirido, segundo Gorz (2007) suplanta os outros valores, inclusive, se torna mais importante do que a própria liberdade. É à medida que aufere atributos a quase todas as coisas, inclusive, na busca de reconhecimento social dos indivíduos e na constituição da sociabilidade no valor dos produtos. Desse modo, se encontram em suas mercadorias, na qual pressupõem alguma espécie de equiparação e reparação, como um direito conquistado que ultrapassa as dimensões cotidianas e restritas da sobrevivência material.

Simmel (1858-1918) foi o sociólogo que pioneiramente manifestou a preocupação em analisar os fenômenos estruturantes expressos pela modernidade, especialmente sobre o papel e a função do dinheiro na vida social dos indivíduos. O crescimento e a exacerbação da economia monetária é, na modernidade, um dos campos eivados de muitas ambiguidades, cujas consequências recaem sobre os aspectos da vida individual e coletiva. Dito de outra forma, o dinheiro e os bens deles advindos se apresentam como indicadores de realizações e feitos socialmente aceitos e desejados pela sociedade. O dinheiro, que tudo mede e compara, estende-se a medir e comparar felicidades, com o poder de

prolongar-se e encarnar a própria felicidade e a segurança. Simmel (1999) interpreta que o dinheiro, na moderna economia monetária, alterou firmemente a formação do pensamento, e possibilitou a emergência de anseios e intenções mais ocultas dos indivíduos.

Além disso, influenciou as formas de socialização e de sociabilidade, e repercutiu na construção das instituições e da vida social cotidiana transformando por extensão a formação cultural dos indivíduos e da sociedade. A análise de Simmel, desse modo, não se ateve apenas à modalidade empírica da supremacia construída pelo dinheiro, mas, sobretudo, ao adentrar nos aspectos teleológicos mais complexos, traduziu o dinheiro como o símbolo interacional dos indivíduos em seus mundos cotidianos da vida moderna.

O aprofundamento analítico, segundo Simmel (1999, p. 23), tinha a finalidade de “[...] expor as precondições que, situadas nos estados mentais, nas relações sociais e na estrutura lógica da realidade e dos valores, outorgam ao dinheiro seu significado e sua posição prática”. O desejo e a busca de sentido o transformou em objeto quase religioso da sociedade moderna aceito como uma instituição social fundamental no desenvolvimento das relações socioeconômicas e culturais da sociedade moderna.

A dimensão simbólica do dinheiro revela o caráter dinâmico que move o mundo moderno. Tornou-se uma expressão de poder, desejo, início, meio e fim de parte expressiva da sociedade, a vitória do indivíduo independente e solitário, que mesmo sem ser portador de qualidades nobres ou elevadas, logra reconhecimento e distinção. Ao mesmo tempo substitui as dependências pessoais por outras impessoais; promove a diferenciação social, da propriedade e do indivíduo. É o supremo mediador e facilitador dos mercados e sua posse, em nenhum momento histórico, produziu tantas condições e possibilidade de ampliar a capacidade de atomização e de projeção individual (WAIZBORT, 2000).

A sociologia, contudo, deu pouca importância ao estudo do dinheiro, na percepção de Dodd (1997), ao desconsiderar a relevância e a importância desse instrumento econômico para a sociedade moderna como uma instituição social. O dinheiro, na compreensão do autor, é a intermediação de troca confiável, unidade de conta, reserva de valor e essencial na formação de redes monetárias. A função de intermediação de trocas é elucidada pela teoria econômica por meio da superação da economia de escambo, ao ser substituído pela economia monetária, na medida em que facilitou o fracionamento das trocas (compra e venda). Quer dizer, a “economização do mundo” subordinou amplamente a reprodução social na busca da riqueza abstrata. O dinheiro para ser desejado e aceito como meio de troca necessita ser chancelado politicamente por um agente (Estado) como uma unidade de conta (o símbolo abstrato de valor econômico).

A função monetária torna possível a uniformização dos preços dos bens econômicos, auferidos por uma convenção ordinária. A reserva de valor consiste na aptidão do dinheiro

registrar o valor monetário presente a ser usado no futuro. Dessa forma, o sistema permitiu possibilidades de especulação sobre o valor (taxas de inflação, juros) que visam fundamentalmente repor o valor do que supostamente foi perdido no tempo, acrescidos da expectativa de lucro. Devemos lembrar de que as trocas, na percepção de Simmel (1999), são a condição fundamental que consagra os processos de interação social. Logicamente, os incentivos econômicos não são os únicos a promover motivação, como afirma Konder (2009, p. 48) em que “[...] Os homens não estão inapelavelmente condenados a viver sob o primado do econômico”. Mas é fato que o dinheiro, estando presente na vida cotidiana, é um apelo gerador de prestígio e facilidades ao acesso a bens materiais e suscitou um conjunto significativo de transformações sociais na vida dos indivíduos.

Dodd (1997, p. 7) afirma ainda que “[...] os usos do dinheiro, as instituições associadas a seu controle e aquisição, e as ideias que as pessoas têm sobre sua natureza e funções são características marcantes da vida contemporânea”. Ao aprofundar reflexões sobre a importância e posse do dinheiro associa a uma “[...] sensação de embriaguez derivada da liberdade de escolha que o dinheiro pode proporcionar ao seu detentor” (DODD, 1997, p. 181). O autor trata o dinheiro em seu caráter ontológico e hermenêutico, cuja transparência como instrumento econômico ultrapassa as dimensões funcionais da modalidade estritamente monetária. Essa concepção se aproxima dos aportes de Simmel (1999), na medida em que o valor está diretamente ligado ao desejo, e os objetos mais valorizados são, via de regra, os mais difíceis e distantes de serem alcançados, justamente pelo fato de serem considerados inatingíveis. E, de fato, começamos a desejar os objetos, muito antes deles fazerem parte propriamente do uso e do prazer deles advindo.

A institucionalidade do dinheiro, dessa forma, ao estar presente na vida cotidiana e ao penetrar fundo na vida dos indivíduos, criou um conjunto de justificações e de esforços pela sua obtenção e posse. Especialmente, no fato desse instrumento financeiro ultrapassar e transcender as questões puramente simbólicas, estruturais, culturais e epistemológicas. Na verdade, o dinheiro permite exprimir outras dimensões da outorga de poder, e confere a ideia de liberdade total ao incorporar o prazer da posse e desejo daquilo que os indivíduos não possuem, mas que desejariam ardentemente possuir. O poder, nesses termos,

[...] não apenas abarca, mas concretiza aspectos essenciais da outorga de poder à vontade humana, da capacidade e do desejo dos indivíduos de adquirir o que eles não têm, de possuir e assimilar objetos do desejo. Isso constitui o cerne da demanda por dinheiro, sejam quais forem exatamente o modo e o motivo pelos quais ele é usado. A outorga de poder pelo dinheiro ao seu detentor deriva da liberdade que ele proporciona para a expressão de necessidades e desejos. A confiança nas propriedades abstratas do dinheiro é ao mesmo tempo, confiança em sua estabilidade e

continuidade ao longo do tempo e em sua validade em todo um espaço determinado e delimitado. (DODD, 1997, p. 241).

Além disso, o dinheiro detém a característica espacial e atemporal ao ser trocado em qualquer local de um determinado território. Invoca a capacidade em produzir riqueza sem estar fundamentada no paradigma da produção (especulação, usura, a dimensão DD'), do caráter sociológico como "objeto por excelência" de reserva de valor, historicamente negado pela teoria econômica. Em sua análise, Dodd (1997) destaca a importância da informação na constituição das redes monetárias, além dos aspectos relacionados e vinculados à expressão da desigualdade da propriedade, acumulação, distribuição da riqueza e dos permanentes conflitos de interesses onde quer que o dinheiro tenha sido utilizado.

Uma das áreas de interesse de Dodd (1997) foi aprofundar as análises monetárias a fim de dar consistência às teorias sociais e estabelecer um vasto campo de trabalho ao analisar a importância desse instrumento na vida cotidiana dos indivíduos. Uma de suas críticas afirmava que "[...] muitas das hipóteses referentes ao comportamento racional dos indivíduos na vida econômica são empiricamente infundadas e analiticamente insustentáveis" (DODD, 1997, p. 9). Devido ao fato de que a maioria das hipóteses serem restritas ao aspecto econômico, sem possibilidades de inferência generalizada ao restante da sociedade.

Na sociedade, entretanto, o que se assiste é a crescente monetarização das necessidades humanas, para além da sobrevivência imediata, canalizada pela ampliação de acesso a bens de consumo como expressão material. Estendem-se aos prazeres e comodidades cotidianas potencializadas pela insistente publicidade e pela disponibilização abundante de crédito para antecipar a saciedade do desejo. A respeito da necessidade constante de dinheiro é emblemática, atualíssima e precisa, a contribuição de Marx (2001), ao enfatizar a estratégia de elaboração de novas necessidades na medida em que,

[...] cada homem especula sobre a maneira de como criar no outro uma nova necessidade para o forçar a novo sacrifício, o colocar em nova dependência, para o atrair a uma nova espécie de prazer e, dessa forma, à destruição. Cada qual procura impor sobre os outros um poder estranho, de modo a encontrar assim a satisfação da própria necessidade egoísta. Com a multidão dos objetos, cresce de forma igual o império das entidades estranhas a que o homem se encontra sujeito. (MARX, 2001, p. 149).

Nesses termos, os objetos cumprem a função de saciar temporariamente o desejo até o próximo objeto e a próxima aquisição. O conjunto de "badulaques inúteis", na concepção de Gorz (2007), vai sempre demandar cada vez mais dinheiro, pois o consumo é traduzido

sob a condição de direito, e de liberdade ao acesso dos bens ofertados na ininterrupta ciranda do mercado. Gorz (2005, p. 25) admite que “ Tudo se transforma em mercadoria, a venda de si se estende a todos os aspectos de vida; tudo é medido em dinheiro”. São as mercadorias e objetos a penetrar e coordenar as dimensões da vida social, até em dimensões antes impensadas, mas que podem ser acessadas com a posse do dinheiro. Marx (2001, p. 149) traduz essa “virtude” como um engodo, ao endossar que o desejo pelos produtos e a crescente necessidade de dinheiro torna-se uma armadilha cada vez mais difícil de escapar, porquanto, se transforma em necessidade que deve ser suprida.

Todo o produto novo constitui uma nova potencialidade de mútuo engano e roubo. O homem torna-se cada vez mais pobre como homem, necessita cada vez mais de dinheiro, para poder tomar posse do ser hostil. O poder do seu dinheiro enfraquece em dimensão oposta à massa da produção, ou seja, a sua necessidade aumenta na medida em que cresce o poder do dinheiro. A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. (MARX, 2001, p. 149).

A necessidade permanente do ingresso de dinheiro repercute no uso dos recursos materiais, políticos e ambientais existentes, na medida em que a sobrevivência dos indivíduos está conectada ao uso recorrente. Significa dizer que para garantir a produção e reprodução social e do imperativo de lucros, as atividades desenvolvidas exigem racionalização e controle para buscar eficiência econômica. Es é traduzida como a capacidade de utilizar os fatores produtivos, de maneira a encontrar e gerar a maior quantidade possível de produtos que possam ser convertidos em dinheiro, na praça do mercado, tema este que será ampliado na próxima seção.

2.8 OS MÚLTIPLOS MERCADOS: A CASO DA AGRICULTURA

Portanto, não há nenhum exagero em admitir que a busca contínua de dinheiro pelos agricultores familiares diante das circunstâncias os condicionam a escolher entre os fatores adequados, quase sempre, aqueles que correspondam à opção pelo menor preço e que propiciem maior renda. Isto por si só suscita a transformação da racionalidade dos agricultores familiares. É oportuna a citação de Abramovay (2012, p. 37), pois “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”. Talvez, aqui resida uma das principais limitações, ao abordar os aspectos relativos às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares: a negação e ausência do caráter de

ofício ou de profissão por parte da sociedade, em admitir a necessidade de remuneração adequada e digna pelo trabalho e dos investimentos econômicos realizados.

Nesse sentido, é apropriada a perspectiva defendida por Neves (1997), ao incorporar a dimensão de negócio agrícola orientado e administrado com o mínimo de previsão de despesas e receitas, informação e conhecimentos básicos de gestão, com o objetivo de reduzir os riscos inerentes das atividades. Dessa forma, as condições e o caráter das atividades agropecuárias são transformados em atividades econômicas exigindo ser exercida com profissionalização. Passa, dessa forma, de ser uma mera ocupação. É uma profissão na medida em que o ofício cujo exercício está incorporado a um estilo de vida e pode, inclusive definir a identidade social do agricultor, pois “[...] para se tornar uma atividade produtiva submetida a formas de administração possíveis de serem implementadas por posturas e orientações impessoais, profissionais. Menos que uma forma de vida, ela vai se tornando um negócio a ser administrado” (NEVES, 1997, p. 14).

Considerando a realidade das regiões rurais, é pertinente admitir que essa opção é largamente excludente, pois há um contingente considerável que não logrou condições sociais e materiais mínimas, capazes de suportar tal empreitada. E mesmo com a disponibilização de condições adequadas, não significa afirmar que grande parte deles seja bem sucedida. Existem processos macro e microsociais aleatórios e intrínsecos à competição que ainda não são inteiramente compreendidos, e nem podem ser integralmente reproduzidos e captados de maneira uniforme por todos os indivíduos.

Dessa forma, não há nenhum exagero em afirmar que as atividades agropecuárias estão se tornando cada vez mais em atividades econômicas seletivas, reguladas pela crescente monetarização da vida social das famílias rurais, em que a necessidade de acesso aos mercados se torna uma obrigatoriedade e uma condição, cujo caráter e natureza são seletivos. Os mercados, para Abramovay (2012), assumem importância central na realização das trocas na medida em que “[...] o mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista, [...] A competição e a eficiência convertem-se em normas e condição de reprodução social” (ABRAMOVAY, 2012, p. 137). Obviamente, o mercado é anterior ao nascimento do capitalismo, mas é com a modernidade que ele é assumido como um elemento socializante das condutas dos indivíduos e das estruturas sociais que, por sua vez, induz a um expressivo conjunto das transformações sociais e humanas. Dessa maneira é possível sugerir que as instituições da sociedade moderna têm um caráter modelador e socializante dos comportamentos sociais, ao agregar as distintas representações sociais atomizadas dos indivíduos. Esse processo é o que torna possível formar um conjunto coeso de regras e normas de conduta cotidiana, as quais, possam ser assimiladas por seus membros. As instituições traduzem, ou pelo menos

deveriam traduzir, esses anseios e expectativas, considerando os interesses da maioria.

As transações mercantis representam muito mais do que o encontro fortuito de vendedores e compradores, em torno de um objeto comum formador de preços. Os mercados, à luz da sociologia econômica e da sociologia dos mercados são construções sociais, que por si só expõem os limites da teoria econômica ao reduzir as transações à letra fria e impessoal do mundo dos negócios. Dessa forma, as trocas mercantis abrem um horizonte promissor e próprio para a ampliação da atividade política (ABRAMOVAY, 2001). O indivíduo solitário e avarento representa apenas uma fração de interesses, e longe de ser aceito como lei universal dos comportamentos humanos. Marx (1966), sendo um profundo conhecedor da economia havia proclamado que nenhum produtor isolado ou solitário é capaz de produzir mercadorias. Elas somente assumem essa condição quando é atribuído o valor de troca negociado continuamente nas interações e relações sociais na praça do mercado. Sem competição não há o desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 2004).

O mercado é, fundamentalmente, um dos principais elementos articuladores na geração de excedentes econômicos traduzidos sob a dinâmica e signo da monetarização da vida social, e traço principal das sociedades capitalistas modernas. Significa que ao observar os efeitos da modernização da agricultura, percebem-se os reflexos nos sistemas produtivos, em que a mercantilização se adensa e se consolida no tempo, por meio da inserção a um número crescente de mercados, aos quais as famílias rurais vão se articulando e se inserindo. É emblemática a observação de Konder (2009) ao aludir que as influências capitalistas reificam a maioria das relações sociais, ao transformar os objetos em mercadorias passíveis da troca mercantil. Ampliam dessa forma, a sua abrangência e influência, mesmo onde o mercado é nitidamente incipiente e embrionário.

O sistema capitalista generaliza a produção para o mercado, ampliando o mercado a um nível nacional, multinacional e mundial. Onde quer o capitalismo encontre a autossuficiência de um feudo e núcleos de subsistência, ele tende a entrar em choque com estes resíduos pré-capitalistas para integrá-los no seu mercado. (KONDER, 2009, p. 130).

As necessidades de adaptação às transformações socioeconômicas vividas nas regiões rurais em princípio, não deveriam causar nenhum espanto. Ainda na década de 50, Cândido (2003) ao observar as mudanças na vida dos caipiras no interior de São Paulo, como antes referido, refletiu sobre a passagem da economia autossuficiente para a economia capitalista, traduzida pela interconexão com os embrionários mercados, resultado do progresso industrial, e dos vínculos com a vida urbana. Os caipiras começavam a realizar

a compra e venda de seus produtos na medida em que foram sendo incorporados à economia urbana. Percebiam a discrepância entre os preços pagos e preços recebidos por seus produtos e a necessidade de gerar excedentes para além das necessidades básicas. Alteraram o ritmo de trabalho na medida em que a competição reduzia a solidariedade entre eles. Cândido (2003), concluiu que a penetração das influências do processo econômico embrionário forçou o caipira a multiplicar individualmente o esforço físico de sua faina e, conseqüentemente atrofiou as formas sociais coletivas, solidárias e tradicionais da organização do trabalho utilizado para atender o “mínimo social”, pois “[...] a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p. 60).

Entretanto, historicamente, a base socioeconômica e cultural sustentava que as necessidades da manutenção da família se davam por meio da agricultura de subsistência (CÂNDIDO, 2003), além de outras estratégias. A ideia de aumentar e gerar excedentes não tinha sentido, em virtude das condições objetivas da infraestrutura produtiva inadequada, e por que o objetivo primeiro era a autossuficiência da manutenção familiar. Os excedentes, quando produzidos, atendiam a mercados precários, movidos à base de trocas locais diretas. A agricultura e o meio rural compunham o repertório traduzido pela literatura como meios de vida, ou formas de vivência (*livelihood strategies*), descritas por Ellis (2000). Todavia, essa realidade está sendo progressivamente alterada por meio da mercantilização da agricultura, exacerbação das trocas mercantis e pela exigência de inovações institucionais e técnicas.

O mercado dos produtos agropecuários, como decorrência, acarretou crescentes desafios de adaptação para os agricultores familiares, ao serem capturadas por múltiplos processos de transformação da agricultura que “[...] deve gerar lucros – como condição de sobrevivência - independentemente do que pensem os próprios produtores [...]” (GERMER, 2002, p. 16). Desse modo, o desafio da produção agrícola com vistas aos mercados fora uma precoce preocupação nos estudos clássicos em Weber (1982), buscando distinções entre o camponês europeu (tradicionalmente ligado à comunidade), e o *farmer* norte-americano favorável ao individualismo econômico no tocante as relações com o mercado.

O fazendeiro americano é um agricultor que habilmente adquiriu, pela compra ou por ser o primeiro colonizador, a terra como sua propriedade pessoal. Na América o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele. O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais novo que o produtor. (WEBER, 1982, p. 415).

Weber chama a atenção para a adesão do *farmer* norte-americano ao espírito de

competição, a começar pela compra de sua própria terra em um mercado aberto. O pagamento pela terra com a renda da terra demonstra o tamanho do desafio na condução das atividades agrícolas, embora as sucessivas *Homestead Act* tenham criadas algumas facilidades para a aquisição (VEIGA, 1991). O fato é que a produção agrícola das famílias rurais norte americanas foi dirigida tendo o mercado como orientador das atividades. Adicionalmente Weber (2000), ao tratar da ideia de mercado, o vincula como uma expressão resultante da ação social racionalizada, determinística, impessoal e orientada para o lucro.

A comunidade de mercado como tal constitui a relação vital prática mais impessoal que pode existir entre os homens. Não porque o mercado implica luta entre os interessados. Mas porque ele é orientado de modo [...] especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca e por nada mais. Quando o mercado é deixado à sua legalidade intrínseca, leva apenas em consideração às coisas, não a pessoa, inexistindo para ele deveres de fraternidade e devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades pessoais. (WEBER, 2000, p. 420).

E, com efeito, as relações mercantis “[...] são sempre e necessariamente alienantes: a solidariedade social só pode ser encontrada na supressão das relações humanas que dependem de mercados. ” (ABRAMOVAY, 2004, p. 46). Dessa forma, assume a centralidade na organização social e política da sociedade moderna e extrapolam definitivamente as imposições defendidas pela Economia, que podem ser ampliadas pela sociologia econômica e dos mercados, temas a serem discutidos na seção a seguir.

2.8.1 A construção social dos mercados

A partir da limitação imposta pela Economia, surgiram interpretações alternativas por meio da contribuição da sociologia econômica. Os trabalhos de Granovetter (1985) ao ampliarem o conceito de *embeddedness* e das redes, e de White (2002) dedicaram estudos sobre os mercados de produção. Zelizer (1994) envidou esforços para analisar os tipos de moedas e a importância da mediação do dinheiro, consumo, fatores econômicos e intimidades. Boltanski e Chiapello (1999) analisaram sob a perspectiva da presença do “novo espírito do capitalismo” pela via das redes, e Bourdieu (1996, 1990, 1989) investigou o tema por meio de seus estudos do *habitus*, campo, interesse e capital.

Os pesquisadores brasileiros como Martes (2009), Abramovay, (2004) e Vinha (2003) envidaram esforços no exame da interação do mundo social e do mundo econômico. Essas perspectivas teóricas buscam incluir as dimensões do universo macro e micro social que

permeiam o processo das relações socioeconômicas. Especialmente, ao centrar o foco na análise conjuntural dos comportamentos sociais dos agentes individuais e coletivos que interagem no círculo de elaboração, constituição e consolidação dos mercados como um fenômeno complexo de interação social. A sociologia econômica examinou a monetarização como uma instituição social que possui atributos de natureza tangível, adaptável e moldável aos mecanismos facilitadores das transações. Desse modo, os determinantes sociais na instituição do mercado não estão isolados e ausentes das relações sociais não monetárias.

Na visão expressa por Fligstein e Dauter (2012, p. 489), “O dinheiro precisa existir de modo a permitir que os atores do mercado possam fazer mais do que regatear bens não equivalentes”. Os mercados não são constituídos e regidos apenas pela visão calculista e única da troca mercantil, eles são concretizados por meio de uma boa dose de interação social. Mesmo a impessoalidade e a frieza do mundo mercantil produz algum tipo de cooperação e reciprocidade (SABOURIN, 2004). As habilidades sociais (*social skills*) descritas por Fligstein (2001) ocorrem na medida em que o valor atribuído e transmitido aos bens necessita ser acordado e negociado como resultado de vínculos sociais diversos. Dessa forma, esse fenômeno excede a expressão estritamente reificada, impessoal e individual para assumir expressões e significados de visão de mundo de seus detentores, cujos reflexos e influências modelam as relações sociais entre os agentes.

Esta concepção empresta outro caráter às transações econômicas ao agregar elementos constitutivos que permitem a coesão social. Por meio dessa ferramenta analítica é possível compreender e auxiliar os agricultores familiares a criarem mecanismos de contraposição e barganha, fortalecendo as organizações, pois o mercado agropecuário é um mercado de características especialmente imperfeitas (ABRAMOVAY, 2012; ELLIS, 1998), e necessita de mecanismos de sustentação de preços. Ellis (1998) destaca que a parcialidade desse tipo de mercado é caracterizada pela fragmentação ou inexistência de capitais e crédito. E quando existem, revelam condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os agricultores familiares. Além disso, ocorre a ausência de competição e acesso aos insumos de origem industrial necessário à produção e as informações do mercado onde atuam são precárias. As famílias rurais apresentam, ainda, fragilidades na ocupação e na posse da terra, e dificuldades de infraestrutura (transportes e comunicações). Esses fatores reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os segmentos mais empobrecidos e precarizados da agricultura.

Desse modo, é necessário desenvolver formas alternativas de resistência social. Fligstein (2001) defende que o desenvolvimento de habilidades sociais (*social skills*) pode funcionar como uma microestrutura e auxilia a compreender as ações dos atores em seus distintos campos. Elas representam as distintas combinações de recursos, estratégias,

regras e habilidades. Significa dizer que mesmo em campos opostos do mercado, os atores sociais podem desenvolver formas de cooperação e estratégias de resistência para viabilizar as transações em melhores condições. Nesse sentido, Fligstein (2007) reforça que a vida social busca obter uma ação coletiva, mas “[...] isso requer que os participantes dessa ação sejam induzidos a cooperar. Algumas vezes se utilizam coerções e sanções para compelir os outros. Entretanto, muitas vezes, os atores estratégicos e hábeis proporcionam identidades e quadros culturais para motivar os outros” (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Esses argumentos vão de encontro à tese clássica defendida por Polanyi (2000), ao evidenciar que as relações econômicas dos grupos sociais não estão deslocadas, desconexas das relações sociais encontradas e analisadas sob o conceito do *embeddedness*. Ou seja, o esforço analítico foi direcionado para examinar o mercado sob as lentes da imersão ampliada da vida social. O autor anota que a descoberta mais importante das recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais “Ele não age dessa forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim, para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que servem a seus propósitos”. (POLANYI, 2000, p. 65).

Polanyi (2000) preconiza ainda os três padrões fundamentais instituídos como formas de integração: a reciprocidade, a redistribuição e a troca (mercantil). É sob tais combinações que a economia adquire unidade e estabilidade. Esse tema foi posteriormente ampliado por Granovetter (1985), no seminal artigo *Economic action and social structure: the problem of embeddedness* enfatizando que as relações econômicas estão imersas, enraizadas nas relações sociais do mercado e ultrapassam a dimensão estritamente econômica.

Não obstante, ao considerar o mundo da vida cotidiana, essa possui uma forte tendência a ser influente ou mesmo determinante nas escolhas das famílias rurais, em decorrência da necessidade de integração social por meio da geração de excedentes comercializáveis que, inclusive, por vezes, fragilizam ainda mais as condições imediatas de sobrevivência. O dilema dos agricultores familiares é combinar a produção para a subsistência, ser proprietário dos meios de produção e trabalhador para si mesmo por meio do regime de auto exploração, produzir excedentes, e ainda agregar o trabalho assalariado, essa complexa combinação Abramovay (2012) denominou de “ornitorrinco social”.

Granovetter (1985) defende que o fenômeno do *embeddedness* capta a mediação do econômico pelo social, ao convergir para a noção da construção social em que o tipo de rede social está diretamente correlacionado com a forma de estruturação e funcionamento dos mercados. Os argumentos da sociologia econômica e dos mercados podem auxiliar a problematizar as estratégias utilizadas pelos os agricultores familiares. O objetivo dessa

estratégia é construir alternativas e arranjos econômicos capazes de alocar de forma favorável suas mercadorias no ambiente concorrencial, tema da próxima seção.

2.8.2 A mercantilização e a lógica de mercado

A mercantilização da agricultura foi caracterizada por Ploeg (1990, 1992). O mesmo autor dedicou esforços para explicar a ideia da “lógica de mercado” (PLOEG, 2008) como esfera primordial e organizadora da reprodução social, a qual governa, influencia e determina em grande medida a reprodução social e material dos agricultores familiares pela via do aumento da produtividade. Entretanto, a adoção de recursos tecnológicos por meio do crescente uso de fertilizantes químicos conjugados com a motomecanização não pode indefinidamente garantir o aumento dos rendimentos e da produção (MAZOYER; ROUDART, 2010). Dessa forma, a geração de excedentes introduz inexoravelmente a adoção da racionalidade gerencial conjugada com o aporte da intensificação tecnológica, como exigências do novo padrão produtivo, e cerne do desenvolvimento agrário e agrícola (BUAINAIN *et al.* 2013c; BUAINAIN *et al.* 2014c). As atividades agropecuárias, nesses moldes, é a luta direta entre o capital, o Estado e entre as famílias rurais quando pressionadas pela reprodução social (NIEDERLE, 2007).

Essa opção gera transformações nos modelos técnicos, culturais e na racionalidade decisória na medida em que é mediada pela educação, assistência técnica, produção e a disseminação contínua da inovação tecnológica. Entretanto, o moderno mercado agrícola exige processos organizativos mais elaborados, em virtude da pulverização dos agricultores, com poucos compradores e muitos ofertadores e, por vezes, de um mesmo produto em um mesmo período, características intrínsecas de um mercado assimétrico e imperfeito (ABRAMOVAY, 2004; ELLIS, 1998). Souza Filho (2014) acentua que dessa forma a:

[...] enorme assimetria de poder de mercado entre produtores rurais, ou suas organizações, e a maioria dos compradores, bem como entre processadores e varejistas. O crescente controle dos mercados por poucas grandes empresas processadoras, intermediários e varejistas tem o potencial de aumentar a competitividade e gerar ganhos para o conjunto dos agentes das cadeias, [...] Entretanto, a centralização das decisões e o aumento das assimetrias no interior de cadeias geram problemas distributivos, com implicações para as atuais políticas públicas e para o próprio desenvolvimento econômico [...]. (SOUZA FILHO, 2014, p. 335).

A concentração de firmas (OLIVEIRA, 2014) exige uma recomposição da organização

dos estabelecimentos rurais geridos pelos agricultores familiares e instituir possibilidades de barganhar de melhores preços; agregar valor ao produto, acessar mercados, inclusive internacionais e adotar novas tecnologias (CECHIN, 2014). A busca do desenvolvimento/crescimento, especialmente o econômico, coloca o Estado no papel indutor, por meio da instrumentalização de políticas públicas que agem buscando potencializar o sistema vigente. A criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 está em consonância com esse objetivo, pois o programa fora pensado para financiar os agricultores familiares consolidados e de maior renda (MAARA, 1996). E, resultados da pesquisa discutidos mais adiante atestam essa premissa.

Martins (2016) enfatiza que essa opção retirou da agricultura familiar as possibilidades de se constituir em uma agricultura alternativa, ao mesmo tempo em que perdeu a opção de se tornar uma referência de solução da questão social da massa de desenraizados do campo. Ao se constituir em uma imitação do modelo francês, o Pronaf, sem a adoção de outras políticas públicas estruturantes e complementares de desenvolvimento rural, os recursos oferecidos se concentraram, especialmente na oferta de crédito. O padrão de produção adotado pelo Pronaf seguiu a rota tradicional do “agronegócio”. Segundo Carneiro, (1997), as funções sociais no desenvolvimento econômico estão sustentadas “[...], nas noções de *produtividade e na rentabilidade* crescentes, o que resultaria, [...] em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural” (CARNEIRO, 1997, p. 71, grifos da autora). O que foi conquistada por uma minoria de agricultores em melhores condições.

A opção política, ainda segundo a visão de Carneiro (2000, p. 133-134) será apoiar os agricultores familiares mais capitalizados visando fortalecer “[...] aqueles que apresentavam potencialidades de serem transformados em “empresas familiares viáveis”, através da incorporação de tecnologia e da racionalidade econômica voltada para atender as demandas do mercado”. Buainain *et al.* (2014a) pondera sobre inúmeras deficiências técnicas, produtivas e de mercados que induzem a exclusão de parte expressiva dos agricultores familiares, que diante do quadro de circunstâncias estão fora dos padrões produtivos mínimos exigidos para serem inseridas no mercado, na medida em que:

[...] o acirramento concorrencial em curso nas regiões de produção agrícola vai afastando as chances de inserção e permanência no mercado de parte desses produtores, que encontram crescentes dificuldades de comercialização de seus produtos e integração aos mercados. Sua arquitetura tecnológica deficiente, a produtividade baixa e a dificuldade de obter informações comerciais adequadas, tudo isso, somado a uma estrutura de custos que pode ser comparativamente mais alta (em relação aos mesmos produtos, mas oriundos de outros estabelecimentos mais

modernizados), acaba condenando, em movimento gradual e inescapável, as famílias rurais que não têm condições de aperfeiçoar produtivamente a sua atividade. (BUAINAIN *et al.* 2014, p. 204).

Esse quadro de realidade permite questionar se as possíveis alternativas de inclusão socioeconômica dos agricultores familiares só podem ser viabilizadas pela opção focada na produção agropecuária. O processo de expansão da agricultura brasileira nas décadas recentes tem demonstrado a seletividade social e a predominância dos agricultores familiares tecnologicamente modernizados e estruturalmente organizados. O aporte do conjunto articulado de tecnologia e outras estratégias tornaram isso possível. Entretanto, há uma parcela expressiva de agricultores que estão sendo nitidamente encurralados pelas circunstâncias sociais e econômicas (NAVARRO; CAMPOS, 2013).

O mercado que é apontado como alternativa de inclusão socioeconômica é o mesmo que promove a exclusão de milhares. Pois o sistema que produz os abastados, produz igualmente, os desafortunados. A tendência parece ser essa em que “Uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno grupo que molda a economia e detém o poder” (FORRESTER, 1997, p. 27). Na medida em que os agricultores familiares operam sob a influência das trocas mercantis ocorrem mudanças na organização do trabalho e na relação entre seus membros. Eles são regidos pela intensificação do trabalho e pressionam o uso dos recursos produtivos e ambientais disponíveis, assim como a urgência em adotar a especialização técnica, a fim de gerar excedentes e renda monetária.

Visto pelo lado do debate acadêmico, há a urgente necessidade do reconhecimento da vinculação crescente dos agricultores familiares com as imposições do mercado como estratégia de sobrevivência e reprodução social. Essa demanda exige dos agricultores familiares novas habilidades e novas competências, visando ampliar as possibilidades de racionalização, para disputar um “lugar ao” sol entre os concorrentes. Bourdieu (1979) demonstra ser um processo condicionante e evolucionário, pois,

[...] a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas: adquirido e assimilado insensivelmente através da educação implícita e explícita, o espírito do cálculo e de precisão tende deste modo a aparecer como incontestável porque a “racionalização” é a atmosfera da qual se alimenta. (BOURDIEU, 1979, p. 15).

Neves (1997) menciona que as demandas do mercado exigem a incorporação de inovações tecnológicas e institucionais determinadas pela competitividade racional da

economia capitalista, e reafirma a obrigatoriedade da análise das formas de integração mercantil. A provocação da autora faz sentido, ao chamar a atenção para a dimensão da importância que a integração mercantil assume na vida dos agricultores, o que induz a refletir sobre o papel das organizações sociais rurais, da academia e da pesquisa agropecuária, que necessitam buscar inovações institucionais visando interferir na prospecção e consolidação das cadeias produtivas e dos mercados agropecuários. Dessa forma, se torna pertinente enfatizar que são praticamente inexistentes no meio acadêmico brasileiro os estudos empíricos dedicados aos mercados agropecuários e às cadeias produtivas, mesmo sendo o Brasil um dos principais produtores agrícolas mundiais.

O ponto chave para gerar mudanças é a urgente inovação institucional. Entretanto, quando se menciona inovação, quase sempre se faz referência à inovação tecnológica. Contudo, a acepção tomada por Salles-Filho e Bin (2014, p. 441) é bem mais abrangente. Inclui as condições institucionais que possam auxiliar a captura de valor e renda dos produtos pelos agricultores, pois a “A inovação tecnológica na pequena produção sem inovações organizacionais, comerciais e institucionais tem efeitos muito pequenos, às vezes perversos”. Esse fator representa um enorme desafio para as organizações que representam os agricultores familiares, e devem com urgência pautar a inclusão dos arranjos organizativos, produtivos e comerciais dos agricultores nas distintas regiões.

Induzem dessa forma a ponderar quais as possibilidades de incluir nos processos produtivos e mercadológicos a agenda da relação entre a produção agrícola e os consumidores, ao incorporar os apelos exigidos pelo novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola. Entre eles, a segurança de alimentos saudáveis, a adoção de prudência ambiental que assegurem relações dos aspectos produtivos com as dimensões utópicas e necessárias da sustentabilidade. Essa temática será ampliada na seção seguinte.

2.9 AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE: A BUSCA DO ELO PERDIDO

Ao se referir à ideia de sustentabilidade, deve-se inicialmente fazer referências ao movimento ambientalista e seu nascedouro na década de 1960. Emergiu primeiramente conectando o termo com a problemática ambiental, explicitando para o conjunto da sociedade contemporânea, especialmente, por meio da exposição dos conflitos e contradições, disparando o alarme sobre os limites físicos e biológicos do planeta. Os questionamentos foram direcionados aos impactos ambientais *vis-à-vis* o modelo desenvolvimento/crescimento econômico, expondo os desastres ambientais.

Os encontros preliminares entre o Clube de Roma e o *Massachusetts Institute of*

Technology (MIT) resultaram na elaboração da “Fase Um” do Projeto sobre o Dilema da Humanidade, e culminou com a publicação do relatório “Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade” (MEADOWS *et al.* 1972). O estudo trouxe à tona o recorte neomalthusiano para refletir sobre a questão (produção industrial, crescimento da população e uso dos recursos naturais), em que a finitude dos recursos naturais foi reintroduzida, ao apregoar a filosofia do crescimento zero. Essa opção foi duramente criticada pelos países do Terceiro Mundo, na crença de que isto representava a estagnação econômica imposta pelos países ricos, discurso recorrente nas discussões sobre clima. Em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo, o Relatório *Brundtland* em 1987, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 e também, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2013.

Dessa forma, a temática ambiental vem sendo posta em um lugar visível na agenda e no discurso das organizações internacionais, estado-nações, empresas, partidos políticos, organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais. Além de cientistas e intelectuais (biólogos a cientistas sociais), que transformaram a temática em objeto de pesquisa. Isto potencializou a produção científica sobre o tema, que ampliou expressivamente. Bursztyn e Bursztyn (2012) defendem que o desenvolvimento sustentável (DS) é a mais moderna das utopias, ao centralizar foco sobre o imperativo ambiental, como atributo básico na busca de felicidade, perenidade da vida e o compromisso com as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável é uma noção polissêmica, interdisciplinar, interinstitucional e intergeracional, e ainda aguarda a chegada de um conceito mais clarificador e preciso. Contudo, é um tema que adquiriu expressiva convergência, pelo menos em termos de agenda e discursos acadêmicos, filosóficos e políticos.

A fim de minimizar as críticas ao relatório Limites do Crescimento do Clube de Roma, em 1975, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) buscou superar as divergências ao propor o conceito de “ecodesenvolvimento”, recomendado por Maurice Strong (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012) o qual destacava a ideia de desenvolvimento regional e local, associado ao uso adequado e racional dos recursos naturais. Sachs (2007) se tornou o porta voz desse conceito, agregando o enfoque participativo (planejamento e gestão), conjugado com preceitos éticos (atendimento das necessidades humanas fundamentais), a promoção da autoconfiança das populações envolvidas e o cultivo da prudência ecológica. O conceito de “ecodesenvolvimento” não foi considerado apropriado e, devido à ausência e dificuldades de ações concretas, logo caiu no esquecimento. Leff (2006) ao refletir sobre as razões do fracasso, preconiza que: “O potencial do Ecodesenvolvimento foi se dissolvendo nas suas próprias estratégias teórico-práticas. As suas propostas esbarraram na dificuldade de flexibilizar as instituições e os instrumentos de planificação

para se romper com a lógica economicista” (LEFF, 2006, p.136).

Na década de 1980, o debate sobre a problemática ambiental se ampliou superando a dicotomia entre desenvolvimentistas e preservacionistas, graças ao quadro otimista sobre o crescimento econômico das economias ocidentais. Acenava, dessa forma, com perspectiva do uso de instrumentos da economia de mercado como o regulador apropriado para tratar da problemática ambiental. Bastava alocar recursos financeiros, melhorar a tecnologia, que grande parte dos impactos seria resolvido. Obviamente, isto não ocorreu. Os fóruns globais multilaterais constituídos para a discussão da temática ambiental convergem para a urgência de impor limites sobre a expansão produtiva nos moldes da sociedade consumista e industrial dominante. Essa opção, todavia, revelou a real dimensão da questão: a dicotomia ou até mesmo a incompatibilidade entre o crescimento econômico e a urgência de preservação dos recursos naturais existentes. Essa demanda eleva o custo do sistema industrial e, apesar da constatação dos danos, ainda está longe de entrar em um círculo virtuoso de soluções. O modelo consumista e industrial se revelou vencedor, e mesmo contestado, é desejado e buscado pela maioria a fazer mais do mesmo.

O DS, por ser um conceito polissêmico, é afeito ao uso político, por ser excessivamente genérico e difícil de ser concretizado e avaliado. A proposta acolhida pela literatura expressa a definição mais comumente aceita foi elaborada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), a Comissão *Brundtland*, ao definir que “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). A solução encontrada contemplou as possibilidades de atender as demandas presentes no tocante à manutenção dos níveis de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, não comprometer a disponibilidade de recursos em longo prazo, por meio do avanço científico e tecnológico, é equação ainda em busca de resolução. O debate obteve expressiva repercussão no desenvolvimento e condução dos sistemas produtivos agropecuários, dado que os impactos ambientais causados pela agricultura não são desprezíveis. Além disso, o modelo econômico pressiona constantemente por excedentes, por meio da ampliação da produção e a redução de custos que acenem com a oferta de alimentos e matéria prima a baixo custo para os outros setores.

Outro aspecto, no caso brasileiro, é a expressão que a agricultura representa na balança comercial por meio da pauta de exportações, contribuindo com as políticas de estabilização macroeconômica. É histórica a contribuição da agricultura brasileira e da mineração no comércio mundial como provedora de commodities (soja, algodão, carnes, celulose, açúcar, ferro, café, laranja, tabaco, alumínio, manganês e bauxita) nos últimos anos. Essa opção traz consequências deletérias ao reforçar a dependência externa, amplia

a fronteira agrícola, produz concentração fundiária e produtiva e promove a exclusão, além e obviamente os reflexos no uso dos recursos naturais (DELGADO, 2012). Dessa forma, os mecanismos legais de proteção ambiental se constituem em entraves que necessitam ser removidos ou readequados. Um exemplo foi o embate no Congresso Nacional entre ruralistas e ambientalistas, a respeito das alterações no Código Florestal e removeu parte expressiva da proteção legislativa para não criar empecilhos à expansão da agropecuária.

A relação entre agricultura e impactos ambientais, não é nova, contudo parece ter sido a partir da emergência da revolução agrícola após a II Guerra Mundial que a repercussão dos impactos se tornou evidente. O alerta foi dado com a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962, mostrando as delicadas e complexas inter-relações ecológicas causadas pelo intensivo uso de pesticidas agrícolas e fertilizantes químicos (CARSON, 2010) utilizados nos sistemas sócio-técnicos, e possibilitou a ampliação do desenvolvimento capitalista na agricultura. A partir da publicação desse livro, se abriu espaços para a produção de estudos, visando desenvolver conhecimentos sobre a extensão dos pesticidas na saúde e no meio ambiente. O livro foi decisivo para outros estudos que levaram a proibição do diclorodifeniltricloroetano (DDT) nos Estados Unidos, no início dos anos 70, e em outros países, ainda na mesma década (CARNEIRO, 2015). Dessa forma, frente aos riscos das atividades agropecuárias, tem crescido igualmente as demandas de proteção e conservação dos ativos e os bens da natureza e se se tornando palco de riscos e conflitos ambientais, o tema da próxima subseção.

2.9.1 Os riscos e conflitos ambientais

Os riscos ambientais como expressão do desenvolvimento industrial-agrícola põem o planeta em perigo e tem se tornado objeto de preocupações da opinião pública, especialmente no tocante à busca de alimentos seguros e ambientalmente amigáveis, se insurgindo contra as monoculturas e sistemas produtivos que não asseguram bem estar animal e depredam o meio ambiente. Graziano da Silva (1999), ao refletir sobre as tendências do “novo mundo rural” defendia que a valorização das amenidades rurais, aumento das atividades não agrícolas ampliaria as possibilidades de geração de emprego e renda para além do tradicional calendário agrícola. O mundo rural seria o local de outro tipo de riqueza, baseado na produção de bens e serviços não materiais, Lefebvre (2001, p. 116) a esse propósito enfatiza que o rural “[...] torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da criatividade”. Todavia, ao observar a realidade das regiões rurais brasileiras, o que se percebe é a notável exacerbação do modelo da “revolução verde” e a

ampliada expressão de suas contradições e dos conflitos conexos.

Houve, especialmente, esforço do Estado em promover políticas públicas de ajustamento para adequar as “[...] políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola, consideradas responsáveis pelo atual predomínio, no setor agrícola brasileiro, de um padrão tecnológico concentrador, caracterizado pela produção em grande escala e pela mecanização” (REZENDE, 2006, p. 73). No contexto socioeconômico da agricultura brasileira, portanto, há um cenário de consecutivas mudanças, indicando ser essa uma atividade que rapidamente vai consolidando a predominância dos estabelecimentos mais modernizados, inclusive entre os agricultores familiares, em que a prudência ambiental não é necessariamente uma virtude adotada e esperada. Dessa forma, cabe a reflexão de como os pressupostos da sustentabilidade poderão ser incorporados aos sistemas produtivos e competitivos da agropecuária, especialmente a partir das influências vividas, sentidas e sacramentadas pela “modernização conservadora da agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1987; DELGADO, 2001, 1985; BRUM, 1988; SANTOS; SILVEIRA, 2005).

A emergência dos conflitos ambientais e socioeconômicos e a agricultura tem sido exaustivamente explicitada pela literatura sobre o desenvolvimento rural. Começa pela delimitação entre o rural e o urbano de tal modo que Graziano da Silva (1999, p. 2) enfatiza que “A agricultura integrou-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos”. Pode-se aludir que está cada vez mais difícil ser, se manter e viver como agricultor, resultante do amplo processo de mercantilização da agricultura e a consequente monetarização da vida social, regida pela necessidade de profissionalização imposta pelo regime concorrencial.

Agregado a essa dificuldade, há um cenário de imposição de exigência da proteção ambiental, como um valor social que os estabelecimentos rurais devem respeitar no curto prazo. Entretanto, essa demanda é passível de controvérsias e Fuks (1998), ao invocar a “vocação universalista” da proteção ao meio ambiente, afirma que,  s vezes, essa questão se constitui apenas em um bem coletivo para um grupo seletivo e restrito de pessoas.

Essa associação permite três tipos de consideração a respeito do caráter restrito dos interesses associados à proteção ambiental: 1) o meio ambiente não se apresenta como questão relevante para as classes sociais que ainda não têm asseguradas as condições básicas de sobrevivência; 2) *ainda que o meio ambiente possa ser considerado um bem de uso comum, cuja proteção interessa ao conjunto da sociedade, os custos e os benefícios de sua proteção são desigualmente distribuídos*, variando em função dos recursos de que dispõem os diversos grupos para atuar no contexto da política local; 3) a universalidade do meio ambiente expressa o projeto de um determinado grupo no sentido de tornar universais seus valores e interesses. (FUKS, 1998, p. 2, grifos nossos).

O argumento de Fuks é relevante, e o ponto chave para compreender as possibilidades de que os pressupostos da sustentabilidade ambiental possam ser considerados relevantes pelos agricultores familiares, quando ainda há um enorme passivo de institucionalidade social a descoberto. Dessa forma, a demanda sobre o uso sustentável dos recursos disponíveis surge como um objeto de luxo, desconectado da realidade cotidiana dos estabelecimentos rurais que não consideram essa questão como um valor social e uma necessidade imediata. A prioridade é a geração de excedentes traduzidos sob o amparo da acumulação econômica. Embora se admita que o processo nem de longe represente a homogeneização da cena rural. Os novos contornos e as narrativas são requerentes de uma nova expressão de sociabilidade (instrumental) a fim de captar as novas expressões da realidade das regiões rurais radicalmente transformadas, incluso a necessidade de observar o uso amigável dos recursos naturais que redundam na crise ambiental e os domínios da agricultura, tema a ser ampliado na próxima subseção.

2.9.2 A crise ambiental e os domínios errantes da agricultura

A agenda de discussões sobre o desenvolvimento no Brasil no tocante ao tema da sustentabilidade ambiental, transcende e extrapola o debate meramente da problemática das regiões rurais. Grande parte da literatura se ateve à crítica das consequências do modelo agrícola dominante. O mesmo ocorre com o desenvolvimento do debate buscando a inserção de modelos de produção agrícolas alternativos (ALMEIDA, 2009; EHLERS, 1996). Contudo, essa opção induz a refletir e problematizar se os instrumentos de política agrícola existente são adequados para financiar e potencializar tais empreendimentos. Além disso, deve-se averiguar qual o grau de adesão dos agricultores familiares, diante da crescente demanda por inserção socioeconômica no curto prazo.

Nos últimos cinquenta anos, o país passou de importador para um dos principais exportadores de produtos agrícolas do mundo. Entretanto, os preços socioeconômicos e ambientais foram e ainda estão sendo pagos, mas a produção agropecuária foi definitivamente transformada. Suas influências agiram sobre a sustentabilidade socioeconômica, e no uso dos recursos naturais e materiais e as decisões tomadas têm mantido o mesmo padrão de produção amplamente criticado (SACHS, 2000, 1986a). Há uma crença que o atual modelo de desenvolvimento seja capaz de controlar as ameaças de uma sociedade de risco (BECK, 2010), por meio do uso da tecnologia adequada.

Apesar das críticas ao modelo dominante, ele é buscado por um número expressivo de agricultores como estratégia de reprodução social e material, ainda em que pesem os

riscos e os conflitos pertinentes. Isso não significa afirmar a generalização, na medida em que existe outras formas alternativas, apesar de serem residuais de viver e de se reproduzir na agricultura. Nesse aspecto, cabe refletir sobre a real capacidade, interesse e viabilidade socioeconômica da agricultura familiar em responder à necessária transição agroambiental proposta por Veiga (1996). O dilema posto é que sob uma estratégia de desenvolvimento adotado pelos agricultores não poderá ignorar as prioridades ambientais e, ao mesmo tempo, gerar renda e produzir alimentos seguros em cenários cada vez competitivos.

Sen (2001), afirma que de forma geral, os processos de desenvolvimento vividos, desejados e adotados por determinados países, ou mesmo pelas comunidades, caminham em uma perspectiva em que a “modernização” expressa uma forma de ver a transformação social associada a uma suposta hegemonia econômica e à uniformização cultural. Apesar disso, diferentes comunidades buscam formas alternativas de preservar seus modos de vida, mesmo em situação de franca desvantagem a contestar a perpetuação do pensamento único (FORRESTER, 1997). A problemática posta é que elas representam de fato, uma alternativa consistente para transformar e competir com o padrão dominante da agricultura.

A poesia existente no cuidado do milharal e nos cultivos das zínias coloridas disfarçadas entre os jardins cultivados ao pé dos terreiros das casas rústicas, descrito lindamente por José de Souza Martins, vai esvanecendo na poeira do tempo, dia após dia, na medida em “A terra deixou de ser essencialmente referência de uma mística, que ainda sobrevive, para se tornar mera referência de cálculo” (MARTINS, 2014a). Este processo se amplia e se consolida diante das necessidades de aumentar o volume de produtos comercializáveis para cobrir as demandas de renda monetária. Essa opção, por vezes é a condição que fragiliza ainda mais as condições gerais de manutenção dos agricultores familiares. Esse tema será alvo de análise no capítulo a seguir.

3. AS CONDIÇÕES PRODUTIVAS E RENDA MONETÁRIA

No capítulo anterior foi exposto o referencial analítico/teórico que fundamentou essa tese à luz do debate sociológico e econômico. O que buscamos foi compreender qual a extensão dos reflexos do novo padrão agrário e agrícola que se expressam em novas formas geração de renda e de acumulação nas regiões rurais brasileiras.

Esse capítulo tem por finalidade testar se as condições estruturais, produtivas e as necessidades de renda monetária consolidam o desenvolvimento agrário e agrícola bifronte por meio da diferenciação social entre os agricultores familiares e entre as regiões rurais. A análise está centrada nos aspectos sociais e econômicos relacionados com a infraestrutura produtiva dos agricultores familiares, na oferta de serviços de ATER, nos níveis de escolaridade dos chefes das famílias, no acesso a máquinas e equipamentos, na capacidade de investimentos e na composição das rendas dos estabelecimentos rurais.

3.1 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS – INFRAESTRUTURA PRODUTIVA

3.1.1 A estrutura fundiária, limitações e potencialidades

Em termos estruturais, o tamanho dos estabelecimentos rurais em geral tem influência direta na capacidade produtiva e econômica dos agricultores familiares (mas, não é logicamente o único fator). Portanto, a questão do tamanho por si só não define isoladamente a capacidade de gerar rendimentos econômicos capazes de assegurar a reprodução social e material de seus membros, e nem na manutenção dos ativos produtivos e do próprio estabelecimento rural. É o conjunto combinado e articulado de condições (crédito, ATER, nível de escolaridade, políticas de saúde, espírito de iniciativa, infraestrutura produtiva, proximidade e acesso a mercados, seguro agrícola, etc.), que “pode consolidar” a reprodução social e material do estabelecimento. No caso brasileiro ainda é tímido o conjunto de políticas de proteção ao setor da agropecuária por parte do Estado, quando comparado com as políticas disponibilizadas pela União Europeia e nos Estados Unidos, relegando essa tarefa em grande parte aos mecanismos regulatórios de mercado e dos agentes privados, e optando por intervenções e ações pontuais de apoio institucional (por meio de programas de curto prazo), financiamento e de regulação. Essa observação se

pauta pela expressão do financiamento público para políticas de desenvolvimento rural, dada a expressão e a importância das regiões rurais para geração de riquezas para o país.

Por outro lado, no tocante ao uso da terra é pertinente a lembrança de Polanyi (2000), ao enfatizar que a função econômica é apenas uma entre tantas outras funções vitais exercidas pela terra como elemento central para a estabilidade, segurança física e local de moradia aos indivíduos. Contudo, reconhece que a instrumentalização da vida pelo modo de produção capitalista ocorre por meio da busca contínua de dinheiro, e revelou uma analogia entre o trabalho com a dependência e o uso da terra para gerar excedentes econômicos.

A relação entre estrutura fundiária e capacidade produtiva é um assunto permeado de ambiguidades e controvérsias. Hoffmann e Ney (2010) demonstraram que existe uma forte relação entre os vários indicadores do desenvolvimento humano (saúde, educação, expectativa de vida etc.), e com a desigualdade na distribuição e posse da terra. Na visão dos autores, a formação estrutural e socioeconômica de uma região está em grande parte conectada e influenciada pelas modalidades de posse e uso da terra. E isso repercute, inclusive, na oferta de bens públicos (qualidade e a distribuição da educação, por exemplo), cujos efeitos vão além do problema estritamente fundiário, e que reflete diretamente nas taxas de mortalidade infantil, na expectativa e na qualidade de vida dos indivíduos em geral. Dessa forma, a questão da terra representa apenas uma parte da problemática.

Na área pesquisada 79,9%, dos estabelecimentos rurais tem até 50 ha (Tabela 5). Entretanto, ao comparar a média da área dos agricultores familiares investigados, percebe-se que não há uma relação direta ligada ao tamanho da terra (própria) e das condições de vida local no geral, como, por exemplo, o IDHM e a geração da renda per capita. É necessário de fazer distinção com os estabelecimentos rurais com área muito reduzida e a relação deles com os custos de oportunidade. Além disso, há os aspectos relativos às condições edafoclimáticas, quando essas não são adequadas para as atividades agropecuárias, especialmente para os estabelecimentos rurais investigados e localizados na região do semiárido brasileiro, as unidades federativas de PE e BA.

A média da área dos estabelecimentos rurais da amostra pesquisada foi de 27,59 ha. No PR, a área média os estabelecimentos dos três municípios da amostra foi 26,36 ha. São municípios com IDHM e renda per capita alta (Francisco Beltrão, 0,774, e R\$ 24.447,39, Itapejara d'Oeste, 0,731, R\$ 25.847,85 e Verê, 0,720, R\$ 24.080,52, respectivamente). Em SC, a média dos estabelecimentos pesquisados é de 28,36 ha. O município de Concórdia o IDHM é de 0,800 (muito alto) e a renda per capita é de R\$ 32.937,44.

No PA, a média de área dos estabelecimentos é de 32,68 ha e o IDHM dos municípios de Tomé-Açu é de 0,586 (baixo), e a renda per capita é de R\$ 7.962,68, Viseu, 0,515 (baixo), R\$ 7.349,30 e Augusto Corrêa, 0,530 (baixo) e renda de R\$ 5.932,35. Em PE, a média de

área é 30,16 ha, e no município de Petrolina o IDHM é de 0,697 (médio), e renda per capita é de R\$ 15.334,27. Na BA, a média de áreas dos estabelecimentos rurais da área pesquisada é de 20,43 ha, e o IDHM de Cruz das Almas é de 0,699 (médio), e renda de R\$ 12.190,91, e Uauá, 0,605 (médio) com renda per capita de R\$ 5.512,36.

Sen (2000) ressalta que a mensuração do desenvolvimento econômico para não ficar preso somente às dimensões econômicas deve considerar outras variáveis sociais (acesso à educação, a disponibilidade de serviços de saneamento e saúde e a expectativa de vida). A disparidade dos números da pesquisa de campo revelou em boa medida as disparidades regionais no acesso das populações às políticas destinadas ao desenvolvimento e aos ativos que induzam à elevação das capacidades individuais.

Além disso, deve ser acrescentada uma informação adicional captada no trabalho de pesquisa, que foi a inclusão das áreas arrendadas de terceiros ou em parcerias em 5,7% da amostra, cerca de 397 ha (6,61% da área própria dos estabelecimentos) referente ao ano agrícola 2012/2013. No PR foram 250 ha, (62,97%) das terras arrendadas ou em parceria como áreas complementares, em SC foram 17 ha, (4,28%), no PA em mais 121 ha, (30,47%), em PE, mais 2 ha, (0,50%) e na BA mais 7 ha, (1,76%). Os dados revelaram uma estratégia deliberada dos agricultores familiares em ampliar a área de exploração devido ao custo da terra na região, pois não compensa imobilizar capital nesse fator de produção, visto pelo lado de quem arrenda ou faz a parceria. E do outro modo, para quem cede terra em arrendamento ou em parceria pode ser por que o proprietário ou possuidor não ofereça as condições produtivas elementares para explorar. Ainda é possível mencionar que o proprietário/possuidor da terra não deseja correr o risco da exploração agropecuária, optando pelo recebimento de preço fixo pelo uso de sua área por meio do arrendamento.

Contudo, o padrão de acumulação motivado pelo novo desenvolvimento agrário e agrícola está trazendo uma nova conotação ao papel da terra. Segundo Buainain *et al.* (2013c), o capital em suas mais diversas acepções está no “[...] centro do desenvolvimento agrário e agrícola. Rebaixa o papel da terra, pois a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente, dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualidade da própria terra [...]” (BUAINAIN *et al.* 2013c, p. 110). A terra, nesses termos, tornou-se um meio de produção que necessita de investimentos contínuos. A terra proporciona a produtividade e aumento de produção agropecuária, na proporção do que a ela se dá em termos de investimentos (correção de solos e uso de fertilizantes, etc.).

Todavia, é inegável o peso da histórica concentração fundiária no Brasil, inclusive esse fator foi reforçado pela modernização compulsória da agricultura, que visava, sobretudo, transformar as formas e práticas tradicionais de produção agropecuária, sem promover mudanças estruturais, notadamente aos mecanismos institucionais de acesso a

terra. Os obstáculos impostos pelas elites agrárias e industriais interditaram e bloquearam as estruturas legais e econômicas de acesso aos mercados de terras, de capital e de trabalho às demais classes sociais. Esse modelo pode ser tomado como uma das expressões do processo de insulamento burocrático, no qual o núcleo técnico do Estado é protegido contra as interferências das organizações populares intermediárias que visam requerer e provocar mudanças estruturais (NUNES, 2003). O conjunto de políticas públicas dispostas pela modernização foi alocado majoritariamente para os grandes proprietários rurais (PIRES, 2008), transformando-os como ponto principal de apoio às mudanças estruturais nas regiões rurais e na condução das atividades agropecuárias.

A Tabela 5 retrata os estratos de área dos estabelecimentos rurais pesquisados nos dez municípios das UFs selecionadas. Os dados mostram a existência de uma miríade expressiva de estabelecimentos rurais concentrados nos estratos entre 0 e 1 ha em 1,8% da amostra, de 2 a 10 ha 5,5%, 11 e 20 ha 28,8%, de 21 e 30 ha 19,2%, de 31 e 40 ha 12,3% e de 41 e 50 ha 12,3%. Entre 51 a 60 ha 4,1%, de 61 a 80 ha 5,9%, de 81 a 100 ha 5,9%, e acima de 100 ha 4,1%. Quando analisados individualmente por UF, os extratos situados entre 0 e 50 ha, o PR representou 19,3% da amostra, entre 51 e 100 ha, 2,8% e acima de 100 ha, 0,9%. Em SC foram 19,7%, e 3,2% e 0,0%, no PA 16,4%, 5,0%, e 1,8%. Em PE 8,8% e 2,3% e 0,5% e na BA foi de 16,5% e 2,7% e 0,9%, respectivamente.

Em termos gerais, ao ponderar sobre a tendência da produção em escala na agropecuária, a área reduzida das propriedades é uma dificuldade que deve ser considerada se não estiver acompanhada de outras políticas de apoio. Além disso, se considerarmos as duas UFs na região do Semiárido (PE e BA). Nessas UFs, as condições edafoclimáticas não são adequadas à exploração agrícola, salvo em áreas localizadas em perímetros que utilizam tecnologia de irrigação. No caso específico de Cruz das Almas em que não há indisponibilidade crônica de água. No tocante à terra, deve-se ressaltar que apenas uma parte desses agricultores familiares possui tamanho de áreas suficientes para desenvolver uma agricultura moderna e competitiva com escala de produção e poder se apropriar dos ganhos gerados pelas principais cadeias do agronegócio (complexo soja, fruticultura, lácteos etc.), (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012).

Para as UFs localizadas no Nordeste cabe ainda um comentário adicional. O Censo Agropecuário de 2006, na região do Semiárido, demonstrou a desigualdade na posse da terra revelando a predominância dos minifúndios. Existe no Semiárido cerca de 1,713 milhão de estabelecimentos agropecuários, e cerca de 60% do total dos estabelecimentos estão localizados na região Nordeste. Entretanto, cerca de 465 mil (27%) possuem área inferior a 2 ha e outros 347 mil (20,3%) estabelecimentos têm área situada entre 2 ha e 5 ha, que agrupados representam 800 mil de estabelecimentos (IBGE, 2006). Essa realidade deve

servir de base para a reflexão sobre quais as alternativas econômicas oferecidas por essas condições e que possam ser julgadas consistentes pela via das atividades agropecuárias. E mais do que isso, e que sejam capazes de viabilizar social e economicamente os estabelecimentos rurais nessas condições estruturais. Nesse aspecto, a oferta de políticas compensatórias de convivência com a seca que é comum na região se apresenta como uma solução que se destina a ganhar tempo da exclusão no curto prazo.

Tabela 5. – Estratos de área dos estabelecimentos.

Estratos de área (ha)	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
De 0 a 1	N	0	1	0	1	2	4
	%	0,0	0,5	0,0	0,5	0,9	1,8
De 2 a 10	N	1	4	1	1	5	12
	%	0,5	1,8	0,5	0,5	2,3	5,5
De 11 a 20	N	17	18	9	11	8	63
	%	7,8	8,2	4,1	5,0	3,7	28,8
De 21 a 30	N	10	10	11	1	10	42
	%	4,6	4,6	5,0	0,5	4,6	19,2
De 31 a 40	N	6	5	9	2	5	27
	%	2,7	2,3	4,1	0,9	2,3	12,3
De 41 a 50	N	8	5	5	3	6	27
	%	3,7	2,3	2,3	1,4	2,7	12,3
De 51 a 60	N	3	3	0	1	2	9
	%	1,4	1,4	0,0	0,5	0,9	4,1
De 61 a 80	N	2	2	7	0	2	13
	%	0,9	0,9	3,2	0,0	0,9	5,9
De 81 a 100	N	1	2	4	4	2	13
	%	0,5	0,9	1,8	1,8	0,9	5,9
Mais de 100	N	2	0	4	1	2	9
	%	0,9	0,0	1,8	0,5	0,9	4,1
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Obviamente, como já foi dito, o tamanho do estabelecimento influencia na viabilidade econômica, contudo, nada é tão definitivo. Veiga (2012) desafia a localizar evidências empíricas que permitam afirmar com alguma certeza as vantagens técnicas e econômicas capazes de provar a superioridade das distintas formas de produção, quando comparadas, o tamanho da área dos estabelecimentos, desde que ambos acessem igualmente condições adequadas, quais sejam, a possibilidade de adoção de inovações tecnológicas e a localização e a qualidade dos solos. Esta perspectiva torna inócua o discurso político recorrente e muito repetido, acerca do antagonismo entre os agricultores “pequenos” e “grandes” ao esconder, que o real objetivo de ambos é produzir excedentes e acumular, pois, essa é à base do sistema econômico vigente. Buainain e Garcia (2013a) são elucidativos e tocam em uma questão fundamental dificilmente lembrada no debate ao argumentarem que:

O fato de utilizarem os recursos disponíveis de forma mais intensiva do que os “não pequenos”, argumento comumente utilizado para sustentar que os pequenos são mais eficientes do que os grandes, em nada contribui para explicar a situação objetiva na qual vivem e nem para modificar o fato concreto de que, mesmo explorando intensivamente os recursos do qual dispõem, a maioria das famílias neste segmento não logram gerar renda e riqueza suficiente para superar o nível da pobreza. (BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 136).

Considerando as distintas realidades dos municípios encontradas no trabalho de campo, revelou tratar-se de um grupo de agricultores bastante heterogêneos em termos de estrutura fundiária, com alguns estabelecimentos com menos 1 a mais de 100 ha, e a média termos de área ficou em torno de entre 20 (BA) e 32 ha (PA). Logicamente, que uma parte expressiva dos estabelecimentos (aqueles com áreas muito reduzidas) não estão conectados e nem adaptados com a capacidade de responder objetivamente à produção com alguma dimensão de ganhos de escala como tendência inevitável do desenvolvimento econômico, da especialização das tarefas que afeta em particular os agricultores familiares fragilizados (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012). Dessa forma, esses agricultores encontram dificuldades em viabilizar a produção de excedentes e, por vezes, encontram restrições em cobrir suas próprias demandas de sobrevivência. A necessidade de economia de escala, de acordo com Barros (2014), está se tornando cada vez uma expressão do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola que absolutamente não se enquadra na maior parte das condições fundiárias e estruturais das áreas investigadas.

Os arranjos do modelo produtivo agropecuário indicam “[...] para a tendência à “via Argentina” de desenvolvimento no Brasil: o esvaziamento demográfico do campo, o

predomínio da agricultura de grande escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica, e acirramento concorrencial [...]", segundo Buainain *et al.* (2013c, p. 119). Embora esta visão necessite de um reparo, pois esta realidade só pode ser aplicada na região argentina da pampa úmida que é altamente produtivo. Navarro e Pedroso (2014, p.16) acrescentam que no caso brasileiro há um processo de esvaziamento rural marcado pelo "[...] gradual abandono das famílias rurais moradoras dos pequenos estabelecimentos. Permanecerão apenas bolsões de pequenos produtores, em alguns ramos produtivos específicos". Se esta é uma forte tendência é necessário criar mecanismos para minimizar seu alcance por meio de um conjunto articulado e robusto de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Desse modo, o cenário se torna nebuloso para a viabilização de uma parte expressiva de estabelecimentos rurais, na medida em que a terra está perdendo importância para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. A estrutura agrária está sendo transformada e respondendo de uma forma ou de outra, às necessidades de adaptação ao novo padrão de acumulação capitalista em que, as propriedades têm de responder a imperativos econômicos e que não são favoráveis aos estabelecimentos menores. Esse processo se consolida na medida em que, as atividades agropecuárias são regidas pela mercantilização do processo produtivo, expressa pela ampliação de ganhos de escala de produção e pelo acirramento concorrencial entre os agricultores familiares por busca de mercados traduzidos sob a forma de renda monetária extraordinária. Essa estratégia exige o ingresso sistemático de dinheiro para a produção e a manutenção dos estabelecimentos rurais e, inclusive, mercantiliza as necessidades primárias da subsistência (BERNSTEIN, 2011), os quais se tornam mais agudas para os agricultores familiares fragilizados.

Apesar de ser fundamental para as atividades agropecuárias, o novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, no tocante ao uso da terra dá indícios que esse fator de produção já não representa mais o elemento central na produção agropecuária como fora em décadas passadas. Um estudo da Embrapa coordenado por Souza *et al.* (2012) e mostrados na Tabela 6, utilizando os dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, mostra a importância da tecnologia, da terra e do trabalho para explicar a composição da Produção Total dos Fatores (PTF) da agricultura vem se reduzindo.

O fator terra respectivamente caiu de 18,10% para apenas 9,6% (redução de 8,5 pontos nos dez anos de análise). O fator trabalho passou de 31,3% para 22,3% (redução de 8,9 pontos). No entanto, a expressão agregada pelo fator tecnológico, que explicava 50,6% dos fatores da produção em 1996, se elevou para 68,1% em 2006 (mais 17,5 pontos no período). Os dados não enfocam no processo da desigualdade de acesso, apenas analisam a importância da terra e de outros fatores como elementos considerados capitais no procedimento produtivo da agropecuária, considerando o conjunto de transformações nas

décadas recentes ocorrido na agropecuária brasileira.

Tabela 6 – Produtividade Total dos Fatores (PTF) da agricultura. (CA 1996 e 2006).

Variáveis	Censo 1996 %	Censo 2006 %
Tecnologia	50,6	68,1
Trabalho	31,3	22,3
Terra	18,1	9,6

Fonte: Souza *et al.* (2012).

A exigência do modelo tecnológico, combinado com outros elementos estruturantes (crédito, infraestrutura, escolaridade, ATER, etc.), e assentado pelas mudanças do padrão de acumulação na agropecuária, tende a refletir negativamente para os agricultores familiares pobres que estão à margem do processo produtivo. Eles apresentam dificuldades de investir porque têm poucas garantias reais a oferecer ao sistema de crédito rural bancarizado. Por vezes, as causas podem ser o tamanho reduzido dos estabelecimentos e as atividades financiadas não apuram capacidades de se converter em renda monetária suficiente para cobrir as necessidades de pagamento do crédito contratado. Dessa forma, sem o acesso ao crédito é bloqueada a capacidade de potencializar as condições de produção do estabelecimento. Mesmo que esses estabelecimentos possam atender às exigências dos agentes financeiros e adotem o pacote tecnológico e agrícola vigente, isso não é garantia de sobrevivência aos humores do mercado concorrencial. Eles necessitam de políticas públicas que ofereçam um mínimo de proteção social e econômica, que não pode ser disponibilizada apenas por meio o acesso ao crédito rural para aumentar a capacidade e habilidade em produzir e de acessar os mercados imperfeitos da agropecuária.

A possibilidade de viabilização socioeconômica dos agricultores familiares, nesse cenário, passa obrigatoriamente pela elevação da produtividade das suas atividades por meio de tecnologias apropriadas. E, sobretudo, pelo aporte robusto de políticas públicas de longo prazo para as regiões rurais (educação, saúde, infraestrutura, apoio a comercialização, etc.). Outra estratégia que pode ser fundamental a fim de expandir a capacidade desse segmento é a adoção do cooperativismo (crédito, produção, comercialização), e do associativismo como forma de auxiliar coletivamente os agricultores familiares a ampliar a escala e o patamar produtivo de mercadorias que possuam valor agregado diferenciado e para auxiliar a redução dos custos de transação das atividades.

Dessa forma, é oportuna a contribuição de Abramovay (2012), advertindo que mesmo o sucessivo aumento de produtividade, esta não tem a necessária correspondência direta com a elevação da renda líquida dos agricultores familiares. Grande parte desses ganhos é apropriada pelas diversas indústrias de insumos e pela oferta dos produtos alimentares a preços reduzidos aos consumidores. Esse fator auxilia a relativizar os ganhos do progresso técnico e gerencial dos agricultores familiares, quando se aplicam de forma linear as regras econômicas às atividades agropecuárias. Todavia, os produtos agropecuários são a moeda de troca dos agricultores e são comercializados com o objetivo de prover a geração de excedentes monetários para a manutenção e a capacidade reprodutiva dos agricultores. No entanto, o aumento dos custos de produção, com a estagnação ou mesma a queda dos preços agrícolas, deteriora rapidamente a renda dos agricultores, expondo-os a situações de fragilidade que devem ser amparados e protegidos por políticas públicas.

Mesmo com a implantação de organizações cooperativas apresenta limitantes na área pesquisada devido à baixa adesão. Ao analisar os dados referentes ao comportamento associativo em cooperativas da população investigada (conforme o demonstrado na Tabela 7) revelam que 65,8% da amostra pesquisada não estavam associados a nenhuma cooperativa, e apenas 34,2% responderam sim. As UFs que apresentam os melhores índices de adesão ao cooperativismo foram o PR com 14,6% e SC, com 10,5%, do total da amostra. Os índices mais baixos, o PA 3,7%, PE, 0,9% e a BA, 4,6%. No geral, pode-se declarar que é baixo o nível de adesão ao cooperativismo e mais problemático nas regiões fragilizadas economicamente. Podemos aludir pelos dados que as regiões deprimidas apresentam déficit de capital social, que de certa forma revela as deficiências estruturais, tais como o acesso à educação, que é vital na formação e qualificação de capital humano.

No PR, os dados da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR, 2016) informam que as cooperativas em termos gerais representam em torno de 56% da economia agrícola estadual. Os pequenos e médios agricultores com área de até 50 ha representam 78% do total dos quadros sociais das cooperativas paranaenses. Isso demonstra que existem possibilidades de inserção social e econômica para os agricultores familiares por meio do fortalecimento institucional dessas organizações. Essa iniciativa equaciona a desvantagem da restrição de escala de produção dos agricultores familiares, assim como dos médios. Essa opção resulta na minimização dos custos de produção e de transação, conforme detalhamento realizado por Schubert (2012), ao estudar as cooperativas de produtores familiares de leite da região oeste de Santa Catarina, e por Sieb (2015), ao tratar das estratégias adotadas pelos agricultores familiares assentados e localizado no município de Jataí (GO), com o objetivo de estabelecer e ampliar mercados.

Tabela 7 – Associação dos agricultores familiares a cooperativas (crédito, eletrificação, produção).

	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	18	27	42	23	34	144
	%	8,2	12,3	19,2	10,5	15,5	65,8
Sim	N	32	23	8	2	10	75
	%	14,6	10,5	3,7	0,9	4,6	34,2
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Mais uma vez, os instrumentos citados na Tabela 7 criados com o objetivo de oferecer suporte institucional aos agricultores familiares estão concentrados nas UFs estruturalmente melhor arranjadas economicamente. Essa faceta é mais uma, entre outras, que consolida a diferenciação social entre os distintos e heterogêneos estabelecimentos rurais e entre as regiões rurais. Além disso, devemos considerar os baixos rendimentos líquidos das atividades agropecuárias, em que de 60% dos agricultores familiares estão enquadrados na linha da pobreza⁴ (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012). E essa não é uma problemática somente ligada às condições de acesso e disponibilidade à terra e ao crédito rural como condição de garantia de reprodução social. Há, uma parte expressiva dos agricultores que não consegue gerar renda suficiente mesmo com estabelecimentos maiores, devido à ausência de condições mínimas estruturais (tecnologia, formação, gestão, crédito, infraestrutura) e que possam ser utilizadas para produzir excedentes.

Metade do contingente da pobreza rural está nas UFs do Nordeste, em que mais de um milhão de estabelecimentos têm menos de 5 ha (IBGE, 2006) e estão localizados em uma região semiárida com pouco ou nenhuma vocação para a produção agrícola, exceto em algumas áreas de agricultura irrigada que vem se destacando na produção de frutas, hortaliças e flores. Desse modo, cabe indagar onde estão os impedimentos que bloqueiam a

⁴ Um dos principais critérios utilizados na definição da linha de pobreza no Brasil estabelece que um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo. Esta definição é amplamente utilizada como critério de elegibilidade para programas governamentais voltados para a população vulnerável e de baixa renda. Sobre o uso de linhas de pobreza como múltiplos do salário mínimo, ver Rocha (1996).

capacidade de muitos agricultores familiares para saírem do círculo vicioso da pobreza.

Castel (1998) oferece uma explicação pertinente, ao enfatizar que a pobreza pode ser o resultado do processo da coesão social, como consequência resultante das contradições dos princípios da organização política, econômica e social, à qual chamou de área de “desfiliação social”. Esse fenômeno ocorre quando o conjunto das relações sociais de proximidade que mantêm os indivíduos sobre sua base territorial e, do mesmo modo, por extensão, a sua base familiar e social apresenta falhas, fragilidades e constrangimentos dificulta, ou até mesmo impede, a aptidão de condições de reprodução social de sua existência e compromete a capacidade de assegurar sua proteção (CASTEL, 1998).

Desse modo, qualquer movimento que se faça para atender as demandas impostas pela mercantilização da agricultura pela via da ampliação da monetarização da vida social dos agricultores familiares, a oferta de assistência técnica e extensão rural, entre outras, passa necessariamente a ser uma condição fundamental para aproveitar melhor os ativos disponíveis e transformar os sistemas de produção, tema a ser ampliado na próxima seção.

3.1.2 Serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER)

Uma das mais propaladas estratégias defendidas por governos, academia, sindicatos e movimentos sociais rurais para tornar os agricultores familiares “mais produtivos e eficientes” é o aporte regular ATER para acompanhar a produção. Essa opção visa, entre outros objetivos, gerar transformações nos modelos sociotécnicos, culturais e a racionalidade decisória das famílias rurais, mediada pela educação, pela produção e na disseminação contínua da inovação tecnológica e gerencial. Os dados do Censo Agropecuário (CA) de 2006, apesar de defasados, ainda são uma referência a considerar. Com base nessas referências, agricultores dos estabelecimentos de grande escala (com Valor Bruto da Produção – VBP, superiores a 10 salários mínimos mensais) demonstraram ser muito mais predispostos a utilizar as estratégias defendidas pela ATER (63% deles), do que seus correspondentes da “pequena produção” (VBP entre 1 a 10 SM), pois apenas 17 % deles tiveram acesso aos serviços de ATER, (IBGE, 2006).

Vale lembrar que o segmento dos estabelecimentos familiares é majoritariamente atendido pelos serviços de ATER pública. A orientação técnica de origem governamental atinge 43% dos estabelecimentos assistidos e está mais voltada para os estabelecimentos menores, com área média de 64 hectares (IBGE, 2006). Desse modo, a discrepância nos percentuais na busca pelos serviços de ATER do grandes produtores e agricultores familiares (63% contra 17%, respectivamente), pode estar conectada ao fato de que os

grandes estabelecimentos obtiveram maior capacidade de estocar capital excedente, utilizando os serviços de ATER para, inclusive, diminuir os riscos das atividades. Esse fator viabiliza condições viáveis em contratar assistentes técnicos privados que necessitam comprovar a eficiência técnica em termos de retorno produtivo das atividades assistidas. Essa opção visa atender ao maior grau tecnológico e de especialização produtiva desses estabelecimentos que exigem e demandam acompanhamento técnico sistemático buscando reduzir os riscos e aumentar a produtividade e a produção. Podemos admitir que estamos refletindo sobre políticas estruturantes destinadas a atender as regiões rurais e aos agricultores familiares mais fragilizados, que é dever e função do Estado. Entretanto, a realidade revela a quase ausência de estratégias consistentes para essas regiões e que ainda não encontraram seu eixo para o desenvolvimento (VEIGA *et al.* 2001).

A oferta dos serviços de ATER ainda conforme os dados do CA de 2006, regionalmente informa que no Sul, 50,0% dos estabelecimentos receberam assistência técnica, 41,5% no Sudeste, 32,0% no Centro-Oeste contra 14,6% no Nordeste e 14,5% no Norte (IBGE, 2006). É inegável que a ATER é essencial para as famílias rurais em um cenário de mudanças radicais que vem ocorrendo nas regiões rurais. Contudo, é mais uma modalidade do *continuum* relativo ao processo de externalização produtiva (insumos, crédito e tecnologia e ATER), inserido pelo processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cujo objetivo principal é atender as necessidades de produzir conforme as demandas do mercado, gerar excedentes e garantir a acumulação.

Portanto, a necessidade de ATER se impõe como mais uma das condições para a viabilização econômica dos agricultores familiares como atividade econômica, e segue o rastro da economia monetária da produção de mercadorias, em que o sentido do intercâmbio se consagra na fórmula dinheiro-mercadoria-dinheiro (DMD). Dessa forma, a necessidade de capital de giro cresce para atender os outros aspectos da modernização da agricultura (mecanização, insumos, crédito) em razão do aumento da mercantilização dos mercados e da monetarização das relações de troca (DELGADO, 2012).

Os dados tabulados na Tabela 8 são pertinentes às áreas pesquisadas no que diz respeito ao acesso a ATER demonstraram que 47,9% dos agricultores familiares da amostra não receberam nenhum serviço de ATER. Mas, 50,7% deles informaram ter recebido tendo como referência o ano agrícola (2012-2013), 1,4% não souberam ou não responderam.

Os dados, quando analisados individualmente por UF, se revelam notadamente baixos, sendo de 16,4% no PR (a única exceção que se aproximou do patamar nacional do Censo Agropecuário de 2006 de 17%). Em SC o percentual foi de 11,4%, no PA 11,4%, em PE 6,4% e na BA 5,0%. A média da amostra das cinco UFs ficou em 9,9%, significando que nas UFs (SC, PA, PE e BA) houve piora na oferta dos serviços de ATER nos últimos dez anos,

quando comparado com a média nacional levantada pelo CA de 2006, que foi de 16,7%. Anote-se ainda que nas UFs de PE e BA, os patamares de oferta do serviço são os mais reduzidos. A dificuldade de acesso aos serviços de ATER em níveis reduzidos nessas UFs auxilia a compreender que esse fator, entre outros, representa um dos entraves técnicos que bloqueiam o aumento da produção na região.

Tabela 8 – Contratação de serviços de ATER. (Ano agrícola 2012-2013).

Serviços de ATER contratados	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	36	25	25	14	11	111
	%	16,4	11,4	11,4	6,4	5,0	50,7
Não	N	13	25	25	11	31	105
	%	5,9	11,4	11,4	5,0	14,2	47,9
Não sabe/não respondeu	N	1	0	0	0	2	3
	%	0,5	0,0	0,0	0,0	0,9	1,4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A ATER é um elemento importante de indução para o desenvolvimento rural em que pesem as possibilidades para o melhor aproveitamento dos recursos sociais e materiais das famílias rurais. Uma justificativa pela baixa adesão dos serviços de ATER pode estar ligada ao nível de satisfação com esse serviço. Garagorry, Quirino e Sousa (2002), ao estudar o tema, concluíram em sua pesquisa que cerca de 90% dos produtores entrevistados expressaram que gostariam de receber um serviço de melhor qualidade. Toledo (2009, p. 73), ao analisar os projetos de crédito rural dos agricultores familiares de Salvador das Missões (RS), enfatiza que uma das funções da “[...] assistência técnica está atrelada prioritariamente a transformar a base técnica dos agricultores, por julgar suas práticas e procedimentos inadequados, diante das transformações ocorridas para viabilizar os empreendimentos [...]”. Isso pode parecer uma virtude, e foi dessa forma que a ATER

auxiliou os processos de viabilização dos pacotes da revolução verde, e que são condenados por muitos estudiosos do desenvolvimento rural.

Entretanto, na prática, a ATER se limita a cumprir a tabela exigida pelos agentes financeiros e “[...] transforma os projetos produtivos em formalidade burocrática de acesso ao crédito [...]” (TOLEDO, 2009, p. 107). Os elementos técnicos dos projetos não auxiliam a construir uma base sólida de atributos e referências que sinalizem aos agricultores familiares as reais condições de viabilidade econômica do empreendimento financiado. Isso ocorre na medida em que no atual quadro de referências institucionais, no limite sejam extremamente difíceis de aferir. Afinal, as regras econômicas não são afeitas e adequadas aos riscos das atividades agropecuárias sem o aporte de políticas de apoio do Estado.

O fato é que a oferta de serviços de ATER é uma das áreas que deixa muito a desejar. Para um exemplo prático dessa realidade, o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), ao levantar os dados com relação à disponibilidade de ATER aos produtores de leite no Brasil, 78% jamais receberam a visita de um técnico destinado a oferecer suporte técnico à atividade. Esse fator representa entraves na adoção de tecnologia adequada e resulta em perdas de produtividade e, qualidade e por extensão, de renda aos produtores.

A Tabela 9 mostra os dados referentes à oferta de serviços de ATER, as quais os agricultores responderam ter recebido ou contratado os serviços nos municípios das UFs pesquisadas, tomando por base o ano agrícola (2012-2013). As instituições mais expressivas foram pela ordem, as cooperativas com 22,4%, a EMATER 15,1%, os profissionais liberais 9,6%, as integradoras 9,1%, secretaria municipal de agricultura 8,2%, sindicatos de trabalhadores rurais (STR) 5,9%, secretaria estadual de agricultura 4,1%, ONGs 2,3%, e não souberam ou não responderam, 23,3% da amostra.

Merece destaque a participação das cooperativas, na contratação dos serviços de ATER com o percentual de 22,4% do total da amostra. Individualmente PR e SC obtiveram, 7,3% e 8,2% da amostra respectivamente. O PA, 1,8%, PE, 2,3% e BA, 2,7%. A expressão das cooperativas no Sul do Brasil se apresenta igualmente como uma das marcantes características territoriais, em que o cooperativismo em suas várias modalidades tem uma longa história de organização tanto nos aspectos produtivos e na oferta de serviços. A EMATER vem em segundo com 15,1%, e ainda registra uma presença marcante entre os agricultores, apesar do desmonte do sistema nacional desde 1992.

Convém notar que as UFs que possuem os percentuais mais baixos de oferta são PE e BA, respectivamente. Essas UF são as que apresentam os estabelecimentos rurais com as maiores deficiências estruturais e produtivas (tamanho dos estabelecimentos, acesso à água, infraestrutura, etc.). Cabe destacar que a pesquisa igualmente identificou 85 agricultores (43,58%) que receberam o serviço de mais de uma instituição de ATER. Se

considerar que esse serviço é fundamental, nota-se que a oferta é bastante irregular e mais crítica nas UFs de PE e BA. Pode-se inferir que há um progressivo avanço de outras instituições (cooperativas, profissionais liberais, integradoras, sindicatos, ong's).

Tabela 9 – Instituições contratadas para os serviços de ATER. (Ano agrícola 2012-2013).

Serviços de ATER	Unidades da Federação					%
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Cooperativas (de técnicos, de produção)	7,3	8,2	1,8	2,3	2,7	22,4
EMATER	2,3	2,3	6,4	2,3	1,8	15,1
Profissionais liberais particulares	5,5	0,9	1,4	0,5	1,4	9,6
Empresas integradoras	4,6	3,2	0,5	0	0,9	9,1
Secretaria municipal de agricultura	1,8	1,4	1,4	2,3	1,4	8,2
Sindicatos de trabalhadores rurais (STR)	0,5	1,8	1,8	1,4	0,5	5,9
Secretaria estadual de agricultura	0	0,5	0,9	1,8	0,9	4,1
Organizações não governamentais (ONGs)	0	0	1,8	0,5	0	2,3
Não sabe/não respondeu	6,3	4,9	5,8	5,5	2,0	23,3
Total	28,2	23,2	21,8	16,6	10,5	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Esse processo pode ter estar ocorrendo devido em grande parte, à redução da oferta pelos serviços públicos em virtude de corte de orçamentos para cobrir essa demanda após a extinção dos instrumentos de financiamento de ATER pública ocorridos a partir da década de 1990. Visando atender as demandas do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola frente à crise fiscal que determinava a redução do papel do Estado (GASQUES; BASTOS, 2014). Essa opção penaliza especialmente os agricultores familiares mais vulneráveis, os quais são supostamente o alvo prioritário desse serviço.

Todavia, em 2003, o tema voltou a ser assunto de interesse do Estado, que focou

suas ações na oferta para os estabelecimentos mais fragilizados. Isso foi realizado por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). Em 2010, a PNATER foi institucionalizada por meio da Lei 12.188/10 (BRASIL, 2010), estabelecendo cinco princípios para o novo modelo de ATER pública: i) assegurar, com exclusividade, aos “agricultores familiares” e outros beneficiários dos programas do MDA (quilombolas, populações tradicionais) o serviço de ATER pública e gratuita; ii) promover o desenvolvimento rural sustentável; iii) adotar uma abordagem multidisciplinar baseada nos princípios da “agroecologia” para a ATER; iv) adotar um modo de gestão democrática da política, incluindo o controle social da mesma, e v) desenvolver processos educativos permanentes e continuados no âmbito da PNATER, (CASTRO, 2015).

No ano de 2015, das 689 empresas de ATER registradas junto ao MDA, 637 são privadas e 52 são públicas. Há 13.914 mil técnicos de ATER em todo o Brasil registrados no Sistema Informatizado de ATER nos 27 Estados que ainda oferecem serviço de ATER pública. Em 2014 foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), cujo objetivo seria alocar o serviço para a orientação técnica dos agricultores familiares em toda a sua diversidade, para elevar a produtividade e renda e servir de ligação com os conhecimentos gerados pela pesquisa agrícola (MDA, 2015).

Por ora ainda é apenas uma promessa a se cumprir. Todavia, a política de ATER terá possibilidades de eficácia quando for alocado orçamento público compatível com a necessidade, e quando for articulada com outras políticas públicas de desenvolvimento rural tais como: infraestrutura, apoio à comercialização, saúde e educação de qualidade, e que ainda são pífios, sofríveis e desarticulados entre si.

Outro aspecto frequentemente esquecido com relação à ATER é que essa opção já estava contemplada na Lei Agrícola, a Lei nº 8.971/1991 (BRASIL, 1991). Vejamos o enunciado do Capítulo V, que trata da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER):

Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando:

I - difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural;

II - estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais;

III - identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais;

IV - disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria.

Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.

Vale destacar que o artigo 17 da lei prevê a manutenção pelo Poder Público de uma política de um serviço oficial de ATER (destinada à organização do sistema), mas a lei deixou lacuna, ao não explicitar claramente qual seria a atribuição do papel dos distintos governos: federal, estadual ou municipal. Outro destaque é que a lei, como se sabe, ficou na intenção, pois não alocou recursos públicos para o financiamento da política. Esse fator induz à reflexão, na medida em que o meio rural brasileiro deve ser analisado mais atentamente, ao focar no papel do Estado no que diz respeito ao financiamento público dos gastos, e com as demandas em termos de aporte orçamentário destinado a apoiar políticas públicas estruturantes, como no caso, da oferta de serviços de ATER.

Buainain *et al.* (2013c) nominou a expressão “saída à francesa” ao chamar a atenção para o abandono de instrumentos e políticas de Estado em apoiar as necessidades da agricultura e do meio rural em termos de alocação de recursos orçamentários. Essa constatação, segundo os autores é mais uma das expressões do novo modelo de desenvolvimento agrário e agrícola, ao relegar aos instrumentos do mercado financeiro o financiamento a quase totalidade das necessidades do segmento. Nesse sentido, é emblemático e revelador o estudo de Gasques e Bastos (2014), ao apontar que entre 1990 e 2009 foram reduzidos em cerca de R\$ 100 bilhões, os gastos públicos com as “funções rurais” destinadas a custear as despesas com agricultura e organização agrária.

O financiamento da agropecuária brasileira nos últimos anos tem sido lastreado basicamente com recursos do sistema financeiro disponibilizados pela via da Poupança Rural e dos Recursos Obrigatórios do Valor Sujeito a Recolhimento (VSR), no percentual de 34% sobre o montante de depósitos à vista (BACEN, 2016a). Esses recursos são usados para cobrir as demandas de crédito rural referente ao Plano Agrícola e Pecuário coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e do Plano Safra do sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os aportes são destinados de acordo com o previsto no Manual de Crédito Rural (MCR. 6.2).

Os recursos públicos da União disponibilizados se destinam basicamente para cobrir os gastos das “funções rurais” com a equalização das taxas de juros (a diferença ente a taxa paga pelo Tesouro Nacional dos juros do crédito rural e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), e o pagamento de *spread* bancário (a

remuneração do agente financeiro). Além de financiar algumas linhas especiais de crédito, de comercialização, seguro, Pronaf, Fundos Constitucionais, PAA, Garantia Safra, etc., e bônus aplicados na renegociação das dívidas do setor agropecuário. O *spread* bancário é a diferença, em pontos percentuais entre a taxa de juros pactuada nos empréstimos e financiamentos (taxa de aplicação, no caso dos juros do crédito rural) e a taxa de captação (taxa Selic). O *spread* é a taxa cobrada pela instituição de financeira para suportar os custos que a instituição financeira emprega para cobrir despesas administrativas, impostos e para a provisão de fundos para o caso de inadimplência, entre outras (BACEN, 2016b).

Dessa forma, a reflexão sobre a origem dos recursos para o financiamento é importante a fim de recolocar o papel do Estado em cena no tocante ao financiamento público e criar as condições para amparar políticas estruturantes, as ações e as estratégias para estabelecer ações de ATER pública, inclusive, descentralizadas nos municípios. Sobretudo, tais ações deveriam ser alocadas especialmente, nas regiões deprimidas economicamente, e para públicos específicos, no caso, os agricultores familiares. Entretanto, as estratégias de ATER devem estar conectadas com políticas de aprendizado e elevar o nível de educacional das famílias rurais, tema da próxima seção.

3.1.3 A educação: um obstáculo histórico nas regiões rurais

Outro obstáculo para a viabilização dos agricultores familiares está ligado aos imperativos institucionais e estruturais. No quesito relativo ao acesso e o nível da escolaridade formal, no Brasil mais de 75% dos dirigentes dos estabelecimentos tem somente ensino fundamental completo ou incompleto (IBGE, 2006). Helfand, Moreira e Júnior (2014, p. 304) ao estudar diversos grupos de agricultores moradores de estabelecimentos e situados entre 5 e 500 ha, encontraram uma correlação direta entre níveis de escolaridade e uso de tecnologia e insumos de produção: “Níveis mais elevados de escolaridade estão correlacionados ao uso mais intenso de crédito e assistência técnica, fertilizantes, irrigação e especialização na produção”.

A exigência da elevação da escolaridade dos agricultores familiares se impõe com uma condição fundamental com vistas a atender as necessidades econômicas do capitalismo. A esse respeito Bourdieu (1979) argumentou que “[...] a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições e habilidades econômicas [...]”. O que precede nessa abordagem e exige dos indivíduos um modelo sistematizado e articulado de competência “[...] em que a busca incansável e quase religiosa no credo por competência e

competividade por anos são inseridas, reforçadas e assimiladas [...]”. É dessa forma que a elevação da escolaridade promove “[...] através da educação implícita e explícita, o espírito do cálculo e de precisão tende desse modo a aparecer como incontestável porque a racionalização é a atmosfera da qual se alimenta”. (BOURDIEU, 1979, p. 15).

A relação entre educação e agricultura não representa nenhum ineditismo, e o tema foi amplamente pesquisado e estudado por Schultz (1965) e muitos outros autores. Sua tese principal defendia que a oferta de educação aos agricultores significaria um elemento decisivo para melhorar e aprimorar o capital humano. Esse fator, segundo o autor, seria fundamental para o crescimento econômico originário das atividades da agricultura e resultaria no uso eficiente dos recursos materiais e humanos disponíveis e com melhores possibilidades de gerar renda. O autor argumenta que a mudança nos padrões e nas condições tecnológicas da agricultura eleva o valor e a necessidade de escolaridade formal dos agricultores. Essa concepção busca valorizar a capacidade empreendedora, como um elemento que, teoricamente, possibilita maior capacidade de obter sucesso, ao desenvolver habilidades em perceber, interpretar e responder aos novos eventos em contextos dinâmicos em que a competição intercapitalista é um traço comum.

Parece ser um fato razoavelmente aceito na sociedade que as possibilidades de sucesso de quaisquer empreendimentos, sejam eles individuais ou coletivos, estão condicionados de alguma forma à capacidade dos indivíduos acessar oportunidade e poder fazer as melhores escolhas disponíveis. Sen (2010) investiu, suas reflexões para enfatizar a importância da oferta de educação de boa qualidade (entre outros aspectos) a todos indistintamente, como forma de viabilizar a opção do desenvolvimento como expressão individual da liberdade, além de se constituir como principal estratégia e instrumento na redução das desigualdades sociais. O autor afirma que:

Existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. A privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências. (SEN, 2010, p. 35).

A baixa escolaridade é um fator estrutural limitante que bloqueia a introdução e o uso de novas tecnologias, inibe o aumento da produtividade do trabalho, a adoção de novas formas de gestão aos estabelecimentos rurais, e impede um melhor aproveitamento dos recursos materiais, ambientais e humanos disponíveis. Essas habilidades e competências são uma condição imposta pelo novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, na

medida em que o conhecimento formal auxilia a compreender e assimilar os processos produtivos, gerenciais e administrativos, a fim de participar dos mercados agropecuários desenvolvendo estratégias criativas de competição. Existe ampla pesquisa internacional que demonstra a importância da educação na adoção de tecnologias destinadas a aumentar as condições de produção e produtividade na agricultura (HELFAND; PEREIRA, 2012).

Significa afirmar que o conjunto de organizações de representação política da agricultura familiar deve ser permeável, e possuir as habilidades em capturar as mudanças e as tendências que estão ocorrendo com os agricultores familiares, nas regiões rurais e na sociedade, a fim de promover transformações internas que respondam aos desafios impostos pela realidade social e econômica dos agricultores familiares.

A Tabela 10 traz os dados relativos ao grau de escolaridade dos chefes dos estabelecimentos dos agricultores familiares no universo de pesquisa investigado. A soma do percentual de analfabetos entre os chefes dos estabelecimentos na área pesquisada ficou em 15,5%, com o ensino fundamental incompleto ficou em 5,0%, com o ensino fundamental completo, 21,5%. Esses dois grupos somados (ensino fundamental incompleto e completo) representam 43,0% da amostra. Com nível médio incompleto, 32,9%, com nível médio completo, 19,2%, com graduação incompleta, 3,2%, e com graduação completa, 2,7%. O PA foi a UF que apresentou a maior taxa de analfabetismo 5,9%, o PR ficou com a maior taxa de nível médio completo 6,4%, seguido da BA 4,6% que também possui a maior taxa de cursos com graduação completa 1,4%. É uma tendência positiva em relação a 2006, mas é notório que o acesso à educação deve ser continuamente ampliado atentando para as transformações, e para a qualidade e melhoria da infraestrutura e da oferta de pessoal. Por se tratar de um estudo de caso, deve-se observar as limitações impostas pela metodologia e adotar parcimônia ao fazer inferências generalizantes.

No Nordeste, a cifra média de analfabetos foi de 58%, no Norte 38%. A região Sul tinha a menor taxa, com 7,4% do total dos dirigentes (IBGE, 2006). Por outro lado, há um intenso debate acerca de instrumentalização da educação por meio da oferta e da elevação dos níveis de escolaridade com o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

Dessa forma, a introdução de inovações tecnológicas se dá em um quadro de necessidades, a fim de potencializar o modo de produção e competição intercapitalista aplicados às atividades agropecuárias, em que a necessidade de escolaridade é igualmente uma condição, mas não é uma garantia de sucesso aos empreendimentos rurais. O fato é que as regiões rurais, com a democratização da informação, ampliaram as referências com o meio urbano. Graziano da Silva *et al.* (1997), vislumbraram essa interdependência ao analisar as novas formas e funções do rural, diante da própria e crescente urbanização das regiões rurais, cujos reflexos se fazem sentir na condução das atividades agropecuárias,

nos padrões de consumos da população, no mercado de trabalho e na adaptação e requalificação da força de trabalho agropecuário visando atender às novas demandas.

Tabela 10 – Grau de escolaridade dos chefes dos estabelecimentos.

Escolaridade	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não alfabetizado	N	3	8	13	3	7	34
	%	1,4	3,7	5,9	1,4	3,2	15,5
Fundamental incompleto	N	1	3	3	2	2	11
	%	0,5	1,4	1,4	0,9	0,9	5
Fundamental completo	N	9	12	8	4	14	47
	%	4,1	5,5	3,7	1,8	6,4	21,5
Nível Médio incompleto	N	19	18	15	3	17	72
	%	8,7	8,2	6,8	1,4	7,8	32,9
Nível Médio completo	N	14	7	9	10	2	42
	%	6,4	3,2	4,1	4,6	0,9	19,2
Graduação incompleta	N	1	2	1	2	1	7
	%	0,5	0,9	0,5	0,9	0,5	3,2
Graduação completa	N	3	0	1	1	1	6
	%	1,4	0	0,5	0,5	0,5	2,7
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A princípio isso não deveria causar tanta estranheza. Abramovay (2000), ao tratar sobre a “nova ruralidade”, afirma que essa é uma etapa do desenvolvimento social a ser vencida com o avanço do progresso e da urbanização das áreas rurais. Na visão do autor, surgem aí possibilidades de novos arranjos e estratégias a serem incorporadas, na medida em que as transformações tecnológicas e o surgimento de novas demandas (econômicas, políticas e culturais) impulsionam a construção de outra realidade (que pode estar escapando do campo de percepção dos pesquisadores do desenvolvimento rural).

Essa visão tem como base outras referências das funções do espaço rural. Parte da explicação para a elaboração da nova ruralidade pode estar na resistência ou impossibilidade dos atores sociais em estabelecer uma aproximação com a educação, e com os novos modelos tecnológicos na agricultura, o que decorre em parte da tradição dos cientistas sociais brasileiros que mantém ainda uma perspectiva e postura anticapitalista em relação à agricultura (PEDROSO, 2014).

Adicionalmente podemos ventilar que a crescente complexidade na condução e na gestão das atividades agropecuárias, demandadas pelo novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, está a exigir um melhor aparato de compreensão do mundo, e preparo de habilidades e competências dos agricultores familiares, e isso não é um ato conspiratório. A verdadeira problemática é que os agricultores não são devidamente apoiados e protegidos. Ademais, as necessidades de preparo vão para além do campo estritamente produtivo. No caso das áreas investigadas, a julgar pelos dados levantados pode-se aludir que essas possibilidades são visivelmente limitadas. Desse modo, deve-se considerar que a realidade e o nível de escolaridade dos agricultores familiares põem em relevo o debate e a pertinência das condições de sobrevivência de parte expressiva desse segmento em cenário de competição, e sobre quais os agricultores ainda têm chances ou possibilidades de continuar sendo agricultores (BUAINAIN; GARCIA, 2013b).

Por outro lado, o contínuo esvaziamento demográfico do meio rural está forçando o fechamento de escolas. Em 2003 havia 103.328 escolas rurais, mas nos últimos dez anos foram fechadas 36.596 (INEP, 2015). Isso por si só já é um aspecto amplamente negativo. Além da precariedade estrutural, ausência de valorização dos professores, e da ausência de projeto pedagógico consistente redundam numa qualidade de ensino sofrível. Esses fatores indicam que o país ainda não tem um projeto de desenvolvimento nacional, e nem estratégias voltadas para atender, incorporar e atribuir outro papel às regiões rurais brasileiras (VEIGA *et al.* 2001), para além de sua função tradicional, que é produzir alimentos e matéria prima barata para outros setores da economia.

Da mesma forma, a exacerbação dos aspectos tecnológicos é um traço marcante do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, conforme o defendido por Buainain *et*

al. (2013c) e Buainan *et al.* (2014c), e está a exigir um preparo especializado dos agricultores familiares, e da mão de obra assalariada. Dado que a simples adoção de tecnologia nada serve se não estiver conectada a estratégias de contínuo aprendizado cada vez mais complexo da realidade de produção agropecuária e das regiões rurais (VIEIRA FILHO; SILVEIRA, 2011). Do contrário, não é possível garantir o aumento da produção, e nem mesmo o uso eficiente do conteúdo tecnológico disponível na medida em que:

O processo de aprendizado do agricultor no decorrer do tempo é responsável pelo aumento da produtividade e, paralelamente, pela redução dos custos de produção, dependendo da capacidade do produtor de interpretar e assimilar as novas informações, bem como da habilidade gerencial do uso do conhecimento tecnológico. (VIEIRA FILHO; SILVEIRA, 2011, p. 267).

Wanderley (2003, p. 46) admite da mesma forma que “[...] o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade [...]”, traduzida aqui como racionalização. Esses fatores podem ser interpretados como a expressão do mundo social cada vez mais monetarizado, que exige racionalidade e conhecimento, necessidades que vem sendo observadas e anotadas em períodos mais recentes. Essas constatações têm sido descritas com mais perspicácia e clareza para conformar a ideia de um novo ciclo de desenvolvimento agrário e agrícola e de novas formas de acumulação nas atividades agropecuárias, em que a inovação em vários aspectos (técnico, gerencial, administrativo) e uso de tecnologia assumem um papel central.

Ploeg *et al.* (2000) afirmam que a introdução da inovação em produtos, serviços e processos são partes importantes de processos capazes de promover o desenvolvimento rural, o qual visa, entre outros, o aumento do interesse dos agricultores familiares em elevar a produção para ampliar e atingir novos mercados, e que a inovação e tecnologia são fundamentais. E esse tema será abordado e ampliado na próxima seção.

3.1.4 Inovação e determinismo tecnológico

O conceito de inovação é baseado na definição clássica de Schumpeter, descrito em sua obra “*The Theory of Economic Development: an inquiry into profits, capital, credits, interest and the business cycle*”, publicada primeiramente em alemão no ano de 1912. O

argumento central do autor pressupõe que a arte de inovar, de criar um novo negócio ou uma nova oportunidade com base em uma inovação de algo ainda não criado. Argumenta ainda que o processo de inovação combina processos antigos com novos.

O autor caracterizou cinco tipos básicos de inovação: a) introdução de um novo bem, com o qual consumidores ainda não estão familiarizados, apresentando uma nova qualidade; b) a introdução de um novo método de produção, resultante de uma descoberta científica e que ainda não foi testado pela nas linhas de produção da indústria de transformação; c) a abertura de um novo mercado caracterizado pelo ineditismo; d) a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados e, e) o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, que pode ser por meio da posição de monopólio (truste), ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

A inovação é a grande ferramenta para o desenvolvimento tecnológico e depende em grande parte da formação e da qualificação dos indivíduos por meio de investimentos consistentes em educação e pesquisa. A importância do desenvolvimento tecnológico tem sido defendida como um dos elementos centrais na condução das atividades agropecuárias. O Relatório do Banco Mundial de 2010 afirma que a expansão da produção agrícola mundial somente foi possível e explicada em 70% do sucesso, graças à incorporação e uso de novas tecnologias na produção (DEININGER *et al.* 2011). No caso brasileiro Souza *et al.* (2012) encontraram patamar semelhante (68,10%). Além disso, há uma perspectiva consistente que aposta na exacerbação do modelo agrícola vigente, que induz a conjecturar que o Brasil será nos próximos anos um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas do mundo (OECD-FAO, 2015). Entretanto, os impactos sociais e ambientais oriundos dessa avidez já são largamente notados, e serão por certo potencializados.

Dessa forma, há uma aposta significativa na mecanização e em outros aparatos produtivos (gestão e administração), com o objetivo de poupar terra e trabalho e aumentar a produtividade. Por outro lado, não há dúvidas, de que existe por traz dessa concepção a opção de um viés político-ideológico determinista que Mészáros (2004) refutou com veemência como uma simplificação grosseira da realidade defendida pelos liames do determinismo tecnológico, ao pressupor que o caminho percorrido pela ciência se desenvolve de forma independente e isolada das forças sociais e econômicas que a cerca.

Marx (1974), havia enfatizado que as relações sociais estão umbilicalmente ligadas às relações de produção e, ao modificar o modo de produção, decompõe-se da mesma maneira às formas e as estratégias de como ganhar a vida. Desse modo, é admissível que o desenvolvimento tecnológico tenha de algum modo reforçado a compreensão ideológica e otimista do desenvolvimento tecnológico, condição que o tornou em pensamento predominante (DAGNINO, 2008). Contudo, deve-se ponderar, inclusive, sobre seus efeitos e

reflexos negativos no desenvolvimento, na vida dos agricultores familiares indistintamente e, por extensão, na condução das atividades agropecuárias.

Outro aspecto a considerar é que a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas é um fator fundamental para o aumento da produtividade e da produção e, ao mesmo tempo, se apresenta um componente de humanização do trabalho, pois na maioria das tarefas agrícolas são consideradas extenuantes e insalubres. Por outro lado, inexistem tendências de que as necessidades do uso de máquinas nas explorações agrícolas irão diminuir (DIEESE, 2014). Porém, apenas com a inclusão de máquinas não é suficiente para viabilizar economicamente os empreendimentos dos agricultores familiares. Algumas vezes, essa opção é um dos principais elementos facilitadores e indutores que fragilizam ainda mais as condições sociais e econômicas dos agricultores familiares. Isso ocorre na medida em que as atividades agrícolas estão expostas a inúmeros riscos (preços, pragas e doenças e riscos climáticos), (BUAINAIN *et al.* 2014a) que se transformam em mais um dos fatores que sedimentam a diferenciação social entre eles.

Ploeg (1992) afirma, por outro lado, que o resultado do processo crescente de mercantilização da agricultura amplia a dependência da agricultura em produzir para o mercado, e que a contínua circulação de mercadorias induz a necessidade crescente de aquisição de insumos e de inovação tecnológica externas à propriedade.

Esses fatores induzem a transformação das atividades produtivas e organizativas em espaços cada vez mais curtos. Eles transformam os agricultores familiares em consumidores que necessitam manter um contínuo e renovado vínculo com o mercado, comprando bens indispensáveis ao processo produtivo (máquinas, insumos, crédito, assistência técnica), inclusive, de bens necessários à manutenção da família (BERNSTEIN, 2011) e do estabelecimento rural.

Outro aspecto que não pode ser esquecido é que a tecnologia é fator e causa do desemprego estrutural. Nessa perspectiva Mészáros (1989) argumenta ainda que a:

[...] sua auto expansão se apoia na produção destrutiva, consumo e destruição são levados à identidade funcional, as forças produtivas, literalmente, “as forças abstratamente ‘produtivas’ da sociedade’ se tornam ‘contra produtivas’ por causa de sua incrustação social capitalista e dissipação destrutiva”, cujo efeito negador das necessidades humanas tem sua expressão mais brutal, indelével e universal no desemprego estrutural, ou seja, na crescente ejeção, dissipação e destruição de força de trabalho, que “não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais”. (MÉSZÁROS, 1989, p. 14).

O desenvolvimento tecnológico reduz a oferta de ocupação e de trabalho nas regiões

rurais, como reflexo das mudanças incorporadas. Entre elas, a contínua especialização e a mecanização do processo de produção agropecuária, uma das expressões mais visíveis da modernização da agricultura. Quanto à disponibilização de oferta de mão de obra, o cenário vigente está negando o pressuposto histórico da oferta ilimitada (LEWIS, 1954; BUAINAIN *et al.* 2014a; NAVARRO; CAMPOS, 2013).

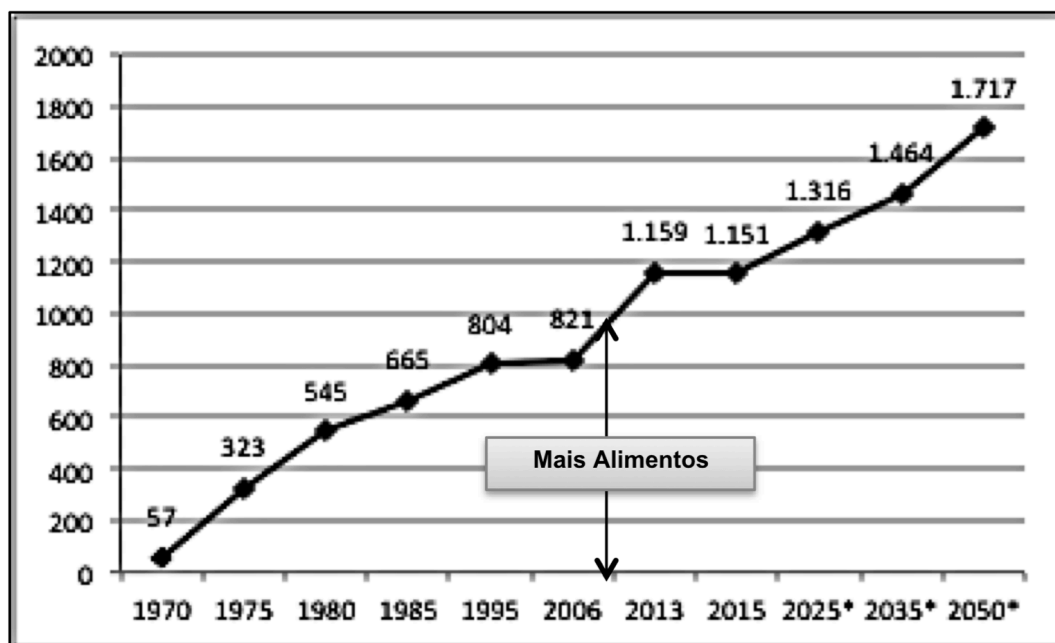
Os dados levantados por Buainain e Dedecca (2008, p. 22) afirmam que “[...] no espaço de 60 anos a ocupação agrícola refluíu de 70% para 15%”. Do mesmo modo, Gasques e Bastos (2014) sublinham que a modernização da agricultura no período recente, concentrou esforços, especialmente, em tecnologias utilizadas para ampliar a produtividade do trabalho e na redução no uso da terra a fim de ampliar a produção de escala e do mesmo modo reduzir custos na implantação e condução das atividades.

Esses fatores reforçam e consolidam a opção pela mecanização nas atividades agropecuárias, consolidando a exigência de um perfil diferenciado para a mão de obra rural. Os excedentes, quando possível, podem ou não ser absorvidos pelos ofícios menos penosos do emprego e trabalho urbanos. Aos trabalhadores rurais restantes, se exige a apreensão de novas qualidades e habilidades laborais, resultantes da concentração e especialização produtiva da agropecuária brasileira. Por outro lado, a oferta de trabalhadores é afetada, na medida em que “É cada vez mais comum à insuficiência de trabalhadores para as atividades agropecuárias. Esse fenômeno é consolidado pelo êxodo seletivo, especialmente dos jovens em idade apta para o trabalho e em busca de melhores rendimentos em outras atividades” (TOLEDO; TONI, 2016, p. 104).

A diminuição da ocupação rural é o reflexo das mudanças ocorridas nas regiões rurais, que se caracterizam, entre outros aspectos, pela contínua especialização produtiva em determinadas culturas intensivas em mecanização do processo agrícola. Em 1970, havia pouco mais de 57 mil tratores de rodas em operação no meio rural brasileiro. Em 2013, já eram quase 1,2 milhão (Gráfico 2). Ressalte-se que a elevação do desempenho dessas máquinas implica na demanda de mão de obra mais qualificada e escolarizada, ao mesmo tempo em que representa o aumento da produtividade do trabalho e da terra.

Em 2050, estima-se que o número de tratores de rodas utilizados na agricultura possa chegar a 1,7 milhões de unidades (DIEESE, 2014). Os tratores de rodas são utilizados nas principais atividades agrícolas que compreendem as técnicas de preparo do solo para plantio, cultivo, tração e transporte de implementos e de produtos. Basicamente, 65% das vendas de tratores de rodas são destinados a culturas de grãos e 35% para outras culturas, incluindo a cultura de cana-de-açúcar, ou seja, *commodities* destinadas à exportação.

Gráfico 2 – Tratores nos estabelecimentos rurais. (Brasil - 1970-2050). (Milhares).



Fontes: A partir de dados da ANFAVEA (2016), IBGE (2006).*Projeções.
Elaboração: DIEESE Subseção Contag (2014, p. 7).

A oferta de máquinas agrícolas foi um dos elementos centrais defendidos e materializados pela Revolução Verde, juntamente com outros (crédito, ATER, pesquisa, políticas de comercialização). Esse processo radicalmente transformou as formas de ser e fazer agricultura para muito além da dimensão estritamente produtiva. Navarro (2010) defende ser pouco provável que façamos o caminho de volta, na medida em que:

[...] a integração econômica e social produz novas mentalidades e uma sociabilidade distinta daquela predominante no passado. [...] Não há a menor possibilidade, portanto, de recuar ao passado o formato tecnológico, as escolhas produtivas e, sobretudo, a racionalidade-guia dos produtores para tempos anteriores a este processo de modernização. (NAVARRO, 2010, p. 200).

Independente da orientação política ou das críticas ao modelo agrícola dominante, os remédios para desenvolver a agricultura e as regiões rurais parecem continuar sendo quase os mesmos. No tocante a oferta de máquinas e equipamentos agrícolas, o Governo Federal criou o “Programa Mais Alimentos” em julho de 2008, financiado com recursos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o objetivo de facilitar a aquisição de tratores, máquinas e caminhões. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), de janeiro de 2008 a dezembro de 2016

foram comercializadas 438.613 unidades de tratores de rodas. Desses, cerca de mais de 90.000 unidades foram vendidas para os agricultores familiares, concentrados especialmente nas regiões mais especializadas da produção agrícola localizada especialmente nas UFs das regiões do Centro-Sul (ANFAVEA, 2016).

Na visão de Aquino e Schneider (2015), o Pronaf Mais Alimentos, e deu fôlego novo ao processo de modernização desigual da agricultura familiar, concentrando esforços, especialmente nas propriedades de agricultores familiares do Grupo Variável (os mais capitalizados), localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Essa opção reforçou o processo de diferenciação social entre os agricultores e entre as regiões rurais. Dessa forma, ao analisar os problemas históricos de condução das políticas públicas para as regiões rurais, o Programa Mais Alimentos pode ser tomado como um dos mistificadores equívocos criados para atender as demandas da indústria de máquinas agrícola. Ao mesmo tempo em que potencializa um grupo seletivo de agricultores familiares em melhores condições socioeconômicas, mesmo reconhecendo a necessidade de mecanização.

As necessidades, estruturais, sociais, econômicas e produtivas para o desenvolvimento das regiões rurais e dos agricultores vulneráveis, são muito mais complexas do que a oferta e facilidades para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, apesar delas serem importantes, mas elas por si só não representam soluções sustentáveis e duradouras. Por vezes, essas iniciativas têm muito mais a ver com a solução de problemas de desova de estoques de máquinas produzidas pelas indústrias do setor do que criar as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento rural.

Os dados compilados na Tabela 11 mostram que a presença de tratores de rodas nas UFs mais deprimidas economicamente (PA, PE e BA) é bastante reduzida. A tabela demonstra a quantidade, e onde estão localizados os tratores agrícolas nos estabelecimentos rurais estudados pela pesquisa, e destaca que 76,3% dos estabelecimentos da amostra não possuem nenhum trator, e 23,3% responderam que sim, sendo 19,2% no PR e SC, 4,1%. A aquisição desse tipo de equipamento exige altos investimentos, o que nas condições fragilizadas das famílias rurais do PA, BA e PE com apenas 4,1% dos tratores, por vezes não representa a solução mais acertada. Essa opção é destinada a uma parcela reduzida das unidades produtivas do PR e SC mais capitalizadas.

Além disso, há que se atentar para as atividades desenvolvidas, o tamanho dos estabelecimentos e as condições topográficas da propriedade, e se complementam a área cultivada com terras arrendadas e em parceria de terceiros como estratégia de ampliar as áreas de exploração com os empreendimentos. Lembrando-se do que foi antecipado na Tabela 5, na medida em que os estratos de área dos estabelecimentos nas cinco UFs investigadas estão situados entre uma e 50 ha, agregados, esses estabelecimentos

representaram 79,9% do total da amostra investigada.

Tabela 11 – Número de tratores de rodas por estabelecimento.

Número de tratores	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Nenhum	N	24	33	47	25	38	167
	%	11,0	15,1	21,5	11,4	17,4	76,3
Um	N	26	16	3	0	6	51
	%	11,9	7,3	1,4	0,0	2,7	23,3
Dois	N	0	1	0	0	0	1
	%	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,5
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dessa forma, a área reduzida das propriedades, as condições do terreno e a modalidade e dimensão das máquinas e implementos agrícolas são elementos que necessitam ser considerados quando a temática está ligada à mecanização. No entanto, essa realidade levanta a problemática sobre quais as alternativas de oferta de máquinas e implementos agrícolas adequadas ao público e a essas regiões. É necessário considerar que a mecanização é um elemento básico para melhor aproveitar os recursos materiais, promover a humanização e produtividade do trabalho agrícola e da terra, aumentar a produção de excedentes e gerar renda a partir das atividades desenvolvidas, mas deve vir acompanhada de outras políticas de apoio. Para o caso de regiões pobres, uma possibilidade é refletir sobre o uso coletivo de máquinas por meio do apoio de políticas públicas em nível local para além das atividades agrícolas, considerando firmemente se essas regiões possuem vocação adequada para produção agrícola.

Outra interpretação que pode ser aventada é que os ensaios de promoção de áreas com baixo índice de desenvolvimento humano, a alocação de recursos em investimentos públicos ocorre de forma residual ou compensatória sem capacidade de promover

transformações estruturais. Basicamente a opção mais comum é deslocar esforços para as regiões mais amigáveis e propícias ao crescimento econômico, cuja infraestrutura produtiva e social (rodovias, educação, saúde) já estão consolidadas. Embora se reconheça que o Estado tem realizado tentativas de alavancar investimentos públicos em infraestrutura por meio de portos, rodovias, aeroportos, etc., nas regiões deprimidas economicamente (Norte e Nordeste), a fim de reduzir as desigualdades com as regiões mais dinâmicas.

Essa opção é uma tentativa do Estado suprir essas fragilidades, pois a “[...] tarefa essencial do governo é criar nas regiões atrasadas atividades econômicas, com dinâmicas próprias que tenham efeito multiplicador e/ou de transbordamento sobre as demais” (HIRSCHMANN, 1977, p. 46). Esse processo pode acontecer quando se encontram nas regiões rurais as condições adequadas para realizar investimentos e que acenam com possibilidade de lucro. Entretanto, as opções escolhidas seguem a mesma rota do fazer “mais do mesmo”, sem se deparar com novas possibilidades criativas e inteligentes.

A Tabela 11 referente às UFs pesquisadas demonstra que os estabelecimentos com um trator representam 23,3% da amostra, sendo 11,9% no PR, 7,3% em SC e na BA (no polo de Cruz das Almas, 2,7%, justamente as regiões mais desenvolvidas). Em PE não foi encontrado nenhum trator no universo pesquisado. No PA foram localizados apenas três tratores (1,4%). No PR teve um caso do estabelecimento possuir dois tratores (0,5%). A concentração de tratores no PR e SC se explica por áreas tradicionalmente retratadas como *locus* de um padrão diferenciado e especializado de atividades agropecuárias.

Esses números comprovam o enunciado de Abramovay *et al.* (2007), segundo o qual, os recursos técnicos, econômicos e institucionais beneficiam na maioria das vezes, as famílias, ou regiões rurais que já estão em melhores condições estruturais e socioeconômicas. Esse fator vem aumentando e sedimentando o fosso da desigualdade e diferenciação social entre os agricultores e entre as regiões rurais. Essa questão foi antecipada ainda na década de 1930 por Prado Júnior (1979), ao afirmar que:

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 20)

Segundo Buainain *et al.* (2013c) a diferenciação social assenta a terceira tese do desenvolvimento agrário e agrícola bifronte, que modernamente se apresenta conjugada

com características implícitas do novo padrão de acumulação nas regiões rurais, pois a nova fase vem se concretizando e se potencializando em dois lados na medida em que,

[...] de um lado, a dinâmica econômica concentra a produção cada vez mais, e de outro lado, aprofunda a diferenciação social, promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais. Em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização. (BUAINAIN *et al.* 2013c, p. 114).

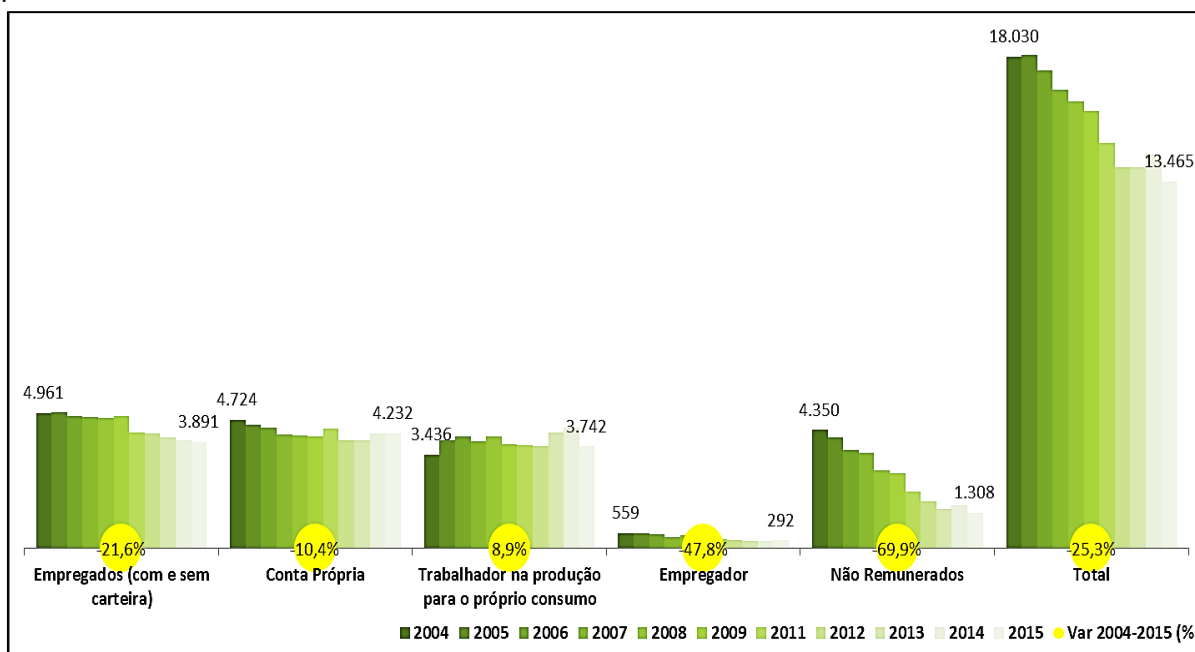
Dessa forma, se justificam as preocupações com o encurralamento econômico desses agricultores, e a *priori* o modelo de desenvolvimento se apresenta com grandes possibilidades de exclusão da maioria deles. Essa tendência já estava presente nos estudos clássicos de Lênin e Kautsky ainda na final do século XIX. Ambos previam o desaparecimento dos agricultores da “pequena produção” que não se adaptassem a penetração do capitalismo na agricultura. Se não na totalidade, a realidade parece indicar que parte da teoria por eles defendida ainda se mostra aplicável no quadro atual diante das dimensões da agricultura capitalista de larga escala.

Ainda com relação ao uso de tratores (Tabela 11), a concentração nos casos do PR e SC pode ser analisada por outra via, a presença mais expressiva da colonização de origem europeia, mais receptiva às influências e aos aspectos modernizantes da Revolução Verde, ao adotar com mais ênfase os recursos tecnológicos na produção agropecuária, e logicamente por produzir mais renda, conforme será demonstrado mais adiante na Tabela 17. A necessidade do uso de máquinas imposta pelo novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola pela via da mecanização tem impactos diretos na manutenção, no perfil e na oferta de postos de trabalho e ocupação nas atividades agropecuárias.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, tabulados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e mostrados na Figura 8, o pessoal ocupado na agricultura caiu de 18 milhões para 13,4 milhões entre os anos analisados entre 2004 a 2015. Para efeitos de análise, são três as categorias que compõem a ocupação no meio rural brasileiro: agricultores familiares, empregadores e empregados. É uma perspectiva reveladora do escopo das mudanças nas regiões rurais. Com relação aos postos de trabalho, se constatou a redução em cerca de 4,5 milhões (-25,3%) de trabalho assalariado nas regiões rurais entre 2004 e 2015. O número de empregadores que caiu de 559 mil para 292 mil (-47,8%), reflexos do processo de concentração da propriedade de terras, irrigação financeira das regiões rurais em décadas

recentes, inclusive com a participação de capital internacional (DIEESE, 2014).

Figura 8 – Mercado de trabalho agrícola, posição na ocupação. (Brasil 2004-2015). Mil pessoas.



Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração Dieese Subseção Contag (2014), atualizado em 2017 (não publicado).

Em outro documento o Dieese (2012) defende ter sido o desenvolvimento rural brasileiro no período recente marcado pelo modelo agrícola conduzido pela histórica articulação do agronegócio empresarial, capital financeiro, capital industrial e a grande propriedade territorial, e que foram fortemente apoiados por intervenções governamentais. Essa constatação pode ser traduzida como uma das expressões do CSA, defendido por Arrighi (2013), um dos elementos teóricos detalhado no Capítulo 2 dessa tese.

Significa que as evidências do CSA alternam uma série episódica de expansões estáveis e estabilizadas da economia capitalista globalizada com fases de turbulências. Mas, ao mesmo tempo, criam as condições elementares para o nascimento de uma fase posterior que surge amplamente monetarizada e protagonizada por um Estado forte (neste caso, o norte-americano), que comanda um novo ciclo de produção e de acumulação, e desloca investimentos produtivos e especulativos, inclusive, nas atividades agropecuárias.

Retomando os dados da Figura 3, os trabalhadores não remunerados (segmento composto, majoritariamente, por crianças, jovens e mulheres) caíram 69,9% no período. O Dieese defende ainda que essa redução está vinculada aos avanços das políticas de proteção social e à migração para os centros urbanos, principalmente de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos de idade. Para os trabalhadores por conta própria, a redução no

período foi de 10,4% (de 4,7 milhões para 4,2 milhões de ocupados). Entre os trabalhadores na produção para o próprio consumo, ao contrário de todas as outras ocupações, houve aumento de 8,9%, de 3,4 milhões para 3,7 milhões, e isso pode representar ampliação de vulnerabilidades. Esse fator pode indicar que houve fragilização ou mesmo a impossibilidade da capacidade de produzir excedentes ao converterem seus esforços para a produtos destinados ao autoconsumo. O somatório dos “conta própria” com os “trabalhadores na produção para o próprio consumo” e os “não remunerados” é o indicador aproximado do que seria o contingente de ocupados na agricultura familiar. No período de 2004 a 2014 esse segmento de 12,5 milhões caiu para 9,2 milhões de ocupados (-26,4%) (DIEESE, 2014).

Ao mesmo tempo em que a necessidade do uso de máquinas nas atividades agropecuárias gera fechamento de postos de trabalho, consolida-se a exigência de um perfil diferenciado para a mão de obra rural que nem sempre é disponível. Os excedentes, quando possível, podem ou não ser absorvidos pelos ofícios menos penosos do emprego urbano. Com isso, existe a propensão à modernização da agricultura brasileira tornando-a cada vez mais mecanizada diante das necessidades do mercado, utilizando tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas. Esses elementos, por sua vez, podem se tornar em informações que auxiliam a aumentar a lucratividade para uma reduzida parcela de empreendimentos rurais em busca de eficiência econômica, e ao mesmo tempo promove e exacerba a desigualdade e o esvaziamento demográfico nas regiões rurais.

Entretanto, essa mesma “virtude” indica que o curso de algumas políticas governamentais tem sido não apenas equivocado em referência às interpretações sobre a extensão e a problemática do desenvolvimento agrário brasileiro, mas extremamente mistificador a respeito das reais necessidades sociais, econômicas e produtivas da maior parte dos agricultores familiares. Dessa forma, o interior do país corre o risco de se tornar um grande deserto demográfico (NAVARRO; PEDROSO, 2014).

Essa perspectiva é igualmente compartilhada por Buainain e Garcia (2013b, p. 39) ao destacar que: “A aceitação da impotência do Estado e da política pública não faz parte das tradições e da experiência brasileira, fortemente marcada pelo populismo, pela promessa não cumprida que se renova periodicamente independente dos resultados alcançados. Ou da corrente política-ideológica que o governe”. Dessa forma, qualquer que seja a abordagem adotada se torna extremamente difícil em estabelecer medidas de desempenho econômico das famílias rurais, quando elas apresentam deficiências produtivas e estruturais, na medida em que elas estão submetidas e governadas pelo sistema de mercado concorrencial, em que a totalidade dos produtos consumidos e vendidos são regidos pelo regime de tomador de preços (BUAINAN *et al.* 2014a). Ou seja, o mercado sozinho não regula adequadamente o mercado agropecuário.

Outro aspecto a ser lembrado é que os agricultores operam em mercados imperfeitos (GARCIA-PARPET, 2003; ELLIS, 1998), em que há muitos produtores ofertando e poucos compradores. Além disso, é necessário considerar as características estruturais do estabelecimento, o capital humano, a proximidade do mercado, a infraestrutura de transporte, e de armazenagem e o apoio de políticas públicas. Outra ressalva se faz necessária, ao adotar os recursos tecnológicos em busca de viabilidade econômica, é que essa amplia o fosso da desigualdade, por meio da dinâmica produtiva e econômica diferenciada entre as famílias, e nas regiões rurais na medida, em que potencializa a competição entre os agricultores (VIEIRA FILHO, 2014).

Dessa forma, é emblemática a preocupação de Navarro (2016), ao considerar que a convergência das mudanças ocorridas nas regiões rurais em décadas recentes resulta no aprofundamento da heterogeneidade estrutural, alarga o fosso das desigualdades regionais a amplia as assimetrias sociais. “A agropecuária talvez seja o ambiente social e econômico onde mais nitidamente estão em curso claros processos de “darwinismo social” ” (NAVARRO, 2016). Isso ocorre quando o Estado opta de forma deliberada em não intervir em favor dos mais fracos, ou o faz de forma pontual dando vazão a lei do mais forte. O darwinismo social é uma concepção e teve adeptos até a década de 1930, e foi absorvida pelos defensores do capitalismo selvagem e confundia evolução com progresso técnico. Admitia que o indivíduo mais adaptável às mudanças fosse superior aos demais (LACERDA, 2009). Esse conceito é aplicado aqui no sentido da exacerbação da competição, em somente que os aptos e com recursos disponíveis sobrevivem.

A próxima seção destina a refletir sobre a capacidade dos agricultores familiares em realizar investimentos na produção e em infraestrutura nos estabelecimentos.

3.1.5 A in/capacidade de investimentos

A necessidade de realizar investimentos na produção ou na melhoria das estruturas produtivas e nas atividades agropecuárias, segundo Schneider e Waquil (2005), se deve prioritariamente à necessidade de geração de renda, beneficiando diferentes atividades, máquinas e equipamentos. Os investimentos realizados devem ser capazes de gerar renda monetária suficiente para cobrir o valor devido dos empréstimos contraídos, e ainda ser capaz gerar a manutenção da família e do estabelecimento. É sabido que somente o mercado não é capaz de regular a atividade agropecuária. É necessária a robusta mediação e intervenção estatal, pois é um mercado notavelmente imperfeito (ELLIS, 1998).

Nos Estados Unidos, e mesmo na Europa, a renda dos agricultores é fonte de amplos

debates políticos acalorados e preocupação do Estado. Nos Estados Unidos, entre os anos de 1995 a 2014 foram disponibilizados cerca de U\$ 322,7 bilhões em subsídios agrícolas pagos nos vários programas existentes de acordo com os dados da *Environmental Working Group*. O principal objetivo da *Farm Bill*, além de obviamente, garantir a produção agropecuária é igualmente assegurar retorno econômico das atividades agropecuárias aos 2.204.792 agricultores norte-americanos, dos quais 838.391 (38,0%) recebem pagamentos de subsídios diretos (*Producer Support Estimate – PSE*), de acordo com suas atividades (EWG, 2016). No caso brasileiro, os subsídios são restritos às subvenções no preço de alguns produtos agrícolas, na equalização de taxas de juros e de pagamento de *spread* bancário. Basicamente os riscos da agropecuária são privados e dizem respeito às condições dos agricultores em suportar crises e realizar investimentos.

Tais riscos são muito mais agudos para os estabelecimentos dos agricultores familiares e médios, pois a agricultura é uma atividade de alto risco, e o principal deles é o risco climático que começa desde a implantação dos empreendimentos. Além disso, há os riscos de pragas e doenças, das perdas por fragilidade ou ausência de infraestrutura e perdas econômicas causados por dificuldade na comercialização dos produtos agropecuários, quando não existe política agrícola de sustentação de preços. Esses fatores isolados ou articulados podem comprometer a estabilidade financeira da maioria dos estabelecimentos rurais que já operam com reduzida margem de manobra para enfrentar choques e crises. Por outro lado, a “inclusão produtiva” por meio do crédito rural revela outra problemática, a obrigatoriedade da devolução dos recursos tomados por força da mercantilização da esfera financeira dos agricultores familiares (PLOG, 1990, 1992). Isso ocorre na medida em que a maioria das atividades dos estabelecimentos rurais só podem ser viabilizadas por meio do acesso ao crédito externo, pois os agricultores, devido a baixa capitalização, não conseguem realizar reserva para financiar o ciclo produtivo seguinte.

Os dados da Tabela 12 exibem o acesso dos agricultores familiares da amostra aos recursos bancarizados do crédito rural, e 56,2% dos entrevistados responderam positivamente ter contraído empréstimos no último ano agrícola, enquanto 43,8% deles disseram não ter acessado os recursos. O ingresso facilitado ao crédito não significa que os projetos financiados sejam viáveis economicamente, já foi antecipado nessa tese, já que os mesmos dependem dos técnicos da ATER para serem aprovados pelos agente financeiros.

A oferta regular somente de crédito se tornou um “círculo vicioso” e está fragilizando a situação socioeconômica da agricultura brasileira. Entre 1995 a 2008 foram realizadas nove renegociações de dívidas agrícolas (SILVISTRINI; RAMOS, 2011), sete de 2008 a 2014 (TÁVORA, 2014) e mais uma entre 2014 e 2016 (BRASIL, 2016). Contudo, as dívidas não se reduziram mas saltaram de R\$ 25 bilhões para R\$ 140 bilhões (AVICULTURA

INDUSTRIAL, 2016). O endividamento agropecuário é determinado por um articulado conjunto de fatores (ausência de fiscalização dos agentes financeiros, desvios dos recursos dos financiamentos, projetos mal elaborados, eventos climáticos, fragilidade de políticas públicas de apoio, etc.). Entretanto, esses elementos são considerados centrais para repensar a urgência de política agrícola consistente para o país.

Tabela 12 – Acesso à financiamentos do crédito rural. (Ano agrícola 2012-2013).

		Unidade da Federação					Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	44	24	28	12	15	123
	%	20,1	11,0	12,8	5,5	6,8	56,2
Não	N	6	26	22	13	29	96
	%	2,7	11,9	10,0	5,9	13,2	43,8
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As informações da Tabela 13 apresentam as modalidades de financiamento que os agricultores realizaram para financiar os seus estabelecimentos e destinadas às operações de custeio das atividades e de investimento em infraestrutura de produção (máquinas, equipamentos, instalações). Os dados da Tabela 12 mostraram que 56,5% dos agricultores familiares contrataram essas operações. Desse percentual, 26% foram destinadas para a modalidade de investimentos, sendo que no PR foi de 8,9%, SC, 5,6%, PA, 7,3%, PE, 2,4% e a BA, 1,6%. Nos custeios (agrícola e pecuário) a adesão foi 62,6% da amostra investigada e distribuídos no PR em 23,5%, em SC, 12,2, no PA ,11,43%, em PE, 7,3% e na BA, 8,1%. A modalidade “outros” correspondeu a 11,3% do total da amostra. O PR ficou com 35,7% de todas as modalidades, SC, 19,5%, PA, 22,7%, PE, 9,7% e a BA com 12,2%.

É sabido que parte expressiva dos agricultores familiares enfrentam problemas relacionados com a disponibilidade de capital de giro para os seus empreendimentos, e de recursos para investimentos em seus estabelecimentos. É um fato que grande parte necessita de recursos econômicos e materiais externos que se expressam por meio da

externalização e cientificação produtivas, de acordo com Ploeg (1990, 1992) para manejar seus estabelecimentos. A fragilidade de acessar recursos do crédito por outro lado, é fator de exclusão de muitos devido às condições estruturais e contratuais dos agricultores, e revela a necessidade de repensar o modelo de oferta de crédito com um todo.

Tabela 13 – Modalidades dos financiamentos. (Ano agrícola 2012-2013).

Modalidades	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Investimento	N	11	7	9	3	2	32
	%	8,9	5,6	7,3	2,4	1,6	26,0
Custeio agrícola	N	28	13	7	4	8	60
	%	22,7	10,5	5,6	3,2	6,5	48,7
Custeio pecuário	N	1	2	7	5	2	17
	%	0,8	1,6	5,6	4,0	1,6	13,8
Outros	N	4	2	5	0	3	14
	%	3,2	1,6	4,0	0	2,4	11,3
Total	N	44	24	28	12	15	123
	%	35,7	19,5	22,7	9,7	12,2	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

É configurado dessa forma, o desenvolvimento agrário desigual, ao apontar para a exacerbação da diferenciação social entres as famílias rurais, tese defendida por Buainain *et al.* (2013c) e Buainan *et al.* (2014a), ao analisar os rumos da agricultura brasileira, admitem ser pertinentes as possibilidades e riscos de exclusão progressiva para um expressivo número dessas explorações ao não conseguirem se adaptar, investir, produzir e acumular. Embora ressalta-se ser no mínimo, temerário aplicar as regras da economia utilizadas no restante da sociedade da mesma forma aos mundos complexos das atividades

agropecuárias, devido a incapacidade de controlar os riscos da natureza, e o mercado agropecuária possui características e condições excepcionalmente imperfeitas.

Na Tabela 14 está expresso o valor médio dos investimentos alocados em infraestrutura, máquinas e equipamentos por UF, e que os agricultores familiares declararam ter realizado em tais operações. O PR apresentou a maior média: R\$ 27.739,51 por operação, SC é a segunda com R\$ 7.927,21, a BA vem em seguida com R\$ 6.373,56, o PA R\$ 2.648,38 e PE apresentou o valor mais baixo, R\$ 447,79. Pode-se cogitar que esses agricultores vivem no limiar da sobrevivência e a capacidade de fazer investimentos na produção ou de infraestrutura é quase nula. A condição de PE com apenas 2,4% é emblemática, pois a área pesquisada é o município de Petrolina, conhecido como um polo de referência na produção de frutas, hortaliças por meio da implantação dos perímetros irrigados. A BA teve apenas 1,6% do total da amostra que realizou investimentos.

Tabela 14 – Valor médio dos investimentos por UF. (Ano agrícola 2012-2013).

	Unidades da Federação					Média UFs
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Valor médio (R\$)	27.739,51	7.927,21	2.648,38	447,79	6.373,56	9.627,29

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A área de Petrolina desde a década de 60 vem recebendo investimentos públicos, especialmente, em infraestrutura hídrica e na oferta volumosa de créditos subsidiados do governo federal para projetos de desenvolvimento na região por meio dos conhecidos perímetros irrigados (fruticultura). Um estudo do Departamento Nacional de Obra Contra a Seca (DNOCS) enfatiza que é baixa a ocupação de áreas potencialmente irrigáveis no Nordeste. Isso ocorre devido à reduzida capacidade de investimentos em equipamentos de irrigação por parte dos estabelecimentos menores. Nos polos administrados pelo órgão, a área irrigável é de aproximadamente 156,4 mil hectares, mas apenas 70 mil estão com sistemas de irrigação instalados. O estudo apontou ainda que 39,7 mil hectares estavam nas mãos dos pequenos produtores, e 20 mil hectares ocupadas por empresas (DNOCS, 2013). Apesar de passados mais de 50 anos de financiamento e de experimentações dos perímetros irrigados no Nordeste, ainda é verdadeira a expressão descrita no poema de Guimarães Rosa “Pílulas do Grande Sertão”, que para a maioria dos sertanejos “o sertão continua sendo uma espera enorme” (ROSA, 1983).

A capacidade de investimentos é uma condição *sine qua non* (embora não seja a única) que pode induzir possibilidades para viabilizar os empreendimentos dos agricultores familiares. No entanto, segundo Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), grande parte dos agricultores, especialmente os mais fragilizados não conseguem alcançar pelos meios produtivos de seus estabelecimentos um patamar mínimo de capitalização para o autofinanciamento, independentemente dos sistemas adotados e cultivos praticados. Salvo exceções, como por exemplo, da cultura do fumo na região Sul, em que cerca de 18% do valor da cadeia é destinada ao pagamento dos produtores na comercialização. Parte desses recursos são destinados para melhorar a estrutura social e produtiva dos estabelecimentos, segundo a análise da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2016).

E aqui cabe mencionar a quase inexistência de estudos destinados às outras cadeias produtos agropecuários (soja, leite, milho, etc.) a fim de identificar quem captura o valor produzido. Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) referem ainda que dessa forma, torna-se impraticável instituir as condições mínimas que os permitam competir, acumular e por extensão investir. A capacidade de investir não está ligada somente à estrutura agrária. É necessário pesquisar e aprofundar e desvelar quais são os outros fatores socioculturais, estruturais e institucionais que bloqueiam o acesso ao crédito rural nessas regiões. No entanto, é necessário adotar cautela, devido a ampliação do endividamento dos agricultores, pois parte expressiva deles continuam pobres e devedores, justamente pelo acesso ao crédito. A respeito dessa temática é pertinente a observação de Neto (1998).

Torna-se necessário então atentar para a relação do sistema de crédito com o conseqüente endividamento do agricultor familiar, pois são o crédito e as dívidas por ele contraídas que o obrigam a intensificar a jornada de trabalho. Ademais, a dívida dos agricultores tende a se desenvolver com maior rapidez que o investimento agrícola, provocando uma crônica disparidade entre o ingresso e a saída dos rendimentos obtidos na agricultura familiar. (NETO, 1998, p. 131).

Dito de outro modo, a pressão por excedentes econômicos a partir das demandas do mercado pressiona os agricultores familiares e transforma a lógica interna de seu funcionamento. Devido à fragilidade do aporte de rendas regulares das atividades desenvolvidas, o fato modifica, inclusive, as formas de como os recursos materiais são utilizados. Isso ocorre na medida em que os agricultores familiares são forçados a se integrar cada vez mais aos processos da produção industrial, por meio da verticalização produtiva das empresas do sistema agroalimentar. Desse modo, alguns estabelecimentos rurais se transformam em empresas capitalistas, mantendo, contudo, sua forma peculiar da

produção familiar. Entretanto, esse processo reforça e acentua a diferenciação social entre agricultores que possuem as melhores condições produtivas, os capitalizados e viáveis, os médios (semi-descapitalizados) e os agricultores pobres ou em processo de pauperização (SCHNEIDER; WAQUIL, 2005), que possivelmente serão excluídos.

A possibilidade de contrair ou não financiamentos pode ser atribuída à fragilidade estrutural dos agricultores familiares em face da exigência de garantias substantivas requerida pelos agentes financeiros. Por outro lado, a inclusão por meio do crédito rural sem as devidas precauções é uma forma expressa de mercantilização, monetarização e bancarização da vida social dos agricultores. Esse processo fragiliza ainda mais as condições socioeconômicas e estruturais dos agricultores familiares já economicamente debilitados e expostos aos riscos inerentes da atividade. Gazolla e Schneider (2013), ao estudarem os financiamentos na região do Alto Uruguai (RS), relatam a existência de preocupações por parte dos agricultores, em contrair dívidas sem a devida capacidade em gerar excedentes monetários em termos líquidos para cobrir os contratos.

A incapacidade de honrar os contratos pode ser atribuída à pequena margem de manobra dos agricultores (frustração da safra, doenças na família) e do endividamento se torna um problema crônico das regiões rurais, alvo de sucessivas renegociações de dívidas que atinge todos os agricultores. A escalada de endividamento comprova a tese de quanto as atividades agropecuárias estão submetidas e regidas cada vez mais pelo processo de mercantilização e monetarização em quase todas as esferas.

O estudo de Guanziroli, Buainain e Sabbato (2012), apontado na Tabela 15, com base nos censos de 1996 e 2006, transformaram em números o tamanho da fragilidade das rendas líquidas oriundas das atividades agropecuárias dos agricultores familiares, e pode-se auferir a partir das informações sobre a real capacidade de investimentos dos estabelecimentos. Segundo os autores, em 1996, havia cerca de 406.291 do tipo A (8,4%) estabelecimentos familiares com renda líquida anual de R\$ 33.333,00, e produziam 50,6% do VBP. Em 2006 significavam 452.750 estabelecimentos (8,7%) e produziram 69,5% do VBP de um universo de 4,5 milhões, cujas rendas líquidas da agropecuária foram de R\$ 53.236,00 ano. Os do tipo B eram 993.751 (20,4%) em 1996, o VBP representou 29,3%, e R\$ 5.537,00 de renda líquida anual. Em 2006 constituíam 964.140 (18,6%) com 15,7% do VBP e renda anual de R\$ 3.725,00. Os do tipo C em 1996 somavam 823.547 (16,9%), VBP anual de R\$ 1.820,00, em 2006 eram 574.961 (11,1%) e VBP anual de R\$ 1.499,00.

Os estabelecimentos do estrato C eram 823.547 em 1996 (16,9%) e produziam 9,4% do VBP, auferiram rendas líquidas anuais de R\$ 5.537,00, em 2006 foram encontrados 574.961 (11,1%) com VBP de 4,7% e renda de R\$ 1.499,00. Na outra ponta, cerca de 1.715.980 (39,6%) estabelecimentos do grupo D com VBP de menos de R\$ 265,14. Esse

grupo passou para 2.560.274 (49,5%), e 10,1% do VBP em 2006, cuja renda líquida anual foi de R\$ 255,00/ano. Nesse grupo houve um aumento de 644.494 estabelecimentos em situação de fragilidade (25,1%) em relação ao Censo de 1996.

Tabela 15 – Renda monetária líquida anual da agricultura familiar. (CA - 1996 e 2006).

Tipos	Estab. 1996	%	VBP %	R. Anual (R\$)	Área (Ha)	Estab. 2006	%	VBP %	R. Anual (R\$)	Área (Ha)
A	406.291	8,4	50,6	30.333,00	59	452.750	8,7	69,50	53.236,00	48
B	993.751	20,4	29,3	5.537,00	34	964.140	18,6	15,70	3.725,00	26
C	823.547	16,9	9,4	1.820,00	22	574.961	11,1	4,70	1.499,00	21
D	1.915.780	39,4	10,7	-265,14	16	2.560.274	49,5	10,10	255,00	19
Total	4.139.369	85,1	100	--	26,2	4.552.125	87,9	100	--	22,8

Fonte: Guanziroli, Buainain e Sabatto (2012).

A política de crédito rural (mesmo diferenciada) ficou concentrada apenas na oferta de crédito sem outros instrumentos (ATER, agroindustrialização, apoio à comercialização, seguro, etc.). Nesses termos, a opção focada somente no crédito se revelou ineficaz e potencializa o processo já instalado de diferenciação social entre os agricultores, empurrando milhares deles ao endividamento crônico. Segundo os autores citados:

Para esse grupo não serão as políticas de crédito de custeio, por mais subsídio que se aplique, as que resolverão o problema de sua pobreza. Tratar-se-ia de implementar políticas específicas, focalizadas para esse grupo, como as de maior acesso a água, terra, educação. Em suma, trata-se de apoiar esse grupo mais com políticas agrárias e sociais do que com políticas agrícolas. (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012, p. 369)

Outro aspecto levantado pelos autores acima mencionados é que os projetos carecem de focalização mais precisa do crédito rural que devem ser potencializados nas cadeias produtivas, e da ausência quase total de assistência técnica compatível com a realidade dos agricultores familiares, além da disponibilização de crédito destinado a consolidar investimentos na infraestrutura produtiva. Os 8,7% de agricultores com rendas líquidas superiores a R\$ 53 mil por ano, encontrados por Guanziroli, Buainain e Sabatto (2012),

podem ser interpretados como aqueles agricultores familiares que efetivamente tem capacidade de realizar investimentos produtivos e “viver da agricultura”.

O percentual de 8,7% encontrado pelos autores ao analisar os dados do CA de 2006, destoa dos dados encontrados na pesquisa de campo (Tabela 11, que trata da capacidade de investimentos traduzidos na aquisição de tratores agrícolas) que foi em média de 23,8% na amostra. Contudo, essa cifra se aproxima do 21,6% dos estabelecimentos rurais, cujos VABs anual se situam entre R\$ 50.000,00 e R\$ 480.000,00 por ano, expressos na Tabela 18. Entretanto, por motivos metodológicos limitantes de estudos de caso adotado nessa tese, convém adotar prudência em realizar inferências generalizantes.

Na outra ponta estão os agricultores com rendas agrícolas notavelmente reduzidas (os 2,6 milhões de estabelecimentos). Para esses, a situação parece enveredar para o aumento da fragilização econômica e exclusão em um futuro não tão distante. A esse respeito é esclarecer o testemunho de uma agricultora do município de Salvador das Missões (RS) registrado e relatado por Toledo (2009), a respeito do endividamento dos agricultores a partir do uso dos recursos oriundos do crédito rural.

Muitos pegam o dinheiro *prá* uma coisa e depois fazem outra, mas na verdade pegam *prá* tapar furo, *prá* cobrir o que fica *prá* traz, pendências de anos anteriores. Eles pegam uma parte para os gastos deles, plantam mal, plantam *prá* sobrar para pagar as dívidas particulares, (cooperativas, supermercados, bancos). [...] fazem um financiamento *prá* pagar outro. [...] tem muita gente que faz até crédito pessoal de 2,8% de juro ao mês, ou às vezes fazem custeio pecuário *prá* manter o crédito em dia”. “[...] é uma das estratégias *prá* manter as contas em dia, e principalmente os menores, que inclusive vende os bens que tem *prá* manter o PRONAF em dia. (TOLEDO, 2009, p. 78).

O enunciado revela dois aspectos controversos e polêmicos, um enfatiza o uso dos recursos dos financiamentos para cobrir despesas pessoais e “*pagar as dívidas particulares*”, inclusive, despesas com a subsistência, fora do âmbito e do escopo da atividade agrícola financiada. Concorda, dessa forma, com a mercantilização da sobrevivência imediata das famílias rurais de acordo com Bernstein (2011), como uma das expressões contundentes das transformações modernizantes em curso na agropecuária brasileira. Assenta-se dessa forma, a monetarização da vida social das famílias rurais como um fenômeno observado com mais clareza em períodos mais recentes, e defendido por alguns autores como Buainain *et al.* (2013c), Buainain *et al.* (2014c) e Navarro (2016).

Os recursos do crédito rural enfatizados pela entrevista acima, são por assim dizer “pedalados” para outros fins, fora daquilo para o qual foi contratado, inclusive, podem ser

utilizados para a manutenção das necessidades básicas da família. Além disso, há o agravante de utilizar recursos oriundos de empréstimos pessoais com juros muito mais elevados a fim de manter a fonte de crédito rural em dia, o que, nesse caso, se impõe como parte integrante da contabilidade do orçamento familiar. A estratégia de buscar outras fontes de crédito não subsidiado anula por completo as vantagens oferecidas pelos financiamentos com juros equalizados do crédito rural, que nesses termos devem ser repensados.

A outra face controversa se apresenta na opção em vender os bens adquiridos, justamente para gerar a condição de manter os pagamentos com o agente financeiro em situação regular. Esse fator, pelo depoimento acima, afeta diretamente “os *menores*”, ou seja, os agricultores mais debilitados financeiramente, que buscam continuamente outras formas de se autofinanciar. Conterato (2004), ao estudar os destinos dos recursos, enfatiza que o uso sistemático do crédito rural, nessas condições se torna um “círculo vicioso” ao alternar financiamentos, dívidas e por fim, insolvência. Pode-se afirmar que no atual estágio da agropecuária brasileira a necessidade contínua de crédito rural denota o eixo norteador da reprodução social e material dos agricultores como fundamento de reprodução social e material, que é mais agudo, especialmente para os agricultores familiares mais fragilizados.

Outro aspecto a considerar diz respeito à elaboração técnica dos projetos de investimentos que por vezes “apenas cumprem tabela” imposta pelas regras do MCR ao criar verdadeiras “chicanas” para viabilizar a capacidade de pagamento. Além disso, a capacidade de pagamento está diretamente conectada à comercialização dos produtos agropecuários, e esses estão sujeitos aos humores do mercado (GRISA, SCHNEIDER; CONTERATO, 2014), cujas oscilações de preço não têm respaldo de seguro agrícola a fim de garantir a renda às famílias rurais e assegurar a capacidade de honrar os contratos.

O trabalho de Gazolla (2004) apontou ainda que os recursos do crédito rural, dessa forma, geram uma relação perversa com os agricultores familiares ao enfatizar a dependência deles em relação às necessidades de contrair empréstimos anualmente para financiar as atividades da propriedade, sintomas da mercantilização da esfera financeira da agricultura de acordo com os apontamentos de Ploeg (1990, 1992). Esse processo ocorre na medida em que as rendas procedentes das atividades agropecuárias não geram excedentes financeiros suficientes e capazes de financiar o novo ciclo de cultivos, ou para viabilizar investimentos nos estabelecimentos rurais. Os agricultores familiares necessitam minimamente de dinheiro para “tocar suas atividades” ou para atender a própria manutenção familiar, e grande parte deles têm pouca margem de manobra por não possuir reservas financeiras regulares fora das operações do crédito rural bancarizado.

Nesse processo, os projetos de financiamento basicamente deslocam os recursos financeiros dos agentes financeiros para os fornecedores de insumos, máquinas e

equipamentos agrícolas, e que são canalizados para o pagamento das necessidades requeridas pelos projetos financiados, caracterizando a mercantilização e monetarizando todo o processo produtivo. De forma que grande parte do sistema produtivo é completamente bancarizado, na medida em que os agricultores familiares não possuem capital de giro próprio para bancar o novo ciclo produtivo. Os recursos do crédito rural se transformaram, por assim dizer, em parte financeira necessária e insubstituível na manutenção da produção e dos estabelecimentos. Outro aspecto a lembrar é que a bancarização à qual nos referimos não trata de operações de investimentos em bancos (poupança, títulos), pois apenas uma pequena parcela consegue acumular e poupar, por uma razão muito simples: as atividades não remuneram adequadamente a todos.

Além disso, a necessidade de produção de produtos voltados para atender à demanda do mercado transforma a base técnica e produtiva e determina quais os produtos que devem ser cultivados, e que oferecem maior valor de troca. Essa opção exige dos agricultores familiares a adoção de um padrão mínimo de racionalidade técnico-administrativa e gerencial, uso de tecnologia e de insumos que os auxiliem a retirar da terra a maior produtividade possível para cobrir adequadamente os custos dos investimentos produtivos, que são contínuos, e, além disso, buscar obter retorno financeiro.

A Tabela 16 se refere aos investimentos realizados em benfeitorias (infraestrutura produtiva). E mostra que 90,9% dos entrevistados não investiram nessa modalidade, e 9,1% que responderam que sim. As UF mais expressivas nesse quesito são o PR e a SC, com 3,2% e 2,7% respectivamente. Nessa modalidade se repete o que foi visto na Tabela 14, qual seja, a baixa capacidade dos agricultores familiares em manter e ampliar as estruturas existentes por meio dos investimentos contínuos.

Os dados abaixo refletem à baixa capacidade dos agricultores familiares em ampliar e melhorar as benfeitorias existentes. As possibilidades de conservação e ampliação dessas estruturas são necessárias para manter em condições de uso da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos. Entretanto revelam as dificuldades de manutenção desses equipamentos entre os agricultores familiares pesquisados nos diferentes municípios das distintas UFs. Significa dizer que os estabelecimentos rurais mostram capacidade reduzida em prover condições de acúmulo de renda para cobrir tais despesas e, desse modo, os agricultores comprometem o patrimônio produtivo e a produtividade e desvalorizam os estabelecimentos.

Esse fator deve ser considerado, pois as benfeitorias se deterioram com o tempo e necessitam de manutenção. Nessa categoria, enquadram-se os gastos com depreciação de benfeitorias (silos, galpões, estábulos). A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) definiu a vida útil em vinte e cinco anos para as construções de madeira e 20% da vida útil como valor residual. Para os demais tipos de construção de alvenaria optou-se por utilizar o

maior coeficiente (2,5%), ou seja, quarenta anos e 20% da vida útil como valor residual (CONAB, 2010). Além disso, há os dispêndios com reparos dos equipamentos e das máquinas, utensílios, implementos agrícolas, e na manutenção dos animais de trabalho.

Tabela 16 – Investimentos em benfeitorias (construção e reforma).(Ano agrícola 2012-2013).

	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	43	45	47	23	41	199
	%	19,6	20,5	21,5	10,5	18,7	90,9
Sim	N	7	5	3	2	3	20
	%	3,2	2,3	1,4	0,9	1,4	9,1
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O próximo tópico se destina a refletir sobre o portfólio de rendas monetárias dos agricultores familiares oriundas do conjunto das atividades desenvolvidas.

3.1.6 A composição da renda monetária dos estabelecimentos rurais

O novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola é radicalmente distinto de períodos anteriores, e está mudando as feições e o caráter das atividades agropecuárias e das regiões rurais brasileiras (BUAINAIN *et al.* 2013c). Desse modo, podemos referir que o quadro de crescente monetarização da vida social dos agricultores familiares transformou as mercadorias em geral e os produtos do esforço do trabalho em propriedade passível, ou adequada, de alienação e de possibilidade de troca mercantil (MARX, 1974).

A busca de ingresso de dinheiro na sociedade é a condição básica para compor as necessidades materiais da produção, reprodução e manutenção dos ativos e da família e da

unidade de produção. É um processo social ampliado que vem regulando os comportamentos sociais e, ao mesmo tempo, ao ser flexível, expressa a diversidade e a heterogeneidade característica e intrínseca do mundo rural. A sociabilidade nos termos propostos por Simmel (1983) se externaliza como um processo ampliado e interacional dos indivíduos com a estrutura social partilhada, em que os sujeitos dividem ações, sentimentos e valores baseados e construídos no convívio e na interação social.

A sociabilidade institui as condições básicas da reprodução sistemática de valores e crenças, os quais, o indivíduo vai sendo diuturnamente capturado, e esse processo possibilita a emergência de um novo “espírito”, segundo a concepção defendida por Boltanski e Chiapello (2009). A busca do lucro por meio da competição impessoal se transforma em fenômeno sociocultural desejado, compartilhado, cujas justificações e desejos permitem “[...] o consentimento dos dominados e que se reconheça que a maioria dos participantes no processo, tanto, os fortes como os fracos, apoiam-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Dessa forma, não deve se constituir em surpresa que as atividades agropecuárias sejam comandadas pelo mesmo “espírito”, qual seja, a busca de lucros que passa a ser o mentor-guia das mentalidades e dos comportamentos sociais dos agricultores familiares. Assim, a maior parte dos esforços (investimentos em benfeitorias, máquinas, equipamentos, capacitação técnica, etc.) é alocada em atividades com o objetivo de gerar renda monetária extraordinária. A produção agropecuária desse modo é apenas um dos tantos meios para produzir dinheiro, o que na visão e comportamento das famílias rurais é a condição imprescindível para garantir as possibilidades da reprodução social e material dos agricultores familiares, e igualmente na manutenção dos estabelecimentos rurais.

Milton Santos (1999, p. 3) concluiu que dessa maneira “O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta [...]”. Simmel (1999) menciona que o dinheiro, na moderna economia, decompôs constantemente a formação do pensamento, e possibilitou a emergência de anseios e intenções mais ocultas de desejos de posse dos indivíduos. A armadilha oculta no processo, entretanto, é dicotômica, pois da mesma forma que a busca do dinheiro se torna, por um lado, em elemento socializante, por outro lado exacerba o egoísmo e a competição entre os indivíduos, e é o instrumento que consagra a exclusão dos menos aptos.

Jean (1994, p. 2) é enfático ao afirmar que os “pequenos produtores” são capazes de reproduzir-se e permanecer mesmo na sociedade capitalista “[...] é um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna”. Tornam-se de certa forma, funcionais ao modo de produção capitalista na medida em que subsidiam outros setores. Contudo, não há

evidências que comprovem a hipótese, de que os estabelecimentos menores estariam dispostos a auferir rendas inferiores aos maiores por considerarem a virtuosidade das suas explorações (VEIGA, 2012). Essa assertiva reporta à minha vida de menino sentado à mesa com meus irmãos, e meu pai solene na cabeceira segurando o queixo costumeiramente repetia: *“Dez contos é muito dinheiro!”* Chega a soar como um pueril delírio a visão defendida por alguns, de que os agricultores familiares não desejam acumular economicamente e prosperar materialmente. Essa visão desconsidera a realidade, em que entre tantas condições materiais necessárias (há muito tempo defendida, inclusive, por Marx) para garantir a sobrevivência, a manutenção da família e dos ativos duramente conquistados, uma delas se destaca, a necessidade contínua de dinheiro.

É oportuna a citação de Abramovay (2012, p. 37), ao afirmar que “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, parece óbvio que converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”. Se for dessa forma, necessitam ser remunerados pelo trabalho. Cândido (2003) vislumbrou precocemente essa transformação ainda negada, apesar das evidências, que “A situação atual impõe um mínimo de racionalidade, manifestada pela previsão, a ordenação (por embrionária que seja) duma receita e duma despesa, pois a avaliação monetária se estende a setores cada vez mais numerosos” (CÂNDIDO, 2003, p. 211). A busca de “uma receita” se configura em motivo que induz, inclusive ao abandono dos agricultores que buscam alternativas que acenem com possibilidades mínimas que sejam de ingresso de renda, inclusive fora da unidade familiar. Esse tema será ampliado no Capítulo 5.

Navarro e Pedroso (2014) defendem que o abandono das regiões rurais pode ocorrer por duas razões. Uma delas advém em razão dos “fatores de sucesso” em regiões mais prósperas em que os agricultores familiares conseguiram construir condições materiais, e chances de acesso à educação e às novas profissões com melhores possibilidades que os induziram a desistência das atividades agrícolas. A outra razão, a mais comum e mais frequente nas regiões rurais empobrecidas, o abandono do campo pelos membros da faixa etária intermediária das famílias em idade de trabalho decorre de “fatores de insucesso”. Ou seja, pelas razões opostas em que a precariedade das condições produtivas e sociais dos chefes dos estabelecimentos rurais dificultou ou impediu ao acesso às condições de alguma prosperidade econômica e material aos demais membros da família.

A Tabela 17 mostra as causas de abandono dos estabelecimentos rurais por membros em idade em que possam trabalhar em outras atividades (fora da agricultura ou fora dos estabelecimentos). A principal causa de abandono se apresenta como alternativa de geração de renda para os membros da família que se evadem é a busca de trabalho e de renda regular e representa 13,2% da amostra. A insalubridade e a penosidade do trabalho agrícola aliada com a baixa renda é de 13,2%. As duas variáveis somadas representaram

26,4% da amostra e esse fator demonstra a preocupação dos agricultores em elaborar estratégias que possibilitem o ingresso de renda monetária regular por outras vias, e se mostram mais expressivas nas UFs da BA, 6,4%, e do PA, 8,2%. A idade avançada foi motivo para 1,9%, e em busca de casamento em 0,9% da amostra.

Outro fator explicativo é devido à oferta de mão de obra, por essas UFs terem taxas de fecundidade maiores do que na região Sul. De acordo com os dados da Pnad (2015) a taxa de fecundidade no PA é de 2,15 filhos por mulher, PE, 1,80, BA, 1,76, PR, 1,65 e SC ,1,57, a média nacional é de 1,74. Essa média não repõe a população rural que necessita de 2,1 (IBGE, 2015). Contudo, ao refletir sobre as causas estruturais da desistência de membros da família ante a necessidade premente de conseguir dinheiro para garantir a sobrevivência imediata do grupo familiar, pode significar o protelamento do processo de exclusão definitiva do processo produtivo. A necessidade de estudar é causa de 10,5% das respostas da amostra. Por outro lado, a deficiência na oferta dos serviços de saúde é a razão de abandono para 5,5% dos entrevistados e a necessidade de acompanhar os familiares (mudança de local de moradia) foi de 3,2% da amostra.

Ao contrário de muitos que imaginam, o meio rural ou a agricultura como uma atividade lúdica, ou mesmo um modo de vida romântico. O Romantismo quase sempre é retratado como um movimento artístico, cuja origem remonta às decepções não cumpridas pelo ideário das revoluções, especialmente da Revolução Industrial e Francesa. Expressa por assim dizer, a recusa e o sentimento de perda do mundo real e histórico ao apontar a coisificação e egoísmo do homem como traços perniciosos. Busca então, o reencantamento do mundo por meio da imaginação e fantasia para fugir da dura realidade cotidiana.

Essa tese não nega que existam outras concepções e formas de produzir na agricultura, mas afirma que diante dos cenários de mercantilização e monetarização da vida social, acirramento concorrencial, necessidade de gestão e de investimentos, a agricultura passa a ser uma atividade econômica como outra qualquer, em que o retorno exige trabalho duro e disciplinado e amparo estatal, mas que isso não representa garantia de sucesso na atividade. A busca de rendimentos funde os comportamentos sociais que são “fortemente ancorados na compreensão da atividade agropecuária como uma atividade econômica que requer uma rígida administração tanto do ponto de vista financeiro como de sua crescente complexidade operacional” (NAVARRO, 2016, p. 58).

Essa digressão foi necessária para destacar que na sociedade contemporânea a necessidade de renda monetária oriunda da troca mercantil, da mesma forma, tornou-se para os agricultores familiares uma condição de ocupar-se de viver, ou ocupar-se de desaparecer da exclusão do processo produtivo.

Tabela 17 – Razões de abandono dos estabelecimentos rurais.

Razões de abandono	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Busca de trabalho e de renda regular	N	3	3	9	4	10	29
	%	1,4	1,4	4,1	1,8	4,6	13,2
Insalubridade e penosidade do trabalho agrícola e renda baixa	N	6	7	9	3	4	29
	%	2,7	3,2	4,1	1,4	1,8	13,2
Necessidade de estudar	N	8	4	5	3	3	23
	%	3,7	1,8	2,3	1,4	1,4	10,5
Deficiência na oferta dos serviços de saúde	N	5	0	3	0	4	12
	%	2,3	0,0	1,4	0,0	1,8	5,5
Acompanhar os familiares (mudança de local de moradia)	N	0	1	6	0	0	7
	%	0,0	,5	2,7	0,0	0,0	3,2
Idade avançada (idosos)	N	1	1	0	0	1	3
	%	0,5	0,5	0,0	0,0	0,5	1,4
Em busca de casamento	N	2	0	0	0	0	2
	%	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9
Não possuir terra própria	N	0	0	0	0	1	1
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5
Não se aplica	N	3	3	0	0	3	9
	%	1,4	1,4	0,0	0,0	1,4	4,1
Violência	N	0	0	1	0	0	1
	%	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,5
Não sabe/não respondeu	N	22	31	17	15	18	103
	%	10,0	14,2	7,8	6,8	8,2	47,0
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A contribuição de Germer (2002) enfatiza “[...] o que se vende não é o “excedente” [...]”, pois, na medida em que o que se produz “[...] não o que se deseja consumir, mas o que pode ser vendido mais vantajosamente, segundo as determinações do mercado e dos meios de produção disponíveis [...]” (GERMER, 2002, p. 12). Significa ponderar que o objetivo principal das atividades agropecuárias é a produção para a comercialização em detrimento da produção para o autoconsumo familiar, que está sendo suprido por outros meios.

A primazia do dinheiro, reflexo da sociedade mediada pela sua circulação, repercute em mudanças na visão de mundo dos agricultores familiares na medida em que “[...] a necessidade de dinheiro para trabalhar a terra, para produzir e consumir levou a que houvesse uma conexão mais precisa do colono [agricultor familiar] com os produtos de maior aceitação comercial” (TEDESCO, 1999, p. 131). Dessa forma, ao buscar gerar renda, os agricultores almejam criar as condições estruturais e materiais mínimas para sobreviver, permanecer e prosperar quando possível a partir das atividades. Isso se dá primeiramente a partir das atividades desenvolvidas no estabelecimento e, na insuficiência dessas, pela adoção de um conjunto diversificado e articulado de outras receitas geradas pelos diversos membros da família, e que podem ser localizadas fora do estabelecimento e fora da agricultura, quando essas possibilidades se apresentam como alternativas e que os auxiliem a alocar adequadamente a mão de obra disponível.

A Tabela 18 mostra os estratos do Valor Agregado Bruto (VAB)⁵ descontando o Consumo Intermediário referente aos agricultores familiares, com as informações buscadas junto às 219 famílias rurais entrevistadas entre os meses entre junho de 2012 a junho de 2013. O VAB é oriundo das atividades de exploração das lavouras temporárias e perenes, produção florestal, vendas de animais, transformação caseira, fruticultura, olericultura e produção de forragens. O VAB se refere aos valores resultantes das vendas provenientes do produto bruto de origem vegetal, do produto bruto do autoconsumo (vegetal e animal), e da venda do produto bruto de origem animal. As cifras cominadas aos produtos encontrados e cultivados nos estabelecimentos foram pesquisados em agências estaduais de comercialização agropecuária, buscando atribuir o valor comercial médio pago na praça local, e na ausência dessa, os preços praticados nos mercados agropecuários próximos.

A primeira informação importante a destacar é o VAB anual negativo de 8,6% do total da amostra, e localizada no estrato compreendido entre menos R\$ 12.000,00 e R\$ 0,00 com duas ocorrências em SC representando 0,9% da amostra, no PA foram 6, e 2,7%, em PE com 7 ocorrências, 3,2%, na BA com 4 e 1,8%. Para efeitos de análise, optamos em colocar

⁵ A definição do Valor Agregado Bruto (VAB) é dada pela diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas. (FARIA, 1983, p. 110).

esses estratos em destaque a fim de caracterizar o VAB negativo desses estabelecimentos. O trabalho de campo não levantou a origem e os motivos que levaram esses estabelecimentos a se tornarem deficitários. Eles podem estar conectados a entraves estruturais, administrativos, gerenciais, sanitários ou ainda climáticos, fatores que podem se tornar decisivos na capacidade de gerar a produção e os possíveis excedentes.

O estrato de VAB compreendido entre R\$ 0,01 e R\$ 5.000,00 por ano representou 23,7% da amostra. Com o VAB anual entre R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00, os resultados da amostra são de 15,5%. Esses dois estratos representaram 39,2% da amostra. Entre R\$ 10.001,00 e R\$ 15.000,00, e todas as UFs agrupadas representaram 5,5% da amostra. O VAB cujos estratos estão situados entre R\$ 15.001,00 e R\$ 20.000,00, 5,9%. No estrato situado entre R\$ 20.001,00 a R\$ 25.000,00 foi de 5,6% da amostra. Ao agrupar todos os intervalos dos estratos com VAB compreendido entre R\$ 0,01 e R\$ 25.000,00, nota-se que é o mais representativo com 56,2% do total da amostra. Em termos gerais a representação por UF, no PR foi de 6,4%, em SC 12,0%, no PA 16,8%, em PE 7,4% e na BA 13,6%.

O VAB anual médio auferido pelos estratos agrupados entre R\$ 0,01 a R\$ 25.000,00 (56,2% dos estabelecimentos da amostra) é de R\$ 7.729,54 anuais. Isso representou R\$ 644,13 mensais por estabelecimento. E se considerar o salário mínimo de 2013, tendo como referência o valor de R\$ 678,00, esses estabelecimentos auferiram um VAB médio de 0,25 SM mensais por pessoa do estabelecimento. Ao considerar a média de 3,83 pessoas por estabelecimento rural encontrada na amostra investigada, isso representou R\$ 168,18 mensais por pessoa. Dessa forma, é razoável aludir que essas famílias estão vivendo em condições de persistente vulnerabilidade social e pobreza material, sobrevivendo ainda em níveis institucionais insatisfatórios (NAVARRO, 2001). Esse público é o alvo preferencial de políticas de transferência sociais conforme os dados tabulados na Tabela 42. As UFs mais expressivas que acessam essa política são a BA com 18,7% e o PA com 17,4% da amostra.

Os estabelecimentos rurais intermediários situados entre os valores de R\$ 25.001,00 e até R\$ 50.000,00 representaram 13,0% do total pesquisado, e cujo valor do VAB anual médio foi de R\$ 34.522,56, e representou R\$ 2.876,88 mensais por estabelecimento. O valor médio auferido mensal por pessoa foi de R\$ 711,14 (1,11 SM), sendo 4,6% desses estabelecimentos estão no PR, 4,1% em SC, 1,9%, no PA em PE 1,0% e na BA 1,4%.

O estrato situado entre o VAB de R\$ 50.001,00 e R\$ 100.000,00 representou 8,2% da amostra, de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00, perfazem 9,1%. E por último, os estabelecimentos rurais *top* de linha agricultura familiar com VAB entre R\$ R\$ 201.000,00 a R\$ 480.000,00 representam 4,3% do total investigado.

Tabela 18 – Valor Agregado Bruto (VAB) anual. (Ano agrícola 2012-2013).

Estratos de VAB	Unidades da Federação					Total	
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)		BA (2)
De R\$ -12.000 a R\$ 0,00	N	0	2	6	7	4	19
	%	0,0	0,9	2,7	3,2	1,8	8,6
De R\$ 0,01 a R\$ 5.000	N	4	8	15	10	15	52
	%	1,8	3,7	6,8	4,6	6,8	23,7
De R\$ 5.001 a R\$ 10.000	N	2	10	11	2	9	34
	%	0,9	4,6	5	0,9	4,1	15,5
De R\$ 10.001 a R\$ 15.000	N	1	2	6	1	2	12
	%	0,5	0,9	2,7	0,5	0,9	5,5
De R\$ 15.001 a R\$ 20.000	N	4	3	2	2	2	13
	%	1,8	1,4	0,9	0,9	0,9	5,9
De R\$ 20.001 a R\$ 25.000	N	3	3	3	1	2	12
	%	1,4	1,4	1,4	0,5	0,9	5,6
De R\$ 25.001 a R\$ 30.000	N	3	1	1	0	1	6
	%	1,4	0,5	0,5	0,0	0,5	2,9
De R\$ 30.001 a R\$ 35.000	N	2	0	1	1	2	6
	%	0,9	0,0	0,5	0,5	0,9	2,8
De R\$ 35.001 a R\$ 40.000	N	1	6	2	1	0	10
	%	0,5	2,7	0,9	0,5	0	4,6
De R\$ 40.001 a R\$ 50.000	N	4	2	0	0	0	6
	%	1,8	0,9	0,0	0,0	0,0	2,7
De R\$ 50.001 a R\$ 100.000	N	7	7	2	0	4	20
	%	3,2	2,3	0,9	0,0	1,8	8,2
De R\$ 100.001 a R\$ 200.000	N	14	5	0	0	1	20
	%	6,3	2,3	0	0	0,5	9,1
De R\$ 200.001 a R\$ 480.000	N	5	1	1	1	1	9
	%	2,3	0,5	0,5	0,5	0,5	4,3
Não sabe/Não respondeu	N	0	0	0	0	1	1
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,1	22,8	12,1	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao sintetizar os grupos situados entre 50.001,00 a R\$ 480.000 eles representaram 21,6% da amostra pesquisada e estão distribuídos da seguinte forma: no PR foram 11,8%, em SC, 5,1%, no PA, 1,4%, em PE, 0,5% e na BA, 2,8%. Esses estabelecimentos auferiram um VAB anual médio de R\$ 130.548,10, e R\$ 10.879,01 mensal, e considerando a média de 3,83 pessoa por estabelecimento representa R\$ 2.840,47 (4,19 SM) por pessoa.

Dessa forma, é possível afirmar que esses seletos estabelecimentos são os que realmente “vivem da agricultura”, e estão localizados majoritariamente nos UFs no PR e em SC que representaram 16,9% da amostra, e 78,24% dos estabelecimentos. Vale destacar que os 21,6% dos agricultores familiares “capitalizados” da amostra, são aqueles conseguem acessar os recursos do Pronaf com mais facilidade, pois são capazes de oferecer garantias aos agentes financeiros (denominados de Grupo Variável), ou seja, os 26% dos agricultores familiares brasileiros identificados pelo CA de 2006, (IBGE, 2006).

Há uma parcela de 8,6% de estabelecimentos rurais que estão em situação de insolvência (VAB negativo), sendo que no PR não teve nenhum caso, em SC 0,9% da amostra, PA 2,7%, PE 3,2% e a BA 1,8%. Os dados mostram que os casos de inadimplência são mais presentes nas regiões do NO e do NE.

Ao considerar o conjunto de dados mostrados na Tabela 18, no tocante a expressão do VAB dos estabelecimentos rurais podemos aludir o foi que aventado no capítulo teórico dessa tese, sobre a emergência e a consolidação do padrão de desenvolvimento agrário e agrícola de acordo com as proposições de Buainain *et al.* (2013c) e Buainain *et al.* (2014c). Há evidência em afirmar que está se materializando a diferenciação social, econômica e produtiva entre os agricultores e entre as regiões rurais brasileiras, fenômeno igualmente expresso por outros autores (SCHNEIDER; WAQUIL, 2005; ABRAMOVAY, 2000).

A julgar pelos estratos reduzidos de VAB e juntamente com as condições estruturais e regionais em que esses agricultores familiares estão localizados, uma parte expressiva está sendo nitidamente encurralada (NAVARRO; CAMPOS, 2013). Desse modo, é procedente e razoável a preocupação de Helfand, Moreira e Júnior (2014) ao retomarem o debate sobre a questão da sobrevivência de uma parcela importante da agricultura familiar. A partir desses números é possível refletir sobre às possibilidades de reprodução social e material em cenários, em que as atividades agropecuárias estão imersas nos processos de mercantilização e monetarização. Primeiro, no aspecto econômico das atividades agropecuárias, os dados revelam um número expressivo de estabelecimentos que já operam com VABs negativos. E segundo, o aporte de VAB reduzido em um cenário em que a manutenção e a sobrevivência da família já estão monetarizadas.

A monetarização é o processo que orienta os desejos e as necessidades dos agricultores diante das demandas elementares e de consumo, qual seja a premência de

produzir dinheiro, na crença de que isso seja um quesito indispensável para a manutenção da família e dos ativos produtivos. Nas transformações das regiões rurais que vem ocorrendo de longa data “O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta [...]” SANTOS (1999, p. 3).

3.2 COMENTÁRIO SÍNTESE

As condições estruturais, produtivas e o nível de ingresso de renda dos agricultores familiares levam a crer que está se consolidando um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola de acordo com as ponderações de Buainain (2013c) e Buainain *et al.* (2014c) nas regiões pesquisadas. O padrão se expressa por estratégias de acumulação em que a produção para o mercado se apresenta como a principal opção geradora de excedentes econômicos. Esse modelo é caracterizado, especialmente, pela inserção do contexto schumpeteriano de competição concorrencial e a necessidade de intensificação tecnológica, que nas áreas de pesquisa ficaram concentradas nas UFs do PR e SC.

Outro aspecto característico é que o modelo em grande medida amplia o processo de seletividade social. Pelos dados levantados, cerca de 21,6% da amostra apresentam as condições que os permitem a “viver e prosperar na agricultura”, com VAB que varia de R\$ 50.000,00 a R\$ 480.000,00/ano. Esses produtores estão localizados especialmente nas UFs do PR e SC e são as UFs que mais contrataram serviços de ATER (37,8% do total da amostra, ou 63,9% dos que contrataram). Esses agricultores ostentam o maior nível de escolaridade, possuem maior número de máquinas (82,6%) e equipamentos tecnológicos, infraestrutura agrícola, acesso a mercados para a produção e são os que mais estão associados a cooperativas (25,1%). Grande parte desses agricultores estão conectados aos complexos de cadeias integradas agroalimentares (frango, suínos e soja). Esse é um setor dominado por um grupo reduzido de grandes empresas da indústria de alimentos, que em períodos recentes vem alocando investimentos de capitais no setor de forma intensiva.

Esses fatores combinados resultaram em níveis diferenciados da captura da renda produzida nos estabelecimentos. O argumento central que permeia essa síntese se ancora na perspectiva de que a agropecuária está sendo regida pela crescente mercantilização das atividades expressas na *externalização* e *cientifização* do processo produtivo, e por seu turno monetariza a vida social das famílias rurais e promove mudanças técnicas e nos comportamentos sociais. Do mesmo modo, está correto o enunciado de Abramovay *et al.* (2007), ao enfatizar que, via de regra, os recursos técnicos, econômicos e institucionais acabam por beneficiar quase sempre as famílias rurais, ou regiões, que apresentam as

melhores condições estruturais, produtivas e socioeconômicas.

Portanto, esse modelo mantém o padrão e a matriz geradora da desigualdade e da diferenciação social entre as famílias rurais. Além disso, o Estado prefere alocar esforços para as regiões rurais que possam responder com mais eficácia aos investimentos realizados, e que induzam crescimento econômico no curto prazo, pois essas regiões já possuem infraestrutura (rodovias, educação, saúde) instalada.

No tocante ao universo das famílias rurais, o novo padrão estimula o intercâmbio e a interação com o mundo do capital, e promove uma nova configuração ontológica dos indivíduos na busca de renda, embasados na sociabilidade nitidamente capitalista. Nessa perspectiva, as atividades agropecuárias passaram a exigir conduta racionalizada, e que visa preponderantemente o lucro. Essa racionalização se expressa nas habilidades do “homem econômico”, supostamente adormecida dos agricultores, e é instrumentalizada por um pequeno grupo de indivíduos, cuja supremacia subordina sobre os demais.

Há um grupo intermediário de estabelecimentos cujos VAB se situam entre R\$ 25.000 e menos de R\$ 50.000,00/ano. Representaram cerca de 13% da amostra investigada e que podem ser potencializados por meio de políticas indutoras de desenvolvimento rural (educação, saúde, ATER, crédito, seguro agrícola, acesso à mercados) com o objetivo de elevar os patamares produtivos, tecnológicos e socioeconômicos.

Por outro lado, os outros 56,2% de estabelecimentos pesquisados que demonstram estar vivendo sob condições abaixo de níveis mínimos de institucionalidade, e sendo são candidatos à exclusão. São os grupos cujos VABs dos estabelecimentos não ultrapassam a R\$ 25.000,00/ano, considerando as necessidades de uma família composta, em média por 3,83 pessoas, e estão localizados nas UFs de SC, PA, PE e BA. Seus estabelecimentos apresentam expressivos entraves estruturais (terra, água, assistência técnica, etc.). Esses fatores os impedem de acessar crédito e de investir, e, consagra desse modo a diferenciação social entre as famílias rurais e entre as regiões rurais.

Pelo acima exposto e com base como nos dados empíricos apresentados verificamos que as condições estruturais, produtivas e socioeconômicas destinadas às necessidades de geração de renda monetária consolidam o desenvolvimento agrário e agrícola bifronte, de acordo como os pressupostos defendidos por Buainain *et al.* (2013c) e Buainain *et al.* (2014c). Isso ocorre na medida que apenas uma parcela de agricultores está credenciada positivamente a adequar seus estabelecimentos, por meio de um conjunto articulado de habilidades, competências, estrutura produtiva e na adoção de inovações (tecnológicas, administrativas e gerenciais) que os distanciam social, material e economicamente dos demais, apesar de estarem igualmente expostos a diversos riscos.

Por outro lado, há um contingente expressivo de agricultores familiares cujas

condições estruturais e socioeconômicas dos seus estabelecimentos se conduzem em situações de fragilidade para gerar renda monetária. Essas unidades de produção necessitam de políticas estruturantes de desenvolvimento rural de médio e longo prazos a fim de ampliar as possibilidades de reprodução social e material em cenários de crescente tensionamento concorrencial e seletivos. De forma geral, se configura a diferencial social entre os agricultores familiares e entre as regiões rurais investigadas. Tornam-se pertinente as preocupações de Helfand, Moreira e Júnior, (2014) Helfand e Pereira (2012) e Navarro (2016) sobre sua permanência como produtores no futuro, em espaços cada vez mais ampliados de mercantilização e monetarização da vida social, visando a atender as demandas de conquista de bens de consumo, acumulação econômica e ainda atender as exigências da sustentabilidade, tema a ser ampliado no próximo capítulo.

4 A MONETARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL, BENS DE CONSUMO E SUSTENTABILIDADE

No capítulo anterior os temas analisados foram as condições gerais de produção e de geração de renda monetária, centradas nos aspectos sociais e econômicos relacionados com a oferta de serviços de ATER, a escolaridade, o acesso a máquinas e equipamentos para a produção e a constituição do valor agregado bruto dos estabelecimentos oriundos das atividades agropecuárias. O que pretendemos nesse capítulo é averiguar o acirramento concorrencial por meio da monetarização das relações da vida social dos agricultores, diante das mudanças, cujos reflexos se estendem às práticas produtivas e sustentáveis dos recursos materiais, na medida em que se busca a geração de renda, e que podem ser traduzidos em bens de consumo e de acumulação material.

Nesse capítulo, a análise está centrada nos processos relacionados à mercantilização da agricultura e nas informações que enfatizam a monetarização da vida social dos agricultores familiares e dos seus estabelecimentos para realizar a produção e viabilizar a reprodução social e material. Enfoca o acesso à infraestrutura social básica (especialmente, água), e aos bens de consumo, traduzidos como indicadores de prosperidade material das famílias rurais. E, por fim, reflete sobre as relações da produção agropecuária com as dimensões requeridas pela sustentabilidade, no tocante às práticas agrícolas.

4.1 MONETARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL, O CAPITALISMO “PELOS POROS”!

De acordo com Polanyi (2000), a expansão do mercado trouxe algo desconhecido pela sociedade, a intermediação sistêmica do “dinheiro bancário”. Esse processo afetou todos os indivíduos em escala global e ajudou a consolidar necessidades “puramente materiais”. Do mesmo modo, a relação entre homem e natureza foi instrumentalizada, alterando por completo os processos produtivos, os quais passaram a ser coisificados e comercializados por meio do sistema de preços no mercado. É um processo de moto contínuo em que a mercantilização e monetarização da vida social se manifestam de igual modo na condução das atividades agropecuárias e produzem mudanças nos comportamentos dos agricultores.

A mercantilização da agricultura nos termos descritos por Ploeg (1992) é um dos formatos mais evidentes de como as atividades agropecuárias se moldam ao modo de produção capitalista. Esse processo se manifesta pela externalização do processo produtivo

e aprofunda a dependência da agricultura em produzir para o mercado e transforma os agricultores em consumidores. Ao mesmo tempo, ele necessita de constantes inovações tecnológicas em tempos cada vez mais curtos, o que resulta em contínuos processos de transformação das atividades produtivas. Ploeg (1992), afirma que:

Esta externalização crescente não só afeta as atividades de produção, mas resulta também em uma completa transformação do processo de reprodução [...]. Deste modo, as relações mercantis penetram no centro do processo de produção e começam a mercantilizar o próprio processo de trabalho. (PLOEG, 1992, p. 169-172, tradução nossa).

Esse movimento aumenta o poder e o controle dos atores externos ao estabelecimento (empresas de fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos, bancos, assistência técnica). Além disso, a regulação do Estado normatiza as condições do mercado de trabalho agrícola e do uso dos recursos da natureza. A mercantilização da agricultura outrossim eleva o consumo intermediário necessário à execução da produção.

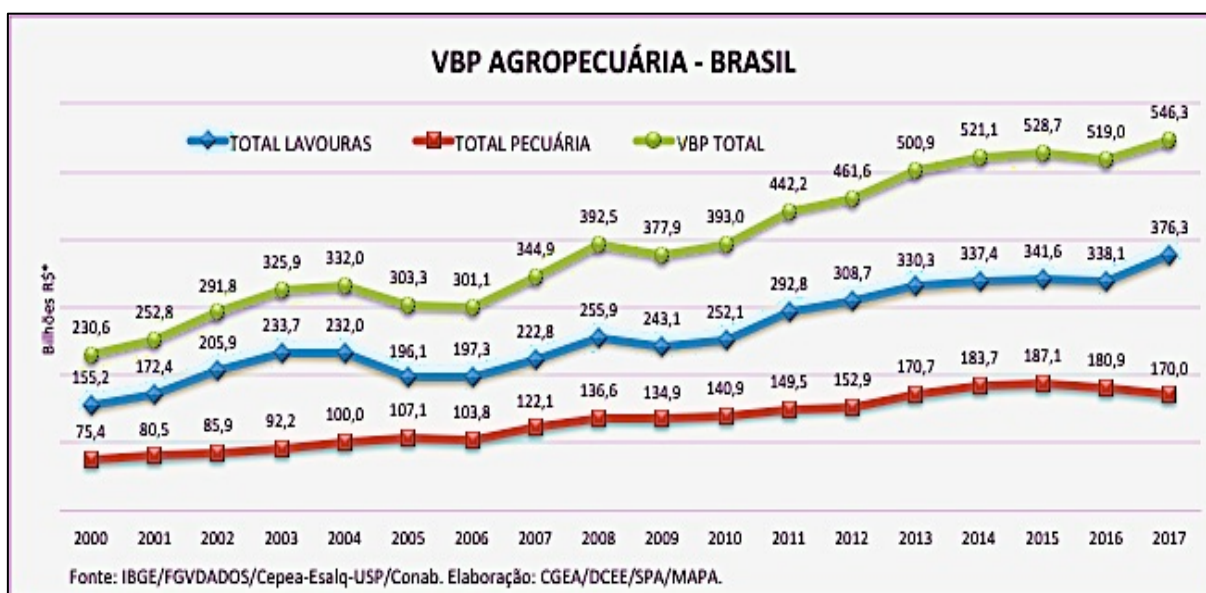
Outra recorrência da mercantilização da agricultura, segundo o autor citado, é a cientifização da produção, que ocorre por meio da incorporação de processos biológicos e químicos por meio da compra de insumos (aquisição de sementes, agroquímicos, fertilizantes). Para Buainain *et al.* (2014, p. 227) esse artifício é a “[...] radicalização do processo de mercantilização da produção, submete os produtores, de forma mais intensa, às regras e ao funcionamento dos mercados, reduzindo a autonomia dos agricultores para fugir aos padrões tecnológicos e organizacionais dominantes”. Dessa maneira, a presença de mecanismos de proteção por parte do Estado se tornam fundamentais, a fim de exercer a regulação e a proteção do segmento e diminuindo os riscos e garantir “o mínimo social” por meio de um mínimo de renda monetária. Essa condição foi defendida vigorosamente por Sen (2000), visando assegurar a aquisição dos bens necessários a uma existência digna, escapar da morbidez precoce e ter condições de participar da vida social.

Outro aspecto que deve ser mencionado é a amplitude da irrigação financeira promovida pelo padrão de desenvolvimentos agrário e agrícola nas regiões rurais (Gráfico 3). O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) sobre a evolução e desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. O índice é calculado com base na produção da safra agrícola e pecuária, e se baseia nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças de comercialização do país dos 26 principais produtos agropecuários. O valor real da produção, descontada a inflação, é obtido por meio do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)

calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A periodicidade é mensal com atualização e divulgação até o dia 15 de cada mês (MAPA, 2017).

Os valores totais pelo VBP da agropecuária brasileira tabulados e mostrados no Gráfico 3, considerando o período de janeiro de 2000 a fevereiro de 2017, ascenderam de R\$ 230,6 bilhões para R\$ 546,3 bilhões respectivamente, sendo que as lavouras partiram do patamar de R\$ 155,2 bilhões para R\$ 376,3 bilhões, a pecuária de R\$ 75,4 bilhões para R\$ 170,0 bilhões no período analisado.

Gráfico 3 – Valor Bruto da Produção da agropecuária – Brasil. (2000-2017).



Fonte: MAPA (2017).

As informações do Gráfico 3 são a demonstração, entre outras, a expansão do modelo de desenvolvimento adotado e centrado no produtivismo agrícola, concepção amplamente contestada por muitos autores. Todavia, essa é a principal estratégia adotada para viabilizar social e economicamente, independente do tamanho dos estabelecimentos rurais. Assim, é de se esperar que a contínua irrigação financeira nas regiões rurais esteja produzindo mudanças nos comportamentos sociais dos agricultores. Essa necessidade de adaptação pela via da inserção mercantil transforma as relações produtivas e sociais no meio rural através da mercantilização da agricultura, monetarizando as relações sociais, cujo objetivo principal é a produção de excedentes para o mercado.

A busca competitiva e concorrencial dos mercados transforma, igualmente, a visão e a racionalidade das populações rurais, na medida em que elas vão se integrando à “sociedade envolvente” (MENDRAS, 1978). Essas influências repercutem na lógica organizativa dos estabelecimentos rurais por meio da ampliação das relações sociais em um mundo cada vez

mais mediado pela circulação de mercadorias, mercantilizando e monetarizando a condução e a escolha dos processos produtivos e da vida social.

Por outro lado, não desconhecemos que existem cerca de 90.000 (1,8%) estabelecimentos classificados pelo Censo Agropecuário como praticante de agricultura orgânica (IBGE, 2006). Esse fator pode representar outras possibilidades de coexistência de modelos de produção agropecuária (biodinâmica, natural, biológica, sustentável, etc.), destinados a produzir e atender nichos de mercado e consumidores diferenciados, desde que devidamente apoiados por um conjunto articulado de políticas públicas estruturantes. Essa perspectiva é indiretamente sugerida na obra de Polanyi (2000), ao desconstruir o argumento e a visão liberal de que o Estado deve estar dissociado da economia e sugere a teoria do “contramovimento”, identificando os esforços de proteção da sociedade frente aos efeitos danosos dos “moinhos satânicos” do mercado autorregulável. No entanto, é necessário considerar que nos dias atuais, o Estado perdeu parte expressiva do poder (a capacidade de realizar), devido ao endividamento crônico, atuando de forma subalterna e periférica ao poder hegemônico do capital, e “compra o tempo” na medida em que o Estado consolida o endividamento e substituiu o Estado fiscal (STREECK, 2013).

Dessa forma, a agricultura é impactada pela inexistência de políticas estruturantes e induzida a ampliar o cultivo de produtos que “tenham comércio” razoavelmente assegurado, como por exemplo, o caso da expansão do plantio da soja em quase todas as regiões do Brasil. A ampliação da fronteira de produção da soja pode ser tomada com símbolo, o carro chefe e a expressão emblemática da modernização e da mercantilização da agricultura em escala preocupante. O cultivo dessa leguminosa está provocando profundas alterações na composição da paisagem das regiões rurais brasileiras por meio da espacialização e da territorialização dessa *commoditie* (CONTERATO, 2004). Esse processo expansionista está causando grandes impactos e conflitos sociais, por meio do desenraizamento sistemático de populações locais e pela ampliação da degradação ambiental. Essa transformação em particular pode ser interpretada com uma das inúmeras variáveis trazidas pela modernização da agricultura, em que os agricultores foram e continuam sendo capturados pela opção ou pela compulsão por cultivos comerciais na busca de “produzir” dinheiro, em detrimento da produção de alimentos básicos para a manutenção da família.

Ainda com relação à soja é necessário considerar que apesar de supostamente a cultura ser uma expressão do “agronegócio” a Tabela 19 mostra que a agricultura familiar teve uma participação de 14% do total da produção (6.464.739 de toneladas) em 2006. A projeção calculada para a safra de 2015 foi de 13.639.439 toneladas, considerando o mesmo percentual de participação levantada pelo Censo Agropecuário de 2006.

As regiões mais representativas em termos de produção continuam sendo o Sul, com

85,18% da produção em 2006 e a projeção para 2015 foi de 80,96%, seguida pela região Centro-Oeste com 10,80% e 10,59%, respectivamente. Nas outras regiões (Nordeste, Norte e Sudeste), os percentuais de produção da agricultura familiar são pouco expressivos, mas apresentaram crescimento. Entretanto, os dados mostram que a o volume de soja da agricultura não familiar passou de 7.269.753 toneladas para 17.941.76 toneladas (aumento de 40,5%) no período como expressão da nova espacialização da leguminosa.

Tabela 19 – Soja produzida agricultura familiar e não familiar. (CA - 2006 e projeções).

Unidade Territorial	Tipo de agricultura - 2006				Participação AF 2015*			
	Total	AF - Lei 11.326	%	Ag. Não familiar	% AF	Safra 2015	Safra AF 2015	%
Norte	767.185	36.803	0,57	730.383	4,80	4.274.638	205.059	1,50
Nordeste	3.714.806	35.157	0,54	3.679.649	0,90	8.386.412	79.370	0,58
Sudeste	3.047.571	187.651	2,90	2.859.921	6,20	5.930.317	365.152	2,68
Sul	17.420.110	5.506.822	85,18	11.913.288	31,60	34.929.965	11.042.015	80,9
Centro-Oeste	21.246.169	698.306	10,80	20.547.864	3,30	43.943.604	1.444.311	10,5
Brasil - Total	46.195.843	6.464.739	100	39.731.104	14,00	97.464.936	13.639.439	100

Fonte - Censo Agropecuário 2006, (IBGE, 2006).

* Projeção com base no Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA, 2016).

Elaboração DIEESE Subseção Contag (2017).

A soja segue expandindo-se no território, e outro exemplo recente é a conquista do Estado do Amapá. Em 2012, foram cultivados 3.000 ha, e na safra de 2015, cerca de 14 mil hectares com a previsão de colheita de 38 mil toneladas. Os números estatísticos ainda não aparecem nos levantamentos de safra conduzidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Mas essa realidade está mudando, pois já existem cerca de duzentos produtores cultivando a leguminosa, cuja área potencial naquele Estado é de cerca de 400.000 ha (APROSOJA, 2016). A expansão da soja que vem ocorrendo nos últimos anos está associada à expansão da especialização e da perícia produtiva dos agricultores decorrentes da crescente *cientifização* (PLOEG, 1990), por meio do uso de dessecantes químicos (o glifosato) e de organismos geneticamente modificados (OGM), expresso pela marca comercial da soja *Roundup Ready* produzida pela Monsanto.

Um exemplo desse processo foi o que ocorreu nas últimas décadas por ocasião da

ocupação do Cerrado, cujos elementos facilitadores, apoiaram-se no aporte do desenvolvimento técnico-científico da Embrapa, cujo papel foi fundamental para a consolidação da agricultura tropical. Esse fator auxiliou a ocupação dos territórios, potencializando a agricultura de larga escala e de alta produtividade apoiada com o uso intensivo de agroquímicos e de mecanização, e que gera poucos postos de trabalho agrícola, assim contribuindo para a consolidação de uma agricultura com poucos agricultores.

A conjuntura atual acentua cada vez mais a dependência aos agentes externos pelos estabelecimentos rurais e demonstra a impossibilidade de dos agricultores familiares ficarem isolados do mercado e da adoção de inovação tecnológica. O urgente desafio posto é como criar processos produtivos e mercantis que não os deixem totalmente subordinados às oscilações de um mercado, cujas peculiaridades são imperfeitas. Esse fator demonstra a necessidade de intervenções sistemáticas e vigorosas do Estado a fim de estabelecer um mínimo de apoio e proteção aos mais fragilizados, opção essa que o padrão de desenvolvimentos agrário e agrícola não tem se dedicado a contemplar (GASQUES; VILLA VERDE; BASTOS, 2007; GASQUES; BASTOS, 2014).

A Tabela 20 mostra os estratos das despesas dos agricultores familiares com Consumo Intermediário (CI) nos estabelecimentos rurais pesquisados e representa o conjunto de insumos (fertilizantes, corretivos do solo, sementes e mudas, sacarias, compra de animais, agrotóxicos, medicamentos, sal e rações – industrializados ou não, serviços contratados, compra de matéria-prima para a agroindústria, aluguel de máquinas, energia elétrica e combustível), necessários à produção agrícola. (IPEA, 2013). As informações foram coletadas diretamente dos agricultores familiares, apurados pela pesquisa nos municípios, cujas informações se reportam ao ano agrícola de julho de 2012 a julho de 2013.

Os agricultores familiares, cujo CI são inferiores a R\$ 1.000,00 representaram 7,3% da amostra. Para o intervalo entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.500,00, o percentual foi de 22,4% da amostra. Entre os estratos de R\$ 2.501,00 a R\$ 5.000,00, representam 20,1% da amostra, O CI compreendido entre R\$ 5.001,00 e R\$ 10.000,00 representa 10,5% da amostra. Ao agrupar os estratos de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00, eles representam 60,3% do total da amostra, sendo no PR 1,4%, em SC 11,9%, no PA 19,6%, em PE e 10,1% na BA 16,5%. É um fato revelador que mesmo nas regiões consideradas deprimidas economicamente (PA, PE e BA) os agricultores alocaram significativos recursos financeiros na compra de insumos. Esse fator revela a expressão consolidada da base produtiva da agricultura familiar, que necessita de insumos externos à propriedade para compor o processo produtivo.

Tabela 20 – Consumo Intermediário (CI) dos estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2013).

Estratos de despesas	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Menos de R\$ 1.000	N	0	4	4	1	7	16
	%	0	1,8	1,80	0,5	3,2	7,3
De R\$ 1.000 a R\$ 2.500	N	2	9	13	9	16	49
	%	0,9	4,1	5,9	4,1	7,3	22,4
De R\$ 2.501 a R\$ 5.000	N	1	8	17	8	10	44
	%	0,5	3,7	7,8	3,7	4,6	20,1
De R\$ 5.001 a R\$ 10.000	N	2	5	9	4	3	23
	%	0,9	2,3	4,1	1,8	1,4	10,5
De R\$ 10.001 a R\$ 15.000	N	5	2	0	2	0	9
	%	2,3	0,9	0	0,9	0	4,1
De R\$ 15.001 a R\$ 20.000	N	5	1	4	0	2	12
	%	2,3	0,5	1,8	0	0,9	5,5
De R\$ 20.001 a R\$ 25.000	N	2	5	1	0	0	8
	%	0,9	2,3	0,5	0	0	3,7
De R\$ 25.001 a R\$ 30.000	N	8	3	1	0	0	12
	%	3,7	1,4	0,5	0	0	5,5
De R\$ 30.001 a R\$ 50.000	N	7	7	0	1	1	16
	%	3,2	3,2	0	0,5	0,5	7,3
De R\$ 50.001 a R\$ 100.000	N	15	2	0	0	3	20
	%	6,8	0,9	0	0	1,4	9,1
Mais de R\$ R\$ 100.001	N	3	3	1	0	1	8
	%	1,4	1,4	0,5	0	0,5	3,7
Não sabe/não respondeu	N	0	1	0	0	1	2
	%	0	0,5	0	0	0,5	0,9
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os estratos com CI entre R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00, representam 4,1% da amostra. O estrato situado entre R\$ 15.001,00 e R\$ 20.000,00, representa 5,5%. O estrato com CI entre R\$ 20.001,00 a R\$ 25.000,00 teve 3,7% da amostra. De R\$ 25.000,00 a R\$ 30.000,00, correspondeu a 5,5% da amostra. Todos esses agrupados representam 18,8% da amostra, sendo no PR, 9,2%, SC, 5,1%, PA, 2,8%, PE e BA com 0,9%. Os dados revelam que a medida que cresce o CI, se externaliza os agricultores e UFs que possuem as melhores condições econômicas e produtivas, sendo o PR e SC as mais expressivas.

Agrupando os estratos com CI compreendidos entre R\$ 0,00 e R\$ 25.000,00 representaram 73,4% da amostra, e onde estão concentrados os estabelecimentos dos agricultores familiares com capacidades deficientes de produção, inclusive, estruturais (terra, acesso a ATER, máquinas, infraestrutura, etc.). Os números induzem a concluir que mesmo os agricultores com menos recursos e margem de manobra estão parcialmente dependentes de insumos fora dos estabelecimentos, uma das expressões da mercantilização da agricultura (PLOG, 1990, 1992) pela via da externalização produtiva. O CI entre R\$ 30.001,00 a R\$ 50.000,00, representou 7,3% da amostra. Os estratos entre R\$ 50.001,00 e acima de R\$ 100.000,00 representaram 12,9%. Mais uma vez o maior percentual de gastos com CI ocorre nas UFs com agricultura consolidada e especializada com exceção da BA devido a expressão diferenciada do polo de Cruz das Almas.

De forma geral, são os agricultores que apresentam as melhores condições estruturais e de investimentos na produção. De certa forma, esse padrão mantém e consolida a desigualdade produtiva entre os agricultores familiares e entre as regiões. Os dados da pesquisa demonstraram como as despesas com CI são significativas para a composição e condução das atividades agrícolas, expressão da mercantilização de esfera produtiva e financeira dos estabelecimentos rurais, um novo contexto que exige profissionalização na condução das atividades com os objetivos de reduzir os riscos.

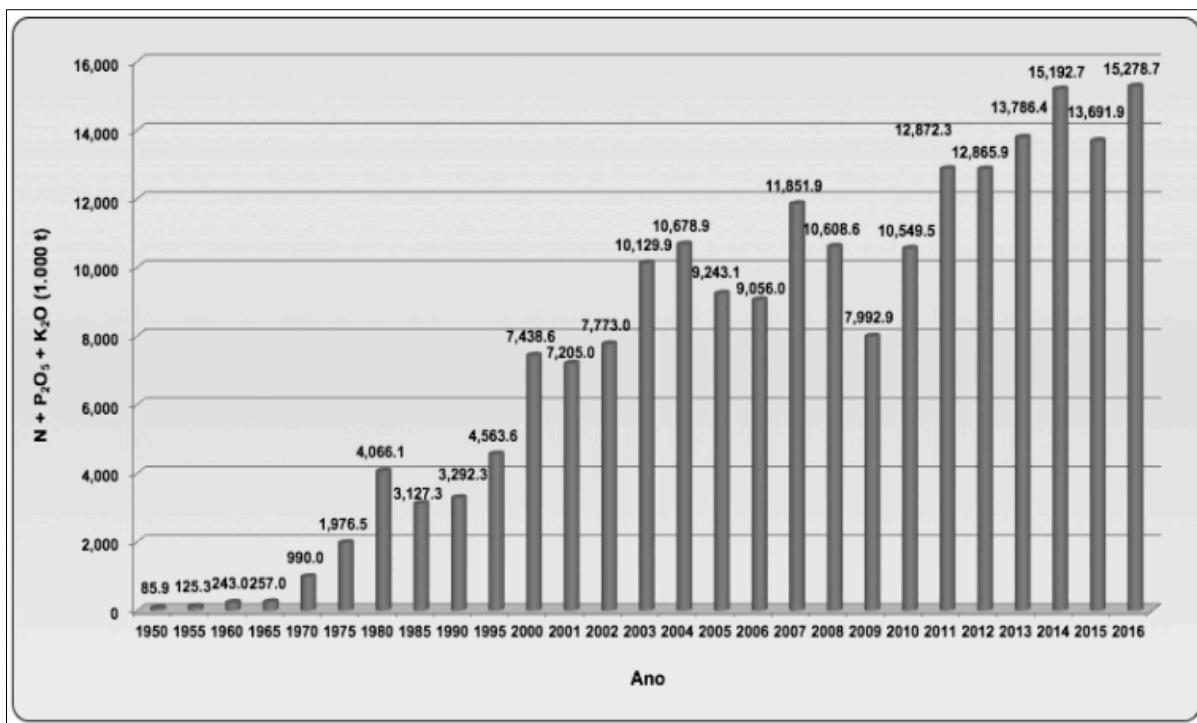
A necessidade de inovações tecnológicas, administrativas, de gestão e institucionais são ampliadas na medida em que os riscos das atividades agrícolas também se ampliam. Esse fator reforça a urgência da adoção de estratégias de racionalização na utilização dos ativos financiados, pois a capacidade de cobrir as demandas de financiamento do crédito rural está atrelada à capacidade de produzir excedentes. O trabalho realizado por Conterato, Schneider e Grisa (2014), ao estudar a região Sul e o Nordeste com base nas informações do CA 2006, demonstram a importância que o CI representa sobre o total de despesas realizadas pelos agricultores familiares nos estabelecimentos rurais.

A agricultura familiar contabilizou 80,9% do total do valor das despesas no ano de 2006, cerca de R\$ 7,3 bilhões em aquisições de insumos agrícolas. Quase a metade de todo o valor gasto com a aquisição de produtos integrantes do CI no país foi realizado pelos

estabelecimentos localizados na Região Sul. Isso revela o grau de especialização produtiva como uma das facetas da mercantilização da agricultura familiar naquela parte do país e pode ser atribuída ao processo de modernização. No Nordeste, o percentual foi de 72,7%, ou seja, R\$ 2,2 bilhões, e representou menos de 15% sobre todo o valor aplicado na aquisição de CI no Brasil (CONTERATO; SCHNEIDER; GRISA, 2014).

A capacidade de atender as demandas do CI está condicionada às condições produtivas e econômicas da região e dos agricultores, e se tornou uma condição essencial para a condução das atividades agrícolas, especialmente na aquisição dos fertilizantes sintéticos. O Gráfico 4 mostra o crescimento do consumo de fertilizantes químicos expresso pelos principais macros nutrientes (Nitrogênio, Fósforo e Potássio - NPK) utilizados no Brasil no período compreendido entre 1950 a 2016.

Gráfico 4 – Consumo de macro nutrientes (N, P, K). (Brasil - 1950-2016). (1.000 t).



Fonte: IPNI (2017 p. 1).

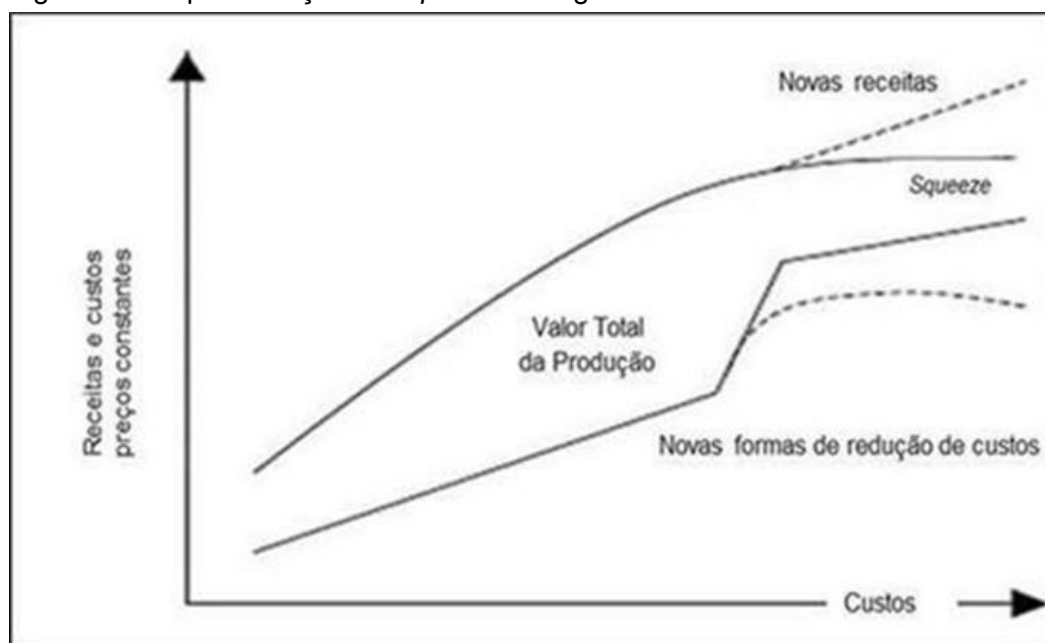
O consumo de fertilizantes industrializados⁶ demonstra um dos tantos reflexos

⁶ Os dados do Gráfico 4 revelam a extensão da necessidade de aquisição de fertilizantes químicos (NPK), e coincide com a maior disponibilidade de recursos por meio do Plano Safra para a agricultura familiar de R\$ 2,3 bilhões em 2002 para R\$ 30 bilhões em 2015 (MDA, 2016). O Plano Agrícola e Pecuário para o “agronegócio, de R\$ 43,1 bilhões para R\$ 202,88 bilhões (MAPA, 2016). Os fertilizantes representam de 15 a 30% na composição dos custos das principais lavouras (milho soja, feijão, trigo, cevada, aveia). E em média 70% da demanda interna por fertilizantes são atendidas

introduzidos partir das transformações engendradas pela Revolução Verde, às quais os agricultores familiares não estão imunes, inclusive, se tornando em um dos aspectos que reforçam a fragilização e a dependência como parte integrante dos custos de produção.

A Figura 9 mostra a pertinência do enunciado de Ploeg (1992), ao expressar os diferentes graus de mercantilização da agricultura, na medida em que atendem e reproduzem a capacidade diferenciada de adesão e necessidade à modernização da sua base tecnológica. A maior ou menor capacidade de atender as demandas da mercantilização das atividades agropecuárias é outro aspecto que consolida a diferenciação social e econômica entre os agricultores e regiões rurais. Desse modo, chega a parecer incompreensível que em uma sociedade completamente regida pela monetarização da vida social, se possa imaginar que as atividades agropecuárias se furtem em buscar continuamente o ingresso de dinheiro pela via da produção de excedentes comercializáveis. Está é uma necessidade que determina, inclusive, quem sai e quem permanece na atividade. Isso ocorre na medida em que o processo produtivo está umbilicalmente ligado à coação do uso do dinheiro, se constituindo no principal elemento de reprodução social e material dos agricultores familiares e do próprio estabelecimento rural.

Figura 9 – Representação do *squeeze* na agricultura.



Fonte: Ploeg *et al.* (2000, p. 395).

pelas importações, 77% do consumo de fertilizantes está concentrado em quatro culturas: soja, milho, cana e café. Cerca de 60% das vendas de fertilizantes se concentram entre os meses de julho e novembro, que é o período de plantio de grãos na safra de verão. Além disso, a região centro-sul concentra 85,6% da produção de fertilizantes, onde também está concentrada a produção de grãos, cana-de-açúcar e laranja de acordo com o *International Plant Nutrition Institute* (IPNI, 2017).

Isso ocorre na medida em que grande parte do processo produtivo está diretamente condicionada à capacidade, às necessidades e mesmo à adesão dos agricultores ao modelo dominante. Deve-se ponderar que diante das circunstâncias do aprofundamento sistemático da concorrência intercapitalista os agricultores familiares têm poucas possibilidades de optar por alternativas que ofereçam possibilidades competitivas e produtivas semelhantes.

A crescente externalização do processo produtivo na compra de insumos, máquinas e equipamentos eleva constantemente os custos de produção, que muitas vezes, não são compensados com a devida remuneração, confirmando a observação de Abramovay *et al.* (2007), que o aumento da produtividade não significa necessariamente garantia de aumento do retorno financeiro à atividade. Os economistas neoclássicos atribuem esse fator à imperfeição na formação dos preços, que são regulados pela relação de oferta e demanda, ou seja, o custo de produção pouco tem a ver com preço de mercado. Entretanto, essa concepção adota o fato de que existe o mercado perfeito, em que todos os agentes estão de posse de todas as informações necessárias para operar, situação que só existe em teoria.

Além disso, o retorno econômico das atividades agrícolas deve considerar a ocorrência de frustração na produção em decorrência de risco climático. Esse risco, mesmo para os agricultores familiares capitalizados representa ameaça e motivo de dificuldades produtivas e financeiras (BUAINAIN *et al.* 2014a). Por outro lado, para os agricultores familiares em situação de vulnerabilidade, de tal risco pode representar a insolvência e a exclusão gradativa do processo produtivo. Dessa forma, a mercantilização da agricultura descrita por Ploeg (1992, 1990) se consolida como uma das expressões do desenvolvimento do capitalismo na agricultura ao se adaptar às exigências do mercado. O processo eleva o consumo intermediário necessário à execução das atividades agropecuária, que por vezes não cobre os custos básicos da produção. Outro aspecto que acentua a perda da autonomia dos agricultores ocorre pela exigência ininterrupta de *inputs* tecnológicos que ocorre por meio do *treadmill*⁷, diante da necessidade de investimentos contínuos, a fim de sustentar e elevar a produtividade agropecuária (VEIGA, 1992; ABRAMOVAY, 2012). Essa estratégia é a condição básica para se manter competitivo.

Entretanto, mesmo com a adoção de avanços tecnológicos e gerenciais para majorar a renda com o aumento da produtividade e da produção, ela se dissipa com a queda dos

⁷ A metáfora da esteira rolante (*treadmill*) foi teorizada por Cochrane em 1958, para marcar o declínio dos preços agrícolas e a competição acirrada e crescente entre os produtores rurais que proporcionaram o surgimento da reivindicação da "paridade de preços" em torno da qual se compôs o chamado "lobby agrícola". Essa reivindicação consistia no restabelecimento e conservação dos termos de troca entre os preços agrícolas e os preços industriais vigentes antes da Primeira Guerra, mais precisamente entre os anos de 1909 e 1914. Foi uma das principais estratégias adotadas pelo governo dos Estados Unidos para por meio do *Agricultural Adjustment Act (AAA)* criado em 1933, para recompor as rendas dos agricultores perdida no *crash* econômico de outubro de 1929, agravadas pelo *Dust Bowl* de 1930, 1934, 1936 e 1939 (VEIGA, 2012). Este episódio foi magistralmente descrito por John Steinbeck em 1939 no livro as "Vinhas da Ira", convertido em filme em 1940, e dirigido por John Ford.

preços relativos ao serem comprimidos pelos custos de produção ou da terra. Esse evento põe em relevo se as atividades agropecuárias podem ser tratadas apenas com os instrumentos econômicos disponíveis e orientados pela regulação subordinada à lei da oferta e demanda entre os agentes formadores de preço. O reflexo da queda internacional dos preços das *commodities*, o aumento das despesas realizadas para compor os custos de produção para os agricultores expressa o que Ploeg (2006) denominou de *double squeeze* da agricultura. No primeiro *squeeze* é configurado pela deterioração dos preços agrícolas pagos aos agricultores tendo como causa a pressão e concorrência dos grandes conglomerados agroindustriais do agronegócio. O segundo *squeeze* é a pressão exercida pela contínua elevação dos custos de produção.

Por vezes, são as mesmas empresas que operam nesses mercados, de um lado comprando produtos agrícolas, e do outro vendendo insumos, máquinas e equipamentos. Em anos recentes essas empresas vêm adotando uma nova modalidade de negócios por meio da financeirização das atividades agropecuárias (BALESTRO; LOURENÇO, 2014). Esse processo se dá pelo exercício da especulação no mercado de capitais por meio da oferta de derivativos financeiros, em uma modalidade completamente distinta no cenário agropecuário brasileiro que vem se consolidando, especialmente na década de 1990, como uma das expressões do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola (BUAINAIN *et al.* 2014c). A esse respeito, Santos, Namizaki e Souza (2005), complementam que:

Este fenômeno foi muito presente na agricultura brasileira, onde o capital transnacional ultrapassou os elos produtivos na década de 1980, e se consolidou posteriormente na década de 1990, a atuar também na esfera financeira. Primeiramente esse processo se deu por meio de bancos das próprias empresas setoriais de insumos agrícolas (Massey-Ferguson (AGCO), John Deere, New Holland), que financiavam a comercialização de seus próprios insumos. Em um segundo momento foi criado novos mecanismos de crédito rural, e na oferta de títulos (derivativos) em bolsas de mercadorias, que fomentaram e atraíram investidores de grandes empresas de mercados futuros. (SANTOS, NAMIZAKI; SOUZA, 2005, p. 11).

A entrada das empresas de insumo no mercado financeiro agropecuário se deve em grande parte à restrição do financiamento público. Dessa forma, as empresas obtêm lucros de três formas, pela comercialização dos insumos e das máquinas agrícolas, pela comercialização das *commodities* financiadas pelas empresas que operam na comercialização interna e exportação e pelas transações realizadas no mercado financeiro.

Retomando a análise da Figura 4, sobre o segundo *squeeze*, se configura uma situação em que a elevação contínua dos custos de produção decorrente de um

determinado modelo (padrão) matriz-técnico-produtiva, sem a devida correspondência com os ganhos obtidos ou com a remuneração auferida com a venda dos produtos/mercadorias. Isto ocorre devido à variação dos preços no mercado de produtos agrícolas, sujeitos tanto às intervenções do setor privado quanto às políticas governamentais protecionistas que não compensam ou cobrem os custos despendidos na produção. Na prática, os agricultores familiares denominam esse processo de “descapitalização”, pois percebem que investem cada vez mais capitais na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos para aumentar a produtividade e o volume de produção, sem o retorno adequado dos investimentos. Entretanto, os ganhos são sabotados pelos baixos preços recebidos, o que resulta em deterioração dos níveis de renda e a consequente vulnerabilidade econômica e social que paulatinamente vai excluindo os agricultores familiares mais fragilizados (TOLEDO, 2009).

Segundo Niederle (2007), dada a necessidade de se relacionar e abrir mercados por demanda da mercantilização, os agricultores familiares necessitaram reorganizar suas unidades produtivas. Isso também alterou os modos de vida, ao exercer influências nas relações comunitárias e na vida das instituições sociais. A mercantilização do processo produtivo se tornou em um dos elementos constitutivos da sociabilidade, na medida em que “[...] o capitalismo tem como uma de suas características principais o adensamento e a multiplicação do que tem sido chamado de processos de mercantilização (via monetarização) da vida social [...]” (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p. 24).

O dinheiro assumiu na moderna sociedade uma função quase vital como mediador universal que quase tudo compara e tudo compra para cultivos com apelo comercial. Esse processo se aprofundou de tal forma, que parte expressiva de famílias rurais migrou da produção para o consumo, inclusive, de itens básicos da alimentação, para o cultivo de produtos com apelo comercial. O estudo de Anjos e Caldas (2009) sobre os agricultores familiares na região de Pelotas (RS) cunhou a expressão “horta agonizante” ao constatar o abandono dos cuidados com a “prosaica horta”, pois, já não produzem mais para si e para suas famílias, adquirem no mercado os alimentos do dia a dia, e consolidam a mercantilização da subsistência de acordo com a concepção de Bernstein (2011). Gazolla (2004) também encontrou essa evidência ao estudar os reflexos da mercantilização do consumo alimentar na região do Alto Uruguai (RS) na medida em que ocorre “[...] a compra direta dos alimentos pelos agricultores de feirantes, fruteiros e vendedores ambulantes de gêneros alimentícios que percorrem as comunidades [...]”. (GAZOLLA, 2004, p. 131).

A liberdade (o maior valor defendido pela sociedade ocidental), na modernidade, vem agregada com a ideia de felicidade do indivíduo. Simmel (1999) interpretou que o dinheiro na moderna economia monetária alterou firmemente a formação do pensamento, e possibilitou a emergência dos anseios e intenções mais ocultas dos indivíduos. O dinheiro

para Dodd (1997, p. 241), é uma possibilidade que “[...] não apenas abarca, mas concretiza aspectos essenciais da outorga de poder à vontade humana, da capacidade e do desejo dos indivíduos de adquirir o que eles não têm, de possuir e assimilar objetos do desejo”. Dessa forma, o dinheiro se constituiu no liame de todos os liames sociais.

É o meio que está ligado a tudo, e mesmo o exercício da liberdade parece estar à uma expectativa de posse de algum dinheiro. Marx (1974) menciona que o homem moderno transformou o dinheiro em força de mobilização, competição social e política, e na gênese do próprio homem e sendo usado para a produção de sentidos para a vida cotidiana da cabana à mansão na busca de atender os desejos de consumo (MARX, 2001). Gorz (2007) defende que o “consumo compensatório” é a busca de bens e serviços como compensação. Não pelo trabalho realizado, mas para obter um trabalho funcional apto para cobrir o dispêndio financeiro dos desejos. Os indivíduos, por meio do consumo, se socializam na busca e atendimento de necessidades, sejam elas reais ou imaginárias.

Essas possibilidades estão conectadas em satisfazer as necessidades, mas estão ligadas a uma quantidade mínima de dinheiro para cada indivíduo fazer a sua história. Marx (2004, p. 52) afirma que para fazer a história “[...] antes de tudo é preciso comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais [...]”. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material [...]. Rosseau (1999, p. 204) havia predito que “ O primeiro sentimento do homem foi de sua existência, seu primeiro cuidado, o de sua conservação ”. Desse modo, a construção das condições materiais mínimas, desde Marx, assume um caráter fundamental na viabilização dos indivíduos e da sociedade e de certa forma, essa perspectiva é negada ou dissimulada. Por outro lado, esse aspecto é parcialmente abordado pelos estudos rurais e pelos sucessivos governos, ao fazerem uma leitura superficial e ideológica das demandas e necessidades das famílias e das regiões rurais.

É oportuna a convocação do “socialista” Bukharin (1969, p. 176, *apud* LOSURDO, 2015) aos camponeses russos afirmando categoricamente que “[...] é preciso dizer: enriqueçam, acumulem, desenvolvam suas agriculturas. Somente idiotas podem dizer que deve haver pobreza entre nós [...]”. A pobreza material certamente não é uma vocação, tão pouco é uma virtude. Santo Agostinho admoestava que “Para se exercer as virtudes do espírito é necessário um mínimo de conforto material” (FERNANDES, 1999, p. 67).

A seção seguinte irá tratar do acesso de alguns bens consumo, motocicletas, automóveis, celulares, e que possam ser interpretados como elementos que expressam e externalizam alguma forma de prosperidade e acumulação material oriunda das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares.

4.2 BENS DE CONSUMO E ACUMULAÇÃO, A SÍNTESE DO TRABALHO

A economia tradicional destaca a relação entre prosperidade, crescimento e acumulação como sinônimos, na medida em que não haveria coerência existir prosperidade sem crescimento e acumulação material. Dessa forma, se os bens materiais assumem e expressam alguma forma de consciência, Marx (2004, p. 52) assegurou que “Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência”. O capitalismo apostou na exacerbação do individualismo e no prazer egoísta da sociedade de mercado, em que consumo, para além das necessidades elementares, é a regra que governa.

A denúncia de Polanyi (2000) não é contra a sociedade de mercado, pois o homem é animal social e igualmente econômico. O traço pernicioso, para Polanyi, é a contínua prevalência egoísta e hedonista do auto-interesse que o endurece e brutaliza. Esse traço remonta à tradição *kenesyana* ao defender que a realidade econômica é criada pela ação humana. Keynes (1973) enfatizava fortemente o ponto de vista que a economia é fundamentalmente uma ciência moral. Ou seja, os fatos econômicos são fatos morais, motivacionais e intencionais e não mecânicos. Boltanski e Chiapello (2009, p. 42) mencionam que a busca de bens materiais “[...] dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista”. Os bens materiais socializam e informam subliminarmente de onde vêm, onde estão e como os indivíduos entendem e interpretam os mundos, e essas influências não estão longe da vida cotidiana dos agricultores familiares.

Nos últimos anos, um objeto específico tomou conta das regiões rurais prenunciando um sinal de importante mudança tanto no aspecto material como no aspecto comportamental. São as motocicletas que estão gradativamente substituindo os meios de tradicionais de transporte, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil. Essa mudança se tornou uma realidade nas regiões rurais que por vezes passa despercebida. É cabível e oportuna a observação de Santos (1982, p. 30), na medida em que “A cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação. A evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão”.

As motocicletas são consideradas mais versáteis para executar as tarefas domésticas como veículo de deslocamento, transporte de cargas, ferramentas e para a mobilidade das pessoas. O que antes era realizado usando equinos ou muares, posteriormente foi substituído pela bicicleta, e atualmente pelas motocicletas. É o processo de urbanização da cultura das regiões rurais, que por extensão vai se tornando “rurbano” (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Castells (1983) havia predito que “A urbanização reflete a relação entre

sociedade e o espaço. Ela é função da organização específica dos modos de produção, bem como da estrutura interna daquele que prevalece” (CASTELLS, 1983, p. 111).

Buscando captar essa mudança da modernidade nas regiões rurais, a pesquisa levantou dados junto à população investigada, sobre a quantidade de motocicletas presentes no estabelecimento, conforme os dados apresentados na Tabela 21. Da amostra, 38,8% não possuem nenhuma motocicleta, 61,2% disseram possuir. Sendo que 52,1% deles possuem uma, 7,8% têm duas, e 1,4% possuem três motos. Por UFs, PE é a tem o menor percentual, 7,8% tem uma, e 0,9% com duas motos. O PA tem o percentual mais elevado com uma, 13,2%, com duas, 2,7%, e 0,5% com três. O PR e a BA, com uma, ambos têm 11,0 e 10,0% da amostra respectivamente, com duas, 1,4% para as duas UFs. SC tem 10,0% da amostra com uma, 1,4% com duas, e 0,5% com três.

Tabela 21 – Número de motocicletas. (Ano agrícola 2012-2013).

Por estabelecimento	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Nenhuma	N	22	24	14	6	19	85
	%	10	11	6,4	2,7	8,7	38,8
Uma	N	24	22	29	17	22	114
	%	11	10,0	13,2	7,8	10	52,1
Duas	N	3	3	6	2	3	17
	%	1,4	1,4	2,7	0,9	1,4	7,8
Três	N	1	1	1	0	0	3
	%	0,5	0,5	0,5	0	0	1,4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Essa mudança nos padrões de consumo e no comportamento, por outro lado, trazem

outras consequências nem sempre positivas. Somente em PE mais de 70% dos atendimentos em hospitais públicos foram em decorrência dos acidentes de trânsito envolvendo motociclistas. Em Belém (PA) foram socorridos quase 10 mil motociclistas que se acidentaram no ano de 2015. Mais de 600 morreram (BOM DIA BRASIL, 28/08/2016).

Outro bem material que ganhou destaque como bem de consumo durável foi o automóvel. Isso foi possível graças à relativa estabilização econômica do país, concatenada com a alavancagem de políticas de governo para o incentivo ao consumo por meio do acesso ao crédito pessoal que promoveu o crescimento de aquisição desse bem em todas as classes sociais. As regiões rurais não ficaram fora desse processo.

A Tabela 22 destaca como esse item se apresentou em termos de quantidade entre os estabelecimentos rurais pesquisados, dos quais 49,3% informaram não ter nenhum automóvel. Entretanto, 50,7% responderam ser proprietários. O PR teve 16,9% da amostra com um automóvel e 4,1% com dois (21% da amostra), SC representou 7,8% com e 3,3% com dois (11,1%), o PA teve 6,4% com um e 1,4% com dois (7,8%), PE com, 3,2% com um, a BA com 6,8% com um automóvel e 0,9% com dois (7,7%).

Tabela 22 – Número de automóveis por estabelecimento. (Ano agrícola 2012-2013).

Automóveis	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Nenhum	N	4	26	33	18	27	108
	%	1,8	11,9	15,1	8,2	12,3	49,3
Um	N	37	17	14	7	15	90
	%	16,9	7,8	6,4	3,2	6,8	41,1
Dois	N	9	7	3	0	2	21
	%	4,1	3,2	1,4	0,0	0,9	9,6
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

No caso do PR e SC, a prosperidade dos agricultores familiares foi beneficiada

economicamente, na medida em que uma parte expressiva das atividades agrícolas daquelas UF's foi comandada pela produção e a valorização do preço das *commodities* no mercado internacional, especialmente a soja, frango e suínos. Esse processo foi potencializado no início volta de 2002 a durou até meados de 2008 quando explodiu a crise dos *subprime* nos Estados Unidos (FERRAZ; MARQUES, 2014).

O automóvel assume no Brasil, de certa forma, a dimensão de símbolo de ostentação e diferenciação social, e objeto de desejo e distinção econômica, de conforto e de bem-estar pessoal, que se projeta igualmente nas regiões rurais. E demonstra ao grupo social que o indivíduo logrou êxito em produzir algum tipo de prosperidade “visível” e que permite sancionar algo do ser “superior” aos demais ao sinalizar e externalizar ser possuidor de *status* diferenciado (DI RONÁ, 2002). Polanyi (2000, p. 193) adverte que “Nada obscurece mais a nossa visão social do que o preconceito econômico”. Que nesse caso, cria e alimenta distinções separando os que têm dos que não tem.

Outro bem de consumo que vem causando mudanças importantes nas regiões rurais é o telefone celular, no aspecto de inclusão aos processos de “democratização” da comunicação, rompendo com o habitual isolamento das famílias rurais, e o fato representa influências externas aos comportamentos sociais dos indivíduos. A comunicação no meio rural brasileiro está em processo de franca expansão e de evolução, e funciona como instrumento que encurta as barreiras entre o rural e o urbano, os quais se tornam cada vez mais tênues e difusas. Essa mudança traz influências, realidades conflitantes e divergentes que requerem readequação dos canais de linguagem para acompanhar esse dinamismo.

O telefone celular se tornou o principal meio de comunicação interativo da atualidade, e com ele chegou o acesso à *internet* nas regiões rurais, cujas consequências transformadoras ainda não estão sendo devidamente captadas, entendidas e aproveitadas. A contínua evolução, disponibilidade e a redução nos custos de aquisição de telefones celulares e acesso à *internet* demonstram os rumos das transformações conexas com a ideia de “aldeia global” defendida por McLuhan e Fiore (1971) sobre o encurtamento das distâncias entre os povos por meio de redes de comunicação. Esse argumento auxilia a explicar porque se torna cada vez mais difícil a separação entre o espaço urbano e o espaço rural. É fato que na medida em que os indivíduos têm acesso a informações, ampliam-se as possibilidades de formar um mosaico de juízos e ideias, a partir do acesso de conteúdos e que desenvolvem o desejo de acesso a novos bens, serviços e necessidades.

A Tabela 23 mostra o número de celulares por estabelecimento. Da população pesquisada, 20,1% não tem celular, mas 79,9% possuem aparelhos, sendo que 41,1% têm um aparelho, 23,7% têm dois, 10,0% têm três, 2,3% têm quatro, 2,3% têm cinco e 0,5% tem seis. Significa dizer que os *smartphones* se tornaram objetos de desejo e consumo, e que

de algum modo representa e atende a uma necessidade de integração social. O PR e o PA têm 19,7%, SC tem 13,3%, PE, 11% e BA, 16,5% do total da amostra investigada.

Dupas (2006) desenvolveu uma visão crítica a respeito do processo de “democratização da comunicação” por meio dos telefones celulares ao estudar as populações rurais pobres na África do Sul, para quem os aparelhos são vendidos como uma ideia de “progresso”. Essa “virtude” é induzida pela maciça propaganda global para supor a ideia de inclusão, a fim de não se sentir-se mais ainda um pária, um infeliz, um *out-group*.

No entanto, os estudos rurais brasileiros ainda não se debruçaram sobre esse tema para desvelar a extensão de suas influências na vida das comunidades rurais. Esse aparato, juntamente com os computadores e a televisão, está a produzir um conjunto de transformações nas regiões rurais que não está sendo captado pelos mediadores sociais e políticos. Estamos sob um bombardeio diário de informações (e desinformações), em que a tecnologia da informação, por meio de inovações se expressa em ritmo cada vez mais acelerado. Essa rapidez está produzindo um vácuo de reflexões, no qual os meios de comunicação ampliaram a base de influências na sociedade, e são aceitas acriticamente. Dessa forma, há um processo de pulverização de atores que fazem a mediação entre os agricultores, enfraquecendo os mediadores tradicionais (sindicatos, cooperativas, igreja, etc.) que em tempos passados faziam esse papel e eram os principais formadores de opinião.

Os aspectos relacionados ao mundo digital forçosamente produzem impactos cotidianos, e buscam reproduzir os valores difundidos pela sociedade como parte de um espetáculo no qual os indivíduos querem e desejam fazer parte. E um fator se torna mais evidente, que é o desejo de inclusão social por meio do consumo de bens e facilidades. Parte dos esforços do trabalho serão dirigidos para atender essa demanda, como expressão do consumo compensatório de desejos imanentes (GORZ, 2007).

Debord (1997, p. 141) destaca que a ideia do espetáculo do consumo “Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”. Ramonet (2002, p. 21) é mais incisivo e conspirativo sobre a extensão das influências na realidade dos indivíduos ao afirmar que “Daí a importância da persuasão clandestina e da propaganda secreta, pois, a longo prazo, para todo império que deseja durar, a grande aposta consiste em domesticar as almas, torná-las dóceis e depois subjugar-las”. Significa que os indivíduos ficam entorpecidos pelo desejo de posse do objeto desejado. E a modernidade nesse sentido, ao transitar para o estágio reflexivo, altera substancialmente as relações com a tradição (BECK; GIDDENS; LASH, 1997). Há, dessa forma, uma nova forma de interpretar o mundo que por vezes não cabe mais na realidade sentida e vivida.

Tabela 23 – Aparelhos celulares por estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2013).

Número de aparelhos	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Nenhum	N	7	21	7	1	8	44
	%	3,2	9,6	3,2	0,5	3,7	20,1
Um	N	12	23	28	11	16	90
	%	5,5	10,5	12,8	5,0	7,3	41,1
Dois	N	16	5	11	10	10	52
	%	7,3	2,3	5,0	4,6	4,6	23,7
Três	N	9	1	3	2	7	22
	%	4,1	0,5	1,4	0,9	3,2	10,0
Quatro	N	3	0	1	0	1	5
	%	1,4	0,0	0,5	0,0	0,5	2,3
Cinco	N	2	0	0	1	2	5
	%	0,9	0,0	0,0	0,5	0,9	2,3
Seis	N	1	0	0	0	0	1
	%	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Na mesma linha dos telefones celulares cresce a aquisição e uso de computadores pessoais. A Tabela 24 informa o número de computadores encontrados nos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares, e revela que 68,9% deles não possuem computadores, mas 31,1% responderam que sim. As UF mais expressivas de acesso a esse bem é o PR, com 13,2% dos computadores, SC, 5,9%, o PA, 4,7%, PE, 2,75%, a BA, 4,1%.

A amostra destaca que apenas um terço dos estabelecimentos rurais investigados possuem computadores. A expansão desse equipamento está diretamente conectada aos níveis de renda dos estabelecimentos e da escolaridade dos indivíduos. A Tabela 10 demonstrou que o percentual de analfabetos dos chefes dos estabelecimentos na área pesquisada é de 15,5%, com o ensino fundamental incompleto 5,0%, com o ensino fundamental completo, 21,5%. Esses grupos somados representaram 43,0% da amostra. A baixa escolaridade é um fator estrutural e limita o uso adequado desses recursos tecnológicos e de outros.

Outro aspecto a ser lembrado é que o acesso desses bens está ligado logicamente ao nível de renda gerada pelos estabelecimentos. E, por último, é necessário considerar a disponibilidade da oferta de infraestrutura operacional (qualidade de sinais de rede, de internet e de energia elétrica). A energia elétrica não parece ser um entrave, pois está presente em 98,2% dos estabelecimentos rurais pesquisados.

Tabela 24 – Número de computadores por estabelecimento. (Ano agrícola 2012-2013).

Número de computadores	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Nenhum	N	21	37	40	18	35	151
	%	9,6	16,9	18,3	8,2	16,0	68,9
Um	N	22	11	8	6	9	56
	%	10,0	5,0	3,7	2,7	4,1	25,6
Dois	N	6	2	1	1	0	10
	%	2,7	0,9	0,5	0,5	0,0	4,6
Três	N	1	0	1	0	0	2
	%	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	0,9
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,0	22,8	22,8	11,4	20,1	100

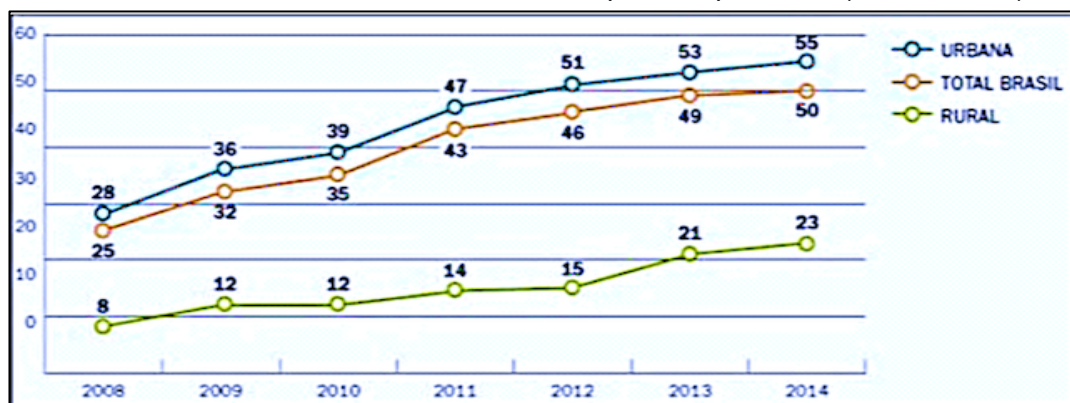
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ampliando a análise sobre a exclusão digital, ela pode ocorrer em diferentes níveis e envolver diferentes elementos. Pode ser o fator: a) tecnológico, que se refere à inexistência de acesso ou os usuários utilizam computadores velhos e desatualizados; b) infraestrutural, relativo a baixa capacidade e estabilidade de conexão, c) financeiro, pelo fato do custo que por vezes é impeditivo, e d) cognitivo, vinculado às competências dos usuários em lidar com equipamentos, softwares, aplicativos e outros dispositivos digitais. Além do nível educacional, o baixo grau de escolaridade distancia as experiências daqueles que possuem formação mais avançada (RIBEIRO, MERLI; SILVA, 2012).

O Gráfico 5 informa a proporção de domicílios que possuem computadores no Brasil. Destaca a manutenção da desigualdade de acesso entre as áreas urbanas e rurais. Em 2014, havia computadores em 55% dos domicílios de áreas urbanas e 23% nas áreas rurais, porém, apenas 7,2% dos rurais tinham acesso à *internet* (CGIB, 2015). O percentual de computadores encontrado nos estabelecimentos rurais da pesquisa foi de 31,1%. Os entraves de acesso podem ser uma combinação dos fatores destacados acima, e que excluem as regiões rurais com essas facilidades da vida moderna.

Além disso, há outros aspectos importantes a considerar, como o entrave do percentual elevado de indivíduos que nunca utilizaram a *Internet*. Além disso, 64% dos moradores da área rural são analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto, 60% têm de 45 a 59 nos e 40% dos quais têm 60 anos ou mais (CGIB, 2015). Outro fator apontado pelo estudo está condicionado à disponibilidade de renda, pois quanto menor a renda familiar e a posição da classe social, maior é a proporção de indivíduos que nunca usou a *Internet* (CGIB, 2015). Logicamente, o acesso a esse item está ligado às condições econômicas que possibilitam ou bloqueiam essa possibilidade. Entretanto, o acesso à educação e que, mais uma vez, se apresenta como um entrave estrutural importante, tema que foi tratado de forma ampliada na seção 3.1.3 dessa tese.

Gráfico 5 – Percentual de domicílios com computador por área. (2008 – 2014).



Fonte: CGIB (2015).

A seção a seguir se destina a fazer uma reflexão sobre os rumos adotados pelos agricultores familiares, relacionados às práticas de produção agropecuária que possam auferir a preocupação com a sustentabilidade no uso dos recursos naturais disponíveis.

4.3 AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE, QUASE UM DELÍRIO!

O debate entre natureza, agricultura e os pressupostos da sustentabilidade são extremamente conflitivos, ao considerar os termos propostos por Dahrendorf (1982), quais sejam: a ampliação das necessidades sociais e econômicas com as intrínsecas capacidades materiais de provimento. O modelo de análise da problemática da sustentabilidade não está restrito e aplicável apenas à sociedade capitalista, mas às antagônicas, crescentes e vorazes urgências produtivas das sociedades industriais contemporâneas em geral.

No centro do debate está o conflito econômico entre o acesso privado aos bens naturais. A proteção aos bens naturais é designada como direitos difusos e coletivos, e o conceito está expresso no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, o qual proclama que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Aqui reside o ponto chave de todas as controvérsias, pois o acesso aos bens naturais por necessidade de viver e de se reproduzir, ou por desejo egoísta da acumulação privada. Mas, *a priori* os bens gerados pela natureza não foram produzidos por ninguém e nem deveriam ser propriedade de ninguém. O uso ilimitado está esgotando rapidamente os recursos, pois são finitos e está determinando uma tragédia comum a todos, na medida em que “Cada homem está preso em um sistema que o compele a aumentar seu rebanho [necessidades] sem limites - num mundo que é limitado”. (HARDIN, 1968, p. 4). Esta constatação significa a necessidade da compressão dos desejos, e das expectativas em uma sociedade consumista que aposta e caminha na direção do “mais e do melhor”.

Dessa forma, a exigência de sustentabilidade traz reflexos do mesmo modo aos sistemas produtivos da agropecuária, demandando gestão dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, compreender e congregar as exigências de sistemas socioambientais intrincados. O objetivo de incorporar a sustentabilidade é consolidar princípios complexos e transformá-los em recomendações e ações práticas para a tomada de decisão dos agricultores (LÓPEZ-RIDAURA; ASTIER, 2002). O desafio é conciliar a produção com a preservação dos recursos ambientais disponíveis, ou seja, o não consumo dos bens naturais como valor de troca. Essa opção induz a estabelecer relações com a natureza por

meio da fruição de seus ativos (paisagem, serviços sistêmicos, etc.).

E é sabido que os impactos causados pelas atividades agropecuárias são de larga monta. A tendência posta para a agricultura no cenário atual é que cresce a exigência de uma produção cada vez mais ofertante de qualidade, segurança, eficiência, mas parcimônia no uso dos bens naturais (solos e água, especialmente). Uma das possibilidades a considerar é a aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico por meio da adoção de inovações gerenciais e administrativas, com vistas a atender os condicionantes gerais necessários para assegurar o desenvolvimento sustentável. E isso, por sua vez, remete a novos instrumentos de gestão e de governança (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012), e que se apresentam como um fator, cuja importância é crescente no novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola (BUAINAN, *et al.* 2014c).

Desse modo, a sociedade está demandando um conjunto de técnicas de manejo da produção agropecuária mais amigável aos princípios do uso sustentável dos recursos utilizados. A demanda atual é fugir ou minorar a importância hegemônica do padrão da agricultura convencional, em que o uso de insumos químicos em larga escala afeta substantivamente o meio ambiente e, especialmente, a qualidade dos alimentos, e por extensão refletem na saúde dos indivíduos. Essa é uma demanda social e razão de questionamentos por parte expressiva da sociedade (CARNEIRO *et al.* 2015).

O que se busca, no limite, é o desejo, ainda que fugaz, de reestabelecer a relação perdida entre agricultura e natureza, e entre a agricultura e a alimentação, que foram rompidas pela sistemática e uniformizante abordagem introduzida pela modernização da agricultura (HERVIEU, 1996). Nesse aspecto, a presença sistemática da ATER e de outras políticas públicas de apoio poderiam fazer a diferença. No entanto, a ATER ainda está presa às culturas e modos de fazer do modelo convencional, no qual a agricultura é intensiva no uso de agroquímicos, o que inclusive gerou a padronização dos projetos agropecuários elaborados e presos à exploração e cultivos agrícolas prioritariamente com apelo comercial.

Os estabelecimentos rurais quase sempre foram alvos de intervenções externas e de cima para baixo, mas os agricultores familiares, ao contrário do que se imagina, leem e interpretam o mundo com as ferramentas e os repertórios analíticos que possuem, e escolhem o formato disponível e mais adequado de estratégias para a reprodução social e material dos seus estabelecimentos. No jogo da sobrevivência, as demandas da natureza, salvo exceções, foi pouco considerada. Afinal, o cenário almejado era produzir, a natureza por si só se recompunha, pensavam, e a insuficiência de recursos naturais não estava no horizonte. Entretanto, isso tudo modificou, e a agricultura e os agricultores terão que se transformar, e alguns já estão sendo modificados premidos pela escassez. A demanda ambiental veio para ficar e vai ser cada vez mais aguda no futuro.

Os efeitos já estão sendo sentidos, e os mais fragilizados são os que estão sendo atingidos. Se possuíam fragilidades produtivas, agora são potencializadas pelo imperativo ambiental. Tomemos, por exemplo, a problemática do acesso à água para o consumo humano e para a produção agropecuária. No Brasil, cerca de 72,2% da população rural acessa água para consumo apenas por meio de poços, cacimbas, açudes e barreiros, por vezes precários e de grande potencial para provocar doenças, sendo um problema grave de saúde pública (IBGE, 2010). Além disso, há a necessidade de alocar recursos hídricos para a produção agropecuária. O acesso à água e ao saneamento básico fazem parte daqueles problemas estruturais e históricos do desenvolvimento que a país ainda não resolveu, e continuam sendo críticos para a população residente nas regiões rurais. Denotam a quase ausência de investimentos públicos nesses serviços que é função do Estado.

Dessa forma, a pesquisa levantou os dados relativos às fontes de fornecimento de água nos estabelecimentos rurais. A Tabela 25 localiza a oferta de água para consumo dos agricultores familiares nos estabelecimentos rurais. A disponibilidade e a oferta de água de qualidade têm impacto direto na vida e na saúde das famílias, e é uma condição que afere o acesso ou não à infraestrutura social mínima. Nas regiões rurais, os recursos hídricos são também ofertados de forma irregular, mas desconectados de políticas de saúde.

A disponibilidade e qualidade da água está diretamente conectada à saúde e às formas de produção da agricultura, ao uso dos solos e à proteção dada aos recursos hídricos, onde isso é possível. É sabido que atividade a agropecuária é extremamente impactante, especialmente, na produção de poluentes (assoreamento, agrotóxicos, dejetos de animais, emissões de GEE, etc.). Esses fatores alteram as condições de uso da terra, na a qualidade e a disponibilidade da água e da qualidade do ar.

Em 36,1% da amostra investigada, a disponibilidade de água é fornecida por meio de poços artesianos e 17,4% por poço ou vertente. Merece atenção o fato de que em 20,5% da amostra a água para consumo é fornecida por vizinhos, isso revela uma deficiência estrutural grave dos estabelecimentos rurais quase sempre ignorada. Além disso, é digna de nota a expressão da oferta de água pelos vizinhos em SC de 6,4% da amostra. Em SC, normalmente não é relatado esse tipo de fragilidade, por ser uma região supostamente bem servida de recursos hídricos disponíveis à população. No PA a oferta de água pelos vizinhos é de 4,1%, em PE, 3,2%, e na BA, 6,8%. A disponibilidade da oferta da água por meio de córregos ou açudes é de 0,5%, por cacimbas, 3,2% e por rede geral de abastecimento, 11,9%. A oferta de água no geral levantada pela amostra é mais crítica nas UFs do PA, PE e BA, mas SC, do mesmo modo, apresenta dificuldades localizadas.

Tabela 25 – Oferta de água nos estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2013).

Fontes oferta de água	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Poço artesiano	N	28	28	9	2	12	79
	%	12,8	12,8	4,1	0,9	5,5	36,1
Nascente ou vertente com poço	N	19	3	9	0	7	38
	%	8,7	1,4	4,1	0,0	3,2	17,4
Córrego/açude	N	0	0	1	0	0	1
	%	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,5
Cacimba	N	0	2	1	1	3	7
	%	0,0	0,9	0,5	0,5	1,4	3,2
Água fornecida por vizinhos	N	0	14	9	7	15	45
	%	0,0	6,4	4,1	3,2	6,8	20,5
Outro	N	0	1	0	0	1	2
	%	0,0	0,5	0,0	0,0	0,5	0,9
Rede geral	N	3	2	9	10	2	26
	%	1,4	0,9	4,1	4,6	0,9	11,9
Não sabe/não respondeu	N	0	0	12	5	4	21
	%	0,0	0,0	5,5	2,3	1,8	9,6
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

agricultores familiares a respeito da adoção e uso de práticas há muito conhecidas de boas técnicas de manejo e conservação de solos, como por exemplo, a rotação de culturas que busca alternar, anualmente, espécies vegetais numa mesma área agrícola. As espécies escolhidas devem ter, ao mesmo tempo, o propósito comercial e de recuperação do solo.

O objetivo da rotação de culturas é produzir de forma diversificada os alimentos e de outros produtos agrícolas na mesma área, por um período suficientemente longo, a fim de melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo, auxiliando no controle de plantas daninhas, doenças e pragas, repondo a matéria orgânica e protegendo o solo da ação dos agentes climáticos erosivos (CRUZ, FILHO; FILHO, A. (2016).

A Tabela 26 mostra o nível de adoção da prática da rotação de culturas entre os agricultores familiares pesquisados. Os dados tabulados demonstram que 67,1% dos agricultores não a praticam, 32,9% responderam que sim. O PR é a UF que mais adota com 13,2%, por ser uma área produtora de soja e milho utilizando o sistema de plantio direto. A BA é 6,4% e o PA, 5,9%, SC com 4,6% e PE é o mais baixo, com 2,7% da amostra.

Além disso, a técnica da rotação de culturas viabiliza a utilização intensiva de máquinas e equipamentos, reduzindo a ociosidade e o custo do capital imobilizado no empreendimento agrícola. E mais ainda, possibilita igualmente ampliar a capacidade de produção agrícola na mesma área ao realizar cultivos diferentes, alternando os períodos de cultivos adequados para o inverno e para o verão. Obviamente que no universo pesquisado, quais sejam, os municípios localizados não região Nordeste, há de considerar a oferta e a disponibilidade de água para a produção no manejo das culturas, que nos casos da BA e PE sofrem pesadas restrições edafoclimáticas, salvo em áreas de perímetros irrigados. Entretanto, mesmo nessas áreas, se exige vultosos investimentos, que nem sempre é acessível para a maioria dos agricultores familiares.

Outra técnica conservacionista recomendada para o uso racional dos solos é a consorciação de culturas, caracterizado pela maximização de espaço mediante o cultivo ao mesmo tempo e em um mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes e com características e arquitetura vegetal, hábitos de crescimento e fisiologia vegetais distintas (HERNANI; SOUZA; CECCON, 2015). São caracterizados como sistemas agrícolas de policultivos realizado por meio de culturas anuais e fruteiras, agroflorestais e agrosilvopastoris amplamente utilizados nas regiões tropicais, pelos agricultores familiares e que possibilitam o uso simultâneo da área cultivada com elemento de proteção dos solos. Com a consorciação de cultura se aproveita bem o terreno, evita-se a erosão do solo e a disseminação de plantas espontâneas e, especialmente quando se utiliza adubos verdes que funcionam como cobertura de solo, obtém-se a melhoria da fertilidade.

Tabela 26 – Adoção da técnica da rotação de culturas. (Ano agrícola 2012-2013).

Rotação de culturas	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	21	40	37	19	30	147
	%	9,6	18,3	16,9	8,7	13,7	67,1
Sim	N	29	10	13	6	14	72
	%	13,2	4,6	5,9	2,7	6,4	32,9
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O objetivo principal dessa técnica é promover a maior estabilidade da produção, a melhor utilização da terra, da água, estabilização de nutrientes e a melhor utilização da força de trabalho do estabelecimento rural. De maneira geral, as culturas escolhidas são determinadas por aspectos econômicos regionais e pelas próprias atividades produtivas desenvolvidas, considerando as habilidades e do conhecimento dos agricultores familiares, no tocante às aptidões da terra e a condução do manejo do estabelecimento.

A Tabela 27 destaca a adoção da técnica da consorciação de culturas adotada pelos agricultores familiares dos estabelecimentos rurais pesquisados, em que 68,5% dos entrevistados informaram que não a adotaram, e 31,5% revelaram ter adotado a técnica em seus estabelecimentos no ano agrícola de referência (2012-2013). Em termos de adesão, as UFs mais expressiva é o PA com 9,1% da amostra, SC, 8,2% e a BA com 6,8%.

A técnica da consorciação de culturas é importante para o aproveitamento da água disponível no solo e do período chuvoso, tornando-se fundamental em regiões do Brasil em que se alterna períodos chuvosos (o período de plantio na região do Semiárido) e outra de seca, como mecanismo de proteção dos solos para evitar a deixa-lo sem cobertura verde.

Tabela 27 – Adoção da técnica da consorciação de culturas (Ano agrícola 2012-2013).

	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	42	32	30	17	29	150
	%	19,2	14,6	13,7	7,8	13,2	68,5
Sim	N	8	18	20	8	15	69
	%	3,7	8,2	9,1	3,7	6,8	31,5
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 28 traz as informações referentes ao uso da adubação orgânica pelos agricultores familiares pesquisados, 58,4% responderam que adotaram esse procedimento no ano agrícola 2012-2013, enquanto 41,6% não utilizaram esse recurso. Os maiores percentuais do que adotaram, o PR, 9,6%, SC, 11,9%, o PA, 11,4%, a BA, 10,0% e PE, 5,5%. Os dados revelam que a técnica representa um potencial que pode ser ampliado por meio de equipamentos, políticas de apoio, de recursos e de orientação técnica adequada.

Em termos ambientais a adubação orgânica apresenta aspectos bastante favoráveis. Basicamente a técnica utiliza os resíduos agropecuários cujo descarte, por vezes, é difícil de realizar, devido aos impactos ambientais resultantes (dejetos de suínos, especialmente). O processo de absorção dos nutrientes orgânicos envolve a decomposição e a mineralização, o que necessita tempo de maturação, para a lenta liberação dos nutrientes. O adubo orgânico mais utilizado é o esterco animal. Apesar de ser bastante rico em nutrientes, mesmo assim requer a complementação com doses adicionais de fertilizantes minerais. A mistura de esterco animal com adubos fosfatados tem mostrado excelentes resultados em campo, pois além de ajudar a reter o fósforo no solo, reduz igualmente as perdas de nitrogênio, conforme o defendido pelos pesquisadores Santiago e Rossetto (2015).

Um dos grandes problemas na opção pela adubação orgânica é a necessidade de grandes quantidades de material, e a disponibilidade de equipamentos adequados para fazer a distribuição, pois na maioria das vezes o material é bastante úmido, o que torna trabalhoso o seu manuseio. Ao mesmo tempo, demanda o uso intensivo de mão de obra, que nas condições atuais nem sempre é disponível (MAIA; SAKAMOTO, 2014).

Tabela 28 – Adoção adubação orgânica. (Ano agrícola 2012-2013).

Adubação	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	7	24	25	13	22	91
	%	3,2	11,0	11,4	5,9	10,0	41,6
Sim	N	43	26	25	12	22	128
	%	19,6	11,9	11,4	5,5	10,0	58,4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O uso e fertilizantes orgânicos na agricultura em escala visam em primeiro plano diminuir os custos de implantação das lavouras, ao mesmo tempo em que procura reduzir os danos ao meio ambiente causados pelos fertilizantes nitrogenados, principalmente no uso dos solos, e que acarreta contaminação da água, optando pelo manejo conservacionista, abrevia igualmente o uso de fertilizantes industrializados (MARTINS, 1999).

O Brasil, apesar de ser o quarto consumidor mundial de fertilizantes químicos, ocupa a décima posição em relação à produção, sendo responsável por apenas 2% da produção de nutrientes. Os custos com fertilizantes industrializados representam cerca de 15 a 30% dos gastos totais dos agricultores na implantação das lavouras, porém esse número pode variar com a cultura e com a localização do estabelecimento nas diferentes UFs (INPI, 2016). A pesquisa de campo buscou levantar dados sobre os investimentos realizados pelos agricultores familiares em recuperação de áreas degradadas por meio da prática do reflorestamento (nativas ou exóticas) como estratégias de recuperação.

Essa prática e técnica estão inclusas na ciência da restauração ecológica, no qual o processo se caracteriza pelo auxílio ao restabelecimento de um ecossistema que foi degradado, danificado ou destruído por intervenção antrópica ou natural. A Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000) regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Define no artigo. 2º um ecossistema “recuperado” de um “restaurado”, da seguinte forma:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original; (BRASIL, 2000).

O conceito de degradação ambiental está expresso no Decreto 97.632/1989 (BRASIL, 1989) e o delibera como “[...] processos resultantes de danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade produtiva dos recursos naturais.” O Brasil possui um longo histórico de degradação ambiental causada, especialmente, pelas atividades da agropecuárias (via desmatamento e uso da terra) e da mineração que é estimada em cerca de 40 milhões de ha, segundo dados do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Existem áreas degradadas em todos os biomas, caracterizadas por ocupação antrópica mais antiga, localizadas nos biomas da Mata Atlântica e Caatinga, e em áreas de ocupação recentes, como no caso do Cerrado. Na Amazônia essas áreas estão localizadas nos polígonos da mineração e na área do Arco do Desmatamento, no sul da Amazônia, do Maranhão e ao Acre (TATAGIBA, 2012).

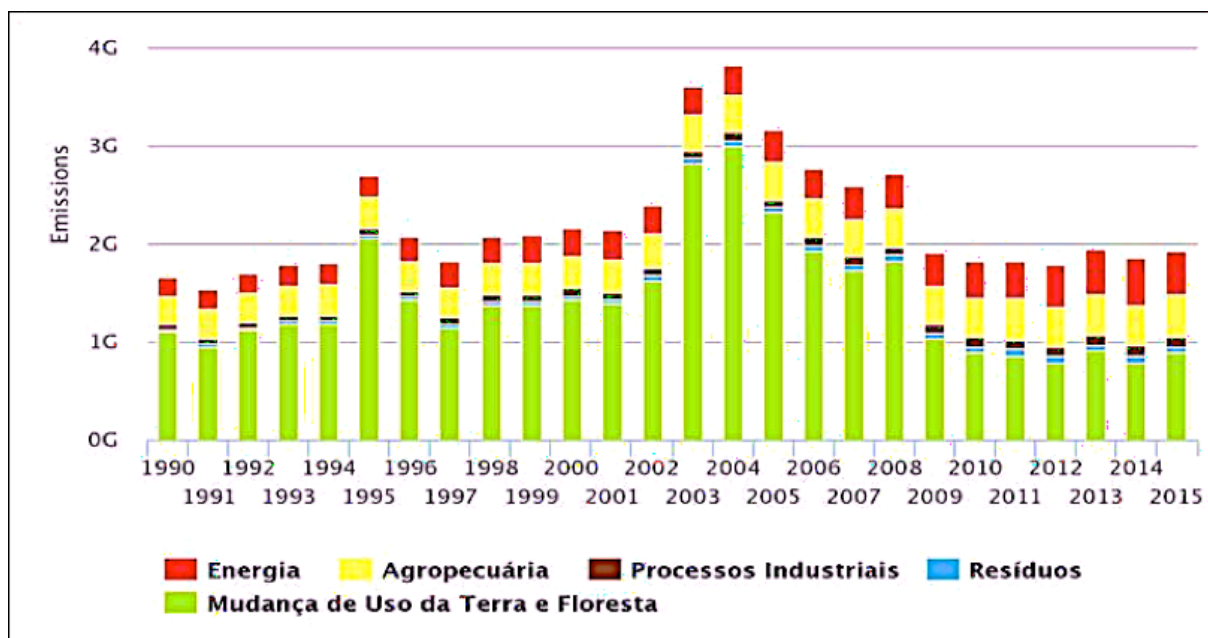
Na tentativa de enfrentar essa realidade, esse tema foi alvo da proposta brasileira e fez parte da *intended Nationally Determined Contribution* (iNDC), a “Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada Brasileira”, que foi apresentada na Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Paris, em dezembro de 2015, na qual o Brasil se empenhou entre outros compromissos, em elaborar políticas por meio da promoção de investimentos:

[...] no setor florestal e de mudança do uso da terra: fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal; fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030; restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos, e ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georeferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis [...]. (MRE, 2015, p. 3).

Esses compromissos, especialmente aqueles relacionados com a recuperação de áreas degradadas e a redução das emissões, são imperativos da demanda ambiental que trarão reflexos nas atividades agropecuárias. Isso faz sentido na medida em que o setor

agropecuário é responsável por cerca de 12% das emissões globais (WRI, 2013). No Brasil a agropecuária é responsável por um terço de todas as emissões nacionais de CO₂ (Gráfico 6). Os principais emissores são a fermentação entérica dos rebanhos de ruminantes, as mudanças das atividades em solos agrícolas, o uso de fertilizantes sintéticos, os cultivos de solos orgânicos, os restos de culturas e o desmatamento. As outras fontes de emissões ocorrem por meio do manejo de dejetos de animais, emissões provenientes do cultivo de arroz irrigado e a queima de resíduos agrícolas (SEEG, 2017).

Gráfico 6 – Emissões de gases de efeito estufa por setor – Brasil. (1990-2015).



Fonte: SEEG (2017).

Outro aspecto a considerar é que os impactos causados pelas explorações da agropecuária são expressivos, a julgar pelo volume de emissões de GEE do setor. O Gráfico 6 mostra as emissões de CO₂ por setor, e os dados revelam que as atividades agropecuárias juntamente com as agrícolas por meio da mudança do uso da terra e das florestas é o principal emissor, seguida pelo setor de geração e energia.

A realização de reflorestamento para a recuperação de áreas degradadas e cujos dados estão na Tabela 29, informaram que 84,9% dos agricultores entrevistados não realizaram reflorestamento, e 15,1% concretizaram investimentos nessas áreas, sendo 5,9% em SC, no PR, 4,6%. Nas UFs do PA, PE e na BA não foi detectado investimento na modalidade. A baixa adesão à técnica do reflorestamento por parte dos agricultores familiares pode significar que eles não têm essa prática entre os seus objetivos principais,

na medida em que os investimentos são de médio e longo prazos. Por outro lado, os valores rotineiros da comunidade foram formados em períodos em que os recursos eram abundantes e não havia restrições ao corte da madeira, pois a perspectiva é que havia a abundância desses recursos, exceção da amostra, os municípios localizados na BA e PE.

Além disso, os agricultores familiares tendem a se mostrar arredios para dispor de uma área de sua propriedade para o plantio de árvores, devido ao sentimento de imobilizar uma parcela importante de produção em atividades que não dão retorno econômico em curto prazo. A opção por reflorestamento quando existe é direcionada para espécies comerciais exóticas tais como: o eucalipto (*Eucalyptus sp*), acácia (*Acacia decurrens*), bracatinga (*Mimosa scabrella*), pinus (*Pinus sp*), teca (*Tectona grandis*) de ciclo curto em detrimento das nativas de ciclo longo para efeito de corte e exploração comercial.

Tabela 29 – Investimentos em reflorestamentos em áreas degradadas. (Ano agrícola 2012-2013).

Investimentos	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	40	37	47	23	39	186
	%	18,3	16,9	21,5	10,5	17,8	84,9
Sim	N	10	13	3	2	5	33
	%	4,6	5,9	1,4	0,9	2,3	15,1
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os investimentos realizados nas UFs do PR e SC se enquadram na modalidade conhecida como “poupança florestal”, realizada por meio do cultivo de espécies arbóreas para fins de exploração comercial, tais como a acácia negra, *pinus* e eucaliptos que são comuns na região. No PR e em SC algumas áreas a exploração ocorre utilizando a espécie nativa chamada bracatinga. O plantio de espécies exóticas é uma alternativa de provisão e consumo de madeira encontrada entre os agricultores familiares, pois permite o uso para as necessidades do estabelecimento e está diretamente relacionado à proibição/restrição do

uso de madeiras nativas pela legislação, devido ao receio de denúncias dos vizinhos que resultam em punição por meio de pesadas multas dos órgãos ambientais.

Além disso, a legislação ambiental obriga o pedido de autorização do corte seletivo de árvores nativas ao órgão ambiental local ou estadual, o que é quase sempre é moroso devido à necessidade de projeto técnico e oneroso para os agricultores familiares. A tradição da legislação ambiental tem por base os instrumentos de comando e controle, cuja abordagem é tratar o infrator como “ecodelinquente”, e não há outras possibilidades de escolha: deve acatar a regra imposta, ou assumir os percalços da lei, e se sujeitar às penalidades por meio de multas, processos judiciais ou administrativos (ALMEIDA, 1998).

A “poupança florestal” das UFs do Centro Sul ocorre por meio do plantio de árvores comerciais integrada às empresas do setor florestal. São projetos que visam fundamentalmente trazer retornos econômicos aproveitando o mote da ampla e plástica ideia de sustentabilidade. As empresas verticalizam o financiamento da área do plantio, fornecem as mudas, a assistência técnica para a implantação e condução das lavouras, e garantem no final a compra da madeira pelo preço e quantidade contratada. Os agricultores familiares imobilizam as áreas de cultivo florestal e se vinculam por meio de contratos de parceria à empresa por dois períodos de pelo menos sete anos de exploração florestal (ZARNOTT; PINHEIRO; STROPASOLAS, 2009). Na visão do agente financeiro os projetos,

[...] tem como finalidade proporcionar capacitação, renda e inclusão social para os pequenos produtores, estimular o desenvolvimento sustentável da região e promover a recuperação e preservação da cobertura florestal original (em paralelo ao plantio de eucalipto), perdida para a atividade agrícola descontrolada. (BANCO REAL, 2008, p. 12).

É um programa ajustado e apoiado por agentes financeiros na perspectiva de viabilizar o “desenvolvimento sustentável” e a “responsabilidade social”, por parte da empresa e do banco com o objetivo de “fixar” o homem no campo, ao viabilizar economicamente os empreendimentos das pequenas propriedades. Contudo, a agenda de discussões sobre o desenvolvimento no Brasil no tocante ao tema da sustentabilidade, transcende e extrapola o debate meramente restrito da problemática das regiões rurais e de projetos pontuais.

A revista Agroanalysis, ao fazer uma avaliação de projetos de cultivo de eucalipto (*Eucalyptus sp*), verificou que a receita média com a venda da madeira produzida é de cerca de R\$ 9.600,00 por ha. Os custos totais de implantação e na manutenção das lavouras são de R\$ 5.955,00 por ha, e o retorno obtido por hectare é de R\$ 3.645,00, que, divididos pelos cinco anos de maturação, representam R\$ 729,00 por ha/ano (AGROANALYSIS, 2014).

Nesse aspecto vale salientar que essa estratégia não representa nenhuma contradição ao confrontar com os rendimentos agrícolas reduzidos de uma parcela expressiva de agricultores levantados na pesquisa. A atividade florestal da “poupança verde” é realizada em solos com pouco ou nenhuma aptidão agrícola, e é computada como renda complementar ao estabelecimento. Vale salientar que há um setor especializado em algumas cadeias como a produção da acácia (*Acacia mearnsii* e *Acacia mangium*). Os dados referentes ao ano de 2012, e cultivadas em 148.311 ha nos estados do Mato Grosso, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Amapá e Amazonas, cuja produção é destinada à geração de energia, carvão, cavaco para celulose, painéis, tanino para uso em curtumes, adesivos e borrachas. A área ocupada por plantios florestais de eucalipto e pinus no Brasil no período totalizou 6.664.812 ha, sendo 76,6% correspondente à área de plantio de eucalipto e 23,4% ao plantio de *pinus* (ABRAF, 2013).

O que queremos enfatizar é o conjunto articulado de condições (crédito, ATER, garantia de compra da produção, etc.) leva os agricultores familiares a investir nessa atividade. O exemplo expressa a combinação das distintas estratégias de produzir na agropecuária brasileira em que os agricultores buscam formas diversas para elaborar um portfólio diversificado de obtenção de rendas, quando existem condições para tal. Demonstra, do mesmo modo, a captura e a imposição de novos sistemas de produção que associam relações econômicas, produtivas e sociais de trabalho diversas, porém concertadas, com o intuito de atender a novas formas de instrumentalização de natureza nas distintas formas de acumulação e de transferências de riquezas.

Por outro lado, o custo de recuperação por hectare de uma área degradada com espécies nativas (o que é o ambientalmente desejado), de acordo com os estudos do grupo de trabalho do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) varia de R\$ 10.000,00 por ha (plantio de 1.666 mudas/ha nativas) a R\$ 1.400,00 por ha (regeneração natural da área abandonada, ou de áreas de baixa aptidão agrícola ou pouco produtivas). O PLANAVEG foi elaborado visando a recuperação da vegetação nativa, cuja pretensão é recuperar no mínimo 12,5 milhões de hectares ao longo dos próximos 20 anos. Uma primeira estimativa do custo de recuperação para o subconjunto de 390.000 ha da meta de 12,5 milhões de ha, relativo aos 5 primeiros anos de implementação do PLANAVEG, é da ordem de R\$ 1,3 a R\$ 1,9 bilhão de reais. Vale salientar que o orçamento total destinado ao MMA para o ano de 2016 foi de 1,012 bilhão (0,13%), (MMA, 2014).

No entanto, o reflorestamento com o plantio de espécies nativas com propósitos para conservação da biodiversidade é praticamente inexistente. Além disso, há o problema estrutural do fornecimento de mudas em escala para os projetos cujas espécies são endêmicas. Os períodos de maturação dos projetos são muito longos e não há linhas de

financiamentos (de preferência não reembolsáveis) adequadas para esta modalidade. Como já foi dito, o problema da recuperação, da conservação ambiental ou de qualquer política que esteja relacionada com a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, não é uma questão que deve ser atribuída somente aos agricultores. Configura-se a emergente “questão ambiental”, a qual pertence a toda a sociedade, e deve-se refletir e debater as atribuições e responsabilidades dos governos e da sociedade civil de como cobrir tal demanda por meio de investimentos em políticas públicas adequadas.

No tocante à necessidade de recuperação ambiental, deve-se considerar a capacidade dos agricultores familiares para realizar investimentos. Os perfis do VAB das áreas investigadas e demonstrados na Tabela 18 informam que 8,6% da amostra tiveram um VAB negativo no ano agrícola (2012-2013), de menos R\$ 12.000,00 a R\$ 0,00. O VAB anual médio auferido pelos estabelecimentos com estrato de renda entre R\$ 0,01 a R\$ 25.000,00 (56,2% da amostra) foi de R\$ 7.729,54, ou 0,25 salários mínimos por pessoa/mês do estabelecimento, cerca de R\$ 168,18 mensais por pessoa.

Outro aspecto se refere aos cuidados com a saúde e com a demanda por produção de alimentos seguros e limpos de resíduos biológicos e químicos. Esse um pleito que vem crescendo por conta do surgimento de um novo consumidor (mais exigente em termos da qualidade dos alimentos (ETP, 2014; BUAINAN, 2014; ROMEIRO, 2014). Esse fator é uma das expressões visíveis do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, e já vem servindo como instrumento para criar barreiras não alfandegárias para limitar o comércio internacional entre os países (GUEDES; TORRES; CAMPOS, 2014; SANTANA *et al.* 2014; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012), e tem potencial de excluir os agricultores que não se adequarem às novas demandas e exigências e entregue a seus próprios riscos.

As crescentes preocupações com questões ambientais mais gerais são movidas por uma nova e emergente mentalidade da sociedade, que está influenciando as formas e procedimentos de como os produtos agrícolas são produzidos. Esse cuidado se estende igualmente sobre os processos pelos quais os alimentos estão sendo manipulados e industrializados. E do mesmo modo averiguar como as externalidades negativas dos impactos ambientais causados pela produção são percebidos e administrados.

A Tabela 30 mostra a adesão ao uso de práticas alternativas no controle de pragas e doenças no processo produtivo das atividades agropecuárias no universo investigado, 90,4% dos estabelecimentos não adotou nenhum tipo de prática, 9,6% informaram que a utilizaram. Contraditoriamente o PR, a UF uma das mais tecnizada da amostra apresentou o maior índice de agricultores que aderiram a sistemas de controle de pragas e doenças alternativos, seguida da BA com 2,3%, SC, teve 1,8%, PA, 0,9% e PE, 1,8%.

O Censo Agropecuário de 2006 detectou apenas 1,8% (ou 90.497) do total de

estabelecimentos agropecuários, que adotavam algum tipo alternativo de produção agropecuária, sendo que a pecuária e criação de outros animais o índice foi de 41,7%, as lavouras temporárias, 33,5%, as lavouras permanentes, 10,4%, a horticultura e floricultura, 9,9% e a produção florestal, 3,8%, (IBGE, 2006). Deve-se do mesmo modo, atentar que os sistemas de produção alternativos são altamente demandantes de mão de obra. Por outro lado, a oferta de trabalhadores para as atividades agropecuárias é declinante em todas as regiões rurais brasileiras (BUAINAIN; DEDECCA, 2008; MAIA; SAKAMOTO, 2014).

Tabela 30 – Uso de alternativas para o controle de pragas e doenças. (Ano agrícola 2012-2013).

Uso de práticas	Unidades da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	44	46	48	21	39	198
	%	20,1	21	21,9	9,6	17,8	90,4
Sim	N	6	4	2	4	5	21
	%	2,7	1,8	0,9	1,8	2,3	9,6
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	2,8	11,4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Além disso, o uso de agrotóxicos nas propriedades rurais brasileiras é mais comum em unidades dirigidas pelos proprietários. Mesmo com essas dificuldades o debate sobre o modelo agrícola é necessário, pois 78,4% dos estabelecimentos usaram agrotóxicos nos cultivos agrícolas, e o equipamento mais usado foi o pulverizador costal (69,1%), utilizado para pequenas áreas da agricultura familiar e que tem maior potencial de exposição e riscos à saúde. Em mais da metade dos estabelecimentos onde a prática foi verificada (56,3%), os responsáveis que operavam essas atividades não receberam nenhum tipo de orientação técnica (do Estado, cooperativas ou da iniciativa privada), (IBGE, 2006).

No tocante ao uso de defensivos biológicos, Bettioli (2009) enumera uma série de entraves que dificultam a adoção de práticas de controle fitossanitário tais como: a oferta limitada de produtos comerciais com princípios ativos de controle biológico, os resultados

dos testes de campo ainda merecem mais consistência e eficácia, necessitam de assistência técnica mais intensa para o uso e manejo, os produtos existentes são difíceis de serem usados em escala, e a especificidade dos produtos dificulta ou desestimula os investimentos em desenvolvimento e pesquisa. Além disso, os cursos de engenharia agrônoma, florestal ou veterinária não possuem currículos adequados para introduzir essa temática, agravada pela ausência de assistência técnica, dificuldade de registros de novos produtos e a quase inexistência de financiamento de desenvolvimento e pesquisa para viabilizar a produção em larga escala e reduzir os custos de industrialização.

A Tabela 31 se refere aos problemas relativos ao uso inadequado que leva à erosão de solos nos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares pesquisados, 80,4% revelaram não ter problemas com erosão, 19,6% responderam que sim. As maiores percentuais das UFs com problemas de erosão é o PR, 8,2%, seguida de SC, 5,0% e o PA, 3,7%, PE não apresentou problemas e a BA revelou em 2,7% da amostra.

Tabela 31 – Ocorrência de erosão de solos nos estabelecimentos. (Ano agrícola 2012-2003).

Erosão	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	32	39	42	25	38	176
	%	14,6	17,8	19,2	11,4	17,4	80,4
Sim	N	18	11	8	0	6	43
	%	8,2	5,0	3,7	0,0	2,7	19,6
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A informação de que 80,4% dos estabelecimentos rurais pesquisados não apresentaram problemas com erosão é contraditória e merece uma análise um pouco mais demorada. Um dos entraves para prevenção dos problemas de erosão é a ausência de diagnóstico precoce, pois quase sempre os agricultores familiares por deficiência de orientação técnica demoram a perceber o tamanho da degradação. Além disso, os dados da

pesquisa informaram que é baixo os investimentos em reflorestamento para recuperação de áreas degradadas, cerca de 15,1%, em consorciação de culturas, 31,5% e na rotação de culturas o percentual encontrado foi de 32,9% da amostra.

Além disso, no Brasil, segundo previsões da OCDE-FAO (2015), a estimativa de área plantada da agricultura brasileira em 2024 é de 69,4 milhões de ha, cerca de 20% a mais em relação à média do período 2012-2014. Esse incremento de área por certo aumentará consideravelmente os impactos ambientais, especialmente dos solos. No mundo, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 33% dos solos do planeta estão em situação de risco devido à erosão (FAO, 2015).

Para a safra 2016/2017, as estimativas indicaram que foram plantados no Brasil cerca de 60,36 milhões de ha, e parece no mínimo bizarro que para uma área agricultável com essas dimensões o país ainda não tenha uma política nacional consistente com estratégias e recursos destinados para o uso e conservação de solos. E essa não é uma atribuição exclusiva e privativa dos agricultores, pois o Estado tem de intervir e criar políticas estruturantes de apoio. Essa deficiência fez com que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizasse a Conferência Governança do Solo em março de 2015 e chamar a atenção para o tamanho da problemática, recomendando a urgência dos poderes da República que os:

Poderes Executivo e Legislativo articulem-se de modo a revisar e a consolidar os normativos que regem a governança da terra, com a promoção da sustentabilidade do uso dos recursos solo e água [...] A proposição “governança e preservação do solo” é tratada de modo parcial e secundário nos mais diversos foros, pois, por ser uma questão transversal, discute-se a análise de outras mais amplas em torno de, por exemplo, mudanças climáticas e alimentação. A consequência direta dessa ausência de foro específico é o desestímulo à cooperação e à insuficiência de recursos. (TCU, 2015, p. 32).

O evento foi estranhamente promovido pelo TCU, um órgão auxiliar de controle do Congresso Nacional, e não por áreas afins como o Ministério de Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário (atualmente extinto), e mesmo o Ministério de Meio Ambiente. Essa iniciativa, contudo, não invalida a importância da temática, mas reforça a necessidade e a urgência do país verdadeiramente implementar uma política agrícola e de desenvolvimento rural consistente, e de longo prazo. O Estado necessita rever sua postura com relação às necessidades e potencialidades das regiões rurais para o desenvolvimento dessas regiões e do próprio país.

A Tabela 32 mostra os investimentos realizados pelos agricultores familiares na área ambiental destinados à recuperação de fontes e áreas degradadas, área de preservação

permanente e de reserva legal, sendo que 99,1% declararam não ter realizado nenhum investimento nessa área, e apenas 0,9% revelaram que sim. O que foi observado no trabalho de campo, visando captar o apoio dos agricultores familiares com referência às demandas ambientais, e que foi possível identificar que a adesão dos agricultores familiares é bastante irregular mesmo nos agricultores familiares mais capitalizados.

Esse fator pode ser atribuído ao fato o objetivo principal dos agricultores é elaborar estratégias para gerar renda, e os investimentos na área ambiental *a priori* não apontam nessa direção. Outro aspecto é que a responsabilidade de proteção e conservação ambiental, via de regra, recai sobre os agricultores, com pouco ou quase nenhum incentivo por meio de políticas públicas para atender a essa demanda. Essa constatação ressalta a urgência da integração da “questão ambiental” com a execução de política agrícola adequada que contemple os aspectos produtivos e ambientais.

Tabela 32 – Investimentos realizados na área ambiental. Ano agrícola 2012-2013).

Investimentos	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Não	N	49	50	49	25	44	217
	%	22,4	22,8	22,4	11,4	20,1	99,1
Sim	N	1	0	1	0	0	2
	%	0,5	0	9,5	0	0	0,9
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Em uma visão geral da pesquisa foi possível aferir que o uso de rotação de cultura foi de 32,5%, a adubação orgânica foi adotada em 58,5% dos estabelecimentos, a consorciação e culturas, 31,5%, o reflorestamento, 15,1% e o uso de práticas alternativas para controle de pragas e doenças, 9,6%. Entretanto, quando indagados sobre os investimentos financeiros na área ambiental, atingiu-se apenas 0,9% da amostra, os quais responderam positivamente, e mesmo as práticas que não necessitam de investimentos financeiros não encontraram adesão majoritária entre os agricultores familiares, indicando

que há muito a ser realizado por meio da oferta de investimentos consistentes, pesquisa agropecuária, disponibilidade de ATER e a oferta de educação ambiental.

O trabalho de campo revelou que os municípios apresentam, no geral, problemas estruturais importantes, tais como: o baixo grau de escolaridade dos chefes dos estabelecimentos, o tamanho dos estabelecimentos que pode ser um elemento que bloqueia a produção em escala dos empreendimentos, o baixo nível de renda *per capita* da maior parte dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares (56,2%, com rendas de R\$ 168,18 mensais por pessoa), a oferta de ATER e a pouca disponibilidade de máquinas e equipamentos agrícolas nas regiões NO e NE, que deve ser acompanhada de políticas complementares, a fim evitar os erros praticados nas outras regiões no passado.

Dessa forma, uma reduzida parcela de estabelecimentos rurais consegue se apropriar e potencializar os recursos técnicos, financeiros e transformá-los em possibilidades de “viver da agricultura”, e de sobra, incorporar as demandas importantes da sustentabilidade ambiental. Essa demanda, inclusive, pode se converter em mais uma estratégia de valorização patrimonial dos estabelecimentos, ao agregar a conformidade ambiental, tanto nos aspectos normativos da legislação, como nos modelos de produção agropecuária diferenciada para atender nichos do mercado consumidor de alto poder aquisitivo.

Outra questão revelada pelos dados foi a enorme heterogeneidade existente entre os agricultores familiares dessas localidades. Contudo, traz à tona um traço comum, o grupo de 21,6% de agricultores familiares que ostentam as condições materiais satisfatórias (PR, SC e menor grau no PA). O restante (PE e BA), em que a desigualdade elevada corre riscos de exclusão social e produtivas mais relevantes. É um fato que a trajetória da “[...] agricultura brasileira nos últimos cinquenta anos revela que os riscos vêm aumentando à medida que o setor moderniza-se, e que o padrão extensivo vai dando lugar a um novo padrão, baseado na intensificação do capital [...]” (BUAINAIN *et al.* 2014b, p. 178).

Significa dizer que a margem de manobra dos agricultores está se tornando cada vez mais reduzida, e na mesma proporção em que amplia a monetarização pela via da mercantilização da agricultura. Os agricultores familiares necessitam retirar das atividades os excedentes necessários para garantir a sobrevivência e o bem-estar da família, o acesso aos bens de consumo e as condições para a reprodução material do estabelecimento em ambientes cada vez mais marcados pela competição e concorrência. A necessidade do padrão de produção agrícola vigente está centrada na produção de mercadorias com valor de troca produzidas em escala. Além disso, esse processo é regido pela demanda crescente de insumos externos como principal estratégia na produção de excedente econômicos. Por outro lado, grande parte dos agricultores buscam atender e ampliar continuamente as suas necessidades e possibilidades de consumo visando o bem-estar e qualidade de vida. Nessa

questão, Georgescu-Roegen (2012) é cético em crer sobre as possibilidades de redução do consumo e do bem-estar dos indivíduos ao afirmar que:

[...] não há cinismo nem pessimismo em crer que, mesmo que nós fizéssemos conscientizar-se da problemática entrópica da espécie humana, o homem não renunciaria de bom grado as seus luxos atuais visando a favorecer a vida dos seres humanos que vão nascer daqui a dez mil, até mesmo daqui a mil anos somente. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 69).

É necessário salientar que todo o sistema produtivo apregoado pela economia tradicional é defendido como um sistema fechado sem interface com o meio externo, e mesmo mantendo as inúmeras divergências entre as diversas escolas do pensamento econômico (marxistas, neoclássicos, keynesianos, shumpeterianos, institucionalistas etc.). Foi Georgescu-Roegen (2012) que rompeu com essa tradição, e percebeu que a economia é um sistema aberto, ao considerar as interações intrínsecas com a natureza por meio da inclusão dos recursos naturais utilizados nos processos produtivos.

Essa controversa perspectiva na abordagem econômica abre a possibilidade da inserção dos custos e das externalidades ambientais aos custos de produção das mercadorias. Dito de outro modo, há uma enorme urgência em revisar padrões de consumo, inclusive para aqueles que nem chegaram a ele, para atender a pressão e às demandas sociais crescentes em atentar os preceitos da sustentabilidade ambiental, econômica, política, social e cultural defendida por Sachs (2008, 2000) e outros autores.

A Comissão *Brundtland*, definiu que “ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Dessa forma, essa visão política da sustentabilidade tende a fazer contorcionismos teóricos, para cobrir as diversas demandas do conceito, especialmente, no tocante às crescentes necessidades econômicas da vida cotidiana amplamente monetarizada, alinhadas com a urgência de não comprometer a disponibilidade da oferta de recursos materiais e ambientais no futuro próximo. É a expressão da difícil sustentabilidade, pois a “[...] lógica da concorrência pela obtenção da maior rentabilidade no jogo da acumulação privada da riqueza abstrata, as “propriedades sensíveis” das coisas naturais só interessam na medida em que podem ser convertidas em coisas monetárias” (CARNEIRO, 2005, p. 33).

Desse modo, a realidade cotidiana é dominada pela dinâmica da monetarização da vida social, e essa é a lógica do modo capitalista de ser e viver. A pesquisa empírica demonstrou que uma parte significativa de agricultores familiares vivem à margem, ou em

condições precárias para atender as demandas elementares da sobrevivência social. E ainda são assoberbados com a tarefa de proteger e manter os recursos naturais existentes, que, nessas condições, acabam sendo preteridos em virtude de necessidades mais urgentes. Nesse sentido, o discurso universalista da sustentabilidade pode soar fora de propósito, com um luxo defendido por aqueles cujas necessidades materiais já foram supridas e podem ser sujeitos da própria história, pois “[...] antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais [...]” preconizou sabiamente Marx (2004, p. 52).

Dessa forma, é pertinente a observação de Fuks (1998) que a proteção ao meio ambiente é um bem coletivo significativo para um grupo seletivo e restrito de indivíduos. O argumento da conservação dos recursos naturais se torna capcioso, enquanto entre os agricultores familiares ainda há um enorme passivo de institucionalidade social a descoberto. Estabelece-se aqui o conflito social no sentido marxista do termo, na medida em que a natureza ainda continua sendo a fonte de valores de uso (da riqueza material), “[...] como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo” (MARX, 1966, p. 379). E assim como o trabalho é somente a exteriorização de uma força natural do trabalho humano (MARX, 2004), que a vida cotidiana exige a labuta e a busca contínua e incessante para transformar o trabalho em dinheiro, posses e bens em valor de troca comercializados na praça do mercado.

O conflito não pode ser encarado como um elemento paralisante, significa que não há respostas prontas para compreender a maioria dos processos. É a instabilidade que gera o amadurecimento e o aprendizado e faz do homem o agente histórico. Para Dahrendorf (1981, p. 82) os “[...] conflitos são indispensáveis, como um fator do processo universal da mudança social “[...] exatamente porque apontam para além das situações existentes, e o conflitos o elemento vital das sociedades, como possivelmente seja o conflito geral de toda vida”. O conflito ambiental ganhou proporções de conflito civilizatório. Vale lembrar o argumento de Goldblatt (1996) ao se referir ao potencial depredatório da agricultura que não se restringe às atividades empresariais dirigidas para o mercado de exportações, e com base na liberdade concorrencial irrestrita do pensamento predominante do Ocidente (do mais e do melhor). Do mesmo modo, afirma que são expressivos os impactos ambientais causados pela agricultura de subsistência em todo o mundo.

Por outro lado, é induzida a necessidade de restrição do consumo (aos pobres) e esconde o verdadeiro tamanho do desperdício, como revela Lovejoy (1996) ao participar de uma reunião de um grupo de trabalho do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) em Genebra, em 1995. O autor detalha o rumo tomado pelas discussões na ocasião sobre os custos financeiros que poderiam ser alocados para viabilizar as medidas preventivas e destinadas a conter o efeito global estufa. Segundo o autor, o custo de uma vida *per capita*

em um país periférico e pobre foi estimado em US\$ 100 mil, enquanto em um país rico o custo foi de US\$ 1,5 milhão. E, mesmo assim, os investimentos que poderiam ser canalizados para melhorar as condições sociais e estruturais nos países em desenvolvimento, não são alocados. O modelo mantém a divisão internacional do trabalho, cujo papel reservado a esses países é o fornecimento de matérias-primas, mão de obra na forma de alimentos, fibras e minerais fornecidos a preços módicos.

É necessário insistir que o Brasil, nas últimas quatro décadas, se tornou um dos principais exportadores de produtos agrícolas do mundo, devido à transformação da produção agropecuária. Mesmo assim não se deve ignorar os custos sociais e ambientais que ainda estamos pagando. Entretanto, o curso das decisões políticas e econômicas tomadas, e que fazem as rodas do modelo de desenvolvimento girar, no tocante ao uso dos recursos naturais e materiais têm mantido o mesmo padrão de produção amplamente criticado (SACHS, 2000, 1986b). E essa constatação não considera a matriz ideológica de quem quer que esteja em posição de comando e poder. Não sabemos qual a direção seguir.

E mesmo com inúmeras críticas dirigida aos impactos do industrialismo na agricultura, Goldblatt (1996) defende que esse processo rompeu os constrangimentos iniciais que mantinham os índices populacionais sob controle. Abriram-se, desse modo, as possibilidades para a expansão agrícola e demográfica, ao retirar os limites técnicos à produção de alimentos, fornecimento de energia e as demandas restritivas ao uso da terra. Outro aspecto enfatizado pelo autor é que foi o capital que mobilizou as tecnologias por meio de equipamentos disponibilizados, e ainda pagou os rendimentos crescentes dos consumidores, que foram amortizados pela demanda dos produtos postos no mercado. Esse modelo permitiu a expansão e a mundialização da influência do capitalismo, inclusive, às regiões e aos países periféricos (HARVEY, 2005, 2010).

4.4 COMENTÁRIO SÍNTESE

A condução das atividades agropecuárias tem sido amplamente dominada pela mercantilização dos processos produtivos pela via da monetarização da vida social e trazem como consequência a elevação do consumo intermediário dos agricultores familiares e a necessidade contínua do ingresso de rendas monetárias. Essa estratégia é uma das formas explícitas de adaptação das atividades agropecuárias aos imperativos do modo de produção capitalista, em que relação com os múltiplos mercados se apresenta com um dos elementos ordenadores. Nesse aspecto, a introdução de inovações (tecnológicas, gerenciais, administrativas) exige dos agricultores familiares um novo comportamento e novas

habilidades e competências diferenciadas das que eram exigidas no passado.

A externalização e a cientificação do processo produtivo é uma realidade por meio do consumo intermediário em mais de 80,9% das despesas realizadas com a aquisição de insumos, de acordo com CA de 2006. Esse fator, aliado a outros tantos, exige o ingresso regular de dinheiro obtido pela produção sistemática de excedentes, que desse modo se constitui em principal agente que indica a condição basilar para a reprodução social e material das famílias e dos estabelecimentos rurais. Via de regra, essa “virtude” muitas vezes é traduzida sob a possibilidade dos agricultores familiares em adquirir bens materiais (automóveis, motocicletas, telefones celulares, computadores pessoais, etc.) que se transformam e se expressam em indicativos de acumulação econômica e de bem-estar.

Outro aspecto a ser lembrado é que essas “necessidades” se chocam com as demandas defendidas pelo conceito desenvolvimento sustentável. No centro desse debate está a restrição da atividade econômica e da acumulação privada dos recursos produzidos pela natureza, que a princípio não foram produzidos por ninguém. Contudo, há a exigência de adoção de processos de produção que consideram os limites físicos do planeta, pois o acesso ilimitado a recursos está promovendo tragédias a todos indistintamente.

Desse modo, as influências e os imperativos da produção de alimentos limpos de contaminantes químicos e biológicos e que possuam atributos indutores de saúde e de prudência ambientais exigidos pela sociedade, estão produzindo efeitos na condução das atividades agropecuárias. Entretanto, os agricultores deverão se adequar aos sistemas de produção e adotar técnicas e estratégias que considerem as necessidades acima apontadas, mas o farão se forem de alguma forma “premiados” por essa tarefa. Os dados da pesquisa revelaram, por outro lado, que as demandas impostas pela sustentabilidade, têm irregular aceitação entre os agricultores familiares pesquisados. A adoção de processos que induzam a migração para sistemas alternativos de produção, visando à preservação e ao uso racional dos recursos disponíveis por meio de técnicas de rotação de culturas, consorciação, adubação orgânica, investimentos em recuperação de áreas degradadas, práticas alternativas de controle de pragas e doenças, etc. Entretanto essas iniciativas necessitam da adesão dos agricultores, bem como ser amplamente apoiados por meio de investimentos públicos, custeados pelos contribuintes que igualmente desejam alimentos de boa qualidade e cuidados ao meio ambiente, mas é indispensável contribuir.

Os dados da pesquisa tratados no Capítulo 4 dessa tese revelaram igualmente que são baixos os níveis de renda de parte expressiva dos agricultores familiares entrevistados. Frente ao exposto, ao considerar a fragilidade das condições materiais e produtivas, torna-se duvidoso que os agricultores possam optar em primeiramente proteger os bens e ativos naturais existentes, e o discurso da sustentabilidade. Dessa forma, podemos inferir que a

adesão dos agricultores às necessidade de uso sustentável dos recursos naturais corre o risco de se torna inócuo, vazio e fora de propósito, de acordo com as assertiva de Fuks (1998), ao enfatizar ser próprio daqueles cujas necessidades materiais já foram supridas e exigem sacrifícios de quem ainda não adentrou à essas possibilidades. É a expressão de mais uma entre tantas as dimensões do conflito social da modernidade que emerge sob o manto das necessidades materiais em confronto com a urgência de proteção da natureza.

No próximo capítulo iremos debater sobre as alternativas de reprodução social e material dos agricultores familiares, diante das necessidades de geração e ampliação da renda familiar para cobrir as demandas cotidianas.

5 A BUSCA DA REPRODUÇÃO SOCIAL, UM DESEJO E UMA AVENTURA

No capítulo anterior o tema tratado na análise foram as condições de mercantilização e a monetarização da vida social, e de acesso aos bens de consumo e as relações com a sustentabilidade, especialmente, com as dimensões conexas ao uso dos recursos naturais. Nesse capítulo, o foco da análise está situado nos processos relativos às perspectivas e desejos dos pais em buscar que a atividade do estabelecimento permaneça sob o comando dos filhos. A busca de evidências e argumentos se destinam a verificar se a fragilização do ingresso de renda regular induz os agricultores familiares a buscar em novas formas de trabalho por meio de atividades não agrícolas, a fim de garantir o ingresso de renda, inclusive, que pode ocorrer, inclusive por meio dos caminhos da migração.

Outro aspecto diz respeito à busca de alternativas de reprodução social e material dos agricultores familiares, focada nas possibilidades de ingresso de renda por outros meios, fora do estabelecimento rural e fora das atividades agropecuária, em que a política de transferências sociais tem se manifestado como uma importante estratégia de renda para a manutenção das famílias e dos estabelecimentos rurais.

5.1 RENDAS DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

É notória a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento das regiões rurais, ainda em que está e exigir um conceito mais elaborado. É um debate que tomou corpo nos últimos anos, cuja contribuição para o desenvolvimento rural ultrapassa a dimensão meramente produtiva de alimentos e de matérias-primas. Para tanto, é necessário considerar o conjunto de transformações ocorridas nas trajetórias do desenvolvimento agrário e agrícola em períodos recentes. Dessa forma, é forçoso considerar que a consolidação da mercantilização e da monetarização foi ampliada nas atividades da agricultura familiar, e um dos aspectos mais marcantes e percebidos é o contínuo processo de vulnerabilização crescente dos agricultores, e que é mais agudo para os fragilizados.

Esse processo, de um lado, se propaga pelo caráter intensivo da necessidade da adoção de tecnologias de produção, e pelas transformações importantes nos modelos gerenciais e administrativos das atividades com vistas à produção de *commodities* (soja, milho, etc.) para exportação. Do outro, ocorre o aumento da dependência externa dos agricultores familiares diante dos riscos, o que amplia a fragilidade produtiva e estrutural

frente a mercados concorrenciais cada vez mais seletivos.

A institucionalização e a obrigação do ingresso contínuo de dinheiro ultrapassam e transcendem as questões materiais ligadas meramente à reprodução social dos estabelecimentos rurais. Sua influência penetra fundo nas dimensões simbólicas, estruturais, culturais e nos comportamentos sociais dos agricultores influenciando-os para formação de uma sociabilidade marcadamente capitalista. Os dados da pesquisa revelaram que cerca de 56% de estabelecimentos investigados se colocaram em condições incertas de se manterem nas atividades agropecuárias em função de VABs considerados baixos (menores que R\$ 25.000,00 por ano, divididos por 3,83 pessoas por estabelecimento, encontradas na pesquisa), especialmente, para aqueles localizados nas UFs das regiões Norte e Nordeste (municípios localizados nas UFs do PA, PE e BA).

A necessidade de ingresso de dinheiro nos estabelecimentos dos agricultores mais fragilizados se apresenta como uma questão importante e repercute, inclusive, no uso dos recursos do crédito rural. O trabalho de Toledo (2009) em Salvador das Missões (RS), ao estudar as fontes de rendas oriundas de atividades agropecuárias conjugadas com as originárias das atividades agrícolas, concluiu que as mesmas não são suficientes para a manutenção das necessidades básicas da família e de sustentação da propriedade. Dessa forma, os agricultores vulneráveis utilizavam estratégias para deslocar parte dos recursos do crédito rural como verba de manutenção para cobrir as demandas básicas da família.

O engenhoso processo consiste em utilizar a aplicação de insumos abaixo da recomendação técnica dos projetos (especialmente no custeio agrícola), a fim de fazer “sobrar” dinheiro para atender necessidades imediatas e viabilizar a sobrevivência do grupo familiar e do estabelecimento rural. Outra estratégia adotada por esses agricultores foi contratar o custeio pecuário, além de outros financiamentos sem a devida necessidade para atender às necessidades de gastos emergenciais da família (doenças e despesas diversas, ou mesmo aplicar recursos financeiros na poupança). O relato do agricultor familiar entrevistado abaixo é sintomático dessa estratégia.

Se fizer malandragem dá, mas no meu caso, eu tive que apresentar nota *né*, o dinheiro que eu peguei ia direto *prá* firma no caso dos investimentos, mas caso dos custeios vinte ou trinta por cento ou até cinquenta por cento sobrava e a gente deixava aplicada como reserva. (TOLEDO, 2009, p. 102).

Os agricultores familiares “capitalizados” podem administrar os recursos do crédito e transformá-lo em capital de giro para as propriedades, o que possibilita inclusive, a ampliação patrimonial a partir dos projetos elaborados. A esses agricultores concretizam-se

essas possibilidades, em virtude dos mesmos já possuírem propriedades com estruturas consolidadas e possuírem habilidades profissionais e tecnológicas traduzidas em especialização e diferenciação produtivas. Configura-se nesse processo a diferenciação social entre os agricultores e regiões, tema amplamente defendido nessa tese.

A declaração capturada por Toledo (2009) é sintomática do processo de como alguns agricultores aproveitam a oportunidade, inclusive, para a expansão da unidade produtiva.

Muita gente já desistiu, eu tenho 80 hectares que já comprei de quatro, que simplesmente abandonaram, venderam *prá* mim e eu vou seguindo. [...] financiei este trator e investi este recurso em outra terra. [...]. Paguei o trator, o trator já *tava* pago. [...] é uma maneira que colono tem de comprar e eu, usei o investimento. Eu comprei de quatro colonos que foram *prá* cidade. Eu usei o dinheiro que era barato, a gente conseguiu comprar mais coisas, terra e até fazer os filhos estudar. (TOLEDO, 2009, p. 82).

O relato revela o desvio de finalidade dos financiamentos e que os recursos oriundos do crédito rural, neste caso, é causa e efeito do processo de diferenciação social entre os agricultores familiares, francamente favorável aos já bem situados economicamente.

O processo de acirramento mercantil e concorrencial está solapando e fragilizando as condições objetivas de reprodução social e material de uma parcela expressiva de estabelecimentos rurais de agricultores familiares, que operam centrados apenas em rendas oriundas da agropecuária. O conjunto de mudanças nas regiões rurais leva a intuir sobre a ruptura da tese chayanoviana do equilíbrio (unidade de produção e consumo), na medida em que ocorre a ampliação da necessidade produtiva de mercadorias excedentes da unidade de exploração, antes estabelecida pelas necessidades de produção e de consumo interno das famílias. A influência externa do mercado altera as necessidades de consumo, inclusive, de insumos produtivos e continua pressionando para determinar o volume total da atividade que, por sua vez, pressiona o volume de trabalho pelo ingresso de mais renda, que pode ser complementada pela geração de outras rendas acessórias (CHAYANOV, 1974).

A necessidade de buscar mais renda por meio de outras atividades complementares é uma estratégia deliberada dos agricultores familiares, quando existe mão de obra excedente (que está se tornando cada vez mais escassa), e que possa contribuir com o aumento de ingressos de renda de outras fontes de trabalho fora do estabelecimento rural e fora da agricultura. No tocante à oferta de trabalho agrícola é a expressiva decomposição das famílias rurais causadas pela redução do número de filhos. Maia e Sakamoto (2014), analisando dados do IBGE, realçam a queda da taxa de fecundidade das famílias, de 4,0 filhos por família em 1981, para 1,71 em 2011. Ainda segundo os autores, isto por si só representa perdas expressivas na disponibilidade de mão de obra no futuro, que não repõe

nem a própria população, cuja necessidade se estima ao redor de 2,1 filhos por família.

Outro aspecto lembrado pelos autores é a força expressiva do êxodo seletivo de membros da família, especialmente, dos homens em idade apta para o trabalho. Entre 1991 e 2010, a participação das famílias nucleares se reduziu em 16 pontos (de 74% para 58%) e ao mesmo tempo, aumentou em oito pontos percentuais (de 4% para 12%) a participação de casais sem filhos. Mantido esse cenário, pode-se concluir que a contribuição da população rural para o aumento global da população brasileira terá importância reduzida, ao mesmo tempo em não repunha sua própria população, cujos reflexos estão se estendendo a oferta de mão de obra para as atividades agropecuárias.

Com isso posto, podemos admitir que a pluriatividade venha a ser uma possibilidade para transformar a unidade produtiva em multidimensional e multitarefa, onde se pratica a agricultura combinada com outras atividades (não-agrícolas, inclusive) visando ampliar a renda e adequar a força de trabalho ao volume das lides. Entretanto, há que considerar o que foi exposto acima no tocante à disponibilidade e oferta de mão de obra, dado que nas últimas décadas vem ocorrendo uma redução expressiva da oferta de trabalhadores rurais. Baumel e Basso (2004) defendem que desse modo a pluriatividade:

[...] se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

De forma que a pluriatividade se expressa pela diversificação das atividades que possam auferir outras rendas, por meio de diferentes atividades, ou por exercício de atividades, que por vezes nem são agrícolas, mantendo a residência no campo e uma ligação que tende a fragilizar com a agricultura e com a vida no espaço rural. Para Alentejano (2001, p. 157) “[...] a noção de pluriatividade permite dar conta melhor do caráter familiar da unidade agrícola, pois parte dos membros pode dedicar-se até integralmente ao trabalho agrícola, enquanto outros trabalham em outras atividades”. Ao buscar outras fontes geradoras de ingressos revela-se de certa forma a fragilidade e a incapacidade da unidade familiar em prover satisfatoriamente a geração de renda compatível para o estabelecimento por meio exclusivamente das atividades agropecuárias.

Por outro lado, essa possibilidade se torna uma estratégia que supostamente permite alocar racionalmente a mão de obra existente para obter ingressos de renda complementares, quando existe disponibilidade. Essa temática tem sido objeto de estudos

por um conjunto de pesquisadores tais como: Carneiro. (1998), Campanhola, Graziano da Silva (2000) e Schneider (2003, 1999) que interpretaram essa tendência como uma das possibilidades de geração de renda complementar para os agricultores familiares, e também um promissor campo de pesquisa para o desenvolvimento rural.

Dessa forma, o trabalho de campo revelou qual a extensão e o potencial da pluriatividade manifesta por meio dos ingressos das rendas de atividades não-agrícolas (Tabela 33). Os dados indicaram que 69,9% dos agricultores familiares da amostra não tiveram aporte de nenhuma renda por meio dessa estratégia, e 30,1% informaram que sim.

O que poderia se especular é que os dados poderiam ser francamente favoráveis aos agricultores familiares mais capitalizados da região Sul, mas apesar dos índices serem os mais baixos, eles se situam com os maiores volumes de recursos que ocorre por meio da oferta de serviços especializados de máquinas agrícolas. Nessa região há uma pungente escassez de mão de obra familiar e assalariada para os estabelecimentos, e em alguns setores essa escassez é mais presente, como por exemplo na cultura do tabaco e na produção leiteira. Entretanto, quando analisamos o número de dias trabalhados em outras atividades, conforme dados apresentados na Tabela 34 (mais adiante), o PR teve 11,5% da amostra dos que contrataram, o PA apresentou 10,1%, PE com 7,9%, SC, 6,6% e a BA com 5,9%. No geral, foram 22,8% da amostra acima de 300 dias no ano de 2012-2013. Os números estão revelando que existe um mercado de trabalho na agricultura familiar, esse fator reforça a percepção de que há a necessidade de contratação de mão de obra externa.

Apesar de supor que as regiões do Norte e Nordeste tenderiam a ter ainda uma oferta residual de mão de obra, porém, os dados do Censo de 2010 desmentem essa percepção. No caso específico do Nordeste, cerca de 60% dos municípios nordestinos houve queda nominal da população rural e determinou a uma diminuição de 3,29% da população rural. No período 2000-2010 houve a redução em seis das nove UFs daquela região, pois dos 1.787 municípios, em 1.087 houve redução em cerca de 60,83% dos municípios (IBGE, 2010).

Ao se referir sobre o potencial e à capacidade das atividades não agrícolas de oferecer condições de geração de renda investigada por diversos grupos de pesquisa e autores, Silva e Costa (2014) admitem de modo geral que a busca de ocupações fora do estabelecimento e fora da agricultura por diversos membros das famílias rurais, nem sempre se constituem e se viabilizam como fator de promoção socioeconômica das famílias. No Nordeste são notórias as condições de precariedade, e a oferta de trabalho, quando existe reforça o processo de centralização produtiva, na medida em que as ocupações mais rentáveis são oriundas do meio urbano, ou focadas em localidades (polos), e ensejam relações de proximidade mais adequada para o processo de desenvolvimento.

Tabela 33 – Rendas de atividades não agrícolas.

Volume de aporte anual	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sem aporte	N	39	40	33	12	29	153
	%	17,8	18,3	15,1	5,5	13,2	69,9
Até R\$ 5.000,00	N	1	1	2	4	2	10
	%	0,5	0,5	0,9	1,8	0,9	4,6
De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	N	2	5	5	3	5	20
	%	0,9	2,3	2,3	1,4	2,3	9,1
De R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00	N	2	2	3	0	2	9
	%	0,9	0,9	1,4	0,0	0,9	4,1
De R\$ 15.001,00 a R\$ 20.000,00	N	3	1	1	2	1	8
	%	1,4	0,5	0,5	0,9	0,5	3,7
De R\$ 20.001,00 a R\$ 25.000,00	N	1	0	1	2	2	6
	%	0,5	0,0	0,5	0,9	0,9	2,7
Acima de R\$ 25.001,00	N	2	1	5	2	3	13
	%	0,9	0,5	2,3	0,9	1,4	5,9
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Garcia (2014), tendo como referência os dados do censo demográfico de 2010, enfatiza outros aspectos relativos às mudanças que influenciam a transferência de trabalhadores rurais para as cidades. Apesar dos dados demonstrarem que houve redução da migração e com a concomitante redução relativa de pessoal ocupado nas atividades da agricultura, cerca de nove milhões de pessoas obtiveram seu rendimento diretamente das

atividades agrícolas (não se incluiu a aqui a parcela de agricultores). Além disso, aproximadamente metade dos ocupados em atividades agrícolas, estimados em pouco mais de 16 milhões, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, residiam nas áreas urbanas (IBGE, 2014a, 2014b, 2014c; DIEESE, 2014). Enfim, de acordo com o autor, esses dados confirmaram ainda a crescente importância da parcela da população rural ocupada em atividades não agrícolas, estimada em 3,74 milhões de pessoas (IBGE, 2014b).

Finalmente, Garcia (2014) arremata que não se pode falar em mercado de trabalho rural, mas sim em múltiplos mercados de trabalho, cuja tendência está acompanhando as transformações das regiões rurais para atender as demandas dos sistemas produtivos agropecuários. No tocante ao Nordeste rural, o mercado de trabalho continua fortemente marcado pela presença dos pequenos estabelecimentos agrícolas com áreas muito reduzidas (BUAINAIN; GARCIA, 2013b). O estabelecimento rural é o local de moradia e a mão de obra “sobrante” (KAGEYAMA; REHDER, 1993) é utilizada como reserva para trabalhos ocasionais, sazonais, de baixa qualificação e mal pagos.

Retomando a análise da Tabela 33, SC teve 4,2% da amostra, PR, 5,1%, o PA teve 7,9%, a BA, 6,9% e PE, 5,9%. A pesquisa revelou que parte expressiva da contratação desses trabalhadores está concentrada do setor de serviços (saúde, educação, segurança, comércio, beleza, etc.), na construção civil, na indústria de transformação (frigoríficos, alimentos e na metalurgia). Há uma parte sendo empregada em organizações sociais (ongs, sindicatos, cooperativas e prefeituras). Entretanto, há um fator a considerar sobre a tendência da opção pelas atividades não agrícolas. Ao consolidar um cenário de um amplo mercado de trabalho nesses setores, essa “virtude” pode estimular ainda mais a evasão da mão de obra para os setores urbanos, apesar de se constituir em uma importante estratégia de geração de renda para o estabelecimento. Dito de outra forma, esse fator tenderia reduzir ainda mais a oferta de mão de obra para as atividades agropecuárias.

É admissível a lembrança levantada por Barthez (1987), sobre a extensão da ruptura familiar na busca de outras atividades fora do escopo da lógica da família tradicional, antes baseada no grupo doméstico como unidade profissional, na medida em que cada membro atuava em trabalhos diferentes sendo da mesma família. As atividades agropecuárias tendem, a perder espaço na medida em que o trabalho em outros setores pode ser considerado menos penoso, e mais bem remunerado. Originalmente cumpre, de certa forma, para algumas regiões, o enunciado de Lewis (1954), o qual, o segmento rural e outros espaços sociais fragilizados, e vivendo em regime de subsistência poderiam suprir as necessidades de mão de obra do setor industrial (e outros).

A oferta de trabalho, na visão de Lewis, a mão de obra excedente, precária ou desempregada, seria atraída pela oferta de trabalho com renda mais elevada do que a

renda rural (menos penoso que o trabalho agrícola), mesmo que restrita a cobrir o mínimo da subsistência e da reprodução social. Esse modelo, com algumas limitações, em parte ainda explica a escassez de mão de obra em algumas regiões rurais. No entanto, o modelo de Lewis (1954) foi aceitável como uma alternativa analítica e explanou com certa razoabilidade, por um período. Toledo e Toni (2016) defendem que isso foi possível na medida em que a industrialização avançava em países com a maioria da população rural, como era o caso do Brasil, pois o modelo era adequado e:

[...] foi factível enquanto os países podiam contar com a oferta abundante de trabalhadores de baixa produtividade, oriundos do setor rural e de outros segmentos de subsistência. Entretanto, o aumento da urbanização e a decomposição demográfica da população rural refletiram na oferta e demanda de braços para o emprego nas indústrias, e, por extensão, no demandante setor agropecuário. (TOLEDO; TONI, 2016, p. 95).

Os dados da pesquisa revelaram ser uma realidade que as atividades não agrícolas visando melhorar a renda dos estabelecimentos rurais se apresentam como uma opção a considerar. E esse fator, combinado com outros, tende a diminuir as perspectivas em permanecer nas atividades agropecuárias no futuro, ao influenciar os agricultores familiares a eleger outras alternativas consideradas mais viáveis, que apenas ganham tempo para a exclusão futura, caso as condições socioeconômicas não apresentem evolução. Aqueles que saem do campo, particularmente os mais jovens, buscam encontrar alternativas de emprego e renda regular, e são igualmente os que encontram maiores dificuldades na integração aos mercados urbanos de trabalho (ABRAMOVAY, 1998).

Isso ocorre em virtude da baixa escolaridade e qualificação necessárias a atender as demandas de ofícios para os quais nunca foram preparados. Além disso, em 2014, entre os 4,5 milhões de ocupados empregados (ou assalariados rurais), a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada (não formalizados), e 40,6% (1,6 milhão) estavam formalizados (DIEESE, 2014).

A Tabela 34 informa o número de dias trabalhados pelos membros das famílias e visando captar aqueles que optaram em trabalhar em atividades fora dos estabelecimentos, inclusive podendo ser atividades realizadas diversa da agricultura. Os dados revelaram que 5,0% da amostra trabalharam de 1 a 30 dias, SC teve o percentual maior com 1,8%, PA 0,5%, PE, PR e BA, 0,9%. No estrato de 31 a 60 dias, PE e BA teve 0,9%, o PR 0,5%, e somatório do em 2,3% do total da amostra. De 61 a 90 dias, PR nenhum, SC 0,9%, PA e PE 0,5% e a BA 0,9%. O total do estrato somou 2,7%. Os três estratos (1 a 120 dias) somados representaram 12,7% da amostra pesquisada. Essa mão de obra temporária pode ser

contratada com a garantia de amparo legal por meio dos contratos de curta duração de acordo com a Lei nº 11.718/2008 (BRASIL, 2008). Essa modalidade de contrato é destinada aos agricultores que vivem em regime de economia familiar, e que possuam estabelecimentos rurais com até quatro módulos fiscais e que não tenham empregados permanentes. Essa legislação não é aplicável para as pessoas jurídicas.

A contratação do empregado fica restrita aos 120 dias de trabalho durante o ano, corridos ou intercalados e o trabalhador pode exercer outras atividades, inclusive em áreas urbanas, sem perder a condição de segurado especial⁸ do regime previdenciário.

No estrato compreendido entre 121 e 180 dias trabalhados, o percentual foi de 2,7% do total da amostra, sendo que o PR, SC, PA, PE tiveram 0,5% cada, e a BA com 0,9%. De 181 a 241 dias foi 1,4% da amostra total, sendo que SC, PA e PE tiveram 0,5%, de 241 a 300 dias 1,8%, somente uma ocorrência no PR de 1,8%, e acima de 301 dias 22,8% do total da amostra, e as UFs mais expressivas em contratação de mão de obra foi o PR com 7,3%, PA 6,4%, PE 3,7%, SC 2,7%, e a BA com 2,7%. Houve 58,4% dos informantes da amostra não soube ou não respondeu. Significa dizer que os dados em termos gerais demonstram a necessidade e a capacidade dos agricultores familiares e das regiões (mais capitalizados) com capacidade de contratar empregados assalariados permanentes.

Contudo, uma ressalva se faz necessária, pois esse fator não implica necessariamente em formalização das relações de trabalho que por vezes não podem ser cobertas por grande parte dos agricultores familiares, devido às baixas rendas. Esse fator contribuiu para a informalidade dos assalariados rurais. No PR taxa é de 46,9%, em SC de 49,5%, no PA de 78,2%, em PE de 69,1% e na BA de 81,9% (média das cinco UFs é 65,1%). Um fator que auxilia a explicar a grande informalidade do trabalho rural, (além logicamente da falha do Estado em fiscalizar adequadamente) é a condição de morar na propriedade onde trabalha. Do mesmo modo, nos trabalhos de curta duração, a migração forçada dos agricultores familiares (temporários) que vagueiam em busca de algum trabalho, em determinados períodos do ano, contribuem para o elevado percentual de informais com local de residência em áreas exclusivamente rurais (DIEESE, 2014).

⁸ Conforme Lei 8.212/1991, art. 12, inciso VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: 1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; 2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e, c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (BRASIL, 1991).

Tabela 34 – Dias trabalhados fora do estabelecimento. (Ano agrícola 2012-2013).

Número de dias	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
De 1 a 30 dias	N	2	4	1	2	2	11
	%	0,9	1,8	0,5	0,9	0,9	5,0
De 31 a 60 dias	N	1	0	2	2	0	5
	%	0,5	0,0	0,9	0,9	0,0	2,3
De 61 a 90 dias	N	1	0	2	2	1	6
	%	0,5	0,0	0,9	0,9	0,5	2,7
De 91 a 120 dias	N	0	2	1	1	2	6
	%	0,0	0,9	0,5	0,5	0,9	2,7
De 121 a 180 dias	N	1	1	1	1	2	6
	%	0,5	0,5	0,5	0,5	0,9	2,7
De 181 a 241 dias	N	0	1	1	1	0	3
	%	0,0	0,5	0,5	0,5	0,0	1,5
De 241 a 300 dias	N	4	0	0	0	0	4
	%	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8
Acima de 301 dias	N	16	6	14	8	6	50
	%	7,3	2,7	6,4	3,7	2,7	22,8
Não sabe/não respondeu	N	25	36	28	8	31	128
	%	11,4	16,4	12,8	3,7	14,2	58,4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O trabalho do Dieese, diz respeito ao local de moradia dos assalariados rurais, pois 48,8% vivem exclusivamente em áreas rurais. Esse número cai para 41,1% quando se

consideram apenas os trabalhadores formais e atinge 54,1% entre os informais. Por outro lado, 51,2% dos assalariados rurais residem em áreas urbanas. Esse fator amplia o contexto que enseja profundas transformações nas regiões rurais, que conjugados com outros fatores (a importância da tecnologia, a sociabilidade capitalista, a monetarização da vida social, o apoio residual do Estado, etc.) justifica os argumentos sobre a emergência de um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola e de acumulação, conforme as concepções defendidas por Buainain *et al.* (2013c) e Buainain *et al.* (2014c).

De forma que esse conjunto de indagações nos leva a refletir sobre as possibilidades que se apresentam para as regiões rurais no futuro, tema a ser ampliado na seção seguinte.

5.2 AS REGIÕES RURAIS ENTRE O HOJE E O PREÇO DO AMANHÃ!

A Tabela 35 evidencia os principais motivos pesquisados e que pode levar os membros da família a buscar outras atividades fora da agricultura e fora do estabelecimento na percepção dos chefes dos estabelecimentos, e 58,4% não soube ou não respondeu a questão. Das 9 causas que foram relacionadas representaram 41,7% da amostra, elencamos as cinco principais. Em primeiro lugar aparece como motivo a penosidade do trabalho agrícola e ra enda reduzida do estabelecimento rural em 27,9% da amostra, sendo que o PA teve o percentual mais elevado com 9,2%, seguida da BA com 5,5%, PR, 4,6%, SC, 4,5% e PE com 4,1%. Essa motivação representou 67% das 91 respostas válidas para a questão sobre a opção de buscar as atividades não agrícolas. O segundo destaque foi a necessidade de conciliar o trabalho com as demanda de estudo, com 4,0% da amostra, sendo em SC, 1,9%, na BA, 1,4%, em PE, 0,9% , o PR e o PA com 0,5%. Em terceiro lugar, a justificativa foi as adversidades climáticas com 3,2%. Em quarto lugar foi a área reduzida do estabelecimento com 2,7% do total das amostra. O quinto motivo alegado foi a necessidade de estudar e que apareceu em 2,7% da amostra. A opção pela migração apareceu em quinto lugar com 2,3% da amostra.

Por outro lado, chama a atenção que apenas 2,7% da amostra tenham expressado como motivo para buscar outras atividades, a área reduzida dos estabelecimentos para as atividades agrícolas. Esse fator soa contraditório, na medida em que a terra é defendida como condição *sine qua non* para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sendo um elemento importante (mas não único) na viabilização dos estabelecimentos rurais, especialmente, os menores. Essa percepção é provocativa e reveladora ao considerar que a média de área dos estabelecimentos rurais investigados não é extensa. No PR é de 26,36 ha, em SC, é de 28,36 ha, no PA, é de 32,68, em PE, é de 30,16 ha e na BA, é de 20,43 ha.

Nesse quesito, o PR foi a UF que apresentou o maior percentual (1,8%) enfatizando o problema da área reduzida do estabelecimento como condição para optar em procurar outras atividades não agrícolas a fim de aumentar ou complementar a renda da família.

Tabela 35 – Motivos dos membros das famílias em optar pelas atividades não agrícolas.

Principais motivos	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Penosidade do trabalho agrícola, a renda reduzida e irregular do estabelecimento	N	10	10	20	9	12	61
	%	4,6	4,5	9,2	4,1	5,5	27,9
Adversidades climáticas	N	0	0	1	5	1	7
	%	0	0	0,5	2,3	0,5	3,2
Área reduzida do estabelecimento	N	4	1	0	0	1	6
	%	1,8	0,5	0	0	0,5	2,7
Migração (necessidade de conciliar trabalho e estudo)	N	1	4	1	2	3	11
	%	0,5	1,9	0,5	0,9	1,4	4,0
Construção de agroindústria caseira	N	1	0	1	1	0	3
	%	0,5	0	0,5	0,5	0	1,4
Enfermidade (pessoal ou de membros da família)	N	0	0	1	0	0	1
	%	0	0	0,5	0	0	0,5
Dificuldades de alocar mercado para os produtos agropecuários	N	0	1	0	0	0	1
	%	0	0,5	0	0	0	0,5
Disponibilidade de mão de obra familiar	N	0	0	1	0	0	1
	%	0	0	0,5	0	0	0,5
Não sabe/não respondeu	N	34	34	25	8	27	128
	%	15,5	15,5	11,4	3,7	12,3	58,4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As informações da Tabela 35 parecem conduzir os membros das famílias à procura de alternativas econômicas e de outras oportunidades, que muitas vezes não podem ser alcançadas no interior dos estabelecimentos. Esse tema está diretamente relacionado com a migração seletiva dos jovens do sexo masculino e a reboque amplia a discussão sobre a sucessão geracional dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares.

A temática da masculinização e do envelhecimento se tornou global e vem demonstrando seus efeitos em vários outros países, inclusive no Brasil onde há poucos estudos a respeito. Contudo, o êxodo rural vem se apresentando de novas formas, e a masculinização e o envelhecimento da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999), e os reflexos se estendem na oferta de mão de obra rural (MAIA; SAKAMOTO, 2014) como das tendências do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola.

A Tabela 36 mostra as expectativas dos agricultores familiares chefes das famílias, quando indagados sobre a possibilidade de evasão de algum dos membros da sua família em migrar para a cidade, 47,5% da amostra respondeu que manifestou desejo em fazer esta opção. No PR o índice foi de 10,5%, em SC de 8,2%, UFs em condições mais favoráveis, no PA de 14,2%, em PE de 4,6% e na BA de 10,0%.

A resposta negativa foi de 2,7%, enquanto 49,8% dos informantes não sabem ou não responderam a questão. Os dados apresentados da presente pesquisa são semelhantes aos encontrados por Toledo (2009), ao investigar os agricultores familiares de Salvador das Missões (RS), na medida em que o argumento principal encontrado foi a renda reduzida e a penosidade na execução do trabalho agrícola. Esse fator foi responsável pela opção da migração em 53,3% daquela amostra pesquisada.

Apesar dessa tese ter optado por um estudo de caso, o que exige cautela em fazer inferências generalizantes, mas os dados indicam uma tendência a ser apreciada, na medida em que o processo de êxodo rural, a masculinização e o envelhecimento não se apresentam como processos recentes e nem isolados. Os dados históricos apresentados pelos censos demográficos demonstram que desde 1950 até 2010 as regiões rurais brasileiras perderam cerca de 51,2 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

Essa cifra por si só confirma que o tema da demografia necessita ser urgentemente ampliado, a fim de compreender a situação atual e suas implicações sobre os destinos do desenvolvimento agrário e agrícola das regiões rurais brasileiras, para que sejam elaboradas políticas e ações para modificar, amenizar ou mesmo se adaptar à nova dinâmica demográfica rural.

Tabela 36 – Expectativa de migração para a cidade.

Expectativa	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	23	18	31	10	22	104
	%	10,5	8,2	14,2	4,6	10,0	47,5
Não	N	3	1	0	0	2	6
	%	1,4	0,5	0,0	0,0	0,9	2,7
Não sabe/não respondeu	N	24	31	19	15	20	109
	%	11,0	14,2	8,7	6,8	9,1	49,8
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Maia (2014), ao analisar os dados históricos dos censos demográficos, observou que ainda há um cenário persistente de êxodo rural. Embora admita que houve desaceleração dessa tendência, especialmente notada, a partir dos anos 2000, assinala ainda que a:

A família rural, que, em 1991, caracterizava-se por um casal com dois filhos, agora caracteriza-se por um casal com um filho em idade escolar. Se persistirem as tendências observadas nas últimas décadas, há ainda a grande probabilidade de esse jovem alcançar níveis mais elevados de escolaridade do que seus pais e obter um emprego mais bem remunerado no setor de serviços das áreas urbanas. (MAIA, 2014, p. 1096).

No tocante à expressão e poder do êxodo, ao reforçar a ideia inconteste da crescente urbanização, Veiga (2001) critica a metodologia utilizada pelo IBGE para definir e diferenciar o que é urbano e rural, um rescaldo do “entulho getulista”, que na visão do autor desvaloriza as regiões rurais, ao não valorizá-las como possíveis estratégias para promover o desenvolvimento do país. Essa visão talvez contribua para difundir as condições sociais e estruturais deficientes do meio rural, e para os jovens isso é visto como castigo, e não como projeto de vida, e justifica a migração em busca de outras oportunidades.

A Tabela 37 mostra as expectativas captadas dos agricultores familiares (chefe dos estabelecimentos) em relação à continuidade da profissão de agricultor e no legado da família. Os dados informam que 67,1% desejaram que os filhos continuassem, sendo que PR foi 18,7%, em SC 18,3% e no PA 13,7%, sendo as UFs mais expressivas. Na BA o percentual foi de 10,5% e em PE, 5,9% e 30,6% responderam que não desejariam.

Tabela 37 – Expectativas dos pais em relação dos filhos seguir a profissão de agricultor.

Expectativas	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	41	40	30	13	23	147
	%	18,7	18,3	13,7	5,9	10,5	67,1
Não	N	9	9	19	11	19	67
	%	4,1	4,1	8,7	5,0	8,7	30,6
Não sabe/não respondeu	N	0	1	1	1	2	5
	%	0,0	0,5	0,5	0,5	0,9	2,3
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De modo que a conservação e a transmissão de um patrimônio sociocultural e material constitui um modelo incomum e ao carregar essas funções e atribuições desempenham “[...] um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar” (LAMARCHE, 1993, p. 13). Isso posto, se alude que a família ainda é o ponto central e a mensageira dos valores atribuídos pela socialização dos sentidos do trabalho, da profissão e da propriedade, e que o legado de muitas décadas de labutas e experiências possam ser revelados e transmitidos aos filhos na esperança de continuidade. É adequado o destaque realizado por Mancuso (1975) que anotar:

Entre os vários motivos apresentados pelos atores sociais para explicar o apego que sentem pela vida rural, o costume e o fato de terem nascido e

crescido em um determinado local aparece repetidas vezes. [...] Desta forma, a identidade do ator rural se define com relação ao lugar onde está e onde sempre viveu. Seus valores, seus padrões de comportamento, sua visão de mundo que integram a sua personalidade foram por ele obtidos, através do processo de socialização, dentro dos limites do Sistema Social Rural. Sua concepção de liberdade assim construída ressalta a importância do Sistema Natural. A cidade, com seus valores e padrões de comportamento diferentes, ameaça à identidade social dos atores rurais. (MANCUSO, 1975, p. 134 e 136).

Em última instância, muito das questões apontadas na citação acima partiam do mundo circunscrito do estabelecimento rural o espaço social que determinava a forma de como viver e de como se portar, bem como influenciava nas necessidades de produção e de consumo da família, e que agora operam sob novas demandas econômicas e culturais. Estamos a viver em um intenso e amplo processo de mercantilização e monetarização da vida social, reflexos que expressam a evolução e a ruptura estrutural da composição interna da propriedade e do mesmo modo, da família rural, que no passado era composta em um mesmo lugar de produtores e consumidores (CHAYANOV, 1974). Ainda de acordo com Kiyota e Perondi (2014), A renda é um importante fator condicionante do processo de sucessão geracional dos estabelecimentos rurais, mas não deva ser tomada como exclusiva.

Os estudos de Abramovay (1998) e de Silvestro (2001) enfatizam que as possibilidades de permanecer nos estabelecimentos rurais têm muito a ver com as condições de obter renda. Em outra abordagem, a educação formal vem assumindo importância na vida dos que estão em busca de uma melhor formação a fim de prepará-los para os desafios do mundo. Nesse aspecto é revelador e sintomático os apontamentos realizados por Brumer e Spavenello (2008), ao enfatizar que esses fatores:

[...] não são únicos nem isolados, mas interligados entre si e dizem respeito às condições socioeconômicas familiares e da unidade produtiva; ao tipo de trabalho (agrícola ou não agrícola) realizado; às oportunidades de trabalho existentes na agricultura familiar e em atividades não agrícolas no meio rural ou nas cidades próximas aos locais de residência, para jovens de ambos os sexos; à educação; ao acesso ao lazer, ao tipo de lazer existente e às expectativas dos jovens sobre o lazer no meio rural; à participação e ao envolvimento em movimentos sociais; à possibilidade de o jovem ter trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e seus gastos pessoais; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola e o modo de vida no meio rural; ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens; à perspectiva matrimonial com moças ou rapazes do meio rural. São dimensões que constroem as razões e as motivações dos jovens de querer ou não ser agricultor (a), de querer ou não ficar no meio rural (BRUMER; SPANEVELLO 2008, p. 13).

O trabalho de Kiyota e Perondi (2014) concluiu ainda que há uma tendência, encontrada igualmente em outros trabalhos (ABRAMOVAY, 1998), que evidencia o maior nível de escolaridade e a evasão das jovens mulheres na busca por uma melhor posição no mercado de trabalho. No quesito da educação, apesar dos progressos nos anos recentes, as regiões rurais apresentam baixos níveis de educação formal. O trabalho de campo demonstrou ainda que a evasão dos chefes dos estabelecimentos rurais determinada pela busca de educação é a segunda razão de abandono do meio rural, em 10,5% dos casos da amostra investigada. A primeira foi à busca de renda regular e a fuga do árduo trabalho agrícola em 13,2% da amostra, que conjugados com a busca de renda regular (13,2%) representaram 26,4%, conforme apresentado na Tabela 17. Tabela 37 retrata uma previsão (muito mais próximo de um desejo dos chefes dos estabelecimentos) em dar continuidade às atividades agropecuárias no curto prazo em caso de impedimentos.

Na Tabela 38 foi informada a perspectiva percebida pela lógica dos filhos dos agricultores que supostamente poderão seguir a profissão dos pais. Em 55,7% dos informantes responderam de que existem condições favoráveis para que algum membro da família assuma o comando do estabelecimento rural em um determinado momento. Sendo que o PR foi a UF que apresentou o maior percentual de respostas afirmativas em 13,7% do total da amostra, SC vem em segundo com 12,8%, seguida da BA, com 11,9%, o PA, 11,0%. PE ficou com 8,2%, enquanto 32,0% da amostra não gostariam de continuar, e pela ordem o PR com 7,8%, SC com 6,8%, PA com 8,2%, PE com 2,7% e a BA, 6,4%.

Outros estudos sobre o tema parecem concordar que há um sintomático despreparo e uma despreocupação quanto à sucessão no comando das propriedades familiares. Há um contingente significativo de estabelecimentos rurais que não apresentaram nenhum sucessor, dado evidenciado pelo trabalho realizado na região do Vale do Taquari (RS) pela Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES, 2005), segundo o qual, o percentual encontrado entre os agricultores familiares foi de 32,5% (contra os 55,7% encontrados na amostra) para as mais de 28.000 propriedades familiares existentes nos 37 municípios que compõe aquela região do Rio Grande do Sul. De qualquer modo cerca de 1/3 dos estabelecimentos não possui pretendentes em suceder as atividades.

Nesta linha, Toledo (2008) alerta que diante das transformações socioculturais das regiões rurais “[...] já não há mecanismos seguros que garantam a permanência da juventude rural junto às propriedades dos pais”. Dessa forma, pode estar ocorrendo uma crise e ruptura entre as perspectivas de vida assumidas pelos pais e a esperada pelos seus filhos na continuidade das atividades do estabelecimento “[...] o que parece demonstrar que esses não vislumbram expectativas e atrativos que venham transformar o meio rural em um local adequado para o projeto de suas vidas” (TOLEDO, 2008, p. 6).

Tabela 38 – Perspectiva na sucessão dos estabelecimento.

Possibilidades	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	30	28	24	14	26	122
	%	13,7	12,8	11,0	6,4	11,9	55,7
Não	N	17	15	18	6	14	70
	%	7,8	6,8	8,2	2,7	6,4	32,0
Não sabe/não respondeu	N	3	7	8	5	4	27
	%	1,4	3,2	3,7	2,3	1,8	12,3
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

É um fato aceito que os grupos humanos não produzem apenas as condições da vida material, mas, ao fazer isso, ao mesmo tempo elaboram um conjunto de representações e valores sociais e morais que estão diretamente conectados com as condições de existência cotidiana. Dessa forma, para compreender os sentidos atribuídos às transformações morais e às visões de mundo, é necessário refletir sobre as mudanças socioeconômicas e culturais a qual os indivíduos estão submetidos. Os seja, as condições materiais influenciam, e por vezes, determinam de alguma forma a consciência dos indivíduos, confirmando as premissas de Marx (2004) ao buscar construir as condições materiais. Refletem, inclusive, nas representações sociais e na formulação de projetos pensados para o futuro.

Apesar das dificuldades a maioria dos agricultores familiares entrevistados manifestou a sua crença e fé nas atividades da agricultura e em possibilidades de desenvolvimento de um futuro promissor para a família (Tabela 36). É possível que o “otimismo” dos agricultores possa ser entendido pela necessidade dos centros urbanos em consumir comida farta e barata. Entretanto, o sistema de produção agropecuária da atualidade integra apenas uma

pequena parte de agricultores ao mercado de fornecedores. O modo de produzir é altamente tecnificado e integrado por meio de diversas cadeias ligadas a vários complexos agroindustriais. Mesmo que as unidades familiares de produção possam ser consideradas por alguns em uma unidade de produção não capitalista. No entanto, elas se tornaram funcionais ao modo de produção capitalista e dispostas às mesmas vicissitudes do capitalismo, quais sejam, à competição e à concorrência contínuas. Entretanto, essa concepção não deve ser estendida à maiorias dos agricultores, pois há aqueles que acreditam e lutam por outras alternativas ao modelo dominante.

Gualda (2007) enumerou três arranjos distintos que podem ser adotados para desenvolver a agricultura familiar. A primeira de cunho marxista, que parece ser dominante nos estudos rurais brasileiros, anota que parte expressiva da agricultura familiar irá, no longo prazo desaparecer, diante das dificuldades em se adaptar as exigências produtivas e tecnológicas do desenvolvimento agrícola. A segunda, denominada de neo-populismo-ecológico, aposta nos atributos que destacam a autonomia relativa agricultor familiar, ao enfatizar o uso dos recursos locais, a diversificação produtiva, além das possibilidades de uso sustentável dos recursos por meio dos sistemas de produção tradicionais. A terceira, a agroecologia, procura fazer uma composição com as duas posições. A estratégia é olhar a agricultura familiar para muito além da visão reducionista focada apenas na produção de subsistência, ao defender que a integração ao mercado de produtos e insumos deve ser realizada atentando e controlando a dependência dos agricultores no processo. É possível, na visão do autor, viabilizar uma agricultura familiar fortemente inserida em mercados cada vez mais dinâmico e competitivo, com o uso intensivo de tecnologias modernas. Apesar da visão otimista do autor, ainda resta uma incômoda pergunta a fazer: para quantos?

A Tabela 39 mostra que 72,6% da amostra defenderam que há perspectivas positivas para o desenvolvimento da agricultura, e por consequência confiam que ela possa trazer prosperidade social e econômica para as famílias rurais. As UFs tradicionalmente com a agricultura familiar consolidada apresentam os melhores índices. PR com 17,4%, SC, 16,9% e PA, 17,4%, PE 12,3% e a BA 8,7%. Responderam negativamente 22,4% da amostra.

A visão positiva dos agricultores com relação a agricultura e bem estar familiar pode ser atribuída ao fato da família, ser proprietária/possuidora dos meios de produção, a aptidão pelo trabalho na terra, os valores e tradições (patrimônio sociocultural intangível) que são construídos em torno da e para a família (TEDESCO, 2001). Elaboraram dessa forma, um conjunto de valores que são socializados por meio da relação com o trabalho, do agrupamento afetivo e da visão da terra como extensão do próprio lar. Há, portanto, uma gama expressiva de estudiosos que vislumbram uma racionalidade intrínseca e diferenciada do agricultor familiar, que vai muito além da relação capital-terra. Esse fator se apoia na

percepção de que os agricultores possuam novas visões sobre o que seja desenvolvimento econômico, social e político, que porventura possam ser distintas do *mainstream* dominante do capitalismo em seu sentido visceral. Dito de outro modo, a crença de que os agricultores familiares, em sua forma de produzir, alcancem oferecer condições de prosperidade, de bem estar e no uso diferenciado dos recursos a todos indistintamente.

Tabela 39 – Expectativas positivas em relação à agricultura e suas famílias.

Expectativas	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	38	37	38	19	27	159
	%	17,4	16,9	17,4	8,7	12,3	72,6
Não	N	8	11	9	6	15	49
	%	3,7	5,0	4,1	2,7	6,8	22,4
Não sabe/não respondeu	N	4	2	3	0	2	11
	%	1,8	0,9	1,4	0,0	0,9	5,0
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Esse arranjo de cosmovisões, que ao ser capturado pelo ponto de vista cultural por uma parte da sociedade é traduzido na macro ideia sob o escopo da sustentabilidade, e que pressupõe ser uma virtude de pureza inseparável da agricultura familiar frente a outros modelos de produção considerados politicamente incorretos e ambientalmente insustentáveis. Essa concepção pressupõe estruturar novas formas de produção, cujos produtos carregam atributos distintos e diferenciados que possam ser reproduzidas culturalmente e tecnicamente a fim de criar novos mercados, por meio do desenvolvimento de modelos de produção agrícolas alternativos (ALMEIDA, 2009; EHLERS, 1996).

O “otimismo” expresso pelos agricultores familiares e presentes no índice de 72,6% da

amostra apresentados na Tabela 39, contrasta com as condições objetivas da realidade na medida em que expressiva deles pelos dados apurado nesta pesquisa está vivendo abaixo dos padrões mínimos de decência social e de institucionalidade (NAVARRO, 2001). Essa percepção aguça e necessidade dos cientistas sociais e das organizações dos agricultores familiares em problematizar e buscar conhecimentos empíricos e analíticos para a elaboração de uma nova narrativa discursiva para se justificar e se aproximar da realidade. Inclusive, para desconstruir a ideia de bem estar e prosperidade calcados em grande parte nos valores artificiais e materiais instituídos em grande parte pelas ciências econômicas.

Na próxima seção, a centralidade de discussão será o papel e a importância assumida pelas transferências sociais na manutenção dos agricultores familiares e dos ativos materiais e produtivos dos estabelecimentos rurais.

5.3 AS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, COMPENSAÇÃO OU VIRTUDE?

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), no período 2004-2013, a pobreza reduziu de 20% para cerca de 9% em grande parte era rural. Contudo, esses números devem ser vistos com cuidado, considerando a crítica de Martins (2016), o fato representou um acréscimo de dez reais na renda mensal, o que faria o indivíduo sair da condição de pobreza. A PNAD indica ainda que há uma insuficiência crônica de renda na pobreza rural, quando se considera o critério de meio salário mínimo e os extremamente pobres com renda de até um quarto do salário mínimo. Estima-se que ainda existam cerca de 16 milhões vivendo nas regiões rurais em situação de pobreza, e representam mais da metade da população rural. Atualmente, quase 30 milhões de pessoas vivem nas zonas rurais brasileiras, o que representa 15,6% da população total (IBGE, 2010).

Outro aspecto a lembrar é que mais de 50% dos pobres rurais do Brasil vivem no Nordeste, sendo que cerca deles 30% são pobres e 38% são extremamente pobres (IBGE, 2010), de acordo com critérios caracterizados e estabelecidos por Rocha (1996) ao utilizar os parâmetros de gradação por meio de linhas de pobreza como múltiplos do salário mínimo. Em estudo publicado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), (MALUF *et al*, 2011) ressalta que é comum a ausência da imputação de valores destinados para o autoconsumo e a habitação rural. Esses fatores subestimam a renda das famílias rurais. De modo que apenas a renda monetária, há tempos, deixou de ser considerado indicador suficiente para medir a pobreza em geral (urbana e rural). Mas, o fator econômico em uma sociedade monetarizada, inclusive as necessidade de subsistência, se tornou um fator crucial de aferição da prosperidade material e de bem estar das famílias.

Para ampliar a análise, a Tabela 40 destaca os valores repassados pelo governo federal ao Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2016 para as UFs selecionadas. As UFs mais representativas são do Nordeste (BA e PE) com R\$ 3.775.538.470 e R\$ 2.284.308.485,00 respectivamente, seguidas pelo Norte (PA) com R\$ 2.085.566.904,00 em valores desembolsados. PR ficou na quarta posição, R\$ 680.974.897,00, e SC por último com R\$ 236.043.805,00. O PBF é extensivo a toda a população vulnerável, mas recordemos do que apresentado acima sobre a extensão da pobreza rural e a necessidade de acessar recursos financeiros. O programa tem sido um amparo expressivo para os agricultores familiares fragilizados daquelas regiões, cujas explorações agropecuárias nos estabelecimentos não garante a própria subsistência das famílias.

No entanto, mesmo com o conhecimento da histórica perpetuação da desigualdade social e econômica, essa mazela é mais aguda nas regiões rurais em que a pobreza é majoritária. Entretanto, nas últimas décadas tem havido redução expressiva. Parte desse declínio estava vinculado à expansão do mercado de trabalho, à política de valorização do salário mínimo, e aos significativos aumentos nas transferências sociais para as populações mais vulneráveis. Todavia, o mercado de trabalho vem se deteriorando rapidamente em face da piora das condições fiscais do Estado brasileiro nos últimos anos, fator basilar na redução ou aumento da desigualdade. O debate sobre a necessidade de transferência de rendimento mínimo de complementação monetária começa com a contribuição de Silveira (1975), e alguns desses instrumentos foram acolhidos pela Constituição de 1988, inclusive com o fortalecimento da universalização da proteção social pela Previdência Rural.

Tabela 40 – Valores pagos pelo Programa Bolsa Família - PBF. (2016).

PR	SC	PA	PE	BA
R\$ 680.974.897,00	R\$ 236.043.805,00	R\$ 2.085.566.904,00	R\$ 2.284.308.485,00	R\$ 3.775.538.470

Fonte: Portal da Transparência (2017).

De forma, que há uma profusão de estudos rurais (VALADARES; GALIZA, 2016; SCHWARZER, 2000; DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 1999) enfatizando e comprovando a importância das transferências sociais realizadas por meio da Previdência Rural, pensões e bolsas como estratégia de proteção social, cujo sistema de cobertura ao ser extensivo ao conjunto dos estabelecimentos rurais elevou substancialmente a participação da renda previdenciária na renda das famílias rurais (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 1999). Esses elementos se tornaram condições de arrimo para a sustentação e melhoria das condições

de vida, especialmente na garantia de acesso a bens básicos para a manutenção familiar.

A Tabela 41 demonstra a importância desses aportes para a composição da renda dos estabelecimentos. De modo especial, para aqueles em que pelo menos um beneficiário recebe o correspondente igual a um salário mínimo. Em 1993, eram 1.685.126 beneficiários (23,24% dos benefícios totais), em 2004, 2.273.324 (27,24%), em 2014, 2.980.269 (31,66%). Segundo os dados da PNAD de 2014, tabulados por Galiza e Valadares (2016) viviam em domicílios rurais – apenas rurais – com ao menos um beneficiário da previdência rural, 8,57 milhões de pessoas, em 2014. Esse número representa 28,23% da população rural do ano. Os dados da PNAD revelam ainda que grande parte dos beneficiários da previdência rural são as pessoas de referência de seus domicílios (60,08%) ou ainda, seus respectivos cônjuges (31,17%). Nesse caso, possivelmente, quando ocorre em que mais de uma pessoa no domicílio recebe a aposentadoria (VALADARES; GALIZA, 2016).

Tabela 41 – Domicílios rurais beneficiários ou não da previdência. Brasil. (1993, 2004 e 2014.)

Categorias	1993		2004		2014	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sem beneficiários da previdência	5.243.774	72,32	5.590.524	68,5	5.995.866	63,7
Pelo menos 1 beneficiário com benefício igual a 1 SM	1.685.126	23,24	2.273.324	27,85	2.980.269	31,66
Outros	322.087	4,44	297.905	3,65	437.091	4,64
Total	7.250.987	100	8.161.753	100	9.413.226	100

Fonte: IBGE/PNAD 1993, 2004 e 2014.

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais. Valadares e Galiza (2016, p. 24).

Nota¹: Foi considerado na categoria de pelo menos um beneficiário com benefício maior do que 1 SM, os pensionistas que recebiam menos que 1 SM pois esse valor pode vir de divisão entre herdeiros. Já os aposentados que recebiam menos de 1 SM foram considerados como benefício igual a 1 SM.

Valares e Galiza (2016) demonstram ainda ser um fato inegável a importância das aposentadorias na melhoria nas condições de vida das populações rurais, especialmente as mais vulneráveis. Em 1993, 61,86% das famílias rurais havia pelo menos um membro que era segurado especial, e cuja renda domiciliar per capita estava abaixo de ½ SM. Em 2014, a proporção dessas famílias nesse patamar de renda foi reduzida a 12,46%, em termos

relativos diminuí em 80%. Por outro lado, o número de famílias com segurados especiais cuja renda domiciliar per capita é superior a 1 SM correspondia, em 2014, a mais da metade (57,14%); em 1993, esse percentual era de 7,90%.

Por outro lado, entre as famílias rurais que não vivem como beneficiários da Previdência Rural, a redução foi menor em termos relativos (cerca de 30%), de 81,12%, em 1993, para 52,29%, em 2014. Do mesmo modo, as famílias com renda previdenciária acima de 1 SM, cresceram no período, de 6,33% para 22,50%. Os autores atribuíram que parte da melhoria dos resultados pode estar relacionado em sua maior parte, ao crescimento dos rendimentos do trabalho agrícola de 1993 a 2014. Esse fator coincide com a defesa dos argumentos dessa tese sobre o pressuposto do aumento da produtividade do trabalho e da terra, traduzidas no aumento da produção e da produtividade agropecuárias. De forma que esse fator pode estar relacionado com o aumento da capacidade contributiva de um grupo de agricultores familiares para os fundos previdenciários.

De forma que há um conjunto de evidências (redução de pobreza, fortalecimento da economia local, apoio a família, redução da migração, etc.), que atestam a importância das transferências sociais para as regiões rurais. Delgado e Cardoso Júnior. (1999), aludem que parte expressiva desses recursos se mostraram eficientes na redução das vulnerabilidades estruturais da agricultura, graças à sua regularidade e estabilidade, como verdadeiro seguro agrícola ou mesmo como “capital de giro” para os pequenos empreendimentos agropecuários dos agricultores familiares, que por vezes operam fora do crédito rural.

Os autores afirmam ainda que os recursos oriundos das pensões ou aposentadorias se convertem de certa forma em um instrumento de política agrícola que permite, inclusive, que as famílias rurais formem pequenas reservas financeiras o que é “[...] praticamente reinvestido na própria atividade produtiva familiar, criando condições para uma “reprodução ampliada dessa economia familiar” (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 1999, p. 9). Essa estratégia serve de apoio às necessidades imediatas de sobrevivência e de reprodução social e material das famílias rurais, e ainda complementa as necessidades de investimentos produtivos e na manutenção material dos estabelecimentos.

No entanto, é necessário lembrar a fragilidade e a insuficiência, para não dizer ausência, de instrumentos e ações estruturais consistentes de política agrícola estatal destinadas a apoiar substantivamente os empreendimentos dos agricultores familiares. Além disso, deve-se adotar a defesa firme de que os recursos das transferências sociais (especialmente da aposentadoria rural) não deveriam *a priori* ser alocados para dar suporte e de investimentos às atividades agropecuárias, pois não foram concebidos para isso. Contudo, nessa fase do desenvolvimento agrário e agrícola, a realidade no tocante ao papel do Estado vem demonstrando a retirada sistemática de recursos orçamentários para apoiar

as “funções rurais” (GASQUES; BASTOS, 2014) que basicamente estão governados e tutelados com recursos disponibilizados na quase totalidade pelo sistema financeiro privado.

Dada a importância atribuída às transferências sociais efetuadas por meio das aposentadorias, pensões, auxílio doença e bolsas, a pesquisa de campo levantou informações relativas à presença desses itens na composição do orçamento dos estabelecimentos dos agricultores familiares investigados e expresso pelo número de beneficiários. Um dos resultados mais importantes das transferências é logicamente a redução da situação de vulnerabilidade das famílias, que no meio rural as necessidades são menores do que as exigidas no meio urbano. Por outro lado, as redes de proteção nas regiões rurais contra as privações para os mais pobres são deficitárias, especialmente, no tocante às condições que possam se converter em geração de excedentes monetários.

Outro aspecto a ser lembrado e defendido nessa tese é que o processo de mercantilização da subsistência (BERNSTEIN, 2011) dos agricultores familiares transforma os recursos financeiros das transferências sociais, que apesar de serem pequenos, são decisivos no atendimento das demandas imediatas da sobrevivência do grupo familiar, de maneira especial, a alimentação. Essa constatação se alinha com os dados levantados pela PNAD (2013) referentes a insuficiência de alimentos, em que a maioria das famílias das áreas rurais alegou que nem sempre dispõem da quantidade suficiente de alimentos para a família. É oportuno lembrar que os estabelecimentos rurais extremamente pobres se tornam dependentes dos programas de transferência de renda. Isso ocorre na medida, em que os programas não conseguem e não objetivam promover mudanças estruturais nesses estabelecimentos aliadas com outras políticas que sejam suficientes para retirar as pessoas da condição de pobreza em que se encontram. (MALUF *et al.* 2011).

A Tabela 42 demonstrou que 73,5% dos agricultores familiares entrevistados responderam ter recebido algum tipo de benefício governamental por meio de aposentadoria, pensão e outros benefícios (Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência (LOAS), etc.), 26% da amostra responderam que não, 0,5% não soube ou não respondeu. O PR representou 12,8% da amostra, em SC, 15,5%, no PA, 17,4%, em PE, 9,1% e o maior índice foi da BA com 18,7%. A tabela tornou visível ainda que resultado mais expressivo é das UFs do Nordeste e Norte (BA e PA), seguido de SC e PR. PE foi o que apresentou o número mais grave, e é uma unidade que merece um olhar mais atento, pois é uma UF que apresenta fragilidades estruturais significativas. Deve-se desvendar quais os entraves institucionais que dificultam ou promovem o acesso à essas políticas e programas de transferências sociais para a população.

Tabela 42 – Beneficiários de transferências sociais (aposentadoria, pensões e outros benefícios - auxílio doença, Bolsa Família - BPC, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS) por UF.

	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	28	34	38	20	41	161
	%	12,8	15,5	17,4	9,1	18,7	73,5
Não	N	21	16	12	5	3	57
	%	9,6	7,3	5,5	2,3	1,4	26,0
Não sabe/não respondeu	N	1	0	0	0	0	1
	%	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 43, por sua vez demonstra os valores agrupados e acumulados anualmente, oriundas do conjunto de transferências sociais por meio das aposentadoria, pensões e outros benefícios – (auxílio doença, Bolsa Família - BPC, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS). Os que receberam o valor correspondente de até um salário mínimo (R\$ 678,00) o valor de referência à época da coleta das informações (o ano de 2013), estrato totalizou o valor acumulado de R\$ 8.814,00 anual (28,3% da amostra), sendo que as UFs localizadas nas regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores índices, sendo o PA (8,7%), PE (6,4%) e BA com 5,5%, SC teve 4,1% e o PR, 3,7%. Na faixa compreendida entre um e dois salários mínimos (de R\$ 8.815,00 a 17.628,00 anuais) o índice foi de 29,2% da amostra, sendo o mais elevado na BA (9,1%), SC (7,3%), PR (6,8%), PA (4,6%) e PE com 1,4%.

No estrato acima de R\$ 17.629,00, o somatório foi de 16,0% da amostra, sendo PR, SC, PA e BA apresentaram 3,7% e PE com 1,4%, e para 28,3% da amostra não soube ou não respondeu a questão. Os dados da Tabela 43 indicam especialmente a importância das transferências sociais, para os agricultores familiares, cujo peso é mais significativo para as regiões deprimidas economicamente (NO e NE). Ao considerar a expressão do aporte dos recursos financeiros em cada UF está concentrada, especialmente na faixa de benefícios de

um até dois salário mínimo (57,5% da amostra), e de mais de dois SM o percentual foi de 16,0%. Os aportes recebidos acima de um salário mínimo representam situações que seguramente há mais de um beneficiário por estabelecimento.

Tabela 43 – Ingressos anuais de aposentadorias, pensões e outras transferências sociais.

Ingressos anuais	Unidade da Federação						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Até R\$ 8.814 (até um SM mensal)	N	8	9	19	14	12	62
	%	3,7	4,1	8,7	6,4%	5,5	28,3
De R\$ 8.815 a 17.628 (mais de um e até dois SM mensais)	N	15	16	10	3	20	64
	%	6,8	7,3	4,6	1,4	9,1	29,2
Mais de R\$ 17.629 (acima de dois SM mensais)	N	8	8	8	3	8	35
	%	3,7	3,7	3,7	1,4	3,7	16,0
Não sabe/não respondeu	N	19	17	13	5	4	58
	%	8,7	7,8	5,9	2,3	1,8	26,5
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A contribuição previdenciária é de 2,1% sobre o montante comercializado da produção agropecuária para a condição de Segurado Especial. Esse conceito utilizado para o agricultor que trabalha em regime de economia familiar, em área de até quatro módulos fiscais e que não contrata empregados permanentes, podendo ter empregados temporários nos termos da Lei nº 11.718/2008 (BRASIL, 2008). As condições de contribuição estão diretamente conectadas a capacidade de gerar excedentes comercializáveis de produtos agropecuários, que o caso do segurado especial está restrito a aposentadoria de um salário mínimo mensal, portanto não são enquadrados como agricultores familiares e revela a impropriedade do critério adotado. A garantia da sobrevivência imediata em grande parte desse estrato de agricultores é amparado pelos recursos das transferências sociais, e

funcionam como políticas compensatórias diante da incapacidade das atividades agropecuárias em prover retornos econômicos adequados (BERNSTEIN, 2011). A respeito dessa possibilidade Buainain e Garcia (2013) admitem desse modo, que:

[...] famílias que dependem principalmente destes estabelecimentos vivem em condições de pobreza e dependem das transferências públicas para sobreviver. Transformar a maioria destes estabelecimentos em unidades econômicas viáveis não parece ser uma estratégia viável nem sustentável. (BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 22).

Configura-se desse modo uma das expressões do padrão de desenvolvimento agrário e agrícola (BUAINAIN; GARCIA, 2013b; BUAINAIN *et al.* 2014c) submetidos às diferentes formas de exploração e subordinação econômica e sociocultural na permanente questão da “população rural sobrando” (KAGEYAMA; REHDER, 1993). Desse modo, é razoável admitir que essas famílias estejam vivendo em condições de persistente degradação social e pobreza material (NAVARRO, 2001), e a visão defendida por Helfand, Moreira e Júnior (2014) se torna uma condição pertinente e permanente o debate sobre a questão da sobrevivência desse conjunto de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade.

De forma que ao promover o desenvolvimento e a modernização compulsória da agricultura, o país obteve sucesso em termos da ampliação da produção que tornou um dos principais *players* do mercado agropecuário mundial. Entretanto, esse “sucesso” deixou atrás de si um enorme passivo ambiental, ecológico e social, em que parte expressiva dos agricultores familiares (os pobres) foi, e continuam sendo, sistematicamente encurralados e descartados pelo sistema produtivo, aos quais Forrester (1997, p. 137) advertiu de forma categórica que “[...] é tão grave observar a rejeição inexorável daqueles que não mais necessários [...]. E sabemos que não voltarão a sê-lo”.

Com relação à crise social, que tem se acentuado nos últimos tempos, com graves reflexos sobre a sociedade brasileira em geral. A modernização da agricultura foi e ainda continua sendo um fator de exclusão econômica e desenraizamento social, mas também de produção, riqueza e prosperidade (para uma parcela). Esse fator está diretamente ligado à explosão demográfica das cidades, principalmente pelo surgimento e ampliação de megametrópoles e impõe, cada vez com mais urgência, o controle relativo, senão total, do êxodo das regiões rurais, segundo o que defendem Tonneau, Aquino e Teixeira (2005). Qualquer que seja a alternativa adotada, o fato é que ainda não conseguimos transformar o meio rural é um projeto de vida para a maioria de seus habitantes e uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o país. Para tal tarefa, a sociedade necessita reavaliar o papel e as funções a serem atribuídas às regiões rurais para muito além da produção de

alimentos e de matéria prima para os outros segmentos da sociedade.

Dessa forma, um dos argumentos teóricos defendidos por essa tese se reporta à ampliação da mercantilização da agricultura, e traduzida por meio da monetarização da vida e das relações sociais dos agricultores familiares em virtude da contínua irrigação financeira das regiões rurais. Esse processo está paulatinamente transformando e modificando, sobretudo, os comportamentos sociais explicados sob as lentes da sociabilidade. A contínua necessidade de dinheiro exige dos agricultores a adoção estratégia e manobras a fim de constituir um portfólios de rendas, que podem ser oriundas da especialização produtiva (que tem sido a mais comum) ou pela diversificação das atividades, considerando a capacidade do estabelecimento em prover a mão de obra necessária.

Frank Ellis (2000) envidou esforços na tentativa de explicar a utilidade e a função da diversidade dos agricultores procurando compreender essa estratégia para compor os meios de vida e fazer frente aos desafios postos na busca de bem estar da família. Contudo, os meios de vida que governava as relações do homem e da sociedade com a natureza foram transformados em atividade econômica por meio do lucro extraordinário.

5.4 COMENTÁRIO SÍNTESE

Nas regiões rurais do Brasil há cerca de 3,74 milhões de pessoas trabalhando em atividades não agrícolas (IBGE, 2014b). Essa estratégia é apontada como uma alternativa importante para a composição do apertado orçamento dos agricultores familiares. A opção de buscar as rendas de atividades não agrícolas está diretamente conectada à disponibilidade de mão de obra familiar e a existência de mercado de trabalho. No trabalho de campo, foi possível identificar que essa estratégia é mais presente nas UFs do NO e NE. Nessa regiões, há uma relativa oferta de mão de obra, pois as famílias possuem um número maior de filhos, apesar dos dados censitários revelarem que a população rural ainda continua reduzindo, especialmente no NE, mas com um ritmo menos intenso do que ocorria nas décadas passadas (IBGE, 2010). A pesquisa revelou que as atividades não agrícolas foram acessadas por um terço das famílias da amostra.

As referências apresentadas nesse capítulo buscaram ponderar sobre as necessidades impostas pela monetarização da vida social dos agricultores familiares, que igualmente produzem mudanças nos comportamentos sociais expressos na busca de alternativas de renda que auxiliem a compor o orçamento dos estabelecimentos rurais. Dessa forma, as rendas não agrícolas se apresentaram como alternativa para 30,1% da amostra, 69,9% não contaram com essa possibilidade. Foi entendido que os ingressos mais

consideráveis estão nas as regiões mais abastadas (SUL), oriundos, especialmente, da venda de serviços especializados de máquinas agrícolas e maiores possibilidades de emprego no setor industrial. Para as regiões do NO e NE, as rendas são provenientes da venda da mão de obra contratada em serviços diversos.

No conjunto investigado, se consideramos as rendas médias e originárias das atividades estritamente agrícolas, podemos aludir que elas representam consideráveis riscos de exclusão para cerca dos 56% de estabelecimentos investigados. O trabalho de pesquisa identificou Valores Agregados Brutos considerados baixos (menores que R\$ 25.000,00 por ano, R\$ 168,18 mensais por pessoa do estabelecimento, tomando por base o salário mínimo de 2012 – R\$ 678,00), especialmente, para aqueles localizados nas UFs das regiões Norte e Nordeste (os municípios localizados nas UFs do PA, PE e BA). Para esse patamar de renda oriunda das atividades agrícolas, as rendas não agrícolas se tornam em um elemento importante para o orçamento familiar.

Outro aspecto percebido nos dados da pesquisa é que a busca de alternativas de renda por parte dos membros da família em outras atividades, enfatiza visões diferenciadas em relação às expectativas dos pais, pois 67,1% deles esperam que os filhos continuem na profissão de agricultor. Os filhos (ou outros) responderam positivamente em possuir expectativas de dar continuidade as atividades dos estabelecimentos rurais em 55,7% das respostas, os outros 45% desejam buscar outras fontes alternativas de geração de renda.

Apesar das dificuldades da atividade, uma parte expressiva dos agricultores chefes dos estabelecimentos (72,6%), ainda possuem uma visão positiva da agricultura, e de suas possibilidades em produzir renda monetária, bem estar para a família e para a manutenção dos estabelecimentos. Das causas relacionadas pelos membros da família em substituir as as atividades agropecuárias por atividades não agrícolas, a primeira delas foi a renda reduzida e irregular e a penosidade do trabalho no estabelecimento rural em 27,9% do total da amostra, (mas isso representou 67% das 91 respostas válidas para a questão). O PA foi a UF que apresentou o percentual mais alto, 9,2%, seguido da BA com 5,5%, PR, 4,6%, SC, 4,5% e PE com 4,1%. Esse motivo foi igualmente alegado em 26,4% da amostra, quando os agricultores foram indagados sobre as razões de abandono dos estabelecimentos rurais. Os dados mostram que o aceno com garantia de renda e penosidade do trabalho são aspectos que influenciam na decisão de buscar outras modalidades de emprego e renda.

De forma que o acesso à renda regular, de acordo com Kiyota e Perondi (2014) está diretamente relacionado com a opção da migração seletiva de jovens do sexo feminino, especialmente, pois possuem nível de escolaridade formal mais elevado. É sabido que na sucessão geracional nos estabelecimentos rurais a renda é um importante fator condicionante igualmente importante para os jovens do sexo masculino, mas não é o único.

O fato é que a capacidade de geração de renda adequada e compatível com as necessidades dos membros da família traz a centralidade de discussão sobre a sucessão nos estabelecimentos rurais. A segunda causa para buscar a alternativa das atividades não agrícolas foram expressas pelas adversidades climáticas em 3,2% da amostra, A área reduzida do estabelecimento e a necessidade de estudar foi a terceira causa em 2,7%.

De forma que as necessidades ingressos financeiros estão se impondo como condições basilares de permanecer e de assumir os empreendimentos administrados pelos pais. Contudo, na ausência de perspectivas não descartam a opção da migração forçada, pois 47,5% dos membros das famílias externalizaram expectativas em migrar para a cidade em busca de condições econômicas e sociais mais adequadas.

As políticas de transferências sociais de renda regular por meio de aposentadorias, pensões e outros benefícios (Benefício de Prestação Continuada - BPC, Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência - LOAS, etc.) foram buscados por mais de 70% da amostra entrevistada. Essa opção se justifica, pois ainda existe cerca de 16 milhões vivendo nas regiões rurais em situação de pobreza, o que representa mais da metade da população rural. Além disso, mais de 50% dos pobres rurais do Brasil vivem no Nordeste, sendo 30% pobres, e 38% extremamente pobres ao considerar os parâmetros de múltiplos do salário mínimo, de acordo com Rocha (1996), mas essas soluções são compensatórias.

As transferências sociais se tornam em mecanismo que garante o “mínimo vital”, expressão cunhada por Cândido (2003) sobre as necessidades mínimas e vitais para a sobrevivência imediata, que nas atuais condições estão sendo amplamente mercantilizadas. Desse modo, as demandas elementares da provisão de alimentos passam a ser regidas pela necessidade da circulação de dinheiro, nem sempre disponível devido às deficiências estruturais produtivas dos agricultores em gerar renda monetária. Assim, os recursos financeiros das transferências sociais, que apesar baixos, são decisivos no atendimento das demandas imediatas da sobrevivência, especialmente, a alimentação, mas diante de entraves estruturais (infraestrutura social, transporte, educação, saúde, etc.), as medidas pela via das transferências sociais tendem a se tornar ações paliativas destinadas a ganhar tempo e desacelerar a exclusão no curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação central dessa tese, desde o início, se consolidou na busca em discernir claramente um marco referencial teórico, cuja especificidade fosse capaz de fornecer elementos teóricos necessários e consistentes para analisar os principais aspectos contextuais da expressão das transformações socioeconômicas e culturais, das regiões rurais em décadas recentes, em um movimento especialmente distinto do que ocorreu no passado. E do mesmo modo pudesse auxiliar a interpretar os possíveis impactos sociais, econômicos e culturais na vida dos agricultores familiares e nas regiões rurais.

Buscamos fugir do linearismo e do determinismo, e que marca uma parte expressiva dos estudos rurais que tratam do tema, especialmente aquelas que ainda recusam a existência de uma nova fase de desenvolvimento agrário e agrícola, traduzido sob as lentes de uma nova modalidade de acumulação econômica na agricultura e nas regiões rurais. O conjunto articulado de transformações das regiões rurais brasileiras dá indícios e pistas que permitem balizar sobre a pertinência da trajetória de um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, cujos reflexos estão afetando dramaticamente os mundos cotidianos dos agricultores familiares, das suas comunidades e, por extensão, das regiões rurais.

Os fundamentos buscaram expressar o pluralismo teórico referenciado em grande medida, ancorados na macroanálise sociológica e econômica presentes nos aportes marxistas, simmelianos, weberianos e arrighianos. Essas perspectivas foram utilizadas para delinear e caracterizar o processo de acumulação capitalista na agricultura, mediados pela grande influência da economia monetária. Para tanto, buscamos conciliar as contínuas transformações sociais, econômicas e culturais pelo novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, com as transformações sentidas e vividas pelos agricultores familiares e de suas comunidades, com os conceitos de ciclos sistêmicos de acumulação, da mercantilização e da relação entre agricultura e sustentabilidade.

Além disso, no plano microssocial, tentamos ampliar a compreensão sobre as interpretações engendradas pelas transformações econômicas e culturais traduzidas sob as lentes da sociabilidade marcadamente capitalista, expressas pelas vias da monetarização da vida social dos agricultores familiares. Esse fator tende a dilatar suas influências nos comportamentos sociais e culturais rotinizados e reproduzidos cotidianamente na vida dos agricultores familiares e estão presentes nas formas de como são elaboradas, construídas e manipuladas as bases sociais e materiais necessárias à reprodução da vida e da sociedade.

O que foi buscado incessantemente enfatizar e sustentar nessa tese é o caráter predominante de atividade econômica, da qual a agricultura familiar busca do mesmo modo prosperar por meio da acumulação econômica e material. Embora admitindo que existam outras formas alternativas de possibilidades fora do *mainstream* vigente de como se portar, viver e de se reproduzir social e materialmente da agricultura, considerando os imperativos em uma sociedade claramente capitalista. Contudo, a necessidade de gerar renda em favor de acumulação econômica e material está, inclusive, subordinando os imperativos agrônômicos na busca de alcançar mais produtividade. E no aumento da produção, que possam ser traduzidos em excedentes comercializáveis e gerar renda monetária.

Por outro lado, a agricultura é uma atividade que está afeita a inúmeros riscos e não deve ser governada utilizando apenas os mecanismos do mercado concorrencial. Necessita de políticas públicas estruturantes de desenvolvimento rural e esse é o papel intrínseco do Estado. Contudo, como foi demonstrado na literatura utilizada nessa tese, esse papel se mostra de forma residual, na medida em que o aporte de recursos públicos necessários para os investimentos vem sendo reduzido paulatinamente nas últimas décadas, delegando ao sistema financeiro privado a tarefa de alocar recursos para cobrir tais demandas.

E do mesmo modo, segundo os dados encontrados na pesquisa, as dimensões da sustentabilidade, em que pese a necessidade da adoção de práticas ambientais mais amigáveis, estão sendo colocadas em segundo plano. Há uma parte expressiva de agricultores familiares que estão vivendo abaixo de níveis mínimos de dignidade social e de acesso às condições materiais elementares. Os resultados do trabalho de Potrich *et al.*; (2017) apontaram que os agricultores possuem uma visão míope e restrita a respeito da sustentabilidade. Isso ocorre à medida que as ações são orientadas predominantemente pela lógica capitalista. Devemos ressaltar, contudo, que não se trata de possuir uma visão reduzida por parte dos agricultores familiares acerca da sustentabilidade, como defendem as autoras. É escasso, por enquanto, a oferta de políticas universais e consistentes amparadas pelo Estado (crédito adequado, assistência técnica, políticas de manutenção e sustentação de preços, pesquisa agrícola, etc.). Tal estratégia é fundamental para induzir e auxiliar os agricultores familiares a transformar seus modelos de produção agropecuária optando por alternativas sustentáveis e, do mesmo modo, que garantam a viabilidade e a sustentabilidade econômica dos empreendimentos rurais.

É conhecido na literatura o debate sobre a condição de ator dos agricultores que buscam alocar seus esforços da melhor forma possível, a fim de construir as condições materiais elementares visando a reprodução social, o bem-estar e alguma prosperidade em ambientes de competição e de concorrência, considerando o conjunto de informações que possuem. A busca para consolidar as condições materiais não é nenhuma novidade nas

ciências sociais. Marx (2004) defendia que o indivíduo deve ter a possibilidade de construir e fazer a sua história, mas para tal é necessário e, antes de qualquer coisa, comer, beber, habitar e vestir-se. De forma que é prosaica e essencial a necessidade da produção dos meios que permitam a produção e reprodução da vida material e social.

Dessa forma, à luz dos referenciais analíticos e teóricos, e respeitando os limites inerentes dessa escolha, acreditamos que o estudo tenha dado conta em responder à problemática sugerida ao testar as hipóteses apresentadas. A resposta de como os impactos da monetarização da vida social dos agricultores familiares, as necessidades de inserção aos mercados diante do surgimento de um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola. Esse padrão combina o acirramento concorrencial com inovações gerenciais, administrativas e tecnológicas visando aumentar a produção e a produtividade, a fim de gerar renda extraordinária nas atividades agropecuárias. Há a necessidade de enfatizar que foi a atmosfera de relações sociais concebidas nas mudanças dos comportamentos sociais e da consciência prática dos agricultores, as principais referências constitutivas na busca de estratégias reprodutivas, por vezes nem sempre notadas e captadas. Os agricultores leem e interpretam o mundo utilizando as ferramentas e as informações que dispõem, buscando responder satisfatoriamente às demandas cotidianas.

O conjunto de capítulos da tese e cada um individualmente buscou apresentar as evidências encontradas nas localidades investigadas e para a qual o trabalho se propunha. Dessa forma, coube ao Capítulo 3 demonstrar as condições produtivas e a busca de alternativas de renda monetária, considerando os aspectos relativos à infraestrutura produtiva dos estabelecimentos, a oferta de serviços (crédito adequado, ATER, educação), a capacidade e a possibilidade de acessar inovações (tecnológicas, administrativas e gerenciais) para desenvolver habilidades e competências que possam ser traduzidas em capacidade de gerar renda extraordinária aos agricultores familiares.

Os dados da pesquisa identificaram três grupos distintos de agricultores, cujos estabelecimentos rurais apresentam condições produtivas e socioeconômicas desiguais. Esse fator geram capacidades e possibilidades desiguais, que se expressam por meio da diferenciação social entre os agricultores e as regiões rurais.

O primeiro grupo de agricultores identificados representaram 21,6% da amostra investigada, cujos com estratos de VAB situados entre R\$ 50.000,00 a R\$ 480.000,00 anuais (VAB médio de R\$ 2.840,47, mensais por pessoa do estabelecimento, tendo por base o salário mínimo de R\$ 678,00 em 2013). Esses agricultores estão concentrados na UFs do PR e SC e seus estabelecimentos estão focados na produção de *commodities*. Pode-se inferir, dessa forma, que esses agricultores familiares efetivamente são os que “vivem da agricultura”. Igualmente foram os que apresentaram os melhores índices de

acesso a bens de consumo (automóveis, motocicletas, computadores, etc.), máquinas agrícolas, maior índice de associação a cooperativas e na contratação de serviços de ATER. Embora deva-se salientar que isso não significa que esses agricultores não estejam igualmente sujeitos e expostos aos riscos inerentes à atividade.

O segundo grupo de agricultores representou 13% da amostra e gerou um VAB situado entre R\$ 25.000,00 a R\$ 50.000,00 anuais (VAB médio de R\$ 711,14 de renda média por pessoa do estabelecimento), e está localizado majoritariamente nas UFs do PR, SC e uma parcela de no PA. Esses estabelecimentos demonstraram que podem ser potencializados por meio de políticas indutoras de desenvolvimento rural (educação, ATER, crédito, infraestrutura, seguro, etc.). Esses elementos estruturais estão associados para promover a aumento dos patamares produtivos, econômicos, tecnológicos e sociais.

O terceiro grupo de agricultores familiares, o mais expressivo, está localizado nas UFs do PA, PE, BA e uma parcela em SC, e representaram 56,2% da amostra. O VAB foi inferior a R\$ 25.000,00 (VAB médio de R\$ 168,18 mensais por pessoa do estabelecimento). A surpresa foi a inclusão de SC, pois o município de Concórdia é um detentor de elevado IDHM e renda per capita. Esse é um elemento revelador de que mesmo entre as localidades desenvolvidas, os agricultores apresentaram estruturas e condições produtivas, e resultam em capacidades e resultados socioeconômicos heterogêneos, logo diferenciados.

Os agricultores familiares desse grupo enfrentam dificuldades em produzir, inclusive para o provimento da subsistência da família e, ao mesmo tempo, são restritas suas condições a capacidades em gerar excedentes econômicos. Parte expressiva desses agricultores está sendo apoiado ordinariamente por transferências sociais. De modo geral, as transferências sociais é uma importante fonte de arrimo, pois 73,5% da amostra confirmou receber esses benefícios, sendo que 28,3% recebeu o valor correspondente inferior a um salário mínimo, 29,2% de um a dois e 16% de dois a três.

O trabalho de campo demonstrou ainda a existência de um grupo de 8,6% da amostra de agricultores familiares com renda negativa (devedores). Igualmente esse fator pode representar uma situação de insolvência conjuntural. Contudo, podemos deduzir que são fortes candidatos à exclusão do processo produtivo no médio e longo prazos, caso não consigam estabelecer uma estratégia consistente de saneamento das suas condições econômicas. A situação de inadimplência podem estar conectada ao processo produtivo causado por problemas climáticos, gerenciais, tecnológicos ou mesmo sanitários.

Diante do exposto, se assenta o que foi defendido como uma das hipóteses iniciais dessa tese, a diferenciação social entre os agricultores familiares e as regiões rurais, caracterizados pelo gradiente e amplitude das rendas auferidas pelas atividades agropecuárias. Esse fator foi, do mesmo modo, evidenciado por meio do levantamento de

acessos a bens de consumo, máquinas agrícolas, associação a cooperativas, contratação de ATER e capacidade de investimentos nos estabelecimentos. Além disso, consolida, desse modo, uma das características do desenvolvimento agrário bifronte.

O Capítulo 4 foi destinado a demonstrar que as transformações sociais e produtivas se revelam heterogêneas, à medida que os agricultores familiares processam e traduzem as mudanças ao serem influenciados pela monetarização da vida social, e que possam ser expressos por meio do acesso a bens de consumo como expressão de acumulação econômica. Nesse aspecto, o trabalho de campo demonstrou que existe pouca relação com a adoção de práticas que sugerem cuidado e prudência com os bens e recursos naturais (água e solo, especialmente). Deve-se atentar que nem mesmo os agricultores familiares com bons níveis de renda parecem estar convictos das necessidades de mudanças em seus modelos de produção, a fim de proteger os patrimônios naturais. As energias são devotadas às necessidades de produção que acenem e concretizem possibilidades de retorno econômico necessário para a manutenção da família, do estabelecimento rural e dos bens materiais como expressão de acumulação e prosperidade. Assim, validou a hipótese proposta inicialmente sugerida em que o acirramento concorrencial monetariza as relações da vida social dos agricultores, gera mudanças nas práticas produtivas e, ao mesmo tempo, relativiza os pressupostos da sustentabilidade na busca de acumulação material.

Finalmente, no Capítulo 5, a base de análise focada foi a estratégia de reprodução social e material buscadas pelos agricultores familiares, por meio das atividades não-agrícolas. O capítulo revelou também nesse quesito a diferenciação social, em virtude dos volumes de ingressos auferidos, distingue as regiões rurais e os agricultores. Esse fator revelou de igual forma que essa estratégia é mais intensa nas regiões Norte e Nordeste, que apesar da redução da população rural, ainda são focos de relativa oferta de mão de obra ocupadas em trabalhos diversos, inclusive optando pela migração. Na região Sul, por outro lado, os ingressos das rendas não-agrícolas se dão pela oferta e venda de serviços especializados de máquinas agrícolas. Entretanto, a estratégia de buscar renda por meio das atividades não-agrícolas se constituem em alternativa para apenas um terço dos estabelecimentos. Dessa forma, se confirma a hipótese de que a opção de rendas não-agrícolas é uma alternativa complementar para o conjunto ampliado de estabelecimentos rurais, enquanto as rendas agrícolas exclusivamente são insuficientes

Outro aspecto demonstrado na pesquisa foi a expressão das transferências sociais para as regiões rurais e que cobrem as necessidades elementares dos agricultores mais vulneráveis. Nesse quesito, os recursos das transferências sociais situadas até um salário mínimo são mais frequentes no PA, PE e na BA. Apesar das dificuldades de viabilização

econômica da agricultura, parte expressiva dos agricultores familiares acredita que a agricultura ainda é um espaço capaz de gerar bem-estar para as famílias.

Contudo, essa visão se choca com a percepção dos filhos que preferem migrar em busca de outras oportunidades em trabalhos mais rentáveis e menos penosos. Dessa forma, a busca de renda regular é uma decisão racional dos membros que almejam algum tipo de projeção econômica, social. É um importante elemento que está imbricado com a migração seletiva dos jovens em idade apta ao trabalho. Esse tema traz à tona a centralidade na discussão necessária sobre a sucessão geracional nos estabelecimentos rurais.

Ao finalizar esse trabalho e considerando os limitantes impostos pelos recursos metodológicos referentes aos estudos de casos. Esse método exige cuidado nas pretensões generalizações analíticas em comparação aos resultados obtidos com outras teorias e pressupostos oriundos de outros trabalhos da temática. Por certo, a tese deixou lacunas a serem cobertas, e torna-se um desafio para os estudos rurais posteriores, sobretudo, os estudos comparativos e históricos. Esses elementos podem ser utilizados para captar com mais precisão e detalhes, as relações e as interações postas entre agricultores familiares e as necessidades ascendentes de geração de excedentes monetários.

Esse pleito necessita vir conjugado com a prudência e a sustentabilidade ambiental gerados a partir da condução das atividades agropecuárias em cenários, em que o papel e apoio do Estado se torna cada vez mais reduzido. Convenciona refletir se esse movimento é induzido como uma opção deliberada para atender interesses particulares ou se essa opção está sujeita a pressões internas e internacionais, que influenciem nos destinos e nas estratégias adotadas para realizar os investimentos, à medida que o país ainda tem muitos ativos ambientais da biodiversidade a preservar e a conservar.

Entretanto, a conservação e a proteção dos ativos ambientais não deve e nem pode ser uma competência e responsabilidade privada, mas sim deve ser parte constitutiva de um projeto de Nação. Acreditamos e defendemos que há um enorme campo de estudos a ser explorado sobre as hierarquias de poder sobre quem comanda nos destinos da agricultura e das regiões rurais. Esse poder necessita ser iluminado, estudado e compreendido, a fim de vislumbrar o verdadeiro papel e função do meio rural para o desenvolvimento do país, cuja dimensão deve ultrapassar a prosaica tarefa na produção de alimentos, fibras e matéria-prima a preços módicos para outros setores a jusante da sociedade.

E no que diz respeito à sustentabilidade ambiental para a maioria dos agricultores familiares entrevistados nesse estudo, essa temática representa quase um delírio, à medida que a maioria deles está vivendo sob condições abaixo do imaginável em termos de acesso às condições materiais e institucionais básicas. Grande parte da energia desses agricultores está concentrada em sobreviver às duras penas das atividades agropecuárias e que se

mostram em cenários cada vez mais concorrenciais e seletivos. Além disso, no Brasil, a maior parte dos riscos agropecuários são privados e o apoio de políticas públicas estruturantes por parte do Estado é reduzido e pontual.

Dessa forma, há um vasto campo de estudos a ser explorado como, por exemplo, a extensão e a importância dos mercados agropecuários e das cadeias produtivas de valor. O Brasil é um país que já produz mais de 200 milhões de toneladas de grãos e é necessário ampliar a perspectiva econômica da agricultura, das regiões rurais e da necessária reflexão para enfrentar o ranço ideológico e anticapitalista sobre os “negócios da agricultura” enfatizados por parte de cientistas sociais e das organizações que dizem representar a agricultura familiar. Grande parte da polêmica está fundado na infecunda antinomia entre “agricultura familiar” e “agronegócio”. Embora devemos reconhecer as especificidades e a importância social e política da agricultura familiar ao conquistar e obter tratamento e políticas públicas estruturantes e diferenciadas que ainda são insuficientes. A realidade vem demonstrando que há espaço para ambos e cabe aos distintos governos e a sociedade concentrar esforços para potencializar as virtudes de cada segmento e corrigir os defeitos.

A perspectiva que tende a defender a pureza instrumental da agricultura familiar partindo do pressuposto de que os agricultores familiares não são atores desejosos de acumular e buscar a prosperidade e a acumulação material necessita ser superada. É oportuno retomar o legado deixado por Latour (1994) ao ensejar que nenhuma teoria foi e nem será capaz de restabelecer a unidade de concepções e de pensamentos que deem conta das contradições culturais, econômicas e sociológicas cotidianas que se tornam, cada vez mais complexas, e que se estendem aos “mundos da vida” que possam apontar para o futuro com alguma ideia de certeza. O cerne da modernidade diz respeito e se impõe como realidade ao conjunto de práticas que, cada vez mais, criam “híbridos”, ou seja, tipos mistos de natureza e cultura. Talvez esse caminho seja o percurso a ser seguido para produzir as sínteses necessárias, a fim de ampliar o entendimento de que as visões extremadas por si só se anulam como pontes que ligam nada a lugar nenhum.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

_____. Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://e.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>>. Acesso em: 05/10/2014.

_____. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp-Edusp, 2001. p. 165-177.

_____. Entre Deus e o Diabo: o mercado e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo. 16, n. 2, 2004. p. 35-64.

_____. **O paradigma do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____ et al. **Movimientos sociales, gobernanza ambiental e desarrollo territorial**. Santiago, Chile: Editora Catalonia, 2007.

AGROANALYSIS. Eucalipto: rentabilidade da produção no Brasil, jun. 2014. [on line] Disponível em: <<http://e.agroanalysis.com.br/6/2014/mercado-negocios/eucalipto-rentabilidade-da-producao-no-brasil>>. Acesso em: 08/10/2016.

ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidade e perspectiva. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 149-178.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, L. T. **Política ambiental**: uma análise econômica. Campinas, SP: Fundação Editora da Unesp, 1998.

ALMEIDA, M. E . B. D. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 1986. p. 66-83.

ALMEIDA, M., OLIVEIRA, R., SCHNEIDER, B. R. Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobrás. Texto para discussão 2013. IPEA, Brasília, 2014. [on line] Disponível em http://e.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2013.pdf . Acesso em 20/04/2017.

ALVES, F. L. A dinâmicas da sociabilidade em Georg Simmel, 2013. [on line] Disponível em: <<http://e.eumed.net/rev/cccss/25/georg-simmel.html>>. Acesso em: 22/02/2015.

ANJOS, F. S. D.; CALDAS, N. V. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre as famílias rurais no extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural**. Pelotas, RS. v. 5, jul/dez 2009. p. 151-169.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA. 2014. [on line] Disponível em: <<http://aprosojabrasil.com.br/2014/produtores-do-amapa-se-organizam-e-fundam-a-aprosoja-ap/>>. Acesso em: 21/12/2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTOS DE FLORESTAS PLANTADAS. 2013. [on line] Disponível em: <http://e.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-abraf13-br.pdf>. Acesso em: 26/04/2017.

AQUINO, J. R., SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, K, SCHNEIDER, S. (orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

ARIENTI, E .; FILOMENO, F. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 28, n. 1, jul 2007. p. 99-126.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

AS vinhas da ira. Direção: John Ford. Produção: Darryl F. Zanuck. Intérpretes: Henry Fonda; Charley Grapewin e Ward Bond. [S.l.]: 20th Century Fox. 1940.

ASH, G. In God We Thrust, 28 jul. 2002. [on line] Disponível em: <http://e.midiaindependente.org/pt/red/2002/07/32810.shtml>. Acesso em: 04/07/2015.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Faturamento do Setor, 2016. [on line] Disponível em: <http://e.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em: 02/10/2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. 2016. [on line] Disponível em: <http://e.anfavea.com.br/estat%C3%ADsticas.html>. Acesso em: 11/09/2016.

AUDITORIA CIDADÃ, 2017. [on line] Disponível em: <http://e.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>. Acesso em: 23/03/2017.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Volume do endividamento desafia produtores rurais, 2016. [on line] Disponível em: <http://e.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/volume-do-endividamento-desafia-produtores-rurais/20120109-075347-z355>. Acesso em: 21/12/2016.

BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. D. B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. In: BUAINAIN, A. M., et al. (orgs). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 241-265.

BANCO CENTRAL DO BRASIL Manual de Crédito Rural, 2016a. [on line] Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 06/10/2016.

_____. Perguntas Mais Frequentes, 2016b. [on line] Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%201-juros%20e%20spread%20banc%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 21/12/2016.

BANCO REAL. Portal institucional. Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade, 2008. [on line] Disponível em: http://sustentabilidadereal.conectt.com.br/bancodepraticas/Documents/case_vcp.pdf. Acesso em: 12/10/2016.

BARROS, G. S. D. C. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 79-115.

BARTHEZ, A. Família, actividad e pluriatividad en la agricultura. In: ARKLETON RESEARCH, **Cambio rural en Europa**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca e Alimentación, 1987. p. 161-179.

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; FILHO, M. C.; FÁVARO, J. L. **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2004.

BECK, U. **A sociedade de risco: rumo a uma nova modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKERT, J. Capitalism as a system of contingent expectations: on the microfoundations of economics dynamics, 2012. [on line] Disponível em: <http://e .mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp12-4.pdf>. Acesso em: 02/06/2016.

BELIK, E . A Crise dos alimentos e os agravantes para a fome mundial. **Mundo Agrario**, vol. 14, nº 27, diciembre 2013. [on line] Disponível em: <http://e .scielo.org.ar/pdf/magr/v14n27/v14n27a01.pdf>. Acesso em 02/05/2017.

BENNETT, E . **Lean and Mean: The Changing Landscape of Corporate Power in the Age of Flexibility**. The Guilford Press, New York, 1997.

BERNSTEIN, E . **Dinâmicas de classe e mudanças agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BETTIOL, E . Biocontrole de doenças de plantas: uso e perspectivas, 2009. [on line] Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/17182/1/livro_biocontrole.pdf>. Acesso em: 10/10/2016.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOM DIA BRASIL. Alexandre Garcia comenta o aumento do número de acidentes com motocicletas, Brasília, 28 ago. 2016. [on line] Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5251561/>>. Acesso em: 09/10/2016.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **El baile de los solteros**. Barcelona: Anagrama, 2004a.

_____; CHAMBOREDON; PASSERON, J. C. **O ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004b.

BRASIL, 1988. [on line] Disponível em: [http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://e.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23/04/2017.

BRASIL, 1989. Disponível em: http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d97632.htm. Acesso em: 20/04/2017.

_____. 1991. [on line] Disponível em: <http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 27/09/2016.

_____, 2000. [on line] Disponível em: <http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 10/01/2017.

_____, 2006. [on line] Disponível em: <http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11326.htm>. Acesso em: 07/09/2016.

_____, 2008. [on line] Disponível em: <http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11718.htm>. Acesso em: 08/01/2017.

_____, 2010. [on line] Disponível em: <http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 20/09/2016.

_____. 2016. [on line] Disponível em: http://e .planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13340.htm. Acesso em: 08/01/2017.

BRAUDEL, F. *Civilization and Capitalism 15th-18 Century*, vol. 2: The Wheels of Commerce. London: Collins, 1982.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo**: sec. XV-XVIII. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, jul 2009. p. 7-23.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. UFRGS. Porto Alegre. 2008. Chapecó: FETRAF-Sul-CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

BRUYNE, P. D.; SCHOUTHEETE, M. D. **A dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, 22, n. 2, abr/jun 2013c. p. 105-121.

_____. et al. Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias? In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um

novo padrão agrário e agrário. Brasília: Embrapa, 2014a. p. 176-208.

_____. et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014c.

_____; DEDECCA, C. S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília: IICA, 2008. p. 21-60.

_____; GARCIA, J. R. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. In: NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: é possível ganhar tempo?** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013a. p. 133-176.

_____; GARCIA, R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2013b. p. 29-70.

_____; ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, jul/dez 2003. p. 312-347.

_____. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil no século 21: a formação de um padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014b. p. 209-240.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos, Brasília, 1999. [on line] Disponível em: <http://e.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 06/03/2016.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 4 volumes, 2000.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia dos desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-48.

CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, M. J. Política pública e a agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 8, Abr 1997. p. 70-82.

_____. **Agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

_____. Política de desenvolvimento e novo rural. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 4 volumes, 2000. p. 119-149.

CARSON, R. **A primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia Editora, 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. A questão urbana, 1983. [on line] Disponível em: <e .nemesis.org.br>. Acesso em: 05/10/2016.

CASTRO, C. N. D. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural, dez. 2015. [on line] Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf>. Acesso em: 18/06/2016.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, 2009. p. 26-44.

CECHIN, A. Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e. Brasília: Embrapa, 2014. p. 479-50

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. PIB do Agronegócio Brasileiro. [on line] Disponível em: [http://e .cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx](http://e.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx) . Acesso em 22/04/2017.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos: Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã VM Editora Graf. Ltda. 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros, 2015. [on line] Disponível em: <<http://e .cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros/>>. Acesso em: 05/10/2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Custos de produção agrícola: a metodologia da Conab, 2010. [on line] Disponível em: <[http://e .conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/0086a569bafb14cebf87bd111936e115.p df](http://e .conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/0086a569bafb14cebf87bd111936e115.pdf)>. Acesso em: 22/09/2016.

_____ Situação da Armazenagem no Brasil. 2006. Disponível em: [http://e .conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/713c763e53bbfc388225a7fcc52eb6ae.p df](http://e .conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/713c763e53bbfc388225a7fcc52eb6ae.pdf) . Acesso em 20/02/2017.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2008. Tese de doutorado.

_____ SCHNEIDER, S. GRISA, K. et al. o consumo intermediário na agricultura: uma comparação entre agricultura familiar e não familiar no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste.

Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, 2014. p. 54-70.

CRUZ, J. C.; FILHO, I. A. P.; FILHO, M. R. D. A. **Árvore do Conhecimento - Rotação de culturas**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2016. [on line] Disponível em: <<http://e.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONT000fy779fnk02wx5ok0pvo4k3s932q7k.html>>. Acesso em: 08/10/2016.

DAGNINO, R. P. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência**. Campinas, SP. Editora de Unicamp, 2008.

DAHRENDORF, R. **Sociedade e liberdade**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

_____. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: Editora da UnB., 1982.

DALTON, G. Economic theory and primitive society. **American Anthropologist**, Arlington, Texas, 63, Feb 1961. p. 1-25.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEININGER, K. et al. **Rising Global Interest in Farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?**. The World Bank. Washington D.C. 2011. p. 264.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set/dez 2001. p. 156-192.

_____. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____; CARDOSO JÚNIOR, J. C. O idoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização, 1999. [on line] Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td_0688.pdf>. Acesso em: 08/01/2017.

DELOITTE/IBRI. Rumo à abertura de capital: percepções das empresas emergentes sobre os entraves e benefícios. [on line] Disponível em : <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/audit/RumoAberturaCapital-IBRI.pdf> Acesso em 11/03/ 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. 2014. [on line] [on line] Disponível em: <<http://e.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>>. Acesso em: 19/11/2014.

_____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Perímetros públicos de irrigação**, 2013. [on line] Disponível em: <<http://goo.gl/pwFNDc>>. Acesso em: 25/09/2016.

DI RONÁ, R. **Transportes no turismo**. São Paulo: Manole, 2002.

DOBOR, L. **Democracia econômica: um passeio pelas teorias**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

DODD, N. **A sociologia do dinheiro**: economia, razão e a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of development studies**, London, v. 35, n. 1, 1998. p. 1-38.

_____. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: University Press, 2000.

ENVIRONMENTAL WORKING GROUP. The United States Farm Subsidy Information: Top programs in the United States, 1995-2014, 2016. [on line] Disponível em: <<http://farm.ewg.org/region.php?fips=00000&progcode=total>>. Acesso em: 20/09/2016.

EISENHARDT, M., K. Agency- and Institutional-Theory Explanations: The Case of Retail Sales Compensation. *The Academy of Management Journal* Vol. 31, No. 3 (Sep., 1988), pp. 488-511. [on line] Disponível em: http://e.jstor.org/stable/256457?seq=1#page_scan_tab_contents . Acesso em 12/03/2017.

EUROPEAN TECHNOLOGY PLATFORM ON FOOD FOR LIFE. Strategic Research and Innovation Agenda 2015-2020 and Beyond: Implementation Plan under Horizon 2020, Nov 2014. [on line] Disponível em: <http://etp.fooddrinkeurope.eu/documents/2014/141201_SRIA_update.pdf>. Acesso em: 06/06/2015.

FARIA, L. A. E. Sobre a conceito de valor agregado: uma interpretação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 3 , n. 2, 1983. p. 109-118.

FAVARETO, A. A racionalização da vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 14, n. 1, 2006. p. 9-48.

FERNANDES, M. **Fábulas fabulosas**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1999.

FERRAZ, J. C.; MARQUES, F. S. A Construção de vantagens competitivas dinâmicas, 2014. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/Producao_de_Commodities_e_Desenvolvimento_Economico.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

FILHO, J. E. R. V. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M., et al. (orgs). **O Brasil rural no século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 396-421.

FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets**: an economic sociology for the 21s century capitalist societies. Princeton: Princeton Univsersity Press, 2001.

_____. Habilidade social e a Teoria de Campos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 47, n. 2, abr/jun 2007.

_____.; DAUTER, L. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, Salvador, v. 5, n. 66, 2012. p. 481-504.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. Status of the World's Soil Resources (SWSR) – Main Report., 2015. [on line] Disponível em: <<http://e.fao.org/documents/card/en/c/c6814873-efc3-41db-b7d3-2081a10ede50/>>. Acesso em: 09/10/2016.

_____. The state of food security in the World 2015. [on line] Disponível em: <http://e.fao.org/hunger/en/>. Acesso em: 05/05/2016.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. 154 p.

_____. **Uma estranha ditadura**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FOURASTIÉ, J. **Les trente glorieuses**. Paris: Fayard, 1979.

FREITAS JÚNIOR, G. Megaprodutores consolidam última fronteira. Valor Econômico, p. 32-67, 1 Abril 2013. [on line] Disponível em: <<http://e.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira>>. Acesso em: 27 julho 27/07/2016.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. [on line] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100003>>. Acesso em: 09/07/2015.

FURTADO, C. **O capitalismo**. São Paulo: Global, 1998.

_____. **Em busca do novo modelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARAGORRY, F. L.; QUIRINO, T. R.; SOUSA, C. P. Diagnóstico sociotécnico da agropecuária II. Estabelecimentos, 2002. [on line] Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92431/1/sea-doc-03.pdf>>. Acesso em: 22/09/2016.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, A. M., et al. (orgs). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 559-590.

GARCIA-PARPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20, abr. 2003. p. 5-44.

GASQUES, J. G. et al. Gastos públicos na agricultura, 2009. Disponível em: <e.sober.org.br/palestra/6/1127.pdf>. Acesso em: 04/10/2014.

_____. et al. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análises dos dados dos Censos Agropecuários. In: GASQUES, J. G.; FILHO, J. E. R. V.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira; desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 19-44.

_____; BASTOS, E. T. Gastos públicos e o desenvolvimento da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M., et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 866-890.

_____; VILLA VERDE, C. M.; BASTOS, E. T. Gastos públicos em agricultura: retrospectiva e prioridade. **Revista Economia - Anpec**. Brasília, DF, dez. 2007.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai (RS).** Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2004.

_____; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 1, Jan/Mar 2013. p. 45-68.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia.** São Paulo: Editora Senac, 2012.

GERMER, C. A irrelevância da agricultura familiar para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, Campinas, 31, n. 1, Jan/abr 2002. p. 47-61.

GIBRAN, K. **O profeta.** Rio de Janeiro: José Fagundes do Amaral e Cia Ltda, 1980.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente.** Lisboa: Piaget Editora, 1996.

GOLDFARB, E . A expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill, Presidente Prudente, p. 32-67, 2015. [on line] Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3990/3043>>. Acesso em: 15/09/2016.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GORZ, A. **O imaterial.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica.** São Paulo: Annablume, 2007.

GRANOVETTER, M. Economic action an social structure: the problem of embebbedness. **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 91, n. 3, 1985. p. 481-510.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária , fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp, 1987.

_____. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, 7, n. 1, 1997. p. 43-81.

_____. **Tecnologia a agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **Política de desenvolvimento e o "novor rural".** Campinas: Embrapa Meio Ambiente, 2000. p. 117-149.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna.** São

Paulo: Brasiliense, 1985.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. C. A produção para o autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2014. Cap. 6, p. 165-186.

GUALDA, N. L. P. Agricultura familiar versus modelo agroexportador: o falso dilema da não coexistência, 2007. [on line] Disponível em: <<http://e.pce.uem.br/artigos/artigo.html>>. Acesso em: 16/10/2016.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba, Abr/Jun 2012. p. 352-370.

GUEDES, A. C.; TORRES, D. A. P.; CAMPOS, S. K. Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 147-176.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de la acción e racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARDIN, G. A tragédia dos comuns, 1968. [on line] Disponível em: <https://e.academia.edu/9163470/A_TRAG%C3%89DIA_DOS_COMUNS_por_Garrett_Hardin>. Acesso em: 11/10/2016.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Geopolítica do Capitalismo**. São Paulo: Annablume Editora, 2005. p. 127-162.

_____. **Space of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2010.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; JUNIOR, E. E. B. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspecto muldimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2014. p. 279-311.

_____. PEREIRA, V. Determinante da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, M. A.; ALVES, E. **A nova cara da pobreza rural**: desafios para as políticas públicas. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. ed. Brasília: IICA, v. 16, 2012. p. 121-154.

HERNANI, L. C.; SOUZA, L. C. F. D.; CECCON, G. Consórcio de culturas. Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2015. [on line] Disponível em: <http://e.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/sistema_plantio_direto/arvore/CONT000fx4zsnby02wyiv80u5vcsvyqcqraq.html>. Acesso em: 08/10/2016.

HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Madrid: Editora Mapa, 1996.

HIRSCHMANN, A. Transmissão inter-regional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, S. **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. Cap. 2.

HOBBSAWN, E. **Tempos fraturados**. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: Grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. [on line] Disponível em: <e .ibge.gov.br>. Acesso em: 10/09/2016.

_____. Censo IBGE 2010, 2010. [on line] Disponível em: <http://e .censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=29 ,>. Acesso em: 19/09/2016.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013, vol., 33. [on line] Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf . Acesso em 10/03/2017.

_____. Sistema IBGE de recuperação automática – Sidra: PNAD, 2014c. [on line] Disponível em: <http://e .sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/default.asp>. Acesso em: 10/01/2017.

_____. Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. [on line] Disponível em: <http://e .sidra.ibge.gov.>. Acesso em: 22/11/2016.

_____. IBGE Cidades, 2013. [on line] Disponível em: <http://e .cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 17/09/2016.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra: censo demográfico, 2014a. [on line] Disponível em: <http://e .sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/default.asp>. Acesso em: 14/01/2017.

_____. Sistema IBGE de recuperação automática – Sidra: censo agropecuário, 2014b. [on line] Disponível em: <http://e .sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/default.asp>. Acesso em: 12/01/2017.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. [on line] Disponível em: http://e .ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2015/default_tab_xls.shtm. Acesso em 18/03/2017.

_____. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2017. Disponível em: http://e .ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201705_2.shtm. Acesso em: 23/06/2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O impacto do consumo**

intermediário na agricultura: uma análise comparativa entre agricultura familiar e não familiar - Brasil e regiões Nordeste e Sul. IPEA. Brasília. 2013. Relatório de Pesquisa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar, 2015. [on line] Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 24/09/2016.

INTERNATIONAL PLANT NUTRITION INSTITUTE. Fertilizantes, 2017. [on line] Disponível em: <<http://brasil.ipni.net/article/BRS-3132#evolucao>>. Acesso em: 07/06/2017.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 6, 1994. p. 51-75.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 31, n. 1, 1993. p. 23-44.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Lisboa: Portulense Editora, 1972.

KEUCHEYAN, R. Estado, capitalismo e natureza: la expansión del mercado de las catástrofes. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, 252, julio/agosto 2014.

KEYNES, J. M. **The collected writings of John Maynard Keynes**, v.XIV. Londres: Macmillan. 1973.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. Â. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1011-1045.

KONDER, L. **Marxismo e alienação:** contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDRATIEV, N. **Los ciclos largos de la coyuntura economica**. México D.F.: UNAM, 1992.

KOSELLECK, R. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LACERDA, A. L. R. Abordagens biossociais na sociologia: biossociologia ou sociologia evolutiva? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 70, jun 2009. p. 155-165.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, E. **Agricultura familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, E. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEWIS, A. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School**, Manchester, v. 22, n. 2, 1954.

LÓPEZ-RIDAURA, M. O.; ASTIER, M. Evaluating the sustainability of complex socio-environmental systems: the MESMIS framework. **Ecological Indicators**, v. 2, p. 135-148, 2002.

LOSURDO, D. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOVEJOY, D. Limits to Growth?, 1996. [on line] Disponível em: <http://ejournal.jstor.org/stable/40403571?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 10/10/2016.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1082-1099.

_____.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: BUAINANI, A. M., et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 621-652.

MALUF, R. ; MATTEI.; ZIMMERMAN.; S.; JUNIOR.; V. E . IICA. **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas / Carlos Miranda e Breno Tibúrcio (organizadores). Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial).

MANCUSO, M. I. R. **O fenômeno da permanência no sistema social rural**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/Universidade de São Paulo. Piracicaba. 1975.

MARTES, A. C. B. **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: Edufscar, 2009.

MARTINS, J. D. S. A modernidade do passado no meio rural. In: BUAINAN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014a. p. 22-30.

_____. **Uma sociologia da vida cotidiana**: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wrigth e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014b.

_____. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. M. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, S. R. Sustentabilidade na agricultura: dimensões econômicas, sociais e ambientais. **Revista Científica Rural**, Bagé, RS, v. 4, n. 2, 1999. p. 175-187.

MARX, K. **O Capital**: Crítica de economia política, o processo de produção do capital. Círculo do Livro Ltda. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., v. 1, Livro Primeiro, Tomo 1, 1966.

_____. **Miséria da Filosofia**. Porto: Escorpião, 1974.

_____. **O Capital**: Crítica de economia política, o processo global de acumulação

capitalista. São Paulo: Difel, 1983. Livro Terceiro.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MATTEI, L. **A relevância da família rural como unidade de análise dos estudos da pluriatividade e desenvolvimento rural**. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto: Anais. 2005. p. 1-20.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MCMICHAEL, P. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. **American Sociological Review**, Washington, 55, n. 3, 1 June 1990. p. 385-397.

McLUHAN, M. FIORE, Q.: **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

MEADOWS, D. E. et al. **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MENDRAS, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Hahar Editores, 1978.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MINAYO, C. D. S. et al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. **PRONAF**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília. 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017, 2016. [on line] Disponível em: <[http://e .agricultura.gov.br/arq_editor/PAP%202014-2015.pdf](http://e.agricultura.gov.br/arq_editor/PAP%202014-2015.pdf)>. Acesso em: 12/01/2017.

_____. Valor Bruto da Produção. Fevereiro 2017. [on line] Disponível em: <http://e .agricultura.gov.br/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-de-2017-e-estimado-em-r-548-milhoes-o-maior-em-30-anos/2017-02-valor-bruto-da-producao-principais-produtos-agropecuarios.pdf>. Acesso em: 29/03/2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada, 2015. [on line] Disponível em: <http://e .itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-iNDC-portugues.pdf>. Acesso em: 08/10/2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Relatório de Gestão do Exercício de 2014, Brasília, 2015. [on line] Disponível em: <http://e .mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/RELATORIO_DE_GESTAO_E_XERCICIO_2014.pdf>. Acesso em: 12/12/2016.

_____. Plano Safra 2016/2017 - Agricultura Familiar, 2016. [on line] Disponível em: <http://e .mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/ES%20-%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pronaf%202015-2016.ppt>. Acesso em: 12/01/2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional de Recuperação Nativa - PLANAVEG, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://e .mma.gov.br/images/arquivo/80049/Planaveg/PLANAVEG_20-11-14.pdf>. Acesso em: 08/10/2016. Versão Preliminar.

MOSCOVICI, S. **A máquina de fazer deuses**. Rio Janeiro: Imago, 1990.

MOTTA, M.; ZARTH, P. **As formas de resistência camponesa**: visibilidade diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Unesp, 2008.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século: um ensaio de Interpretação. In: FILHO, J. E. R. V.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. E . D. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: IPEA, 2016. p. 25-64.

_____. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15, n. 43, 2001.p. 83-100.

_____. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. S. **Agricultura brasileira: desempenho desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 185-212.

_____; CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos , 2013. p. 13-27.

_____; PEDROSO, M. T. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente, Fortaleza, p. p. 7-20, ou/dez 2014. [on line] Disponível em: <http://e .bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1444>. Acesso em: 14/10/2016.

_____.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. **Texto para Discussão**, Brasília, v. 42, 2011.

NETO, C. C. Agricultura familiar e renda da terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n 10, abr 1998: pgs. 118-134. [on line] Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/126/122> . Acesso em 20/04/2017.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 8 abr 1997. p. 7-24.

NIEDERLE, P. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões (RS)**. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2007.

NUNES, E. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT-FAO. AGRICULTURAL OUTLOOK 2015. Perspectivas agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira 2015-2024. OCDE-FAO Agricultural Outlook 2015, 2015. [on line] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-en>. Acesso em: 15/07/2015.

OLIVEIRA, A. U. D. A mundialização da agricultura brasileira, São Paulo, 2014. [on line] Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Ariovaldo%20Umbelino%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 29/06/2015.

OLIVEIRA, A. L. R. A logística do agronegócio: Para além do apagão logístico. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 338-369.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ. OCEPAR. Cooperativismo Paranaense: desenvolvimento sustentável no campo e na cidade, 2016. [on line] Disponível em: <http://e.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2016/folders/Folder_cooperativismo_portugues_versao_2.pdf>. Acesso em: 29/09/2016.

PEDROSO, M. T. M. Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: o desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 763-792.

PETRELLA, R.; et al. Mundialização. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 85, n. 85, jul/ago 1991.

PIKETTY, T. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIRES, M. J. S. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2008.

PLOEG, J. D. V. D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

_____. **Ecología, campesinato e historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

_____. **Camponeses e impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____; et al. Rural Development: from Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, October 2000. p. 391-407.

_____. Agricultural production in crisis. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. **Handbooks of rural studies**. London: Sages, 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: Transferência de Recursos por Ação de Governo. [on line] Disponível em:

<http://portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoUF.asp?codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&NomeAcao=Transfer%EAncia+de+Renda+Diretamente+%E0s+Fam%EDlias+em+Condi%E7%E3o+de+Pobreza+e+Extrema+Pobreza+%28Lei+n%BA+10%2E836%2C+de+2004%29&Exercicio=2016&Pagina=2> . Acesso em 11/03/2017.

POTRICH, R., GRZYBOVSKI, D., TOEB, C. S.. Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v 1, fev. 2017 p. 208- 228. [on line] Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/826/473>. Acesso em 05/05/2017.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. D. O.; OLIVEIRA, M. G. D. **Um toque de clássicos: Marx, Durkhiem e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RAMONET, I. **Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

RAMOSE, M. B. Globalização e ubuntu. In: MENESES, B. D. S. S. M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 175-220.

REZENDE, G. C. Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil: uma avaliação crítica. **RER**, Rio de Janeiro, jan/mar 2006.

RIBEIRO, C. T.; MERLI, D.; SILVA, S. P. D. Exclusão digital no Brasil e em países emergentes: um panorama da primeira década do século XXI, 2012. [on line] Disponível em: <<http://caminhosdabandalarga.org.br/2012/11/capitulo-7/>>. Acesso em: 12/10/2016.

ROCHA, S. Poverty Studies in Brazil - A Review. **Ipea**. Rio de Janeiro, n. 398, jan 1996. p. 1-20. Texto para Discussão.

ROMEIRO, A. R. O agronegócio será ecológico. In: BUAINAIN, A. M., et al. (orgs). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 510-529.

ROSA, G. **Grande Sertão: veredas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROSSI, P. **Naufrações sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: UNESP, 2000.

ROSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo : Martins Fortes, 1999.

SABOURIN, É. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Revista Tomo**, São Cristóvão, SE, v. 8, n. 7, 2004. p. 75-104.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, v. 1, 1986a.

_____. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Rumo a ecossocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro:

Garamond, 2008.

SALLES-FILHO, S.; BIN, A. Reflexões sobre os rumos da pesquisa agrícola. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 425-452.

SANTANA, C. A. M. et al. Política agrícola: avanços e retrocessos ao longo. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.) **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 797-825.

SANTIAGO, A. D.; ROSSETTO, R. Adubação orgânica. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica**, 2015. [on line] Disponível em: <http://e.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_37_711200516717.html>. Acesso em: 08/10/2016.

SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. Introdução. In: SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 15-30.

SANTOS, F. P. D.; NAMIZAKI, G. E.; SOUZA, J. M. D. Mudanças no padrão agrícola brasileiro: do modelo periférico ao modelo semiperiférico, um ensaio. IV Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios e Agroindustriales, Buenos Aires, p. 2-15, 2005. [on line] Disponível em: <http://e.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/Mudan%27as%20no%20padr%20agr%20EDcola%20brasileiro%20do%20modelo%20perif%20rico%20ao%20modelo%20semiperif%20rico,%20um%20ensaio.pdf>. Acesso em: 12/01/2017.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. O dinheiro e o território, 1999. [on line] Disponível em: <<http://e.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2>>. Acesso em: 02/06/2016.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília, n. 30, 2008'. p. 1-73.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, 30, n. 3 (119), jul/set 2010. p. 511-531.

_____.; WAQUIL, P. D. Microcrédito e capacidade de pagamento dos agricultores familiares: a experiência do Programa RS-Rural no Rio Grande do Sul. **Revista Ensaio (FEE)**, Porto Alegre, v. 2, n. 26, 2005. p. 789-828.

SCHULTZ, T. E. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural,

1982.

SCHUBERT, M. N. **Análise dos custos de transação nas cooperativas produtoras de leite no oeste de Santa Catarina**. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2012.

SCHWARZER, E. Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará, 2000. [on line] Disponível em: <http://e.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0729.pdf>. Acesso em: 09/01/2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SERVOLIN, C. **Les politiques agricoles: traité de science politique**. Paris: PUF, 1985.

SILVA, A. G. D.; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 945-977.

SILVEIRA, A. M. D. Redistribuição de renda. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, abr/jun 1975.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Florianópolis. 2001.

SILVISTRINI, A. D. RAMOS, R. A. S. Securitização da Dívida Rural Brasileira: o caso do Banco do Brasil de 1995 a 2008. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 04, p. 1021-1050, out/dez 2011.

SIEB, D. L. **Estratégias de comercialização: o caso dos agricultores familiares do Assentamento Rio Paraíso – município de Jataí (GO)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Brasília. 2015.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Filosofia do dinheiro**. Lisboa: Quadriga, 1999.

_____. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). In: SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 59-82.

SEEG. 2017.[on line] Disponível em: <http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission>. Acesso em: 25/02/2017.

SOUZA FILHO, E. M. D. Geração e distribuição de excedente em cadeias agroindustriais: implicações para a política agrícola. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa,

2014. p. 317-336.

SOUZA, G. S.; et al. **Um modelo de produção para a agricultura brasileira e a importância da pesquisa da Embrapa**. Brasília: Embrapa (SGE). Brasília. 2012. manuscrito não publicado.

STREECK, E. How to study contemporary capitalism? **European Journal of Sociology**, Cambridge, 43, n. 1, May 2012. p. 1-28.

_____. **O tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Lisboa: Conjuntura Atual Editora, 2013.

_____. Cómo terminará el capitalismo? *New Left Review*, Londres, p. 37-68, jul/ago 2014. [on line] Disponível em: <<http://newleftreview.org/search/hybrid?query=streeck>>. Acesso em: 15/02/2015.

TALEB, N. N. **A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

TATAGIBA, F. Recuperação de áreas degradadas, Brasília, 11 jul. 2012. [on line] Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-11/brasil-tem-equivalente-duas-francas-em-areas-degradadas-diz-ministerio-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 07/10/2016.

TÁVORA, F. L. **Renegociação de Dívida Rural: reflexões sobre o financiamento da agricultura brasileira**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, abr./2014 (Texto para Discussão nº 146). [on line] Disponível em: e .senado.leg.br/estudos. Acesso em: 28/04/2017.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

TOFFLER, A. **O futuro do capitalismo, e economia do conhecimento e o significado da riqueza no século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2012.

TOLEDO, E. A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção, 2008. [on line] Disponível em: <http://www6.rel-uita.org/agricultura/desafios_juventude_rural.htm>. Acesso em: 07/01/2017.

_____. **O Pronaf em Salvador das Missões (RS): contradições de uma política de crédito**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2009.

_____; TONI, F. Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras?, Taquara (RS), p. 89-107, jan./jun. 2016. [on line] Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/381>>. Acesso em: 10/01/2017.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Conferência Governança do Solo**. Tribunal de Contas da União. Brasília, 2015.

UNIDADE INTEGRADA VALE DO TAQUARI DE ENSINO SUPERIOR. **Dinâmica populacional e sucessão na agricultura familiar no Vale do Taquari**: pesquisa de opinião pública. UNIVATES. Lajeado, RS, 2005.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. Previdência Rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso, 2016. [on line] Disponível em: <http://e.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160525_nt_25.pdf>. Acesso em: 09/01/2017.

VALENTE, A. L. E. F. Algumas reflexões sobre a polêmica: agronegócio versus agricultura familiar. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília, n. 29, 2008. p. 11-78. Texto para discussão.

VEIGA, J. E. D. Fundamentos do agrorreformismo. **Lua Nova**. Mar 1991. p. 39-65.

_____. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. **Revista de Economia Política**. 12, n. 2(46), abril/junho 1992.

_____. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. 13, n. 3, setembro/dezembro 1996. p. 383-404.

_____. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, v. 3, 2012.

_____. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS, 2001).

VIEIRA FILHO, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O Brasil rural no século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 396-421.

_____; SILVEIRA, J. M. Modelo evolucionário de aprendizado agrícola. **Revista Brasileira de Inovação**, v.10, n. 2, jul/dez 2011. p. 265-300.

VINHA, V. Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**, 2, n. 3, 2003. p. 207-230.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**: la agricultura capitalista e los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno, 1979.

_____. **Unthinking social science**: the limits of nineteenth-century paradigms. Cambridge: Polity, 1991.

_____. Análise do sistema mundiais. In: A, G.; J, T. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 447-470.

_____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, 2003. p. 42-62.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982. p. 413-437.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 2000.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WHATMORE, S. Farm household strategies and styles of farming: assessing the utility of farm typologies. **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development**, Assen, 1994. p. 31-37.

WHITE, E. **Identity and control**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WORLD RESOURCE INSTITUT. Climate Data Explorer. CAIT. [on line] Disponível em [http://cait.wri.org/historical/Country%20GHG%20Emissions?indicator\[\]=Total%20GHG%20Emissions%20Excluding%20Land-Use%20Change%20and%20Forestry&indicator\[\]=Total%20GHG%20Emissions%20Including%20Land-Use%20Change%20and%20Forestry&year\[\]=2013&sortIdx=NaN&chartType=geo](http://cait.wri.org/historical/Country%20GHG%20Emissions?indicator[]=Total%20GHG%20Emissions%20Excluding%20Land-Use%20Change%20and%20Forestry&indicator[]=Total%20GHG%20Emissions%20Including%20Land-Use%20Change%20and%20Forestry&year[]=2013&sortIdx=NaN&chartType=geo). Acesso em 31/03/2017.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZARNOTT, A. V.; PINHEIRO, S. L. G.; STROPASOLAS, V. L. Participação dos agricultores familiares de Canguçu no programa Poupança Florestal da Votorantim Celulose e Papel, 2009. [on line] Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/974/1439>>. Acesso em: 18/10/2016.

ZELIZER, V. **The social meaning of money**. New York: Basic Books, 1994.

ZYLBERSZTAJN, D. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 268-294.

APÊNDICE (S)

Questionário

Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa (diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico)

UF:	Entrevistador:	Nº Questionário:
-----	----------------	------------------

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

Composição da família

Nome	Sexo (M/F)	Idade	Relação com o chefe (A)	Estado civil (B)	Tempo de trabalho (C)	Escolaridade (D)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

9						
10						
11						
(A)	(B)	(C) Tempo de trabalho		(D) Escolaridade		
1 Resp/Chefe	1 Casado	1 Tempo integral na UP (*)		0 Não alfabetizado		
2 Cônjuge	2 Solteiro	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP		1 Primeira série – 1º Grau		
3 Filho	3 Viúvo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico		2 Segunda série – 1º Grau		
4 Filha	4 Divorciado	4 Tempo-parcial na UP + Estuda		3 Terceira série – 1º Grau		
5 Genro	5 União Estável	5 Tempo integral fora UP (*)		4 Quarta série – 1º Grau		
6 Nora	6 Outros	6 Somente trabalho doméstico		5 Quinta série – 1º Grau		
7 Neto (a)		7 Somente estuda		6 Sexta série – 1º Grau		
8 Pai		8 Criança menor de 7 anos		7 Sétima série – 1º Grau		
9 Mãe		9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP		8 Oitava série – 1º Grau		
10 Avô		10 Desempregado		9 Primeira série – 2º Grau		
11 Avó		11 Não trabalha (deficiente ou inválido)		10 Segunda série – 2º Grau		
12 Irmão		12 Outro (qual? Especificar)		11 Terceira série – 2º Grau		
13 Irmã				12 Graduação incompleta		
14 Trab. contratado				16 Graduação completa		

Área Total (ha)	Área (ha)					18 Mestrado
	Própria	Em Parceria				
		De Terceiro	Para Terceiro			
15 Outros, qual?						
* Arrendatário ou proprietário						22 Doutorado
** Pessoa entrevistada: ATENÇÃO: Entrevistador, quando nesta <u>legenda</u> não tiver as alternativas informadas pelo agricultor VOCÊ deve fazer anotações paralelas						

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, CAPITAL E PRODUÇÃO

Estrutura Fundiária

2.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

Quanto **ganha** com **arrendamento** [informar em dinheiro ou produto]?

Quanto **paga** na **parceria** [informar em dinheiro ou produto]?

Quanto **ganha** na **parceria** [informar em dinheiro ou produto]?

Atividades de produção vegetal – roça **[Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]**

Durante a composição das áreas, para não haver sobreposição de área no cálculo da SAU.

Especificação	Área Plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade	Valor/ Unidade (R\$)		

Batatinha						
Cana Açúcar						
Feijão						
Fumo						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Trigo						
Legumes e Verduras Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta						

Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]

Na sua avaliação quanto valem os produtos retirados do POMAR, para CONSUMO FAMILIAR em R\$/ano?

Pastagem Anual									
Pastagem Permanente									
Reflorestamento e extração de madeira									
Acácia-negra									
Eucalipto									
S A U Total									
Matas e Florestas Naturais									
Benfeitorias (casa, estábulo, etc.)		<p>OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.</p> <p>Mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.</p>							
ÁREA TOTAL									

Aquisição de insumos para produção vegetal [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]

Especificação	Quantidade /unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAIS para PRODUÇÃO VEGETAL	TOTAL para CONSUMO ANIMAL

Sementes			SEMENTE (R\$)	SEMENTE (R\$)
			R\$	R\$
Mudas			MUDAS (R\$)	MUDAS (R\$)
			R\$	R\$
Adubos orgânicos			ADUBO ORGÂNICO (R\$)	ADUBO ORGÂNICO (R\$)
			R\$	R\$
Adubo químico (NPK, ureia, nitratos, etc.)			ADUBO QUÍMICO	ADUBO QUÍMICO
			R\$	R\$
Calcário			CALCÁRIO	CALCÁRIO
			R\$	R\$

Óleo diesel			ÓLEO DIESEL	ÓLEO DIESEL
			R\$	R\$
Gasolina			GASOLINA	GASOLINA
			R\$	R\$
Produtos fitossanitários (químicos e biológicos)			PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS
			R\$	R\$
Contratação de maquinário para produção vegetal			MAQUINÁRIO	MAQUINÁRIO
(plantio, tratos culturais, colheita, frete...)			R\$	R\$

Contratação de força de trabalho na prod. Vegetal			FORÇA DE TRABALHO	FORÇA DE TRABALHO
			R\$	R\$
			Total de DIAS trabalhado	Total de DIAS trabalhado
Outras despesas			TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)	TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)
			R\$	R\$

Efetivos animais disponíveis [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos-Leite Touros				
Vacas				
Novilhas				
Bezerras				
Bezerros				
Bovinos-Corte - Touros				
Vacas				
Novilhos				

Novilhas				
Bezerros				
Bois para trabalho				
Aves Frango de corte				
Galinha caipira				
Peru				
Suínos Leitão				
Suínos p/ abate				
Matrizes				
Reprodutor				
Ovinos				
Caprinos				
Equinos				

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL
Sal comum				Sal Comum R\$
Sal mineral				Sal Mineral R\$
Rações bovinos				Ração Bovinos R\$
Ração suínos				Ração Suínos R\$

Ração aves				Ração Aves R\$
Ração - outros				Ração Outras \$
Produtos veterinários (antibióticos, desinfetantes, inseminações, etc.)				Produtos Veterinários R\$
Despesas com aviários				Despesas Aviário R\$
Despesa com maquinários/equipamentos				Maquinários/Equipamentos R\$
Contratação de força de trabalho				Força De Trabalho Contratada R\$ Nº de Dias/ano:
Outros insumos animais				Outros Insumos R\$

Produção de origem animal **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Especificação	Quant. Produzida	Unid.	Quant. Vendida	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

Insumos das atividades de produção animal **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família

Banha					
Conservas/compotas					
Melado					
Manteiga					
Pão					
Queijo					
Sabão					
Salame					
Geleias e doces					
Vinho					
Açúcar mascavo					
Massa caseira					

Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira **(Somente o que for comprado) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL
Açúcar				Açúcar R\$
Coalho				Coalho R\$
Tripas				Tripas R\$
Soda				Soda R\$
Lenha				Lenha R\$

Embalagem				Embalagem R\$
Farinha de trigo				Farinha de trigo R\$
Despesa com maquinários/equipamentos				Maquinários/Equipamentos R\$
Contratação de força de trabalho				Força De Trabalho Contratada R\$ Nº de Dias/ano:
Outras despesas				Outras despesas R\$

9) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Ano de construção	Área construída em m ²
Açude				
Aviários*				
Casas de empregados				
Estábulo				
Galpões/armazéns/paiol				
Garagem de máquinas				
Pocilgas/chiqueiro				
Estufa fumo				
Outros (especificar)				

10) Máquinas e equipamentos **Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002 (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)**

Especificação	Quantidade	Ano de fabricação	Valor atual
Caminhão/ (com menos de 20 anos-1993)			
Veículo usado para produção			
Colhedora			
Batedor de grãos			
Trator (até 20 anos-1993) [indicar a marca e a potência em HP]			
Trator > 80 Hp			
Trator < 80 Hp			
Micro trator			
Equipamentos (com menos de 15 anos-1998)			
Arado de tração animal			
Arado de tração mecânica			
Capinadeira de tração animal			
Grade de tração animal			
Grade de tração mecânica			
Semeadora de tração mecânica (semeadora fluxo contínuo)			
Plantadeira para o plantio direto (semeadora de precisão)			
Semeadora de tração animal			
Ensiladeira			

Roçadeira costal			
Roçadeira de tração mecânica			
Carreta agrícola			
Pulverizador costal manual			
Pulverizador costal motorizado			
Pulverizador tracionado			
Pulverizador montado			
Pulverizador auto propelido			
Ordeneira canalizada			
Ordeneira não canalizada			
Resfriador de leite – imersão de tarros			
Resfriador de leite – a granel			
Motor elétrico			
Bomba de água			
Engenho de cana			
Triturador de cereais (forrageiras)			
Carroça			
Máquina de costurar fumo			
Outros (especificar)**			

Minorias (ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá)			
---	--	--	--

DESPESAS

11) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Formas de contratação	Número de pessoas ou máquinas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
Assalariado permanente agrícola (**)			
Trabalho agrícola temporário para Serviços Gerais do estabelecimento (**)			
03 Contratação de Máquinas para Serviços Gerais do estabelecimento			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

12) Outros gastos (valores anuais) **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	
Telefone para fins produtivos	

Óleo diesel p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Gasolina p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Consertos de equipamentos em serviço externo	

13) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? **Considerar inverno de 2012 a outono de 2013**

- () rotação de culturas
 () consórcio de culturas
 () adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos
 () reflorestamento de áreas degradadas
 () controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças
 () adubação verde 1() anualmente 2() esporadicamente

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)			
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (B)	Valor total recebido (R\$)

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)			
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (A)	Valor total recebido (R\$)

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)				
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (B)	Setor (C)	Valor total recebido (R\$)

(*) : considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor.

(***) considera-se as demais atividades

--	--	--	--	--	--

Terraceamento (curvas de nível)

Tipo do relevo: 1() forte ondulado 2() ondulado 3() levemente ondulado

4 () plano

() plantio direto

13.1) Utiliza grade, arado ou escarificador?

1() nunca 2() mensalmente 3() semestralmente 4() anualmente 5() menos de uma vez por ano

13.2) Teve problemas com erosão neste ano agrícola?

1() SIM 2() NÃO

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

14) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP **Considerar inverno de 2012 a outono de 2013**

Local de exercício das atividades para- agrícolas	Localização das atividades não agrícolas	Setor atividades não agrícolas
No domicílio ou na UP	No domicílio ou na UP	Indústria
Na casa de vizinhos	Na localidade/comunidade rural onde reside	Comércio
Na unidade de processamento	No centro urbano do próprio município	Serviços Auxiliares
Unidade de processamento coletiva	Em outro município	Construção Civil
Unidade de processamento de terceiro		Transformação Artesanal
Outro local		Transporte/Comunicação
		Serviço Público

Serviços Pessoais
Outros
Não se aplica

15) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

16) Há membros que recebam aposentadoria/pensão e/ou outro benefício na sua família?

1 Sim ()

2- Não ()

3-() Não sabe/ não respondeu

16.1) informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício 01	Tipo de benefício 02	Número de meses em que recebeu os benefícios	Valor mensal recebido (R\$)

1 Aposentadoria
6 outro benefício

2 Pensão

3 Auxílio doença

4 Bolsa de estudo

5 Bolsa família

17) Quais outras fontes de renda a família contou no último ano agrícola [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Tipos de rendas (Não = 0 e Sim = 1)	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas (especificar)	

18) Assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Tipos de investimentos (Não = 0, Sim = 1 e Não sabe = 3)	Valor total gasto em R\$
() Aquisição de terras	
() Aquisição de veículos (utilitários)	
() Aquisição de equipamentos ou máquinas	
() Aquisição de terreno na cidade	
() Construção e reforma da casa	
() Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
() Investimentos na área ambiental (SISLEG, conservação, etc)	

() Outros investimentos (especificar)	
--	--

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

19) Assinale de quem recebeu assistência técnica (todos) **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

- | | |
|---|---|
| () Não recebeu assistência técnica | 5-() ONGs |
| () Não se aplica | 6-() Empresas integradoras |
| 1-() Cooperativa de produção | 7-() Assistência técnica particular (liberais) |
| 2-() Sindicato | 8-() EMATER |
| 3-() Secretaria Estadual de Agricultura | 9-() Outro |
| 4-() Secretaria Municipal de Agricultura | |

20) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

- 1-() Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas
- 2-() Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo
- 3-() Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias
- 4-() Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários
- 5-() Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais

21) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola **(inverno de 2012 a outono de 2013)?**

1 - Sim () 2 - Não () 3-() Não sabe/não respondeu

informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$)	Valor pago em juros (R\$)

(A)		(B)				
1 Custeio		1 Bancos	4 Emp. Integradora /Agroind.	7. Pronaf		
2 Comercialização		2 Cooperativas	5 Vizinhos	8. Programa do estado		
3 Investimento		3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros		

INFRAESTRUTURA BÁSICA

22.1) Composição da moradia

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

22.2) Instalações sanitárias

Especificação	
1 Banheiro completo (*)	1-()
2 Banheiro incompleto (**)	2-()
3 Casinha ou latrina	3-()
4 Nenhuma	4-()

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

22.3)Tipo de piso predominante

Especificação	
1 Concreto	1-()
2 Chão batido	2-()
3 Madeira	3-()
4 Outro	4-()

22.4)Tipo de cobertura predominante

Especificação	
1 Telha de barro	1-()
2 Telha de amianto (Brasilit)	2-()
3 Capim ou palha	3-()
4 Zinco ou outro metal	4-()
5 Outra	5-()

22.5) Tipo de parede externa predominante

Especificação	
1 Tijolo com revestimento	1-()
2 Tijolo sem revestimento	2-()
3 Tábuas	3-()
4 Tapumes ou chapas de madeira	4-()
5 Folha de zinco	5-()
6 Barro ou adobe	6-()
7 Outra	7-()

23) Abastecimento de água

Especificação

1 Poço artesiano	()
2 Nascente ou vertente com poço	()
3 Córrego/Açude	()
4 Cacimba	()
5 Água do vizinho	()
7 Rede geral	()
6 Outro tipo	()
8 Nascente/poço desprotegido	()

24) Destino dos dejetos humanos

Especificação	
1 Fossa simples (seca)	()
2 Fossa séptica/poço absorvente	()
3 Direto no solo	()
4 Direto nos cursos d'água	()
5 Não tem	()
6 Outro destino	()

25) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

1-() rede geral

2-() gerador próprio

3-() não possui

4-() outro_____

26) Bens de Consumo que existem no domicílio

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som		15 Rádio	
02 Automóvel		16 Televisor	
03 Moto		17 Vídeo cassete/DVD	
04 Bicicleta		18 Linha de Telefone fixo	
05 Ferro elétrico		19 Celular	
06 Fogão a gás		20 Computador	
07 Fogão à lenha		21 Acesso á internet (1-sim/2-não)	
08 Forno elétrico /micro-ondas		22 Cisternas	
09 Freezer		23	
10 Geladeira		24	
11 Liquidificador		25	
12 Máquina de lavar roupa		26	
13 Batedeira		27	
14 Parabólica		28	

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

27) Participação social da família na comunidade local e/ou no município **[assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa
Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	1-()Sim 2-()Não
Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	1-()Sim 2-()Não
Sindicato de trabalhadores	1-()Sim 2-()Não
Associação de mulheres/clube de mães	1-()Sim 2-()Não
Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	1-()Sim 2-()Não
Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	1-()Sim 2-()Não
99 Outros tipos de entidade (especificar)	1-()Sim 2-()Não

MIGRAÇÃO FAMILIAR E SEU FUTURO

28) Pesquisa sobre as pessoas que SAÍRAM da propriedade, considerar também as pessoas que SAÍRAM E RETORNARAM a propriedade.

FILHOS (AS)	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Nome								
Idade atual – anos								
Sexo (M/F)								

Estado civil (B)								
Ano que saiu								
Idade que saiu								
Destino de saída (Tab. 1)								
Residência atual (Tab. 1)								
Porque saiu da residência (Tab. 4)								
Grau de Instrução ao sair (D)								
Grau de Instrução atual (D)								
Continua estudando (S/N)								
Atividade que trabalha (Tab. 3)								
Ano de retorno a região								
Ano de retorno ao município								
Ano de retorno ao meio rural								
Ano retorno a propriedade								
Por quê retornou (Tab. 2)								

(B)		TAB. 1		TAB. 2		TAB. 3		TAB. 4	
Cód .	Estado Civil	Cód .	DESTINO E RESIDÊNCIA	Cód .	POR QUE RETORNOU	Cód .	SETOR DE ATIVIDADE	Cód .	PORQUE SAIU
1	Casado	1	Comunidade do município	1	Perdeu o emprego	1	Indústria	1	Trabalhar
2	Solteiro	2	Sede do município	2	Estava ganhando pouco	2	Comércio	2	Estudar

3	Viúvo	3	Cidade da região	3	Para exercer outra atividade na região	3	Serviços Auxiliares (*)	3	Casar
4	Divorciado	4	Outra cidade do Estado	4	Não quis ficar longe da família/amigos	4	Construção Civil	4	Acompanhamento
5	União Estável	5	Cidade de outro estado	5	Para ser agricultor	5	Transf. Artesanal	5	Outro
6	Outros	6	Meio rural outro município	6	Aposentou	6	Transporte/Comunic		
		7	Faleceu	7	Faliu	7	Serviço Público		
		8	Permanece no local de destino	8	Outro	8	Serviços Pessoais (**)		
						9	Agricultura		
						10	Outro		
						11	Não se aplica		

(*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Agrônomo, Técnico, etc.

(**) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, Jardineiro, Barbeiro, etc.

29) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

1- () Sim 2- () Não 3- () Não sabe/ não respondeu

29.1)

Porque?

.....

.....

.....

30) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

1- () Sim 2- () Não 3- () Não sabe/ não respondeu 4-
() Não se aplica

31) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

1- () Sim 2- () Não 3- () Não sabe/ não respondeu

32) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

1- () Sim 2- () Não 3- () Não sabe/ não respondeu

Apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....

.....

.....

.....